

JBS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 02.916.265/0001-60
NIRE 35.300.330.587

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

Senhores e Senhoras Acionistas,

A administração da **JBS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Av. Marginal Direita do Tietê, n.º 500, Bloco I, 3º Andar, Vila Jaguara, CEP 05118-100, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o n.º 02.916.265/0001-60, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) como companhia aberta categoria “A”, com suas ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código (*ticker*) “JBSS3” (“Companhia” ou “JBS”), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”) e da Resolução CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 81”), vem apresentar a V.Sas. a presente proposta da administração (“Proposta”), contendo as suas recomendações acerca das matérias incluídas na ordem do dia da assembleia geral ordinária e extraordinária da JBS convocada para o dia 29 de abril de 2025, às 10h00, a ser realizada de forma presencial no Auditório localizado no Bloco 2, Térreo, da sede da Companhia (“AGOE”).

Em Assembleia Geral Ordinária

1. Deliberar sobre as demonstrações financeiras e sobre as contas dos administradores relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, conforme divulgadas nos *websites* da CVM e da B3, por meio do Módulo IPE do Sistema Empresas.NET, e publicadas no *website* e no jornal Valor Econômico (“Demonstrações Financeiras”), foram apreciadas pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 25 de março de 2025 e encaminhadas para sua divulgação e deliberação em Assembleia Geral Ordinária, nos termos do artigo 19, inciso VI, do Estatuto Social da Companhia.

O Conselho Fiscal da JBS revisou as Demonstrações Financeiras e emitiu parecer, em 25 de março de 2025, indicando que as Demonstrações Financeiras estão em condições de serem divulgadas pela Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia, em reunião realizada em 24 de março de 2025, emitiu seu relatório recomendando que as Demonstrações Financeiras fossem encaminhadas para avaliação do Conselho de Administração da Companhia.

Os comentários da administração sobre a situação financeira da Companhia estão no Anexo I desta Proposta, conforme art. 10, inciso III da RCVM 81.

A KPMG Auditores Independentes Ltda., com sede na Rua do Passeio, nº 38, Setor 2, Sala 1701, 1702, 1703, 1704, bairro Centro, CEP 20.021-290, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, auditor independente da Companhia, emitiu parecer manifestando-se pela adequação das Demonstrações Financeiras, sem qualquer opinião modificada, ressalvas ou parágrafos de ênfase.

Observado o disposto acima e os documentos e informações disponibilizados, a administração propõe à assembleia geral a aprovação integral das Demonstrações Financeiras e das contas dos administradores relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, sem ressalvas.

2. Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Administração propõe aos acionistas a aprovação da destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 indicada nas Demonstrações Financeiras nos termos da Proposta de Destinação de Resultados detalhada no Anexo II desta Proposta, elaborado conforme o Anexo A da RCVM 81.

Nos termos do referido Anexo II, o lucro líquido apurado pela Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 9.615.923.273,32 (nove bilhões, seiscentos e quinze milhões, novecentos e vinte e três mil, duzentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos). Quanto à sua destinação, a Administração propõe:

- a alocação de 5,00% (cinco por cento) do lucro líquido, equivalente a R\$ 480.796.163,67 (quatrocentos e oitenta milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos), para a reserva legal, nos termos do artigo 39, alínea “a”, do Estatuto Social da Companhia;
- a destinação do valor de R\$ 3.869.820.791,48 (três bilhões, oitocentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e vinte mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos), equivalente a, aproximadamente, 40,24% do lucro líquido, para a reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das S.A.;
- a destinação dos lucros que remanescerem após as deduções legais de R\$ 5.265.306.318,17 (cinco bilhões, duzentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e seis mil, trezentos e dezoito reais e dezessete centavos), somados às parcelas de (i) realização da reserva de reavaliação, no montante de R\$ 5.671.247,75 (cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos), e (ii) dividendos prescritos e não reclamados, no montante de

R\$27.265,55 (vinte e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), totaliza R\$ 5.271.004.831,47 (cinco bilhões, duzentos e setenta e um milhões, quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos), à formação de Reserva Estatutária de Investimentos, nos termos do artigo 39, alínea “e”, do Estatuto Social da Companhia.

O equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, de R\$ 1.316.326.579,55 (um bilhão, trezentos e dezesseis milhões, trezentos e vinte e seis mil, quinhentos e setenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de valores à reserva legal e à reserva de incentivos fiscais, já foi pago com base em reserva de lucros, conforme dividendos intermediários declarados em 13/08/2024 e 13/11/2024 e imputados ao dividendo mínimo obrigatório. No entanto, a Administração propõe a distribuição de dividendos adicionais ao dividendo mínimo obrigatório, no valor de R\$ 2,00 (dois reais) por ação, a serem pagos com base em reserva de lucro da Companhia disponíveis em 31 de dezembro de 2024.

3. Deliberar sobre o número de membros que irão compor o Conselho de Administração para o próximo mandato.

Em atenção ao disposto no artigo 16 do Estatuto Social da JBS, a administração da Companhia propõe a aprovação de 11 (onze) assentos no Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2026.

4. Eleger os membros efetivos do Conselho de Administração da Companhia.

Em observância à Lei das S.A. e à Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de adoção do sistema de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração é de 5,00% (cinco por cento) do capital social com direito a voto. Conforme determina o artigo 141, § 1º, da Lei das S.A., a requisição do processo de voto múltiplo deverá ser enviada à Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da AGOE. Uma vez adotado o processo de voto múltiplo, os votos proferidos por acionistas que, via boletim de voto à distância, tenham optado por “abster-se” no item de distribuição prévia de votos nos candidatos informados no boletim, serão considerados como abstenção na respectiva deliberação da assembleia, de modo que os votos de tais acionistas não serão computados no quórum de deliberação e, portanto, esses acionistas não participarão da eleição dos membros do conselho de administração.

A administração da JBS indicou os seguintes candidatos para compor o Conselho de Administração:

Nome
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
José Batista Sobrinho
Wesley Mendonça Batista
Joesley Mendonça Batista
Alba Pettengill ⁽¹⁾
Gelson Luiz Merisio ⁽¹⁾
Francisco Sérgio Turra ⁽¹⁾
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo ⁽¹⁾
Kátia Regina de Abreu Gomes ⁽¹⁾
Paulo Bernardo Silva ⁽¹⁾
Cledorvino Belini ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Atendem aos critérios de independência estabelecido no Regulamento do Novo Mercado da B3.

A administração propõe à AGOE a eleição por chapa dos candidatos indicados acima para compor o Conselho de Administração.

A administração esclarece que, nos termos do artigo 11 da RCVM 81, as informações relativas à experiência profissional e independência dos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo III desta Proposta.

5. Deliberar sobre o enquadramento dos membros independentes do Conselho de Administração às regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no Estatuto Social da Companhia e na Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada.

O Conselho de Administração, a Diretoria e o Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação da Companhia manifestaram-se favoravelmente quanto ao enquadramento dos Srs. **(i)** Gelson Luiz Merisio; **(ii)** Alba Pettengill; **(iii)** Francisco Turra; **(iv)** Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo; **(v)** Kátia Regina de Abreu Gomes; **(vi)** Paulo Bernardo Silva; e **(vii)** Cledorvino Belini, aos critérios de independência estabelecidos no artigo 16 do Regulamento do Novo Mercado da B3, no artigo 16 do Estatuto Social da Companhia e na Resolução CVM n.º 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada (“RCVM 80”) – tendo em vista, dentre outras informações, as declarações encaminhadas por tais candidatos atestando o referido enquadramento, declarando que (a) não são acionistas controladores diretos ou indiretos da Companhia; (b) não têm exercício de voto nas reuniões do Conselho de Administração vinculados por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à Companhia; (c) não são cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de

administrador da Companhia ou de administrador do acionista controlador; (d) não foram, nos últimos 3 (três) anos, empregados ou diretores da Companhia ou do seu acionista controlador; e (e) não se enquadra nas hipóteses previstas no artigo 6º, §2º do Anexo K da RCVM 80.

Nesse sentido, a administração propõe à AGOE a aprovação do enquadramento de tais candidatos às regras estabelecidas no Regulamento do Novo Mercado da B3, no Estatuto Social e na RCVM 80, e sua consequente caracterização como conselheiros independentes.

A administração esclarece que, nos termos do artigo 11 da RCVM 81, as informações relativas à experiência profissional e independência dos candidatos aos cargos de membros do Conselho de Administração acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo III desta Proposta.

6. Deliberar sobre o número de membros que irão compor o Conselho Fiscal para o próximo mandato.

Em atenção ao disposto no artigo 32 e seguintes do Estatuto Social da Companhia, a administração propõe a fixação do número de 4 (quatro) membros efetivos para compor o Conselho Fiscal e igual número de suplentes, todos com prazo de mandato de 1 (um) ano, até a assembleia geral ordinária que examinar, discutir e votar as contas dos administradores e as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Caso haja requisição de eleição em separado para o Conselho Fiscal na forma do art. 161, §4º, “a” da Lei das S.A., a Administração propõe que o número de membros efetivos e respectivos suplentes seja fixado em 5 (cinco).

7. Eleger os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia e os seus respectivos suplentes.

A administração da JBS indicou chapa composta pelos seguintes membros efetivos e respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal:

- (i) **Adrian Lima Da Hora**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade nº 3789, expedido pelo CRA/PE e inscrito no CPF/MF sob o nº 372.365.394-49, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua dos Pinheiros, 801, ap. 241, CEP 05422-011, tendo como suplente **André Alcantara Ocampos**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30883622-4 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 273.340.808-90, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial no mesmo município, na Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-000;

- (ii) **José Paulo da Silva Filho**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 55.837.704-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 386.730.294-49, residente e domiciliado no município de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo, na Alameda Dourado, nº 206, Residencial 11, Alphaville, CEP 06540-285, tendo como suplente **Sandro Domingues Raffai**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.541.060 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 064.677.908-71 e residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Santa Francisca, 155, Vila Jaguara, CEP 05116-090; e
- (iii) **Orlando Octávio de Freitas Júnior**, brasileiro, divorciado, auditor contábil, portador da Cédula de Identidade RG nº 9.128.418 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.911.368-78, residente e domiciliado no município de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Caiowaa, 1575, apto. 162, CEP 01258-011, tendo como suplente **Mauro Mitio Inagaki**, brasileiro, casado, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.346-6 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 084.978-00, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cônego Manoel Vaz, 440, apto. 221, Santana, CEP 02019-050.
- (iv) **Patricia da Silva Barros**, brasileira, divorciada, engenheira, portadora da Cédula de Identidade RG nº 096686357, inscrita no CPF/MF sob o nº 072.576.167-95, residente e domiciliada na Cidade de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Dr. Tavares de Macedo, 41, apartamento 503, Icaraí, CEP 24220-215, tendo como suplente **Marcos Alberto Pereira Motta**, brasileiro, casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 008.528.317-73, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Bambina, 180, apartamento 302, Botafogo, CEP 22251-050.

A administração esclarece que, nos termos do artigo 11 da RCFM 81, as informações relativas à experiência profissional de todos os candidatos aos cargos de membros do Conselho de Fiscal acima indicados encontram-se detalhadas no Anexo III desta Proposta, conforme itens 7.3 a 7.6 do Formulário de Referência.

8. Deliberar sobre a fixação do montante global da remuneração anual dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício social de 2025.

A administração propõe a aprovação da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício social de 2025, no mesmo montante aprovado pelos acionistas da Companhia em Assembleia Geral Ordinária realizada em 26 de abril de 2024 (“AGO 2024”). Assim, propõe-se que a remuneração global anual dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário seja fixado no montante de até R\$ 269.342.164,59 (duzentos e sessenta e nove milhões, trezentos e quarenta e dois mil, cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).

Em relação à remuneração global dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, a administração ressalta que tal valor será, para cada membro em exercício, igual a 0,1 (um décimo) da remuneração que, em média, for atribuída a cada diretor, não computada a participação nos lucros, até a próxima assembleia geral ordinária da Companhia, observado que tal valor poderá sofrer alterações tão somente em cumprimento ao artigo 162, § 3º, da Lei das S.A. Esclarece-se que os suplentes receberão remuneração apenas na ausência do respectivo membro efetivo.

As informações relativas à seção 8 do Formulário de Referência encontram-se no Anexo IV desta Proposta, em atendimento ao artigo 13 da RCVM 81.

O valor proposto para a remuneração global dos administradores relativa ao exercício social de 2025 é compatível com os valores usualmente pagos pelo mercado e com os critérios e condições adotados pela Companhia para a composição da remuneração de seus administradores.

A administração informa que, do limite global aprovado na AGO 2024 referente a remuneração dos administradores no exercício de 2024, o valor total de R\$121.965.262,67 (cento e vinte e um milhões, novecentos sessenta e cinco mil, duzentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos) foi efetivamente pago.

Para referência, a tabela abaixo indica os valores efetivamente pagos a título de remuneração dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal da Companhia nos últimos três exercícios sociais:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº total de membros	4	5	5	11	9	9	5	5	4
Nº de membros remunerados	4	4,4	5	10,33	8,57	9	4	4	4
Valor da maior remuneração (Reais)	63.282.432,81	54.638.232,37	53.328.574,27	2.251.999,99	2.049.800,00	1.380.000,00	423.274,80	467.177,14	434.916,82
Valor da menor remuneração (Reais)	8.691.448,61	7.569.693,65	7.399.321,50	900.000,00	1.014.700,00	660.000,00	423.274,80	466.001,38	434.916,82
Valor médio da remuneração (Reais)	26.255.239,43	26.730.224,23	23.949.168,28	1.452.984,83	1.600.678,72	1.098.767,62	423.274,80	466.295,32	434.916,82

Em Assembleia Geral Extraordinária

1. Deliberar sobre o Protocolo e Justificação de Incorporação da Condesa Norte Industria e Comercio Ltda. (“Condesa”) pela Companhia (“Protocolo Condesa”).

A administração da Companhia propõe que seja aprovado o Protocolo Condesa, contendo os termos e condições da incorporação da Condesa Norte Industria e Comercio Ltda., sociedade limitada, estabelecida na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco II, Subsolo, Sala 36, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-100, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.703.088/0001-21 (“Incorporação Condesa”).

A Administração esclarece que, nos termos do item 1 do Anexo I da RCVM 81, o Protocolo Condesa se encontra no Anexo V desta Proposta.

2. Deliberar sobre a ratificação da nomeação e contratação da Factum – Avaliações e Consultoria S/S – EPP (“Factum”) para elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Condesa (“Laudo Condesa”).

A administração da Companhia propõe que seja aprovada a ratificação da nomeação e contratação da Factum – Avaliações e Consultoria S/S – EPP, sociedade simples pura com sede na Rua Vasco da Gama, 720, conj. 401, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90420-110, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.272.086/0001-13 (“Factum”), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da Condesa, por seu valor contábil.

A administração esclarece que, nos termos do artigo 25 da RCVM 81, as informações relacionadas à contratação da Factum se encontram no Anexo VI desta Proposta.

3. Deliberar sobre o Laudo Condesa.

A administração da Companhia propõe que seja aprovado o Laudo Condesa, que, nos termos do item 7 do Anexo I da RCVM 81, se encontra no Anexo VII desta Proposta.

Cumpre registrar que o artigo 264 da Lei das S.A. não é aplicável à Incorporação Condesa, tendo em vista que a Companhia é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa, de modo que não será necessária a elaboração do laudo a que se refere o referido dispositivo, nos termos (i) da decisão proferida em 15 de fevereiro de 2018 pelo Colegiado da CVM no âmbito do Processo SEI n.º 19957.011351/2017-21 e (ii) do Memorando n.º 3/2019-CVM/SDM/GDN-1, de 09 de abril de 2019.

4. Deliberar sobre a incorporação, pela Companhia, da Condesa, a ser realizada de acordo com os termos e condições estabelecidos no Protocolo Condesa.

A administração da Companhia propõe que seja aprovada a incorporação da Condesa pela Companhia, na forma do artigo 227 da Lei das S.A., e nos termos e condições estabelecidos do Protocolo Condesa.

A Incorporação Condesa ora proposta, se aprovada, acarretará a versão integral, para a Companhia, do acervo líquido patrimonial da Condesa, apurado por meio do Laudo Condesa. Em consequência, a Companhia substituirá contabilmente o investimento que detém na Condesa pelo acervo líquido correspondente à referida participação societária, e a personalidade jurídica da Condesa será extinta.

Para os devidos fins, esclarece-se que a Companhia é detentora da totalidade do capital social da Condesa, de forma que a Incorporação Condesa não acarretará aumento do capital social da Companhia – e, consequentemente, não haverá emissão de novas ações pela Companhia, e tampouco qualquer relação de substituição de ações.

Além disso, a Incorporação Condesa não ensejará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia (incorporadora), uma vez que a legislação aplicável limita tal direito aos acionistas da Condesa (incorporada) e a Companhia é titular de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa. Consequentemente, não há que se falar em acionistas dissidentes, em direito de recesso e, tampouco, em valor de reembolso em decorrência da Incorporação Condesa.

As informações acerca da Incorporação Condesa se encontram no Anexo VIII dessa Proposta, nos termos do artigo 22 da RCVM 81.

5. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários ou convenientes à efetivação e implementação das deliberações aprovadas.

Caso as matérias constantes da Ordem do Dia sejam aprovadas pelos acionistas, a administração propõe que a Diretoria da Companhia seja autorizada a praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à implementação de tais matérias, de modo a dar efetividade às deliberações aprovadas.

Informações Gerais:

A administração informa que a participação dos acionistas na AGOE poderá ser **(i)** presencial (sendo admitida, neste caso, a participação por procurador devidamente constituído) ou **(ii)** via boletim de voto à distância, conforme documentos disponibilizados nos *websites* da CVM (www.cvm.gov.br), da B3 (www.b3.com.br), na sede social da Companhia, e no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>).

A Companhia sugere que, em sendo possível, os acionistas deem preferência à utilização do boletim de voto à distância para participação na AGOE, principalmente por meio do seu envio aos prestadores de serviços aptos a coletar e transmitir instruções de preenchimento do boletim (custodiante, escriturador ou depositário central), dada a maior simplicidade de tal procedimento. Caso prefira, o acionista poderá enviar suas instruções de voto acompanhadas dos documentos indicados no Edital de Convocação diretamente

à JBS: (a) por meio do cadastramento das orientações de voto a distância diretamente na plataforma Atlas AGM, disponível no link <https://atlasagm.com>, bem como em aplicativos disponíveis de forma gratuita na Apple Store e Google Play Store sob a denominação “Atlas AGM”, conforme instruções previstas no Edital de Convocação; ou (b) por meio do envio do BVD preenchido em vias físicas, para o seguinte endereço: Avenida Marginal Direita do Tietê, n. 500, Bloco II, 3º andar, Vila Jaguara, CEP 05.118-100, São Paulo/SP, Brasil, ou em vias digitalizadas, para o endereço ri@jbs.com.br.

Nesta AGOE, como forma de facilitar a participação dos seus acionistas, a JBS aceitará instrumentos de mandato, boletins de voto a distância, e demais documentos sem reconhecimento de firma, legalização e/ou apostilamento, sendo certo que as prourações lavradas em língua estrangeira, antes de seu encaminhamento à Companhia, devem ser vertidas para o português.

Em qualquer caso, as instruções de voto deverão ser recebidas pelos prestadores de serviços ou pela Companhia em **até 4 (quatro) dias antes da realização da AGOE (ou seja, até 25 de abril de 2025).**

Por fim, para os acionistas que desejarem comparecer presencialmente à AGOE, a Companhia solicita que os documentos necessários à participação dos acionistas sejam enviados através do endereço eletrônico <https://atlasagm.com> ou ao e-mail ri@jbs.com.br preferencialmente com até 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da assembleia, observado que os acionistas que comparecerem presencialmente à AGOE poderão dela participar e votar se estiverem munidos dos documentos de representação exigidos, ainda que tenham deixado de enviá-los previamente à Companhia.

São Paulo, 28 de março de 2025.

JBS S.A.
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
Presidente do Conselho de Administração

**ANEXO I À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA JBS S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

(Conforme item 2 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022)

2. Comentários dos Diretores

2.1. Comentários dos diretores sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Diretoria da Companhia acredita que, por meio de sua estratégia de diversificação de produtos, seu potencial de crescimento e sua plataforma global de produção e distribuição, aliados ao seu posicionamento de líder no mercado mundial de proteína animal, a JBS possui condições financeiras e patrimoniais suficientes para dar continuidade ao seu plano de negócios e cumprir suas obrigações de curto e longo prazos, incluindo empréstimos e financiamentos, como também para atender o financiamento de suas atividades e cobrir sua necessidade de recursos, no mínimo, para os próximos 12 meses.

Em 31 de dezembro de 2024, o índice de endividamento era de 4,00x (representado pelo passivo circulante acrescido do passivo não circulante e dividido pelo patrimônio líquido), maior comparado ao índice de 3,39x de 31 de dezembro de 2023, e maior se comparado ao índice de 3,18x de 31 de dezembro de 2022. O aumento apresentado em 31 de dezembro de 2024 se deve principalmente pelo aumento do passivo, em especial o passivo circulante que foi de R\$ 47,9 milhões em 2023 para R\$ 72,2 milhões em 2024. Já o aumento apresentado em 31 de dezembro de 2023 se deve principalmente pela distribuição de R\$2,2 bilhões em dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, a Alavancagem (representada pela Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado UDM) era de 2,15x, contra uma Alavancagem de 4,32x em 31 de dezembro de 2023. Essa diminuição deveu-se a melhora operacional da Companhia no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 em relação ao mesmo período de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, a Alavancagem era de 2,29x. O aumento apresentado em 31 de dezembro de 2023 deve-se a um resultado operacional inferior no ano de 2023 em relação ao ano de 2022.

	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Índice de Endividamento	4,00	3,39	3,18
Alavancagem (*)	2,15	4,32	2,29

(*) Representada pela Dívida Líquida dividida pelo EBITDA Ajustado ou pelo EBITDA Ajustado UDM, conforme o caso. Para a reconciliação da Alavancagem, ver item 2.5 deste Formulário de Referência.

b) Estrutura de capital

A Diretoria da Companhia acredita que a atual estrutura de capital apresenta níveis adequados de alavancagem, tendo em consideração sua diversificação de produtos e sua plataforma global de produção e distribuição. A relação da Dívida Líquida (representada pelos empréstimos e financiamentos circulantes acrescidos dos empréstimos e financiamentos não circulantes e diminuídos pelo caixa e equivalentes de caixa) e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2024 era de 166,9%, enquanto em 31 de dezembro de 2023 e 2022 era de 157,6% e 159,0%, conforme tabela abaixo:

(R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Empréstimos e financiamentos circulantes	12.906,1	4.316,4	8.228,6
Empréstimos e financiamentos não circulantes	106.771,2	92.505,5	84.125,5

Dívida Bruta	119.677,3	96.821,8	92.354,1
(-) Caixa e equivalentes de caixa	34.761,5	22.122,4	13.182,2
(-) Caixa margem (*)	845,6	641,3	n/a
(=) Dívida líquida	84.070,2	74.058,1	79.171,9
Patrimônio líquido	50.370,4	46.998,3	49.808,9
Relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido	166,9%	157,6%	159,0%

(*) A partir de 30 de junho de 2023, a Companhia passou a considerar o caixa margem no cálculo da Dívida Líquida.

Em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Companhia apresentou uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio, representado pelo patrimônio líquido, e de terceiros, representado por empréstimos e financiamentos, conforme tabela abaixo:

(R\$ milhões, exceto %)	Em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Patrimônio líquido (capital próprio)	50.370,4	46.998,3	49.808,9
Empréstimos e financiamentos (capital de terceiros)	119.677,3	96.821,8	92.354,1
Capital de terceiros + capital próprio	170.047,7	143.820,10	124.163,00
Capital de terceiros / capital próprio	2,38	2,06	1,85

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Como mencionado no item anterior, em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a Companhia apresentou uma estrutura de capital equilibrada entre capital próprio e de terceiros.

A necessidade de recursos da Companhia refere-se principalmente a: (i) compra de matéria prima, sendo que a aquisição de animais e grãos para alimentação de animais para processamento representam uma importante parcela desta conta; (ii) obrigações fiscais, trabalhistas e sociais; (iii) pagamento de juros e principal de empréstimos e financiamentos; (iv) pagamento de impostos; e (v) dispêndios de capital relacionados à aquisição e manutenção de ativos imobilizados.

As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) o caixa gerado pelas atividades operacionais e (ii) empréstimos e financiamentos.

Os Diretores acreditam que o caixa disponível, a geração de caixa de suas atividades operacionais e o refinanciamento dos empréstimos e financiamentos existentes da Companhia serão suficientes para cobrir suas necessidades de liquidez e compromissos financeiros para os próximos 12 meses.

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2024 e 31 de dezembro de 2024 foi de R\$39.039,9 milhões e o resultado financeiro líquido no mesmo período, foi de R\$8.963,1 milhões. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 4,4 vezes o resultado financeiro líquido. O saldo da Dívida Líquida (conforme definida no item 2.5 deste Formulario de Referência) em 31 de dezembro de 2024 era de R\$84.070,2 milhões, correspondendo a 2,15 vezes o EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA Ajustado UDM, conforme reconciliado no item 2.5 deste Formulário de Referência).

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2023 e 31 de dezembro de 2023 foi de R\$ 17.146,1 milhões e o resultado financeiro líquido no mesmo período, foi de R\$6.748,0 milhões. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 2,5 vezes o resultado financeiro líquido. O saldo da Dívida Líquida (conforme definida no item 2.5 deste Formulario de Referência) em 31 de dezembro de 2023 era de R\$74.058,1 milhões, correspondendo a 4,32 vezes o EBITDA Ajustado.

O EBITDA Ajustado no período compreendido entre 1º de janeiro de 2022 e 31 de dezembro de 2022 foi de R\$34.568,1 milhões e o resultado financeiro líquido no mesmo período, foram de R\$6.352,3 milhões. Dessa forma, o EBITDA Ajustado apresentou índice de cobertura de 5,4 vezes o resultado financeiro líquido. O saldo da Dívida Líquida (conforme definida no item 2.5 deste Formulário de Referência) em 31 de dezembro de 2022 era de R\$79.171,9 milhões, correspondendo a 2,29 vezes o EBITDA Ajustado.

d) *Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas*

As principais fontes para capital de giro e investimentos em ativos não circulantes têm sido a própria geração de caixa das atividades operacionais da Companhia e empréstimos e outros financiamentos. Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia captou recursos por meio de operações de empréstimos e financiamentos junto ao mercado financeiro e de capitais, os quais foram empregados no financiamento de suas necessidades de capital de giro e investimentos de curto e longo prazos.

e) *Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez*

Os Diretores acreditam que a geração de caixa das atividades operacionais da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações de capital de giro e investimentos em ativos não circulantes. Havendo eventuais descasamentos das disponibilidades com os montantes vincendos no passivo circulante, a Companhia conta com linhas de crédito nos principais bancos comerciais atuantes no Brasil, Estados Unidos e em outros países. A Companhia ainda pode utilizar-se de emissões de títulos de dívida no mercado de capitais local e internacional.

f) *Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:*

(i) *Contratos de empréstimos e financiamentos relevantes*

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos somavam R\$119.677,3 milhões, sendo R\$12.906,1 milhões no passivo circulante e R\$106.771,2 milhões no passivo não circulante. Em tal data, os empréstimos e financiamentos representavam 59,4% do passivo circulante e não circulante, que totalizaram R\$201.565,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2023, os empréstimos e financiamentos somavam R\$96.821,8 milhões, contra R\$92.354,1 milhões em 31 de dezembro de 2022, sendo R\$4.316,4 milhões no passivo circulante, contra R\$8.228,6 milhões em 31 de dezembro de 2022, e R\$92.505,5 milhões no passivo não circulante, contra R\$84.125,5 milhões em 31 de dezembro de 2022. Nas respectivas datas, os empréstimos e financiamentos representavam 60,8% e 58,3% do passivo circulante e não circulante, respectivamente, que totalizaram R\$159.133,8 milhões e R\$158.301,7 milhões, respectivamente.

A estratégia de financiamento da Companhia tem sido e será, ao longo dos próximos anos: (1) estender o prazo médio do endividamento, inclusive através do refinanciamento do passivo circulante, através de empréstimos e emissão de títulos de dívida de prazos mais longos, a fim de aumentar os níveis de liquidez e melhorar a sua flexibilidade estratégica, financeira e operacional; e (2) reduzir os custos de financiamento, através do acesso a fontes de financiamento de menor custo, inclusive através do mercado de capitais e do financiamento de exportações.

Com base no perfil do endividamento em 31 de dezembro de 2024 e em seu histórico, a Companhia acredita que continuará a ser capaz de levantar recursos em dólares americanos, euros e reais para cumprir as suas obrigações financeiras. Acredita-se ainda que investimentos em capex durante os últimos anos, além dos investimentos em capex que pretendemos fazer no futuro próximo, nos permitirão aumentar a capacidade de gerar caixa, fortalecer os índices de crédito e aumentar a capacidade de cumprir as obrigações financeiras. A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento total em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 (em R\$ mil).

Modalidade	Taxa Média Anual	Moeda	Circulante		Não Circulante	
			31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
Em moeda estrangeira						
ACC	5,94%	USD	6.285,2	252,5	-	-
Pré-pagamento	5,69%	USD	621,1	26,8	-	844,1

FINIMP	6,03%	USD e EUR	3,8	151,5	-	3,1
Linha de crédito - White Stripe	8,45%	USD e CAD	-	14,0	-	-
Capital de giro - Dólares americanos	7,49%	USD	38,6	1,8	13,8	12,4
CRA	5,36%	USD	4,5	2,1	403,7	186,2
Linha de crédito - Scott Technology	2,20%	USD	-	-	-	8,8
Nota de crédito - exportação	6,96%	USD	633,9	-	-	-
Outros	7,03%	Diversos	22,2	-	10,5	-
Subtotal			7.609,3	448,7	427,9	1.054,6
Em moeda nacional						
FINAME	6,00%	BRL	0,0	2,3	-	0,0
Pré-pagamento	7,09%	GBP, USD	-	265,8	-	290,5
Notas 2,50% JBS Lux 2027 (1)	2,50%	USD	71,0	55,9	6.132,4	4.774,6
Notas 5,13% JBS Lux 2028 (1)	5,13%	USD	118,2	93,0	5.506,7	4.291,3
Notas 6,50% JBS Lux 2029 (1)	6,50%	USD	5,8	5,2	432,5	377,1
Notas 3,00% JBS Lux 2029 (1)	3,00%	USD	45,8	36,1	3.646,4	2.838,0
Notas 5,50% JBS Lux 2030 (1)	5,50%	USD	193,9	154,5	7.686,5	6.002,9
Notas 3,75% JBS Lux 2031 (1)	3,75%	USD	9,2	7,6	3.027,9	2.398,1
Notas 3,00% JBS Lux 2032 (1)	3,00%	USD	23,2	18,6	6.085,0	4.746,1
Notas 3,63% JBS Lux 2032 (1)	3,63%	USD	99,7	81,0	5.917,0	4.766,1
Notas 5,75% JBS Lux 2033 (1)	5,75%	USD	146,3	142,7	10.070,3	9.687,9
Notas 6,75% JBS Lux 2034 (1)	6,75%	USD	186,2	149,6	9.200,3	7.630,2
Notas 4,38% JBS Lux 2052 (1)	4,38%	USD	100,2	79,0	5.496,8	4.295,4
Notas 6,50% JBS Lux 2052 (1)	6,50%	USD	50,2	40,6	9.450,1	7.394,0
Notas 7,25% JBS Lux 2053 (1)	7,25%	USD	49,8	90,4	5.469,1	4.275,9
Notas 4,25% PPC 2031	4,25%	USD	46,9	43,4	5.227,6	4.765,8
Notas 3,50% PPC 2032	3,50%	USD	64,5	50,8	5.525,1	4.314,5
Notas 6,25% PPC 2033	6,25%	USD	187,5	212,6	5.981,8	4.763,9
Notas 6,88% PPC 2034	6,88%	USD	26,0	37,0	3.009,9	2.346,0
Capital de giro - Real	10,99%	BRL	-	24,6	-	79,1
Capital de giro - Euro	3,78%	EUR	134,9	83,5	53,8	49,3
Nota de crédito - exportação	13,48%	BRL	5,3	14,1	5,2	1.039,6
CDC	15,29%	BRL	57,9	103,1	5,0	43,7
Custeio pecuário - Pré	11,01%	BRL	2.114,6	1.176,1	-	-
CRA	6,85%	BRL	70,7	721,6	7.544,1	9.747,0
Linha de crédito - Scott Technology	7,69%	USD, EUR	-	97,2	-	2,6
Linha de crédito - Beardstown Pace	3,65%	USD	-	32,4	-	313,2
Acordo Confinamento JBS Austrália	2,76%	AUD	-	4,8	-	164,9

Notas Comerciais	5,10%	—	1.251,7	-	-	-
Outros	6,63%	Diversos	237,3	44,1	869,7	53,3
Subtotal			5.296,9	3.867,7	106.343,3	91.450,9
Total			12.906,1	4.316,4	106.771,2	92.505,5

(1) Corresponde ao Registro de dívidas na Securities Exchange Commission (SEC) em 25 de outubro de 2024.

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$119.677,3 milhões, conforme apurado em 31 de dezembro de 2024:

Vencimento	31.12.2024
2025	12.906,1
2026	234,4
2027	6.244,3
2028	6.086,7
2029	4.370,2
2030	8.457,6
Vencimentos após 2030	81.377,9
Total	119.677,3

Contratos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2024, os contratos financeiros em vigor mais relevantes são descritos na tabela abaixo, inclusive no que se refere a eventuais restrições contratuais impostas à Companhia. Até a presente data, e no melhor entendimento da administração, tais cláusulas estão sendo cumpridas pela Companhia.

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
Linha de Crédito Sênior Garantida JBS Lux	Emissoras: -JBS USA Holding Lux S.à.r.l. -JBS USA Food Company; -JBS Australia Pty. Ltd.; -JBS Food Canada ULC. Garantidoras: -JBS S.A.; -JBS Global Luxembourg S.à.r.l.; -JBS Global Meat Holdings Pty. Limited.	<i>Covenants</i> comuns e habituais uma vez que a Companhia é <i>investment grade</i> e está sujeita às exceções habituais, mas limitada a: (i) ocorrência de "dívida prioritária", como hipoteca, fiança, impostos a pagar; (ii) ônus; (iii) mudanças fundamentais nas escrituras das notas, (iv) arrendamento, (v) vendas de todos ou substancialmente todos os ativos das Emissoras e suas subsidiárias, (vi) mudanças nas linhas de negócios e (vii) mudanças no ano fiscal. O contrato de crédito também exige o cumprimento de um limite máximo de dívida total para capitalização de 55,0% (o "Acordo de Manutenção Financeira"). Os Emissores podem notificar o depósito da garantia ao agente administrativo, optando por fornecer garantia incondicional completa por direito real de primeira prioridade em substancialmente todos os ativos dos EUA. A partir da data do depósito da garantia, a manutenção financeira do <i>covenant</i> não estará mais em vigor, a disponibilidade sob a Linha de Crédito Rotativo será limitada à cobertura da garantia e haverá limitações em 1) ônus, 2) endividamento, 3) vendas e outras disposições de ativos, 4) dividendos, distribuições e outros pagamentos relativos a participações societárias, 5) investimentos, aquisições, empréstimos e adiantamentos, e 6) pagamentos antecipados voluntários, resgates ou recompras de dívidas materiais subordinadas não garantidas. Em cada caso, as cláusulas 1 a 6 estão sujeitas a certas exceções que podem ser relevantes.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Notas 2,50% JBS Lux 2027			
Notas 5,13% JBS Lux 2028			
Notas 6,50% JBS Lux 2029			
Notas 3,00% JBS Lux 2029			
Notas 5,50% JBS Lux 2030	Emissoras: -JBS USA Holding Lux S.à.r.l. -JBS USA Food Company (JBS USA); -JBS USA Foods Group Holdings, Inc. (USA)		
Notas 3,75% JBS Lux 2031			
Notas 3,00% JBS Lux 2032	Garantidoras: - JBS S.A. (JBS S.A.); -JBS Global Luxembourg S.à.r.l (JBS Global Lux); -JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (JBS Global Meat).	Essas notas contêm cláusulas restritivas aplicáveis à Companhia e suas subsidiárias significativas, incluindo limitação de ônus, limitação de transações de venda e arrendamento, limitação de fusão, consolidação e venda de ativos. Essas limitações estão sujeitas a certas exceções, que podem ser materiais.	As notas contêm eventos habituais de inadimplência ⁽¹⁾ .
Notas 3,63% JBS Lux 2032			
Notas 5,75% JBS Lux 2033			

Notas 6,75% JBS Lux 2034			
Notas 4,38% JBS Lux 2052			
Notas 6,50% JBS Lux 2052			
Notas 7,25% JBS Lux 2053			
Notas 4,25% PPC 2031	Emissoras: -Pilgrim's Pride Corporation.		
Notas 3,50% PPC 2032	Garantidoras: -Pilgrim's Pride Corporation of West Virginia, Inc.;	Essas notas estão sujeitas a cláusulas restritivas aplicáveis à PPC e suas subsidiárias significativas, incluindo limitação de ônus, limitação de venda e transações de arrendamento, limitação de fusão, consolidação e venda de ativos. Essas limitações estão sujeitas a certas exceções, que podem ser materiais.	As notas contêm eventos habituais de inadimplência ⁽¹⁾ .
Notas 6,25% PPC 2033			
Notas 6,88% PPC 2034			

Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
		Em 4 de outubro de 2023, a PPC e algumas de suas subsidiárias celebraram um Contrato de Crédito Rotativo não garantido com o CoBank, ACB como agente administrativo e outros credores envolvidos que substituiu o Credit Facility dos EUA de 2021.	
		O contrato de crédito aumentou sua disponibilidade sob o compromisso de empréstimo rotativo de US\$ 800,0 milhões para US\$ 850,0 milhões, além de ocorrerem alterações de cláusulas e a extensão da data de vencimento de agosto de 2026 para outubro de 2028.	
Linha de crédito PPC - Crédito rotativo	Emissoras: -Pilgrim's Pride Corporation; -To-Ricos Ltd. -To-Ricos Distribution, LTD.	O crédito rotativo também exige o cumprimento de um índice mínimo de cobertura de juros de 3,50 (o "Acordo de Manutenção Financeira"). Os Mutuários poderão notificar a cura da garantia ao agente administrativo, optando por fornecer garantia total e incondicional aperfeiçoada por juros de segurança de primeira prioridade em substancialmente todos os ativos dos EUA. A partir da data de cura da garantia e após a data de cura da garantia, o acordo de manutenção financeira não estará mais em vigor, a disponibilidade sob o RCF será limitada à cobertura da garantia, poderá estar sujeita a um índice mínimo de cobertura de encargos fixos se a utilização for superior a 80% e haverá limitação sobre 1) gravames, 2) endividamento, 3) vendas e outras alienações de ativos, 4) dividendos, distribuições e outros pagamentos relativos a juros de capital, 5) investimentos, aquisições, empréstimos e adiantamentos, e 6) pré-pagamentos voluntários, resgates ou recompras de dívida material subordinada não garantida. Em cada caso, as cláusulas 1 a 6 estão sujeitas a certas exceções que podem ser materiais.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Linha de crédito Moy Park Holdings (Europe) Limited - Crédito rotativo	Emissora: - Moy Park Limited - Pilgrim's Pride Limited - Pilgrim's Food Masters UK Limited - Pilgrim's Food Masters Ireland Limited - Pilgrim's Shared Services Limited Garantidoras: - Moy Park Limited - Moy Park Holdings (Europe) Limited - Consumer Foods Van Sales Limited - Onix Investments UK Limited - Rollover Limited - Oakhouse Limited - Attleborough Foods Limited - Noon Products Limited - Spurway Foods Limited - Pilgrim's Pride Limited	A RCF exige o cumprimento de um índice mínimo de cobertura de juros de 3,00:1,00 e o índice de alavancagem não deve exceder 3,00:1,00. Acordos habituais que podem limitar a capacidade da Moy Park Holdings (Europe) Limited e a capacidade dos Mutuários ou Fiadores de, entre outras coisas: - vender ou alienar determinados ativos; - alterar a natureza geral da atividade principal da empresa; - incorrer em certas dívidas adicionais; - declarar determinados dividendos, prêmios de ações ou recompras de ações.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
	Emissora: - Primo Foods Pty Ltd.		
Linha de crédito Primo ANZ	Garantidoras: - Industry Park Pty Ltd; - Primo Foods Pty Ltd; - Australian Consolidated Food Holdings Pty Limited; - Australian Consolidated Food Investments Pty Limited; - Primo Group Holdings Pty Limited; - Primo Meats Pty Ltd; - Hans Continental Smallgoods Pty Ltd; - P&H Investments 1 Pty Ltd; - Hunter Valley Quality Meats Pty Limited; - Seven Point Pork Pty Ltd; - P&H Investments 2 Pty Ltd; - Primo Retail Pty Ltd; - Primo Meats Admin Pty Ltd; - Premier Beehive Holdco Pty Ltd; - Premier Beehive NZ.	A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da Primo e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em: - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos, reservas ou recompra de ações.	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
	Emissora: Huon Aquaculture Group Limited		

Linha de crédito Huon	Garantidoras: <ul style="list-style-type: none"> -Industry Park Pty Ltd; -Huon Aquaculture Group Limited; -Huon Aquaculture Company Pty Ltd; -Springs Smoked Seafoods Pty Ltd ; -Springfield Hatcheries Pty Ltd; -Huon Ocean Trout Pty Ltd; -Meadow Bank Hatchery Pty Ltd; -Morrison's Seafood Pty Ltd; -Southern Ocean Trout Pty Ltd; -Huon Shellfish Co Pty Ltd; -Spring Smoked Salmon Pty Ltd; -Huon Salmon Pty Ltd; -Huon Smoked Salmon Pty Ltd; -Huon Smoked Seafoods Pty Ltd; -Huon Seafoods Pty Ltd; -Huon Tasmanian Salmon Pty Ltd. 	<p>A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da Huon e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos, reservas ou recompra de ações. 	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Linha de crédito JBS Australia & Rivalea	Emissoras: <ul style="list-style-type: none"> -JBS Australia Pty Limited; -Rivalea (Australia) Pty Ltd. Garantidoras: <ul style="list-style-type: none"> -JBS Australia Pty Limited; -Diamond Valley Pork Pty Ltd; -Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd; -Rivalea (Australia) Pty Ltd -Industry Park Pty Ltd. 	<p>A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da JBS Australia e Rivalea e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos, reservas ou recompra de ações. 	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Linha de crédito AMI	Emissora: <ul style="list-style-type: none"> -Andrews Meat Industries Pty Ltd. 	<p>A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da AMI e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; - incorrer em endividamento adicional; - criar ônus; - pagar certos dividendos, reservas ou recompra de ações. 	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Linha de crédito WSF NAB	Emissora: <ul style="list-style-type: none"> -White Stripe Foods Pty Ltd. 	<p>A linha de crédito contém restrições contratuais que podem limitar a capacidade da WSF e de algumas das subsidiárias, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - vender ou alienar certos ativos; - alterar a natureza geral dos principais negócios da Companhia; 	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Linha de crédito Mexicana	Emissora: <ul style="list-style-type: none"> -Pilgrim's Pride, S. de R.L. de C.V. Garantidoras: <ul style="list-style-type: none"> -Avícola Pilgrim's Pride de Mexico, SA de CV. 	<p>A linha de crédito inclui cláusulas que podem limitar a capacidade da Companhia de realizar investimentos, atuar como fiadora de obrigações de terceiros, alterar seu objeto social ou linha de negócios e iniciar o processo de liquidação. Essas limitações estão sujeitas a certas exceções, que podem ser materiais.</p>	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
Linha Notas Comerciais	Emissoras: <ul style="list-style-type: none"> -JBS USA Holding Lux S.à.r.l. -JBS USA Food Company (JBS USA); -JBS USA Foods Group Holdings, Inc. (USA) Garantidoras: <ul style="list-style-type: none"> - JBS S.A. (JBS S.A.); - JBS Global Luxembourg S.à r.l (JBS Global Lux); - JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (JBS Global Meat). 	<p>Em 10 de dezembro de 2024, a subsidiária JBS USA Food Company iniciou a emissão de notas comerciais, permitindo a captação de recursos por até 397 dias a taxas de juros competitivas, que variam de acordo com o prazo das notas. Em 29 de dezembro de 2024, os empréstimos em aberto totalizavam US\$ 202,1 milhões, líquidos do desconto relacionado à emissão. A taxa média ponderada de juros sobre as notas comerciais em circulação era de 5,10%, com vencimentos inferiores a 30 dias.</p>	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
8º emissão de debêntures CRA			
9º emissão de debêntures CRA 10º emissão de debêntures CRA	Emissora: <ul style="list-style-type: none"> JBS S.A. 	<p>Restrições contratuais de praxe que podem limitar a capacidade da Companhia, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - criar ônus; - vender ou alienar a terceiros todos ou substancialmente todos os ativos; - realizar cisão, fusão ou incorporação da Companhia e/ou de suas Controladas por terceiros; - pagar dividendos se o emitente estiver inadimplente referente a qualquer de suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura da emissão. 	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .
11º emissão de debêntures CRA			
Modalidade	Emissoras e garantidoras	Covenants / Garantias	Eventos de Inadimplemento
1º emissão de Cédula de Produto Rural CRA	Emissora: <ul style="list-style-type: none"> Seara Alimentos Ltda. Garantidora: <ul style="list-style-type: none"> JBS S.A 	<p>Restrições contratuais de praxe que podem limitar a capacidade da Companhia, dentre outras coisas, em:</p> <ul style="list-style-type: none"> - criar ônus; - vender ou alienar a terceiros todos ou substancialmente todos os ativos; - realizar cisão, fusão ou incorporação da Companhia e/ou de suas Controladas por terceiros; - pagar dividendos se o emitente estiver inadimplente referente a qualquer de suas obrigações pecuniárias nos termos da escritura da emissão. 	Eventos de inadimplemento de praxe ⁽¹⁾ .

⁽¹⁾ Eventos de inadimplemento de praxe incluem o descumprimento ou inobservância de termos, restrições contratuais ou outras avenças previstas em referida linha de crédito, inadimplemento de outro endividamento caso o efeito seja acarretar pagamento antecipado, falta de pagamento referente a outro endividamento perdoado ou prorrogado nos limites do período de carência

aplicável, prolação de sentenças judiciais ou decisões desfavoráveis contra o emissor ou suas controladas, e certos eventos relacionados a questões de falência e insolvência.

A Companhia declara que estava em conformidade com todas as restrições contratuais em 31 de dezembro de 2024 e até a data de aprovação das demonstrações contábeis relativas ao período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- **Outras informações relevantes:**

Em 25 de outubro de 2024, foram lançadas ofertas de troca das seguintes 13 séries existentes de notas emitidas pela JBS USA Food Company e JBS Luxemborug Company S.à.r.l.: (1) montante principal agregado de US\$ 1.507.046.000 das 6.750% Senior Notes com vencimento em 2034; (2) montante principal agregado de US\$ 900.000.000 das 7.250% Senior Notes com vencimento em 2053; (3) montante principal agregado de US\$ 3.062.000 das 2.500% Senior Notes com vencimento em 2027; (4) montante principal agregado de US\$ 20.416.000 das 5.125% Senior Notes com vencimento 2028; (5) montante principal agregado de US\$ 803.000 das 6.500% Senior Notes com vencimento em 2029; (6) montante principal agregado de US\$ 343.000 das 3.000% Senior Notes com vencimento em 2029; (7) montante principal agregado de US\$ 4.320.000 das 5.500% Senior Notes com vencimento em 2030; (8) montante principal agregado de US\$ 909.000 das 3.750% Senior Notes com vencimento em 2031; (9) montante principal agregado de US\$ 16.974.000 das 3.000% Sustainability-Linked Senior Notes com vencimento em 2032; (10) montante principal agregado de US\$ 10.598.000 das 3.625% Sustainability-Linked Senior Notes com vencimento em 2032; (11) montante principal agregado de US\$ 483.000 das 5.750% Senior Notes com vencimento em 2033; (12) montante principal agregado de US\$ 115.000 das 4.375% Senior Notes com vencimento em 2052; e (13) montante principal agregado de US\$ 345.000 das 6.500% Senior Notes com vencimento em 2052, em cada caso, pelo mesmo montante principal de notas de troca registradas recém-emitidas por novos títulos de dívida registrados.

A oferta de troca expirou em 25 de novembro de 2024 e aproximadamente 99% do montante principal agregado das notas existentes foram trocados.

- **Títulos vinculados à sustentabilidade**

Emitimos três séries de títulos de dívida vinculados à sustentabilidade com taxa fixa no mercado internacional de capitais, conforme seguem:

- Títulos vinculados à sustentabilidade de 3,625% da JBS USA, com vencimento em janeiro de 2032, no valor principal agregado de US\$969,1 milhões;
- Títulos vinculados à sustentabilidade de 3,000% da JBS USA, com vencimento em maio de 2032, no valor principal agregado de US\$1,0 bilhão; e
- Títulos vinculados à sustentabilidade de 4,250% da PPC, com vencimento em abril de 2031, no valor principal agregado de US\$855,7 milhões.

Conforme descrito abaixo, cada série de títulos vinculados à sustentabilidade possui determinadas metas de desempenho em sustentabilidade da JBS S.A., da JBS USA ou da PPC, que, se não forem atingidas, resultarão em um aumento na taxa de juros a ser paga sobre os respectivos títulos. No entanto, é possível que os títulos não atendam aos requisitos dos investidores ou a quaisquer padrões legais, paralegais ou de outra natureza futuros para investimentos em ativos com características de sustentabilidade. Além disso, nenhum de seus emissores ou garantidores se comprometem (i) a alocar os recursos líquidos especificamente para projetos ou atividades de negócios que atendam a critérios de sustentabilidade ou (ii) a se sujeitarem a quaisquer outras limitações ou requisitos que possam estar associados a títulos verdes, títulos sociais ou títulos de sustentabilidade em qualquer mercado específico.

As metas de desempenho em sustentabilidade aplicáveis aos títulos foram exclusivamente adaptadas aos negócios, às operações e às capacidades da JBS S.A., da JBS USA e da PPC, não sendo apropriadas para *benchmarks* contra metas de desempenho em sustentabilidade similares – e o desempenho relativo – de outras empresas. Além disso, como atualmente não existe uma definição oficialmente aceita (legal, regulatória ou de outra natureza), nem um consenso de mercado sobre quais critérios um determinado instrumento financeiro deve atender para se qualificar como “verde”, “social”, “sustentável” ou “vinculado à sustentabilidade” (ademas, os requisitos de qualquer rótulo podem ser alterados de tempos em tempos), nenhuma garantia foi ou poderia ser dada aos investidores pelos emissores ou garantidores dos títulos ou por qualquer emissor terceiro de opinião ou por qualquer fornecedor qualificado de serviços terceirizados de garantia ou atestaçao nomeados por cada empresa (“Verificador Externo”) de

que os títulos atenderão a todas ou quaisquer expectativas dos investidores em relação aos títulos ou às respectivas metas de desempenho em sustentabilidade qualificadas como “verdes”, “sociais”, “sustentáveis” ou “vinculadas à sustentabilidade”, ou de que quaisquer impactos sociais adversos e/ou de outra natureza não ocorrerão em conexão com a JBS S.A., a JBS USA e/ou a PPC, na busca de atingir às respectivas metas de desempenho em sustentabilidade ou de utilizar os recursos líquidos oriundos da oferta de títulos.

Além disso, nenhuma garantia ou declaração foi dada pelos emissores e garantidores dos títulos, nem por quaisquer emissores terceiros de opinião, tampouco por qualquer Verificador Externo quanto à adequação ou confiabilidade para qualquer finalidade de qualquer opinião, relatório ou certificação de quaisquer terceiros em conexão com a oferta dos títulos ou das respectivas metas de desempenho em sustentabilidade, com a finalidade de atender a qualquer critério verde, social, de sustentabilidade, vinculado à sustentabilidade e/ou de outra natureza. Qualquer opinião, relatório ou certificação não é – nem deve ser – considerado.

Não há garantia a respeito de até que ponto a JBS S.A., a JBS USA e/ou a PPC terão êxito na redução significativa de suas emissões de gases do efeito estufa. Embora o não atingimento das metas de desempenho em sustentabilidade aplicáveis ocasionará um aumento na taxa de juros dos títulos, tal não atingimento não representará um evento de inadimplência nos termos dos títulos, tampouco os emissores e/ou garantidores desses títulos são obrigados a recomprar ou resgatar quaisquer títulos em tal circunstância.

- ***Títulos vinculados à sustentabilidade de 3,625% da JBS USA, com vencimento em janeiro de 2032***

Em junho de 2021, a JBS S.A. adotou o *Sustainability-Linked Bond Framework*, estabelecendo suas prioridades estratégicas em sustentabilidade e definindo objetivos relativos a uma de suas principais áreas prioritárias: Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa (conforme definição abaixo). O objetivo de longo prazo da JBS S.A. é reduzir a Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa até o fim de 2030, medida em relação ao ano-base de 2019. Como parte desse objetivo, a JBS S.A. estabeleceu uma Meta de Desempenho em Sustentabilidade que consiste em reduzir sua Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa em 16,4% até 31 de dezembro de 2025, com base em melhorias anuais lineares em relação ao ano-base de 2019, que resultará numa redução de 30% até o fim de 2030, sujeita a determinadas exclusões relacionadas a aquisições significativas e mudanças nas leis e regulamentos.

A JBS S.A. define a “Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa” como MTCO2e dividido por toneladas (“MTCO2e/MT”) produzidas. A JBS S.A. define “MTCO2e” como a soma das emissões de Escopo 1 (principalmente provenientes de combustíveis queimados, gelo seco/CO2 gasoso utilizado como auxiliar no processo de manufatura e sistemas de tratamento de águas residuais), além das emissões de Escopo 2 (principalmente provenientes de energia elétrica comprada) durante um determinado período das operações globais da JBS S.A., medida em toneladas de dióxido de carbono equivalente e “toneladas produzidas” como a soma de carne bovina, carne de frango e carne suína frescas, congeladas e com valor agregado, bem como de seus respectivos produtos derivados processados e miúdos produzidos durante um determinado período, medida em incrementos de toneladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa da JBS S.A. foi de 0,2693 MTCO2e/MT produzida (Escopo 1 e 2), sujeita à verificação por parte de terceiros.

Nos termos dos Títulos vinculados à sustentabilidade de 3,625% da JBS USA, com vencimento em janeiro de 2032, se a JBS S.A. não cumprir a Meta de Desempenho em Sustentabilidade e apresentar confirmação ao administrador juntamente a uma confirmação relacionada por parte de um Verificador Externo pelo menos 30 dias antes da data de 15 de janeiro de 2027, a taxa de juros a ser paga sobre os títulos aumentará em 25 pontos-base em 15 de janeiro de 2027 até a data de vencimento de 15 de janeiro de 2032.

- ***Títulos vinculados à sustentabilidade de 3,000% da JBS USA, com vencimento em maio de 2032***

Em novembro de 2021, a JBS USA adotou o *Sustainability-Linked Bond Framework*, estabelecendo suas prioridades estratégicas em sustentabilidade e definindo objetivos relativos a uma de suas principais áreas prioritárias: Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa (conforme definição abaixo). O objetivo de longo prazo da JBS USA é reduzir sua Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa até o fim de 2030, medida em relação ao ano-base de 2019. Como parte desse objetivo, a JBS USA estabeleceu uma Meta de Desempenho em Sustentabilidade que consiste em reduzir sua Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa em 20,30% até 31 de dezembro de 2026, com base em melhorias

anuais lineares em relação ao ano-base de 2019, que resultará numa redução de 30% até o fim de 2030, sujeita a determinadas exclusões relacionadas a aquisições significativas e mudanças nas leis e regulamentos.

A JBS USA define a “Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa” como MTCO₂ dividido por toneladas (“MTCO₂e/MT”) produzidas. A JBS USA define “MT de CO₂e” como a soma das emissões de Escopo 1 (principalmente provenientes de combustíveis queimados, gelo seco/CO₂ gasoso utilizado como auxiliar no processo de manufatura e sistemas de tratamento de águas residuais), além das emissões de Escopo 2 (principalmente provenientes de energia elétrica comprada) durante um determinado período das operações globais da JBS USA, medido em toneladas de dióxido de carbono equivalente e “toneladas produzidas” como a soma de carne bovina, carne de frango e carne suína frescas, congeladas e com valor agregado, bem como de seus respectivos produtos derivados processados e miúdos produzidos durante um determinado período, medida em incrementos de toneladas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Intensidade Global de Emissões de Gases do Efeito Estufa da JBS USA foi de 0,23807 MTCO₂e/MT produzida (Escopo 1 e 2), sujeita à verificação por parte de terceiros.

Nos termos dos Títulos vinculados à sustentabilidade de 3,000% da JBS USA, com vencimento em maio de 2032, se a JBS USA não cumprir a Meta de Desempenho em Sustentabilidade e apresentar confirmação ao administrador juntamente a uma confirmação relacionada por parte de um Verificador Externo seis meses antes da data de 31 de dezembro de 2026, a taxa de juros a ser paga sobre os títulos aumentará em 0,25 pontos percentuais em 15 de novembro de 2027 até a data de vencimento de 15 de maio de 2032.

- ***Títulos vinculados à sustentabilidade de 4,250% da PPC, com vencimento em abril de 2031***

Em março de 2021, a PPC adotou o Sustainability-Linked Bond Framework, estabelecendo suas prioridades estratégicas em sustentabilidade e definindo objetivos relativos a uma de suas principais áreas prioritárias: Emissões de gases do efeito estufa (conforme definição abaixo). O objetivo de longo prazo da PPC é reduzir sua Intensidade de Emissões de Gases do Efeito Estufa até o fim de 2030, medida em relação ao ano-base de 2019. Como parte desse objetivo, a PPC estabeleceu uma Meta de Desempenho em Sustentabilidade que consiste em reduzir sua Intensidade de Emissões de Gases do Efeito Estufa em 17,679% até 31 de dezembro de 2025, com base em melhorias anuais lineares em relação ao ano-base de 2019, que resultará numa redução de 30% até o fim de 2030, sujeita a determinadas exclusões relacionadas a aquisições significativas e mudanças nas leis e regulamentos.

A PPC define a “Intensidade de Emissões de Gases do Efeito Estufa” como tCO₂e divididas por 100 libras (“tCO₂e/100 libras”) produzidas. A PPC define “tCO₂e” como a soma das emissões de Escopo 1 (provenientes de fontes fixas e móveis) e das emissões de Escopo 2 (provenientes de emissões indiretas) durante um determinado período das operações globais, incluindo, mas não se limitando à utilização de gelo seco, medida em toneladas de dióxido de carbono equivalente, além de “libras produzidas” como a soma de carne de frango e de carne suína frescas, congeladas e com valor agregado, bem como de seus respectivos produtos derivados processados e miúdos produzidos durante um determinado período, medida em incrementos de 100 libras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Intensidade de Emissões de Gases do Efeito Estufa da PPC foi de 0,00988 tCO₂e/100 libras produzidas, sujeita à verificação por parte de terceiros.

Nos termos dos Títulos vinculados à sustentabilidade de 4,250% da PPC, com vencimento em abril de 2031, se a PPC não cumprir a Meta de Desempenho em Sustentabilidade e apresentar confirmação ao administrador juntamente a uma confirmação relacionada por parte de um Verificador Externo pelo menos 30 dias antes da data de 15 de outubro de 2026, a taxa de juros a ser paga sobre os títulos aumentará em 0,25 pontos percentuais em 15 de outubro de 2026 até a data de vencimento de 15 de abril de 2031.

- ***Linha de Crédito Rotativo JBS S.A.***

Em 5 de agosto de 2022, a JBS S.A. e suas subsidiárias JBS Investments Luxembourg S.à.r.l., Seara Meats B.V. e Seara Alimentos Ltda., como mutuários e garantidores, assinaram uma linha de crédito rotativo sem garantia de US\$450,0 milhões. Qualquer empréstimo contraído por um tomador de empréstimo será garantido pelos outros três devedores. A capacidade da linha de crédito rotativo pode ser aumentada para US\$500,0 milhões, com um mecanismo de expansão estilo acordeom (accordion expansion), que entrou em vigor em novembro de 2024, após a obtenção de compromissos do credor.. A linha de crédito rotativo vencia inicialmente em agosto de 2025 e incluía duas prorrogações de um ano, que foram exercidas pelo mutuário e devidamente aceitas por todas as contrapartes. De acordo com os termos da linha de crédito rotativo, a taxa de juros para

qualquer empréstimo será acumulada a uma taxa de financiamento overnight com garantia ajustada (“SOFR”), mas as margens aplicáveis que são baseadas no rating corporativo da JBS S.A. Em 31 de dezembro de 2024, não havia empréstimos pendentes sob a linha de crédito rotativo da JBS S.A.

- **JBS USA Linha de Crédito Rotativo Sênior Sem Garantia**

Em 1º de novembro de 2022, a JBS USA, JBS USA Food Company, JBS USA Finance, Inc., JBS Australia e JBS Canada, como mutuários, assinaram uma linha de crédito rotativo sem garantia (a “Linha de Crédito Rotativo Sênior Sem Garantia”), com o Bank of Montreal, como agente administrativo e as partes credoras. A Linha de Crédito Rotativo Sênior Sem Garantia prevê um compromisso de crédito rotativo de até US\$1.500,0 milhões, com vencimento em 2027, com duas opções de extensão de um ano, a critério de cada credor. A linha de crédito está disponível em duas parcelas de US\$800,0 milhões e US\$700,0 milhões e em múltiplas moedas, sujeito a sublimites com relação a quaisquer montantes emprestados em moedas que não sejam montantes emprestados em dólares. Esses empréstimos trazem juros à taxa de referência aplicável ou à taxa preferencial mais as margens aplicáveis, que são baseadas no crédito corporativo, ou na família de rating da JBS USA.

Garantias. Sujeito ao Ajuste de Garantia descrito abaixo, os empréstimos são garantidos pela JBS S.A., por algumas outras empresas controladoras diretas ou indiretas da JBS USA, por cada um dos mutuários da Linha de Crédito Rotativo Sênior Sem Garantia e por qualquer subsidiária da JBS USA que garanta o endividamento relevante de qualquer mutuário ou de qualquer subsidiária que seja garantidora. Após um Ajuste de Garantia (conforme descrito abaixo), cada subsidiária integral de cada mutuário é obrigada a se tornar uma garantidora.

Compromissos. A Linha de Crédito Rotativo Sênior Sem Garantia contém declarações e garantias habituais, compromissos e eventos de inadimplência. Além disso, a “Linha de Crédito Rotativo Sênior Sem Garantia” e sujeito ao Ajuste de Garantia descrito abaixo inclui um compromisso de manutenção financeira que exige o cumprimento de uma dívida total máxima de capitalização de 55,0%, que será testada no final de cada trimestre fiscal dos mutuários (o “Compromisso de Manutenção Financeira”).

Ajuste de Garantia. Após o final de qualquer trimestre fiscal, os mutuários podem notificar que não cumprão o Compromisso de Manutenção Financeira e, em vez disso, podem optar por fazer com que os mutuários, os garantidores e cada garantidor subsidiário forneçam garantias referente a linha de crédito rotativa anteriormente garantida (o “Ajuste de Garantia”). A partir e após a data do Ajuste de Garantia, o Compromisso de Manutenção Financeira não estará mais em vigor e a disponibilidade prevista na Linha de Crédito Rotativo Sênior Sem Garantia será limitada e estará sujeita à cobertura de garantia, utilizando uma taxa de adiantamento de 75% sobre os recebíveis americanos e uma taxa de adiantamento de 50% sobre o estoque americano, sujeito a certas exceções.

Em 31 de dezembro de 2024, não havia empréstimos pendentes no o JBS USA Linha de Crédito Rotativo Sênior Sem Garantia.

- **Programa de Notas Comerciais da JBS USA**

Em 2 de dezembro de 2024, lançamos nosso programa de notas comerciais. O programa permite que a JBS USA, a JBS USA Food Company e a JBS USA Foods Group Holdings emitam até US\$ 1,0 bilhão em valor principal agregado de notas de curto prazo e sem garantia, sem registro sob a Lei de Valores Mobiliários. Em 31 de dezembro de 2024, o valor principal agregado em circulação do Programa de Notas Comerciais era de US\$ 187,5 milhões.

- **Linha de Crédito PPC**

Em 4 de outubro de 2023, a PPC e algumas de suas subsidiárias celebraram um Contrato de Linha de Crédito Rotativo Sindicalizado (a “Linha de Crédito Rotativo PPC”) com o CoBank, ACB como agente administrativo e agente de garantia, e outras partes credoras. A Linha de Crédito Rotativo PPC prevê uma disponibilidade de empréstimo rotativo de US\$850,0 milhões, com vencimento em 2028. Empréstimos tomados na Linha de Crédito Rotativo PPC incidem juros a uma taxa anual igual ao SOFR ou à taxa básica de juros mais margens aplicáveis com base nas classificações de crédito da PPC.

A Linha de Crédito Rotativo PPC não é garantida por nenhuma das subsidiárias da PPC. Após a PPC Collateral Cure, cada subsidiária integral de cada mutuário é obrigada a se tornar uma fiadora (exceto certas subsidiárias excluídas que não são obrigadas a se tornar uma fiadora). A Linha de Crédito Rotativo PPC contém representações e garantias habituais, acordos e eventos

de inadimplência. A Linha de Crédito Rotativo PPC impõe certas limitações e restrições à PPC e suas subsidiárias restritas, incluindo, sem limitação, (1) ônus, (2) endividamento, (3) vendas e outras alienações de ativos, (4) dividendos, distribuições e outros pagamentos em relação a participação acionária, (5) investimentos e (6) pré-pagamentos voluntários, resgates ou recompras de dívida júnior, em cada caso, sujeito a certas exceções que podem ser materiais e algumas dessas cláusulas só se aplicam à PPC após a ocorrência de certos eventos desencadeadores. Além disso, a Linha de Crédito Rotativo do PPC é sujeita à Collateral Cure da PPC, inclui um acordo de manutenção financeira que exige que a PPC não permita que sua taxa de cobertura de juros seja inferior a 3,50:1,00, que deverá ser testada no final de cada trimestre fiscal da PPC (o “Acordo de Manutenção Financeira do PPC”).

Após o fim de qualquer trimestre fiscal, a PPC pode dar aviso de que não estará em conformidade com o PPC Financial Maintenance Covenant e, em vez disso, pode optar por fazer com que os mutuários e cada fiador subsidiário forneçam interesses de segurança na garantia que garantiu a linha de crédito garantida anterior da PPC (a “PPC Collateral Cure”). A partir da data da PPC Collateral Cure e após ela, a PPC Financial Maintenance Covenant não estará mais em vigor e a disponibilidade sob a Linha de Crédito Rotativo PPC será limitada e sujeita à cobertura de garantia utilizando uma taxa de adiantamento de 75% sobre recebíveis dos EUA e uma taxa de adiantamento de 50% sobre estoque dos EUA, sujeito a certas exceções.

Atualmente, estamos em conformidade com os acordos da Linha de Crédito Rotativo PPC.

Em 31 de dezembro de 2024, a PPC tinha cartas de crédito em aberto e limites disponíveis sob o compromisso de crédito rotativo de US\$24,2 milhões e US\$825,8 milhões, respectivamente. Não havia empréstimos tomados e em aberto em 31 de dezembro de 2024.

- ***Certificados de Recebíveis do Agronegócio JBS S.A.***

De outubro de 2019 até maio de 2024, a JBS S.A. emitiu várias séries de debêntures não conversíveis em ações sem garantia, para colocação privada, com vencimentos que vão de 2024 até 2044. Essas debêntures são emitidas em reais e acumulam juros a diferentes taxas, utilizando diferentes índices, com uma taxa média anual de juros de 6,90%, em 31 de dezembro de 2024. Grande parte dessas debêntures tem seu valor principal atualizado pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo). Essas debêntures são parte de uma securitização de recebíveis do agronegócio que resultou na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (“CRAs”). Os recursos líquidos provenientes da emissão dessas debêntures têm sido utilizados principalmente para aquisição de gado, produtos naturais e outros insumos necessários ao processamento ou industrialização do gado bovino, incluindo o abate, preparação de subprodutos e fabricação de produtos cárneos provenientes do processo de abate primário mencionado acima, bem como a comercialização dos produtos e subprodutos resultantes desse processo, incluindo exportação, intermediação, armazenamento e transporte dos produtos, subprodutos e derivados.

- ***Certificados de Recebíveis do Agronegócio Seara Alimentos***

Em 3 de outubro de 2024, a Seara Alimentos Ltda., controlada da Companhia, concluiu a emissão de três cédulas de produto rural de liquidação financeira (“CPR-Financeiras”) no valor total de R\$1.502.580.000,00, com garantia fidejussória da Companhia, com vencimento entre 5 de setembro de 2029 e 15 de setembro de 2044. As CPR-Financeiras serão remuneradas por uma taxa de juros anual entre 5,3000% e 6,8408%. As CPR-Financeiras são parte de uma operação de securitização de recebíveis do agronegócio que resultou na emissão de certificados de recebíveis do agronegócio (“CRAs”). Os recursos líquidos provenientes da emissão das CPR-Financeiras serão utilizados pela Seara para aquisição de produtos agropecuários, notadamente na forma de milho *in natura*. Os contratos que regulam o CRA possuem obrigações e eventos de vencimento antecipado usuais; no entanto, eles não incluem nenhum covenant financeiro.

- ***Obrigações Contratuais***

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos, em 31 de dezembro de 2024.

Obrigações Contratuais (em milhões de reais)	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 4 e 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	38.356,5	-	-	-	38.356,5
Empréstimos e financiamentos	12.906,1	12.565,4	12.827,9	81.377,9	119.677,3
Juros estimados empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾	15.222,6	15.113,1	5.201,2	35.110,4	70.647,4
Passivos financeiros derivativos	1.027,8	619,8	-	-	1.647,6
Arrendamentos a pagar	2.078,6	3.555,1	1.457,8	3.646,1	10.737,6
Outros passivos circulantes e não circulantes	67,5	101,3	-	-	168,8

(1) Inclui juros sobre o saldo de empréstimos e financiamentos. Os pagamentos são estimados pela taxa variável da dívida com base na taxa de juros efetiva em 31 de dezembro de 2024. Pagamentos em moeda estrangeira são estimados com base na taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2024.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras com o objetivo de manter a condução normal de seus negócios, como convênios com instituições financeiras com o objetivo de promover o acesso ao crédito de produtores rurais, parceiros responsáveis pela criação de frangos e suínos, para financiar a expansão e melhoria de suas operações, além de convênios com instituições financeiras para o pagamento de salários e benefícios de seus colaboradores.

Adicionalmente, a Companhia possui convênios com algumas instituições financeiras com o objetivo de melhorar sua gestão do capital de giro por meio da venda de créditos detidos por ela a determinados clientes dos mercados interno e externo, e também por meio da facilitação da antecipação de créditos que seus fornecedores possuem contra a Companhia.

A Companhia ainda pode utilizar operações de derivativos com a finalidade de proteger sua exposição a determinadas variações de mercado.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre os empréstimos e financiamentos quirografários da Companhia. Os empréstimos e financiamentos que possuem garantias reais contam com as preferências e prerrogativas previstas em lei.

Em 31 de dezembro de 2024, uma parcela que representa menos que 1% do total dos empréstimos e financiamentos apresentava garantias.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições.

Na data deste Formulário de Referência, a JBS está em conformidade com todas as obrigações constantes nos seus contratos de empréstimos e financiamentos. Vale mencionar que, em setembro de 2024, a Companhia fez o resgate antecipado da totalidade dos CRAs que ainda possuíam covenants financeiros, com isso, a Companhia não possui mais nenhum covenant financeiro em seus empréstimos e financiamentos. No entanto, a JBS USA e a PPC possuem linhas de crédito rotativo, que não possuem empréstimos tomados e em aberto, as quais possuem os seguintes covenants financeiros:

Contrato	Covenant Financeiro	Índice efetivo em 31/12/2024
Linha de Crédito Rotativa JBS USA – Bank of Montreal	Dívida total máxima de capitalização de 55,0%	45,6%
Linha de Crédito Rotativa PPC – CoBank, ACB	Índice de cobertura de juros superior a 3,50:1,00	12,85 : 1,00

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Em 31 de dezembro de 2024, a JBS possuía um total de R\$119.677,3 milhões em empréstimos

e financiamentos. Adicionalmente, a JBS USA possui US\$2.853,0 milhões disponíveis em linhas de crédito rotativas e garantidas, equivalentes a R\$17.666,5 milhões ao câmbio de 31 de dezembro de 2024 e a JBS SA possuía US\$500,0 milhões disponíveis em linhas de crédito rotativas e garantidas, equivalentes a R\$3.096,2 milhões ao câmbio de 31 de dezembro de 2024.

h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 comparado ao período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2023

DRE Consolidada (R\$ milhões)	31.12.2024	% ROL	31.12.2023	% ROL	Var (%)	Var (R\$)
Receita Líquida	416.952,0	100,0%	363.816,5	100,0%	14,6%	53.135,5
Custo dos produtos vendidos	(354.179,0)	-84,9%	(324.167,5)	-89,1%	9,3%	(30.011,5)
Lucro Bruto	62.773,0	15,1%	39.649,0	10,9%	58,3%	23.124,0
Com vendas	(26.116,5)	-6,3%	(22.941,2)	-6,3%	13,8%	(3.175,3)
Administrativas e gerais	(12.305,3)	-3,0%	(11.547,1)	-3,2%	6,6%	(758,2)
Outras despesas	(1.045,5)	-0,3%	(613,1)	-0,2%	70,5%	(432,4)
Outras receitas	457,7	0,1%	754,6	0,2%	-39,3%	(296,9)
Despesas Operacionais	(39.009,6)	-9,4%	(34.346,7)	-9,4%	13,6%	(4.662,8)
Resultado Operacional	23.763,4	5,7%	5.302,3	1,5%	348,2%	18.461,1
Receitas financeiras	3.885,2	0,9%	2.914,0	0,8%	33,3%	971,2
Despesas financeiras	(12.848,3)	-3,1%	(9.662,0)	-2,7%	33,0%	(3.186,4)
Despesas Financeiras Líquidas	(8.963,1)	-2,1%	(6.748,0)	-1,9%	32,8%	(2.215,2)
Resultado de equivalência patrimonial	20,4	0,0%	47,6	0,0%	-57,2%	(27,3)
Resultado Antes do Imposto De Renda E Contribuição Social	14.820,6	3,6%	(1.398,1)	-0,4%	-1160,1%	16.218,7
Imposto de renda e contribuição social correntes	(4.881,9)	-1,2%	(338,5)	-0,1%	1342,4%	(4.543,5)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	765,3	0,2%	1.007,4	0,3%	-24,0%	(242,1)
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.116,6)	-1,0%	668,9	0,2%	-715,4%	(4.785,6)
Lucro Líquido	10.704,0	2,6%	(729,1)	-0,2%	-1568,0%	11.433,1
ATRIBUÍDO A:						
Participação dos controladores	9.615,9	2,3%	(1.061,0)	-0,3%	-1006,3%	10.676,9
Participação dos não controladores	1.088,1	0,3%	331,8	0,1%	227,9%	756,2

Pelas razões descritas abaixo, a Companhia registrou lucro líquido de R\$10.704,0 milhões no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 e prejuízo de R\$729,1 milhões no mesmo período de 2023. O lucro líquido como percentual da receita foi de 2,6% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024. Já no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, o prejuízo como percentual da receita foi de (0,2)%.

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2024	2023		
Lucro líquido (prejuízo)	10.704,0	(729,1)	11.433,1	n.m.
Lucro líquido (prejuízo) percentual da receita líquida	2,6%	(0,2)%	-	n.m.

Receita Líquida

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2024	2023		
Receita líquida	416.952,0	363.816,5	53.135,5	14,6%

A receita líquida da Companhia aumentou em R\$53.135,5 milhões ou 14,6% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 comparado ao mesmo período de 2023. A receita líquida foi positivamente impactada por um aumento de 3,9% no volume consolidado de vendas

e por um incremento de 10,3% no preço médio consolidado de venda. Para mais informações ver o item “Resultados dos Segmentos” abaixo.

Custo dos Produtos Vendidos

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2024	2023		
Custo dos Produtos Vendidos	354.179,0	324.167,5	30.011,5	9,3%
Custo dos produtos vendidos como porcentagem da receita líquida	84,9%	89,1%	-	(4,2) p.p.

O custo dos produtos vendidos da Companhia aumentou R\$30.011,5 milhões, ou 9,3% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 se comparado ao mesmo período de 2023.

O custo dos produtos vendidos foi principalmente impactado por: (1) efeito da variação cambial e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos; (2) um aumento dos custos operacionais relacionado ao aumento do volume produzido; e (3) um aumento dos salários e benefícios, como resultado do reajuste salarial, hora extra e hora dobrada, além do aumento da provisão de bônus devido a melhora dos resultados operacionais no ano de 2024 em relação ao ano anterior.

Despesas Administrativas e Gerais

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2024	2023		
Despesas administrativas e gerais	12.305,3	11.547,1	758,2	6,6%
Despesas administrativas e gerais como porcentagem da receita líquida	3,0%	3,2%	-	(0,2) p.p.

As despesas administrativas e gerais da Companhia aumentaram R\$758,2 milhões, ou 6,6%, no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 se comparado ao mesmo período de 2023, principalmente devido a despesas com acordos antruste, que foram de R\$510,2 milhões em 2023 para R\$1.430,8 milhões em 2024, onde o principal impacto foi referente a despesas da PPC relacionadas com pagamentos esperados de acordos de litígios em curso.

Despesas com Vendas

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2024	2023		
Despesas com vendas	26.116,5	22.941,2	3.175,3	13,8%
Despesas com vendas como porcentual da receita de vendas	6,3%	6,3%	-	0,0 p.p.

As despesas com vendas da Companhia aumentaram R\$3.175,3 milhões, ou 13,8% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 se comparado ao mesmo período de 2023, principalmente devido a (1) o aumento de salários e benefícios para R\$ 3.112,0 milhões em 2024, de R\$ 1.508,7 milhões em 2023; e (2) o aumento de fretes e outras despesas de vendas para R\$ 20.436,7 milhões em 2024, de R\$ 19.218,1 milhões em 2023.

Resultado Financeiro Líquido

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2024	2023		
Resultado financeiro líquido	(8.963,1)	(6.748,0)	(2.215,2)	32,8%
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	712,4	294,6	417,8	141,8%
Ajuste a valor justo de derivativos	(2.677,4)	411,4	(3.088,7)	-750,9%
Juros passivos	(8.861,2)	(8.647,1)	(214,1)	2,5%

Juros ativos	2.466,0	1.627,5	838,5	51,5%
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(603,0)	(434,3)	(168,6)	38,8%

O resultado financeiro líquido negativo aumentou R\$2.215,2 milhões, ou 32,8% no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 se comparado ao mesmo período de 2023, principalmente por:

- Ajustes a valor justo de derivativos – A perda com ajustes de valor justo em derivativos foi de R\$ 2.677,4 milhões em 2024, em comparação com um ganho de R\$ 294,6 milhões em 2023. Essa variação se deu principalmente como resultado da nossa posição vendida de derivativos em dólar no período, cujo valor justo diminuiu com o enfraquecimento contínuo do real brasileiro em relação ao dólar americano;

Esse aumento da despesa financeira líquida foi parcialmente compensado por:

- Juros Ativos – A receita de juros aumentou em R\$ 838,5 milhões, ou 51,5%, em 2024, em comparação com 2023, devido a um aumento de R\$ 476,7 milhões na receita de juros sobre aplicações financeiras como resultado de uma posição maior em caixa e equivalentes de caixa durante em 2024.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2024	2023		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	14.820,6	(1.398,1)	16.218,7	n.m.
Taxa nominal	(34)%	(34)%	n.m.	n.m.
Expectativa de receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social	(5,0)	0,5	(5,5)	n.m.
Imposto de renda e contribuição social corrente	(4.881,9)	(338,5)	(4.543,5)	1.342,4%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	765,3	1.007,4	(242,1)	-24,0%
Despesas totais de imposto	(4.116,6)	668,9	(4.785,6)	n.m.
Alíquota Efetiva	(27,78)%	47,85%	(75,62)%	n.m.

A alíquota nominal de imposto de renda no Brasil é de 34%, porém a taxa efetiva da Companhia pode variar de período para período com base principalmente nas flutuações do lucro tributável gerado por cada uma de suas subsidiárias no exterior, bem como diferenças nas alíquotas nominais e créditos fiscais gerados a partir dos impostos pagos em cada uma dessas subsidiárias no exterior, os quais podem ser utilizados para compensar imposto de renda e contribuição social sobre o lucro devidos no Brasil. Em uma base consolidada, também é importante considerar que os lucros e perdas de diferentes subsidiárias são combinados, juntamente com as despesas fiscais.

Portanto, a natureza e o momento das diferenças permanentes que surgem durante o período também afetam nossa alíquota de imposto efetiva. Essas diferenças permanentes geralmente se relacionam a subsídios concedidos para investimentos no Brasil e no exterior, diferenças nas taxas de imposto sobre subsidiárias estrangeiras, os efeitos dos lucros auferidos por subsidiárias estrangeiras tributadas no Brasil e impostos diferidos não reconhecidos no ano corrente.

A alíquota efetiva do imposto de renda caiu 75,62 pontos percentuais para -27,78% em 2024, ante 47,85% em 2023. No período, embora algumas de nossas subsidiárias no exterior tenham reconhecido lucro e, consequentemente, pago mais impostos, outras subsidiárias ainda estão reconhecendo prejuízos. Esses prejuízos, quando consolidados com os lucros das demais subsidiárias, ajudam a reduzir o lucro líquido consolidado da Companhia, o que acaba gerando um saldo adicional de imposto pago no exterior. Em decorrência e levando em consideração que a JBS Brasil ainda está se recuperando dos prejuízos fiscais acumulados em períodos anteriores, o que reduz o lucro tributável consolidado, parte do saldo de imposto pago no exterior é registrado como crédito no resultado.

Demonstração do fluxo de caixa

(R\$ milhões, exceto %)	12M24	12M23	Variação o R\$	Variação %
Caixa líquido de juros gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	23.557,0	11.498,7	12.058,4	104,9%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(7.734,0)	(7.024,3)	(709,7)	10,1%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(7.297,1)	5.010,9	(12.308,0)	(245,6)%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	4.113,2	(545,0)	4.658,3	(854,7)%
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa	12.639,1	8.940,2	3.698,9	41,4%
Caixa e equivalentes de caixa inicial	22.122,4	13.182,2	8.940,2	67,8%
Caixa e equivalentes de caixa final	34.761,5	22.122,4	12.639,1	57,1%

O fluxo de caixa gerado/consumido nas atividades operacionais pode variar de tempos em tempos de acordo com a flutuação das receitas de vendas, custo de vendas, despesas operacionais, mudanças nas atividades operacionais, juros pagos e recebidos e imposto de renda pago.

A melhora de R\$12,1 bilhões no caixa gerado pelas atividades operacionais se deve principalmente a uma geração de caixa maior referente aos ajustes do lucro líquido, de R\$37,4 bilhões no ano de 2024, comparado com R\$17,6 bilhões em 2023.

Esse aumento foi parcialmente compensado por uma menor geração de caixa proveniente da linha de contas a receber, sendo um caixa consumido de R\$2,0 bilhões em 2024, comparado com uma geração de R\$3,1 bilhões em 2023.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa aplicado em atividades de investimento está relacionado principalmente a: (1) aquisição de subsidiárias menos caixa líquido no momento da aquisição; (2) aquisição de bens, instalações e equipamentos; (3) aquisição de ativos intangíveis; e (4) recebimento de pagamento pela venda de bens, instalações e equipamentos.

Em 2024, o caixa líquido utilizado em atividades de investimento totalizou R\$7,7 bilhões, dos quais R\$8,1 bilhões foram usados em compras de ativo imobilizado, parcialmente compensado por R\$259,8 milhões em caixa proveniente de vendas de ativo imobilizado.

Em 2023, o caixa líquido usado em atividades de investimento totalizou R\$7,0 bilhões, dos quais R\$7,5 bilhões foram usados em compras de ativos imobilizados parcialmente compensado por R\$359,7 milhões em caixa proveniente de vendas de ativo imobilizado.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento inclui principalmente pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos, pagamento de arrendamentos, pagamentos relativos a derivativos liquidados em dinheiro, pagamentos de compra de ações em tesouraria e pagamentos de dividendos.

Em 2024, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento totalizou R\$7,3 bilhões, sendo (1) R\$15,9 bilhões em caixa utilizado para pagamentos de empréstimos e financiamentos; (2) R\$4,4 bilhões referente a pagamento de dividendos; e (3) R\$2,3 bilhões em pagamento de arrendamentos, que foram parcialmente compensados por R\$16,5 bilhões em recursos de empréstimos e financiamentos captados.

Em 2023, o caixa líquido gerado das atividades de financiamento totalizou R\$5,0 bilhões, sendo R\$44,7 bilhões em recursos de empréstimos e financiamentos captados, parcialmente compensado por (1) R\$35,1 bilhões em caixa utilizado para pagamentos de empréstimos e financiamentos; (2) R\$2,2 bilhões referente a pagamento de dividendos; e (3) R\$2,1 bilhões em pagamento de arrendamentos.

Resultados dos Segmentos

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	
	2024	2023	R\$	%
Receita líquida	416.952,0	363.816,5	53.135,5	14,6%
Segmento Brasil	68.173,1	55.531,8	12.641,3	22,8%
Segmento Seara	47.370,9	41.300,3	6.070,7	14,7%
Segmento JBS Beef North America	131.303,4	116.254,1	15.049,3	12,9%
Segmento JBS Australia	35.991,8	30.974,3	5.017,5	16,2%
Segmento JBS USA Pork	43.757,3	38.494,6	5.262,7	13,7%
Segmento Pilgrim's Pride	96.278,9	86.609,2	9.669,8	11,2%
Segmento Outros	2.823,5	4.473,9	(1.650,4)	-36,9%
Eliminações	(8.747,0)	(9.821,6)	1.074,7	-10,9%
EBITDA Ajustado	39.039,9	17.146,1	21.893,8	127,7%
Segmento Brasil	5.264,1	2.330,7	2.933,4	125,9%
Segmento Seara	8.401,0	1.803,7	6.597,4	365,8%
Segmento JBS Beef North America	1.400,5	563,5	836,9	148,5%
Segmento JBS Australia	3.577,7	2.241,3	1.336,4	59,6%
Segmento JBS USA Pork	5.756,3	2.605,5	3.150,8	120,9%
Segmento Pilgrim's Pride	14.629,2	7.639,9	6.989,3	91,5%
Segmento Outros	17,9	(25,6)	43,5	-169,7%
Eliminações	(6,7)	(12,9)	6,2	-47,8%

A Companhia mede sua rentabilidade dos segmentos por meio do EBITDA Ajustado, que consiste no lucro ou o prejuízo antes dos impostos, aplicando as mesmas políticas contábeis descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, exceto pelos seguintes ajustes: exclusão de equivalência patrimonial, exclusão de resultado financeiro, exclusão de despesas de depreciação e amortização, exclusão das despesas com acordos antitruste, exclusão de doações e despesas com programas sociais, exclusão de perda de valor recuperável de ativos, exclusão das despesas com projetos de reestruturação, exclusão de sinistro referente as enchentes do Rio Grande do Sul, exclusão dos pagamentos e parcelamentos fiscais (programa especial), exclusão e exclusão litígio extemporâneo, exclusão de estorno extemporâneo de créditos tributários e de algumas outras despesas/receitas operacionais.

Segmento JBS Brasil

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	
	2024	2023	R\$	%
Receita líquida	68.173,1	55.531,8	12.641,3	22,8%
EBITDA Ajustado	5.268,7	2.330,7	2.938,1	126,1%

Receita líquida: A receita líquida foi impactada principalmente por um aumento de 20,3% nos volumes de venda, principalmente como resultado de maiores volumes de carne bovina *in natura* tanto principalmente no mercado externo, além disso, o segmento JBS Brasil apresentou um crescimento de 2,0% nos preços médios.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado do segmento Brasil aumentou em R\$2.938,1 milhões, ou 126,1%, de R\$2.330,7 milhões em 2023 para R\$5.268,7 milhões em 2024, devido principalmente ao aumento da receita líquida, conforme mencionado acima.

Segmento Seara

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	
	2024	2023	R\$	%
Receita líquida	47.370,9	41.300,3	6.070,7	14,7%
EBITDA Ajustado	8.396,4	1.803,7	6.592,7	365,5%

Receita líquida: A receita líquida foi impactada por (1) um aumento de 10,0% nos preços médios de venda, principalmente frango *in natura* no mercado de exportação; e (2) aumento de 4,3% nos volumes, principalmente produtos processados no mercado doméstico.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado do segmento Seara aumentou em R\$6.592,7 milhões, ou 365,5%, de R\$1.803,7 milhões em 2023 para R\$8.396,4 milhões em 2024, principalmente devido ao aumento da receita e à redução dos custos das matérias-primas, em decorrência do menor custo dos grãos, em que o milho recuou 17,2% e o farelo de soja diminuiu 19,7% no período.

Segmento JBS Beef North America

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	
	2024	2023	R\$	%
Receita líquida	131.303,4	116.254,1	15.049,3	12,9%
EBITDA Ajustado	1.400,5	563,5	836,9	148,5%

Receita líquida: O aumento na receita líquida do segmento JBS Beef North America no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024 comparado com o mesmo período de 2023 foi impactado principalmente por um aumento de 4,5% no volume de vendas no mercado doméstico. Os preços de venda permaneceram estáveis entre os períodos.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado deste segmento cresceu em R\$836,9 milhões, ou 148,5%, de R\$563,5 milhões em 2023 para R\$1.400,5 milhões em 2024, principalmente devido ao aumento na receita no período.

Segmento JBS Australia

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	
	2024	2023	R\$	%
Receita líquida	35.991,8	30.974,3	5.017,5	16,2%
EBITDA Ajustado	3.577,7	2.241,3	1.336,4	59,6%

Receita líquida: O aumento na receita líquida do segmento JBS Australia em 2024 comparado a 2023 foi impactado por (1) um aumento de 6,4% nos volumes de vendas, principalmente carne bovina no mercado de exportação; e (2) Um aumento de 0,6% nos preços médios de venda.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado deste segmento aumentou em R\$1.336,4 milhões, ou 59,6%, de R\$2.241,3 milhões em 2023 para R\$3.577,7 milhões em 2024, principalmente devido ao aumento da receita líquida.

Segmento JBS USA Pork

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	
	2024	2023	R\$	%
Receita líquida	43.757,3	38.494,6	5.262,7	13,7%
EBITDA Ajustado	5.756,3	2.605,5	3.150,8	120,9%

Receita líquida: O aumento na receita líquida do segmento JBS USA Pork em 2024 comparado com 2023 foi impactado por um aumento de 6,1% nos preços médios de venda, reflexo de melhores preços tanto no mercado doméstico quanto exportações.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado deste segmento aumentou em R\$3.150,8 milhões, ou 120,9%, de R\$2.605,5 milhões em 2023 para R\$5.756,3 milhões em 2024, principalmente devido ao aumento da receita líquida, mas também uma redução de 1,8% em certos custos, como preço do animal e custos de alimentação.

Segmento Pilgrim's Pride

(R\$ milhões, exceto %)	12 meses findos em 31 de dezembro de		Variação	
	2024	2023	R\$	%
Receita líquida	96.278,9	86.609,2	9.669,8	11,2%
EBITDA Ajustado	14.629,2	7.639,9	6.989,3	91,5%

Receita líquida: O aumento na receita líquida do segmento Pilgrim's Pride em 2024 comparado com 2023 foi impactado principalmente por (1) um aumento de 4,1% nos preços médios de venda, principalmente como resultado das condições favoráveis de preços de mercado nos Estados Unidos.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado deste segmento aumentou em R\$6.989,3 milhões, ou 91,5%, de R\$7.639,9 milhões em 2023 para R\$14.629,2 milhões em 2024, principalmente devido ao aumento da receita líquida e também à redução dos custos dos produtos vendidos, principalmente devido aos menores custos de grãos e rações, especialmente nos Estados Unidos.

Exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022

DRE Consolidada (R\$ milhões)	31.12.2023	%ROL	31.12.2022	%ROL	Var (%)	Var (R\$)
Receita Operacional Bruta De Vendas	376.455,5	103,5%	386.764,8	103,2%	-2,7%	(10.309,4)
Mercado interno	284.652,4	78,2%	287.967,5	76,8%	-1,2%	(3.315,1)
Mercado externo	91.803,1	25,2%	98.797,3	26,4%	-7,1%	(6.994,2)
Deduções De Vendas	(12.638,9)	-3,5%	(11.913,2)	-3,2%	6,1%	(725,7)
Devoluções e descontos	(8.718,4)	-2,4%	(8.287,1)	-2,2%	5,2%	(431,3)
Impostos sobre as vendas	(3.920,5)	-1,1%	(3.626,1)	-1,0%	8,1%	(294,4)
Receita Líquida	363.816,5	100,0%	374.851,6	100,0%	-2,9%	(11.035,1)
Custo dos produtos vendidos	(324.167,5)	-89,1%	(315.373,5)	-84,1%	2,8%	(8.794,0)
Lucro Bruto	39.649,0	10,9%	59.478,1	15,9%	-33,3%	(19.829,1)
(Despesas) Receitas Operacionais	(34.346,7)	-9,4%	(34.902,4)	-9,3%	-1,6%	555,7
Administrativas e gerais	(11.547,1)	-3,2%	(11.829,5)	-3,2%	-2,4%	282,5
Com vendas	(22.941,2)	-6,3%	(24.184,5)	-6,5%	-5,1%	1.243,3
Outras despesas	(613,1)	-0,2%	(517,9)	-0,1%	18,4%	(95,2)
Outras receitas	754,6	0,2%	1.629,5	0,4%	-53,7%	(874,9)
Lucro (Prejuízo) Operacional	5.302,3	1,5%	24.575,7	6,6%	-78,4%	(19.273,4)
Receitas financeiras	2.914,0	0,8%	4.215,1	1,1%	-30,9%	(1.301,1)
Despesas financeiras	(9.662,0)	-2,7%	(10.567,5)	-2,8%	-8,6%	905,5
Resultado Financeiro Líquido	(6.748,0)	-1,9%	(6.352,3)	-1,7%	6,2%	(395,6)
Resultado de equivalência patrimonial	47,6	0,0%	60,5	0,0%	-21,3%	(12,9)
Resultado Antes do Imposto De Renda E Contribuição Social	(1.398,1)	-0,4%	18.283,9	4,9%	-107,6%	(19.681,9)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(338,5)	-0,1%	(2.587,1)	-0,7%	-86,9%	2.248,6
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.007,4	0,3%	504,5	0,1%	99,7%	502,9
Lucro Líquido	(729,1)	-0,2%	16.201,3	4,3%	-104,5%	(16.930,4)
ATRIBUÍDO A:						
Participação dos controladores	(1.061,0)	-0,3%	15.457,8	4,1%	-106,9%	(16.518,8)
Participação dos não controladores	331,8	0,1%	743,4	0,2%	-55,4%	(411,6)

Pelas razões descritas abaixo, a Companhia registrou prejuízo de R\$729,1 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e lucro líquido de R\$16.201,3 milhões em 2022. O prejuízo como percentual da receita foi de -0,2% no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Já no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido como percentual da receita foi de 4,3%.

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação	Variação
	2023	2022		
Lucro líquido (prejuízo)	(729,1)	16.201,3	(16.930,4)	-104,5%
Lucro líquido (prejuízo) percentual da	-0,2%	4,3%	-	-4,5 p.p.

receita líquida

Receita Líquida

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2023	2022		
Receita líquida	363.816,5	374.851,6	(11.035,1)	-2,9%

A receita líquida da Companhia reduziu em R\$11.035,1 milhões ou -2,9% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado a 2022. A receita líquida foi impactada por: (i) redução de R\$9.546,1 milhões relacionada principalmente pela apreciação do real frente ao dólar americano resultando em impactos negativos na consolidação das operações nos Estados Unidos; e (ii) redução de preços médios de todos os segmentos em que a Companhia opera, com exceção do Beef North America, que foi o único segmento que apresentou crescimento de receita. Para mais informações, ver “Resultados dos Segmentos” abaixo.

Custo dos Produtos Vendidos

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2023	2022		
Custo dos Produtos Vendidos	324.167,5	315.373,5	8.794,0	2,8%
Custo dos produtos vendidos como porcentagem da receita líquida	89,1%	84,1%	-	5,0 p.p.

O custo dos produtos vendidos da Companhia aumentou R\$8.794,0 milhões, ou 2,8% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 se comparado a 2022.

O custo dos produtos vendidos foi principalmente impactado por: (1) um aumento dos custos operacionais, como resultado principalmente do aumento dos preços das matérias-primas em algumas regiões onde a Companhia opera; (2) um aumento dos custos operacionais relacionado ao aumento do volume produzido; e (3) efeito da variação cambial e seus impactos na consolidação das operações nos Estados Unidos.

Despesas Gerais e Administrativas e Outras Despesas

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2023	2022		
Despesas gerais e administrativas	11.547,1	11.829,5	(282,5)	-2,4%
Despesas gerais e administrativas como porcentagem da receita líquida	3,2%	3,2%	-	0,0 p.p.

As despesas gerais e administrativas da Companhia reduziram R\$282,5 milhões, ou 2,4% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 se comparado a 2022. Essa redução está em linha com a redução da receita líquida.

Despesas com Vendas

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2023	2022		
Despesas de vendas	22.941,2	24.184,5	(1.243,3)	-5,1%
Despesas de vendas como porcentual da receita de vendas	6,3%	6,5%	-	-0,1 p.p.

As despesas com vendas da Companhia diminuíram R\$1.243,3 milhões, ou -5,1% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 se comparado a 2022. As despesas com vendas foram impactadas por: (1) redução das despesas com frete; e (2) redução nas despesas de propaganda e marketing.

Despesas Financeiras Líquidas

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2023	2022		
Despesas financeiras líquidas	(6.748,0)	(6.352,3)	(395,6)	6,2%
Resultado de variações cambiais ativas e passivas	294,6	2.206,6	(1.912,0)	-86,6%
Ajuste a valor justo de derivativos	411,4	(1.797,4)	2.208,8	-122,9%
Juros passivos	(8.647,1)	(6.930,5)	(1.716,6)	24,8%
Juros ativos	1.627,5	1.387,7	239,8	17,3%
Impostos, contribuições, tarifas e outros	(434,3)	(1.218,8)	784,5	-64,4%

As despesas financeiras líquidas aumentaram R\$395,6 milhões, ou 6,2% no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 se comparadas a 2022, principalmente por:

- Variação Cambial – a receita com variação cambial durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi de R\$294,6 milhões comparada a R\$2.206,6 milhões em 2022, essa variação foi resultado principalmente de uma menor exposição à moeda estrangeira em 2023 em relação a 2022. Desde o primeiro trimestre de 2022, nossa estrutura de empréstimos foi revisada e nossos empréstimos entre empresas foram convertidos em investimentos de capital que, em substância, fazem parte do investimento líquido da entidade que reporta em uma operação no exterior, e para os quais os ganhos e perdas cambiais são reconhecidos em outros investimentos abrangentes;
- Juros Passivos – um aumento de 24,8% em despesas com juros, principalmente em função de um aumento nos juros de empréstimos de 25,4%.

Esse aumento foi parcialmente compensado por:

- Ajuste a valor justo de derivativos: as atividades de gerenciamento de riscos geraram uma receita de operações com derivativos de R\$411,4 milhões durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, comparado a uma despesa de R\$1.797,4 milhões em 2022. Esses valores resultam de operações com derivativos relacionadas à prática de proteger a exposição contra a desvalorização do real adotada pela Companhia;
- Impostos, Contribuições, tarifas e outros – uma redução de 64,4% em tarifas bancárias e outras despesas, uma vez que não houve um montante significativo de despesas com prêmios de resgate em 2023 em comparação com as despesas com prêmios de resgate registradas em 2022, incorridas pelos resgates das senior notes de 5,750% da JBS USA com vencimento em 2028, senior notes de 6,750% da JBS USA com vencimento em 2029 e *term loan* da JBS USA com vencimento em 2026; e
- Juros Ativos – um aumento de 17,3% em receitas de juros principalmente devido ao aumento dos juros sob aplicação financeira de 48,8%.

Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferido

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social findo em 31 de dezembro de		Variação R\$	Variação %
	2023	2022		
Resultado antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	(1.398,1)	18.283,9	(19.681,9)	-107,6%
Taxa nominal	-34%	-34%	-	-
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social	475,3	(6.216,5)	6.691,9	-107,6%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(338,5)	(2.587,1)	2.248,6	-86,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.007,4	504,5	502,9	99,7%
Despesas totais de imposto	668,9	(2.082,6)	2.751,5	-132,1%

Alíquota efetiva	47,85%	(11,39)%	-	-
------------------	--------	----------	---	---

A alíquota nominal de imposto de renda no Brasil é de 34%, porém a taxa efetiva da Companhia pode variar de período para período com base principalmente nas flutuações do lucro tributável gerado por cada uma de suas subsidiárias no exterior, bem como diferenças nas alíquotas nominais e créditos fiscais gerados a partir dos impostos pagos em cada uma dessas subsidiárias no exterior, os quais podem ser utilizados para compensar imposto de renda e contribuição social sobre o lucro devidos no Brasil.

Adicionalmente, diferenças permanentes geradas durante o período também podem impactar a taxa efetiva da Companhia. Tais valores geralmente se referem a juros não tributáveis em subsidiárias estrangeiras, créditos de impostos pagos no exterior, amortização de ágio no Brasil e imposto pago no exterior sobre dividendos recebidos por subsidiárias não integrais.

Em 2023, reconhecemos um benefício fiscal em comparação com uma despesa fiscal em 2022, e a alíquota efetiva foi uma alíquota líquida de benefício de 47,85% em 2023 em comparação com uma alíquota efetiva de imposto de despesa tributária líquida de 11,39% em 2022, principalmente devido ao impacto de: (1) benefícios fiscais não tributáveis, que diminuíram nossa alíquota efetiva de imposto de renda em 177,8% em 2023, em comparação com um aumento de 12,6% em 2022; e (2) juros não tributáveis - subsidiárias estrangeiras, que reduziram a alíquota efetiva do imposto de renda em 54,0% em 2023, ante um aumento de 3,7% em 2022. Esses impactos foram parcialmente compensados por: (1) imposto de renda diferido não reconhecido, que aumentou a alíquota efetiva do imposto de renda em 143,6% em 2023, em comparação com um aumento de 2,7% em 2022; e (2) lucros tributados por jurisdições estrangeiras, que aumentaram a alíquota efetiva do imposto de renda em 78,5% em 2023, em comparação com uma redução de 7,5% em 2022.

Demonstração do fluxo de caixa

(R\$ milhões, exceto %)	2023	2022	Variação R\$	Variação %
Caixa líquido de juros gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	11.498,7	13.333,5	(1.834,9)	-13,8%
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	(7.024,3)	(13.124,8)	6.100,6	-46,5%
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	5.010,9	(8.759,1)	13.770,0	-157,2%
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(545,0)	(1.506,6)	961,6	-63,8%
Variação líquida em caixa e equivalente de caixa	8.940,2	(10.057,0)	18.997,2	-188,9%
Caixa e equivalentes de caixa inicial	13.182,2	23.239,2	(10.057,0)	-43,3%
Caixa e equivalentes de caixa final	22.122,4	13.182,2	8.940,2	67,8%

O fluxo de caixa gerado/consumido nas atividades operacionais pode variar de tempos em tempos de acordo com a flutuação das receitas de vendas, custo de vendas, despesas operacionais, mudanças nas atividades operacionais, juros pagos e recebidos e imposto de renda pago.

A redução de R\$1,8 bilhão no caixa líquido de juros gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais se deve principalmente a:

- uma geração de caixa menor referente aos ajustes do lucro líquido de R\$17,6 bilhões em 2023, comparado com R\$34,3 bilhões em 2022.

Essa redução foi parcialmente compensada por:

- uma redução de imposto de renda e contribuição social pagos, sendo R\$355,0 milhões em 2023, comparado com R\$5,3 bilhões em 2022;
- maior geração de caixa proveniente de estoques, sendo um caixa gerado de R\$2,3 bilhões em 2023, comparado com um consumo de R\$2,3 bilhões em 2022; e
- maior geração de caixa em contas a receber, sendo um caixa gerado de R\$3,1

bilhões em 2023, comparado com um consumo de R\$1,3 bilhão em 2022.

Fluxo de caixa das atividades de investimento

O fluxo de caixa fornecido por (usado em) atividades de investimento está relacionado principalmente a:

(1) aquisição de subsidiárias menos caixa líquido no momento da aquisição; (2) aquisição de bens, instalações e equipamentos; (3) aquisição de ativos intangíveis; e (4) recebimento de pagamento pela venda de bens, instalações e equipamentos.

Em 2023, o caixa líquido utilizado em atividades de investimento totalizou R\$7,0 bilhões, dos quais R\$7,5 bilhões foram usados em compras de ativo imobilizado, parcialmente compensado por R\$359,7 milhões em caixa proveniente de vendas de ativo imobilizado.

Para 2022, o caixa líquido usado em atividades de investimento totalizou R\$13,1 bilhões, dos quais R\$11,2 bilhões foram usados em compras de ativos imobilizados e R\$2,0 bilhões foram usados para aquisição de controladas.

Fluxo de caixa das atividades de financiamentos

O fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento inclui principalmente pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos, pagamentos relativos a derivativos liquidados em dinheiro, pagamento de arrendamentos, pagamentos de compra de ações em tesouraria e pagamentos de dividendos.

Para 2023, o caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$5,0 bilhões, sendo R\$44,7 bilhões foram recursos provenientes de empréstimos e financiamentos; que foi parcialmente compensado por R\$35,1 bilhões em caixa utilizado em pagamentos de empréstimos e financiamentos e R\$2,2 bilhões em caixa utilizado em pagamentos de dividendos.

Para 2022, o caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento totalizou R\$8,8 bilhões, sendo R\$ 38,4 bilhões em caixa usado em pagamentos de empréstimos e financiamentos, R\$3,6 bilhões em caixa usado na compra de ações em tesouraria e R\$4,4 bilhões em caixa usado em pagamentos de dividendos; parcialmente compensado por R\$40,9 bilhões em recursos de empréstimos e financiamentos.

Resultados dos Segmentos

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Receita líquida	363.816,5	374.851,6	(11.035,1)	-2,9%
Segmento Brasil	55.531,8	58.948,9	(3.417,1)	-5,8%
Segmento Seara	41.300,3	42.967,8	(1.667,5)	-3,9%
Segmento JBS Beef North America	116.254,1	113.979,2	2.274,9	2,0%
Segmento JBS Australia	30.974,3	32.630,1	(1.655,8)	-5,1%
Segmento JBS USA Pork	38.494,6	42.086,6	(3.592,1)	-8,5%
Segmento Pilgrim's Pride	86.609,2	90.064,8	(3.455,6)	-3,8%
Segmento Outros	4.473,9	4.340,8	133,1	3,1%
Eliminações	(9.821,6)	(10.166,6)	345,0	-3,4%
EBITDA Ajustado	17.146,1	34.568,5	(17.422,4)	-50,4%
Segmento Brasil	2.330,7	2.407,0	(76,4)	-3,2%
Segmento Seara	1.803,7	4.605,8	(2.802,1)	-60,8%
Segmento JBS Beef North America	563,5	10.712,2	(10.148,6)	-94,7%
Segmento JBS Australia	2.241,3	2.281,9	(40,6)	-1,8%
Segmento JBS USA Pork	2.605,5	3.922,0	(1.316,5)	-33,6%
Segmento Pilgrim's Pride	7.639,9	10.690,9	(3.051,0)	-28,5%
Segmento Outros	(25,6)	(40,1)	14,5	-36,1%
Eliminações	(12,9)	(11,2)	(1,7)	14,8%

A Companhia mede sua rentabilidade dos segmentos por meio do EBITDA Ajustado, que

consiste no lucro ou o prejuízo antes dos impostos, aplicando as mesmas políticas contábeis descritas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, exceto pelos seguintes ajustes conforme descrito abaixo: exclusão de receitas e despesas financeiras, exclusão de despesas de depreciação e amortização; exclusão da participação nos lucros das investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos; exclusão das despesas com doações e programas sociais; exclusão da indenização J&F (líquido de PIS/COFINS); exclusão dos investimentos no Fundo JBS pela Amazônia; exclusão do *impairment* de ativos; exclusão dos investimentos em reestruturação; e exclusão de algumas outras receitas (despesas) operacionais. A Companhia revisa regularmente os custos operacionais totais em base de segmento por segmento. Para mais detalhes sobre como calculamos o EBITDA Ajustado e todos os ajustes descritos acima, visite o item "2.5 medições não contábeis" deste documento.

Segmento JBS Brasil

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Receita líquida	55.531,8	58.948,9	(3.417,1)	-5,8%
EBITDA Ajustado	2.330,7	2.407,0	(76,4)	-3,2%

Receita Líquida: A receita líquida foi impactada principalmente por uma redução de 15% nos preços de venda, principalmente como resultado de preços mais baixos de carne bovina *in natura* nos mercados interno e de exportação, parcialmente compensados por um aumento de 14,8% nos volumes de vendas, principalmente devido ao aumento de 16,6% na carne bovina *in natura* no período.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado do segmento Brasil sofreu redução de R\$76,4 milhões, ou 3,2%, de R\$2.407,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$2.330,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente em função de uma menor receita líquida no exercício.

Segmento Seara

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Receita líquida	41.300,3	42.967,8	(1.667,5)	-3,9%
EBITDA Ajustado	1.803,7	4.605,8	(2.802,1)	-60,8%

Receita Líquida: A receita líquida foi impactada por uma redução de 8,3% nos preços de venda, como resultado de menores preços de venda nas exportações, especificamente de frango *in natura*, que foi parcialmente compensado por um aumento de 4,8% nos volumes de vendas, tanto no mercado externo quanto no doméstico.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado do segmento Seara reduziu em R\$2.802,1 milhões, ou 60,8%, para R\$1.803,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$4.605,8 milhões em 2022 principalmente devido a um aumento em certos custos operacionais, principalmente um aumento de 16,7% em custos com pessoal, devido ao aumento dos salários.

Segmento JBS Beef North America

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Receita líquida	116.254,1	113.979,2	2.274,9	2,0%
EBITDA Ajustado	563,5	10.712,2	(10.148,6)	-94,7%

Receita Líquida: A receita líquida foi impactada por: (1) aumento de 3,4% nos preços médios de venda; e (2) aumento de 2,1% nos volumes de vendas de carne bovina de 2023 comparado com 2022. A receita líquida em reais foi parcialmente compensada por uma taxa média de câmbio menor em 2023 comparado a 2022.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado do segmento JBS Beef North America reduziu em R\$10.148,6 milhões, ou 94,7%, de R\$10.712,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 para R\$563,5 milhões em 2023 devido ao maior custo dos produtos vendidos, onde os custos da pecuária aumentaram 22,0% como resultado da diminuição da disponibilidade de gado.

Segmento JBS Australia

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Receita líquida	30.974,3	32.630,1	(1.655,8)	-5,1%
EBITDA Ajustado	2.241,3	2.281,9	(40,6)	-1,8%

Receita Líquida: A receita líquida foi impactada por uma redução de 11,2% nos preços médios de venda, parcialmente compensada por um aumento de 10,6% nos volumes de vendas de 2023 comparado com 2022. O impacto da variação cambial do dólar australiano para o dólar americano está incluído na redução dos preços médios de venda. A receita líquida em reais também foi impactada por uma taxa média de câmbio menor em 2023 comparado a 2022.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado do segmento JBS Australia reduziu em R\$40,6 milhões, ou 1,8%, para R\$2.241,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$2.281,9 milhões em 2022, devido a uma redução de 12,7% nos custos da pecuária. A diminuição nos custos de insumos também inclui o impacto das mudanças na taxa de câmbio do dólar australiano em relação ao dólar americano.

Segmento JBS USA Pork

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Receita líquida	38.494,6	42.086,6	(3.592,1)	-8,5%
EBITDA Ajustado	2.605,5	3.922,0	(1.316,5)	-33,6%

Receita Líquida. A receita líquida foi impactada por uma redução de 10,3% nos preços médios de venda, parcialmente compensada por um aumento de 5,5% nos volumes de venda de 2023 comparado com 2022. A receita líquida em reais também foi impactada por uma taxa média de câmbio menor em 2023 comparado a 2022.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado do segmento JBS USA Pork reduziu em R\$1.316,5 milhões, ou 33,6%, para R\$2.605,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$3.922,0 milhões em 2022, principalmente em razão da redução da receita líquida.

Segmento Pilgrim's Pride

(R\$ milhões, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		Variação	
	2023	2022	R\$	%
Receita líquida	86.609,2	90.064,8	(3.455,6)	-3,8%
EBITDA Ajustado	7.639,9	10.690,9	(3.051,0)	-28,5%

Receita Líquida: A receita líquida foi impactada por uma redução de 3,6% nos preços médios de venda, que inclui o impacto da variação cambial do euro, da libra esterlina e do peso mexicano em relação ao dólar norte-americano. Essa redução nos preços médios foram parcialmente compensadas por um aumento nos volumes de vendas de 2023 comparado com 2022. A receita líquida em reais também foi impactada por uma taxa média de câmbio menor em 2023

comparado a 2022.

EBITDA Ajustado: O EBITDA Ajustado do segmento Pilgrim's Pride reduziu em R\$3.051,0 milhões, ou 28,5%, para R\$7.639,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 de R\$10.690,9 milhões em 2022, principalmente devido (1) à diminuição da receita líquida; e (2) um aumento de 0,6% nos custos de insumos de operação viva (os custos de insumos são custos de criação de frangos, ou seja, ração, mão de obra, taxas de produtores contratados, etc.).

2.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) Resultados das operações do emissor:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Receita Líquida.

- **Receita com venda de carne bovina no Brasil (Segmento Brasil).** Receita com venda de carne bovina no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos no Brasil: (i) cortes de carne bovina resfriada e congelada, incluindo cortes tradicionais, cortes nobres e miúdos; (ii) produtos com valor agregado e marca de carne bovina, incluindo carne bovina congelada cozida e pré-cozida, carne bovina enlatada cozida, carne bovina em cubos e produtos prontos para o consumo, como hambúrgueres e linguiças. Adicionalmente, as operações de carne bovina no Brasil vendem couros e outros subprodutos animais (incluindo colágeno, biodiesel, produtos de higiene e limpeza, embalagens metálicas e envoltórios) e conta com uma transportadora, empresa de gestão de descartes e uma trading de produtos utilizados como matéria-prima e as lojas Mercado da Carne. As receitas são geradas a partir da venda de produtos predominantemente para redes de restaurantes, empresas de processamento de alimentos, distribuidores, redes de supermercados, supermercados atacadistas e outras importantes cadeias alimentares.
- **Receita com venda de produtos da Seara (Segmento Seara).** Receita com venda no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos no Brasil: (i) carne de frango resfriada e congelada, incluindo frango inteiro e cortes; (ii) carne suína resfriada e congelada, incluindo carcaça, cortes com osso, cortes desossados, barriga e miúdos; e (iii) produtos com valor agregado e marca de frango e carne suína, incluindo nuggets, frango em tiras, presunto, bacon, salsichas, frios e pratos prontos; e (iv) produtos preparados (incluindo pratos prontos, pizza congelada, lasanha, margarina e produtos *plant-based*). Adicionalmente, as receitas do segmento Seara consistem em uma variedade de produtos preparados produzidos pela Companhia e por terceiros, vendidos no mercado de varejo). As receitas são geradas a partir da venda de produtos predominantemente para redes de restaurantes, empresas de processamento de alimentos, distribuidores, redes de supermercados, supermercados atacadistas e outras importantes cadeias alimentares.
- **Receita com carne bovina na América do Norte e negócios à base de plantas (*plant-based*) na Europa. (Segmento JBS Beef North America).** Receita com venda de carne bovina no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos produzidos nos Estados Unidos e Canadá: (i) cortes de carne bovina resfriada e congelada, incluindo cortes tradicionais, cortes nobres e miúdos; (ii) produtos com valor agregado e marca de carne bovina, incluindo carne bovina congelada cozida e pré-cozida, carne bovina enlatada cozida, carne bovina em cubos e produtos prontos para o consumo, como hambúrgueres e linguiças. Este segmento também vende subprodutos como carnes variadas, processamento de ração, fertilizantes, indústria automotiva e de alimentos para animais de estimação e também produz produtos de carne de valor agregado, incluindo recheio para pizzas. Finalmente, a Sampco LLC importa carnes processadas e outros alimentos, como conservas de peixe, frutas e legumes para o EUA e a Vivera produz e vende produtos de proteína à base de plantas na Europa.
- **Receita com venda de carnes bovinas, suínas, ovinas e peixes frescos, congeladas e produtos com valor agregado na Austrália e Nova Zelândia (Segmento JBS Australia).** A maior parte de nossas receitas de carne bovina das operações na Austrália são geradas com a venda de produtos no mercado doméstico e de exportação, sendo: bovinos in natura (incluindo cortes frescos e congelados de acém, cortes de costela, cortes de lombo, carnes magras, carne moída, miúdos e outros produtos). São vendidos também produtos de carne bovina de marca e valor agregado (incluindo carne bovina cozida e pré-cozida congelada, carne cozida enlatada, cubos de carne bovina e produtos prontos para consumo, como hambúrgueres e salsichas). São

incluídas também instalações de processamento de cordeiros, ovinos, suínos e peixes na Austrália e Nova Zelândia, incluindo as aquisições da Rivalea e Huon. A JBS Austrália também gera receitas por meio de seu negócio de alimentos preparados, através da Primo, e também pelo negócio de confinamento de gado.

- **Receita com venda de carne suína nos Estados Unidos (Segmento JBS USA Pork).** Receita com venda de carne suína no mercado doméstico e exportação de produtos produzidos nos Estados Unidos. As receitas são geradas predominantemente a partir da venda de produtos para varejistas de carne suína in natura, incluindo cortes como lombos, costeletas, paleta, ombros e costelas. Outros produtos suínos, incluindo presuntos, barrigas e guarnições, são vendidos predominantemente para outros processadores que, por sua vez, fabricam bacon, linguiça e frios e embutidos. Ainda, as receitas são geradas com a venda de produtos prontos. São conduzidas operações de produção de suínos, incluindo quatro granjas de suínos e cinco fábricas de ração, das quais a JBS USA busca suínos para suas operações de processamento de carne suína.
- **Receita com venda de carne de frango nos Estados Unidos e de carne de porco, de frango e alimentos preparados na Europa (Segmento Pilgrim's Pride).** Receita com venda no mercado doméstico e exportação dos seguintes produtos: (i) carne de frango resfriada e congelada, incluindo frango inteiro e cortes produzidos nos Estados Unidos, México, Porto Rico e Reino Unido; (ii) carne suína resfriada e congelada no Reino Unido; (iii) produtos com valor agregado e marca de frango, incluindo porções controladas de filés de peito de frango refrigeradas e congeladas, filetes e tiras de frango, nuggets, frango em tiras, e cortes de frango com osso, produzidos nos Estados Unidos, México, Reino Unido, França e Holanda; (iv) produtos com valor agregado e marca de suínos, incluindo bacon, linguiças, presunto, carne cozida e carne enlatada no Reino Unido; e (v) produtos preparados (incluindo pratos prontos, pizza congelada, lasanha) produzidos nos Estados Unidos, México, Reino Unido, França e Holanda.
- **Outros (Segmento Outros).** (i) Receita com venda no mercado doméstico e exportação dos nossos produtos globais de couros produzidos na Argentina, Portugal, Uruguai, Itália, México e Vietnã; (ii) receita com venda e produtos de charcutaria de valor agregado e com marca, produzidos na Itália; e (iii) receita com venda dos nossos produtos de proteína por *tradings* no Reino Unido e Bélgica.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Principais fatores que afetam os resultados operacionais da Companhia

A administração da Companhia monitora várias métricas e indicadores que afetam as operações em seus negócios, incluindo os seguintes:

- volume de produção;
- utilização da capacidade da planta;
- volume de vendas;
- preços de venda de carne bovina, suína e de frango;
- demandas e preferências do cliente;
- futuros preços de commodities para gado e matéria-prima;
- a diferença entre os preços do gado e os preços de venda de produtos acabados;
- preços e tendências dos serviços;
- disponibilidade de gado e ingredientes alimentares;
- rendimento de produção;
- sazonalidade;
- disponibilidade de mão-de-obra;
- o desempenho econômico dos países onde a Companhia vende seus produtos;
- concorrência e consolidação da indústria;
- tributação;
- valor das marcas detidas pelas Companhia;

- flutuações da taxa de câmbio; e
- barreiras comerciais, controles cambiais, riscos políticos e outros riscos associados à exportação e operações.

Outros fatores que podem impactar os resultados das operações da Companhia incluem surtos de doenças animais, contaminação de produtos ou recall, a capacidade da Companhia em implementar seu plano de negócios (incluindo capacidade de providenciar financiamento, quando necessário e em termos razoáveis) e a implementação da estratégia de financiamento e plano de despesas da Companhia.

Impactos do conflito entre Rússia e Ucrânia:

A guerra Rússia-Ucrânia começou em fevereiro de 2022. O impacto da guerra e das sanções em andamento não se limitará às empresas que operam na Rússia e na Ucrânia e pode impactar negativamente outros mercados econômicos globais, incluindo onde operamos. Os impactos incluíram e podem continuar a incluir, mas não estão limitados a preços mais altos de commodities, como produtos alimentícios, ingredientes e produtos energéticos, aumento da inflação em alguns países e interrupção do comércio e das cadeias de suprimentos. O conflito interrompeu os embarques de grãos, óleos vegetais, fertilizantes e produtos energéticos.

O impacto nos mercados agrícolas se enquadra em duas categorias principais: (i) o efeito na produção agrícola ucraniana, já que a região é fundamental na produção global de grãos; e (ii) a duração da interrupção nos fluxos comerciais. As preocupações de segurança e financiamento na região estão restringindo a execução das exportações, o que, por sua vez, está forçando a demanda de grãos e petróleo a encontrar alternativas de abastecimento. A duração da guerra e a volatilidade relacionada tornam os mercados globais extremamente sensíveis ao clima da estação de crescimento em outras regiões produtoras de grãos globais e levaram a um grande prêmio de risco nos preços futuros. A contínua volatilidade nos mercados globais como resultado da guerra afetou negativamente nossos custos, elevando os preços, aumentando a inflação e aumentando a pressão sobre o fornecimento de ingredientes para rações e produtos energéticos nos mercados globais. No segundo trimestre de 2023, os volumes de exportação da Ucrânia continuaram a se recuperar, mas ainda permanecem abaixo dos volumes anteriores à guerra. Suas restrições de fornecimento não tiveram um impacto material em nossos custos durante o segundo trimestre. Contudo, se a Iniciativa de Grãos do Mar Negro continuar suspensa, as restrições à oferta poderão agravar-se materialmente.

Além disso, o governo dos EUA e outros governos nas jurisdições em que operamos impuseram sanções e controles de exportação contra a Rússia, Belarus e seus interesses e ameaçaram com sanções e controles adicionais. Nossa negócio pode ser impactado pelo aumento dos preços de energia e pela disponibilidade de energia durante os meses de inverno. O impacto dessas medidas, agora e no futuro, pode afetar adversamente nossos negócios, cadeia de suprimentos ou clientes.

Ainda, conforme destacado na nota explicativa 28 de instrumentos financeiros da demonstração financeira de 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas subsidiárias geram exposições diversas a risco de mercado, crédito e liquidez. Tais exposições são controladas de maneira integrada pela Diretoria de Controle de Riscos (Risk Management), seguindo diretrizes traçadas na Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities definida pela Comissão de Gestão de Riscos e aprovada pelo Conselho de Administração. A Diretoria de Controle de Riscos é responsável por mapear os fatores de risco que possam levar a resultados financeiros prejudiciais nas diversas áreas da Companhia e também por propor estratégias para mitigar estas exposições. Suas propostas são submetidas à avaliação da Comissão de Gestão de Riscos para posterior envio ao Conselho de Administração, que supervisiona a implementação das novas soluções, observando limitações de alcada e as diretrizes da Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities.

Além disso, em 7 de Outubro de 2023, o Hamas atacou Israel, tendo então Israel declarado guerra ao Hamas na Faixa de Gaza. A escalada ou expansão das hostilidades, as intervenções de outros grupos ou nações, a imposição de sanções econômicas, a interrupção do trânsito marítimo no Estreito de Ormuz ou outras rotas comerciais significativas, ou resultados semelhantes podem afetar negativamente o comércio internacional, os nossos negócios, os resultados das operações, situação financeira e fluxos de caixa. Embora não tenhamos operações fabris nas regiões afetadas, estamos monitorando o desenvolvimento e o desenrolar da situação e seus potenciais efeitos no nosso setor e nas nossas operações. Até a data deste relatório anual, nenhum impacto significativo foi medido.

Por fim, considerando todos os eventos subsequentes ocorridos até a data de divulgação das demonstrações financeiras, não foram identificados efeitos significativos que pudessem afetar a recuperabilidade dos ativos, ou alterar a mensuração de perdas esperadas dessas demonstrações.

Aquisições

Os resultados consolidados da companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 têm comparabilidade com o de 2023, pois não tivemos nenhuma aquisição relevante nesse período.

Variação Cambial

Como uma empresa global com aproximadamente 88% da receita gerada fora do Brasil no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, os resultados operacionais da Companhia e a condição financeira foram e continuarão sendo afetados pela taxa de depreciação ou valorização do real em relação às moedas estrangeiras. Qualquer depreciação ou valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode afetar as receitas da Companhia, causando um aumento ou diminuição monetária, desde que as outras variáveis permaneçam inalteradas. Além disso, uma parcela substancial dos empréstimos e financiamentos da Companhia são estipulados em moedas estrangeiras. Por esse motivo, qualquer depreciação do real em relação a moedas estrangeiras pode aumentar significativamente as despesas financeiras da Companhia e seus empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes estipulados em reais. Por outro lado, qualquer valorização do real em relação a moedas estrangeiras pode diminuir significativamente as despesas financeiras, empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes determinados em reais.

O efeito da conversão de moeda afeta as receitas e despesas consolidadas geradas pelas subsidiárias da Companhia que possuem moedas funcionais diferentes do real, principalmente a JBS USA. O ajuste da receita é tal que a receita líquida orgânica é apresentada em uma base de moeda constante, o que isola o efeito das mudanças de moeda durante o período. O efeito da conversão de moeda é calculado multiplicando a linha de receita ou despesa determinada na moeda funcional no período atual pela diferença nas taxas de câmbio médias usadas para converter a linha de receita ou despesa nos períodos apresentados.

A média da taxa de câmbio do real/dólar foi de R\$5,39 por US\$ 1,00 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, representando uma depreciação do real de 7,9% em relação ao período correspondente em 2023. A média da taxa de câmbio do real/dólar foi de R\$4,99 por US\$ 1,00 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma apreciação do real de 3,3% em relação ao período correspondente em 2022.

A taxa final de câmbio real/dólar em 31 de dezembro de 2024 era de R\$6,19 por US\$ 1,00, representando uma depreciação do real de 27,9% em relação à taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2023.

b) variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e

serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a receita operacional líquida consolidada da Companhia apresentou um aumento de 14,6% em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 416.952,0 milhões.

Comentários sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços são feitos acima na seção 2.1 (h) - alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de taxas de câmbio do real frente ao dólar americano a que a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2024, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis relevantes de risco, em relação às cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data base destas demonstrações contábeis intermediárias. Para o cálculo do efeito no resultado em cenário provável, a Companhia julga adequada a utilização da metodologia de Valor em Risco (VaR), para intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. Os resultados desta análise estão apresentados a seguir em R\$ mil.

Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 15%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 30%		
			Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio
			Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado	
Operacional	Apreciação	6,1923	6,0748	(90.936)	(285.345)	5,2635	(718.666)	(2.255.079)	4,3346	(1.437.340)	(4.510.182)
Financeira	Depreciação	6,1923	6,0748	8.052	152.241	5,2635	63.632	1.203.159	4,3346	127.265	2.406.330
Derivativos	Depreciação	6,1923	6,0748	45.446	126.862	5,2635	359.157	1.002.592	4,3346	718.317	2.005.194
				(37.438)	(6.242)		(295.877)	(49.328)		(591.758)	(98.658)

Na nota explicativa das Demonstrações Financeiras Anuais de 2024 de número 28 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos - das Demonstrações Contábeis Intermediárias para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia apresenta a análise de sensibilidade de seus riscos cambiais associados com a suas exposições às demais moedas estrangeiras e também análise de sensibilidade de suas exposições às principais commodities.

c) impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Resultado Operacional

O desempenho operacional da Companhia pode ser afetado pelo custo de aquisição dos animais vivos e grãos para alimentação de frangos e suínos, que por sua vez são impactados pela oferta e demanda, e consequentemente pela inflação, vigente nos mercados onde a empresa atua. O custo de matéria-prima representou aproximadamente 76,6% e 75,9% do custo de produção em 2024 e 2023, respectivamente.

A receita bruta de vendas é afetada pela inflação uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte, ou a totalidade, dos aumentos nos custos para seus clientes nos mercados em que opera por meio de aumentos de preço. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro. As vendas nos mercados domésticos onde a Companhia atua diretamente representaram 74,9% e 75,6% da receita bruta de vendas em 2024 e 2023, respectivamente.

A receita bruta de vendas também pode ser afetada pela taxa de câmbio uma vez que uma parcela significativa das vendas da Companhia é destinada ao mercado

externo. As exportações representaram 25,1% e 24,4% da receita operacional bruta de vendas em 2024 e 2023, respectivamente.

Resultado Financeiro

As variações cambiais afetaram e podem continuar a afetar no futuro o resultado financeiro e o endividamento, dado que a Companhia possui uma parte do endividamento denominado em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o endividamento denominado em moeda estrangeira era de R\$8.037,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 e R\$1.503,2 milhões em 31 de dezembro de 2023 e representava 3,2% e 0,7% da soma do passivo e patrimônio líquido, respectivamente.

As exposições a risco de mercado da Companhia são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados a variações cambiais, de taxas de juros e preços de commodities que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos em operações no exterior. Nestes casos, a Companhia e suas controladas empregam instrumentos financeiros de proteção, inclusive derivativos, desde que aprovados pelo Comitê de Gestão de Riscos.

Em 2024, a Companhia obteve despesas financeiras com derivativos de R\$2.677,4 milhões e receitas financeiras com variações cambiais de R\$712,4 milhões. Em 2023, a Companhia obteve receitas financeiras com derivativos de R\$411,4 milhões e receitas financeiras com variações cambiais de R\$294,6 milhões.

Em 31 de dezembro de 2024, uma parte do endividamento total da Companhia estava sujeita a flutuações nas taxas de juros, especificamente o *Euro Interbank Offered Rate*, ou Euribor, e a taxa de depósito interbancário do Brasil (Certificado de Depósito Interbancário), ou CDI, conforme publicada pela CETIP e a Taxa de Juros de Longo Prazo, ou TJLP.

Taxas de Inflação

A maioria dos países e regiões em que operamos, incluindo Estados Unidos, Brasil, Austrália, México e Europa, estão atualmente enfrentando uma inflação acentuada. Nenhum dos locais em que operamos está passando por hiperinflação. Todos os segmentos tiveram inflação nos custos operacionais, especialmente em mão de obra, frete e transporte de alguns materiais. Também vivenciamos altos preços médios de venda impactados pelo atual ambiente inflacionário. Respondemos aos desafios inflacionários em 2024 continuando com as negociações com os clientes para recuperar os custos extraordinários que enfrentamos. Também continuamos a nos concentrar em iniciativas operacionais que visam oferecer eficiência de mão de obra, melhor desempenho agrícola e melhores rendimentos.

Variação dos principais insumos e produtos

Nossas principais matérias-primas são gado e ingredientes de ração para nossas operações de frango e porco. As matérias-primas representaram a maior parte do custo total dos produtos vendidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Alterações no preço de bovinos, suínos e ingredientes para rações tem impacto direto nos custos operacionais e são baseadas em fatores fora do controle de nossa administração, como clima, volume de oferta, custos de transporte, políticas agrícolas e outros. Procuramos proteger o preço pago pelo gado adquirido por meio de instrumentos financeiros, a fim de tentar nos proteger das variações de preço entre a data de compra e a data de entrega. Nosso departamento de gestão de riscos é responsável por mapear as exposições a preços de commodities do Grupo JBS e propor estratégias ao nosso comitê de gestão de riscos, a fim de mitigar tais exposições. Os ativos biológicos são uma matéria-prima muito importante utilizada por nós. A fim de manter o fornecimento futuro desses materiais, participamos de contratos a termo para antecipar compras com fornecedores. Para complementar essas compras a termo, utilizamos instrumentos derivativos para mitigar cada exposição específica, principalmente contratos futuros,

para mitigar o impacto das flutuações de preço em estoques e contratos de venda. Usamos o valor médio histórico gasto com matéria-prima como uma indicação do valor operacional a ser protegido por contratos firmes de compra. O preço de bovinos, suínos e ingredientes de rações nos mercados domésticos flutuaram significativamente no passado, e acreditamos que continuará a flutuar nos próximos anos. Qualquer aumento no preço de bovinos, suínos e ingredientes para ração e, consequentemente, nos custos de produção pode afetar adversamente nossas margens brutas e nossos resultados operacionais se não formos capazes de repassar esses aumentos de preços aos nossos clientes. Por outro lado, qualquer redução no preço do gado, suínos e ingredientes para ração e, consequentemente, nossos custos de produção, pode impactar positivamente nossas margens brutas e nossos resultados operacionais.

Câmbio

Como uma empresa global, nossos resultados operacionais e condição financeira foram e continuarão a ser expostos a flutuações nas taxas de câmbio de moedas estrangeiras.

Qualquer depreciação ou valorização da taxa de câmbio da moeda estrangeira pode impactar nossas receitas, custos e despesas causando aumento ou diminuição monetária, desde que as demais variáveis permaneçam inalteradas. Além disso, uma parcela de nossos empréstimos e financiamentos é denominada em moedas estrangeiras. Por esta razão, qualquer movimento da taxa de câmbio pode aumentar ou diminuir significativamente nossas despesas financeiras e nossos empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes. Além disso, uma parte de nossos ativos, passivos e receitas, custos e despesas são convertidos para os Estados Unidos. Dólares para fins de relatório.

Nosso departamento de gestão de risco contrata instrumentos derivativos previamente aprovados por nosso conselho de administração para proteger ativos e passivos financeiros e fluxo de caixa futuro de atividades comerciais e investimentos líquidos em operações estrangeiras. Nosso conselho de administração aprovou instrumentos financeiros para proteger nossa exposição a empréstimos, investimentos, fluxos de caixa de pagamentos de juros, estimativa de exportação, aquisição de matéria-prima e outras transações, sempre que forem cotadas em moedas diferentes da nossa ou da moeda funcional de nossas subsidiárias. As principais exposições ao risco de taxa de câmbio estão nos EUA. Dólares, Euros, Libras Esterlinas, Pesos Mexicanos e Dólares Australianos.

Taxa de Juros

A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a este risco, em operações atreladas a indexadores como CDI (Certificado de Depósito Interbancário), LIBOR (London Interbank Offer Rate), IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e SOFR (Secured Overnight Financing Rate), entre outros. A Política de Gestão de Riscos Financeiros e de Commodities não traz diretrizes mandatórias quanto à proporção entre exposições a taxas pré ou pós-fixadas, entretanto a Diretoria de Controle de Riscos monitora constantemente as condições de mercado e pode propor à Comissão de Gestão de Riscos estratégias envolvendo os indexadores a fim de reduzir a exposição global da Companhia. A Comissão de Gestão de Riscos gerencia e monitora a transição da Companhia para taxas de transição. A Comissão avalia a extensão que os contratos fazem referência aos fluxos de caixa da LIBOR, e se estes contratos precisarão ser alterados como resultado da reforma da LIBOR e como gerenciar a comunicação sobre a reforma com as contrapartes. Assim, a Comissão disponibiliza relatórios periódicos à Administração do risco de taxa de juros e dos riscos decorrentes da reforma da LIBOR.

2.3. Comentários dos Diretores sobre mudanças nas práticas contábeis/opiniões modificadas e ênfases no relatório do auditor

a) *Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos itens 2.1 e 2.2*

Não houve mudanças significativas entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações contábeis da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b) *Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor*

Não houve opiniões modificadas ou ênfases no relatório do auditor independente da Companhia com relação as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.4. Efeitos relevantes nas demonstrações financeiras

a) *introdução ou alienação de segmento operacional*

Não houve nenhuma introdução ou alienação de segmento operacional durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

b) *constituição, aquisição ou alienação de participação societária*

É parte da estratégia de negócios da Companhia, a aquisição de empresas, porém a empresa mantém seu atual foco no ganho de eficiência, tanto operacional como financeira, de suas operações. Desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas.

Eventos operacionais relevantes:

A Companhia usa o método de alocação contábil do custo de aquisição para registrar as combinações de negócios que não estão sob controle comum. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Geralmente, todos os ativos adquiridos e passivos incorridos e passivos contingentes assumidos são mensurados, inicialmente, a valor justo a partir da data de aquisição. A Companhia reconhece qualquer participação de não-controladores na adquirida em uma aquisição numa base de aquisição, ou a valor justo ou parte proporcional da participação dos não-controladores dos montantes registrados dos ativos líquidos. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O excesso (i) da contraprestação transferida; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida (quando aplicável); e (iii) do valor justo, na data de aquisição, de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, sobre o valor justo dos ativos líquidos adquiridos é registrado como ágio. Quando a soma dos três itens acima for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período como “Ganho de barganha”.

Em 8 de junho de 2021, a JBS firmou acordo para adquirir 100% da Rivalea Holdings Pty Ltd e 100% da Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd (em conjunto, "Rivalea"), líder na criação e processamento de suínos na Austrália, por um valor de empresa (enterprise value) de AU\$175 milhões. A aquisição foi concluída em 04 de janeiro de 2022.

Em 17 de novembro de 2021, a JBS Global Luxembourg S.à r.l., controlada da JBS celebrou um acordo para aquisição do controle da sociedade espanhola BioTech Foods, S.L, marcando o ingresso da Companhia no mercado de proteína cultivada. A aquisição foi concluída em 09 de maio de 2022.

Em 13 de dezembro de 2021, a Rigamonti, subsidiária da JBS, assinou acordo para aquisição de 100% do Grupo King's, produtora de especialidades italianas, com o investimento de €82 milhões. A aquisição foi concluída em 07 de fevereiro de 2022.

Em 02 de dezembro de 2022, a JBS USA, subsidiária controlada indireta da Companhia, celebrou acordo para a aquisição da TriOak Foods, que opera em múltiplos estados dos Estados Unidos, no processamento de carne suína e comercialização de grãos.

Os ativos adquiridos e passivos assumidos nessas combinações de negócio foram inicialmente mensurados pelos seus valores justos, conforme estabelecido abaixo:

	Consolidado												
	USD		EUR		GBP		MXN		AUD		CAD		
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31/12/2023 ⁽¹⁾	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23
OPERACIONAL													
Caixa e equivalentes de caixa	10.152.796	7.604.779	311.727	329.956	99.680	97.319	1.314.427	557	203	2.989	3.409	37.681	34.096
Contas a receber de clientes	6.646.802	2.806.266	1.021.830	715.733	406.736	240.823	649.281	3.362	1.167	89.090	50.195	16.728	36.444
Pedidos de venda	593.786	4.437.512	351.004	356.147	311.473	1.053.024	—	—	—	—	420	—	26.727
Fornecedores	(1.842.430)	(846.168)	(484.662)	(362.919)	(100.758)	(76.715)	(1.294.723)	(15.697)	(1.549)	—	—	—	—
Pedidos de compra	(517.013)	(274.549)	(55.287)	(87.203)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Subtotal operacional	15.033.941	13.727.840	1.144.612	951.714	717.131	1.314.451	668.985	(11.778)	(179)	92.079	54.024	54.409	97.267
FINANCIERO													
Caixa margem	1.363	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamento a clientes	(29.001)	(539.165)	(9.672)	(61.100)	(1.184)	(2.474)	—	—	—	—	—	(729)	(16.695)
Empréstimos e financiamentos	(7.993.463)	(1.485.299)	(3.803)	(15.579)	—	—	—	—	—	(3.622)	(2.348)	—	—
Subtotal financeiro	(8.021.101)	(2.024.464)	(13.475)	(76.679)	(1.184)	(2.474)	—	—	—	(3.622)	(2.348)	(729)	(16.695)
Subtotal operacional financeiro	7.012.840	11.703.376	1.131.137	875.035	715.947	1.311.977	668.985	(11.778)	(179)	88.457	51.676	53.680	80.572
DERIVATIVOS													
Contratos futuros	11.393	(1.214.139)	(530.029)	(663.598)	(211.126)	(213.703)	—	—	—	(49.538)	—	(133.754)	(72.620)
Deliverable Forwards (DF's)	(4.112.207)	(1.926.954)	439.337	325.834	(165.861)	(69.565)	—	17.091	13.778	(183.366)	508.893	—	(34.075)
Non Deliverable Forwards	(2.583.167)	(6.326.317)	(121.115)	24.550	(38.776)	(470.206)	—	—	—	—	—	—	—
Total dos derivativos	(6.683.981)	(9.467.510)	(211.807)	(313.214)	(415.763)	(753.474)	—	17.091	13.778	(232.904)	508.893	(133.754)	(106.695)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	328.859	2.235.866	919.330	561.821	300.184	558.503	668.985	5.313	13.599	(144.447)	560.569	(80.074)	(26.123)

⁽¹⁾ Não temos exposição porque mudamos a moeda funcional da subunidade indireta PPC México.

c) eventos ou operações não usuais

Em 22 de dezembro de 2022, a Companhia divulgou Fato Relevante noticiando a celebração de acordo para encerrar o Procedimento Arbitral CAM nº 186/2021, em que a J&F Investimentos S.A. se obrigou a pagar à Companhia o montante de R\$ 543.164.722,88 (quinquinhos e quarenta e três milhões, cento e sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e oito centavos).

Foi formado um Comitê Independente Ad Hoc, composto por cinco integrantes independentes do Conselho de Administração, que analisou os fatos atinentes à arbitragem e negociou o acordo ao longo de 6 meses, tendo ao final recomendado sua aprovação por unanimidade.

A transação envolveu quitação mútua quanto a indenizações decorrentes dos fatos narrados nos Acordos de Colaboração celebrados pelos controladores e ex-administradores da Companhia com o Ministério Público Federal, e encerrou todas as pretensões formuladas no procedimento, inclusive pedidos relacionados à incorporação da Bertin S.A. pela Companhia, o tema Blessed Holdings, bem como os pedidos contrapostos formulados contra a Companhia em valor muito superior, e foi homologada pelo Tribunal Arbitral competente.

Cabe ressaltar, que o Comitê Independente Ad Hoc foi devidamente assessorado por advogados externos contratados de forma independente em todas as fases de suas atividades, incluindo na análise e negociação do acordo. O acordo foi aprovado, também por unanimidade, no Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2022.

2.5. Medidas não contábeis

a) Informar o valor das medidas não contábeis

Em 2024, a Companhia utilizou o EBITDA Ajustado como forma de medição não contábil, assim como em 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA Ajustado da Companhia foi apurado no valor de R\$39.039,9 milhões, enquanto nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 foi R\$17.146,1 milhões.

Ainda assim, a Companhia informa que se utiliza de indicadores econômicos e financeiros em suas análises de resultado e divulgações ao mercado, entretanto tais indicadores não são detalhados nessa seção do formulário de referência, pois a Administração não entende que esses indicadores são medições não contábeis.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Ebitda Ajustado

Em R\$ Milhões	2024	2023
Lucro líquido do exercício (incluindo participação dos minoritários)	10.704,0	(729,1)
Resultado financeiro líquido	8.963,1	6.748,0
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos	4.116,6	(668,9)
Depreciação e amortização	11.805,3	10.725,4
Resultado de equivalência patrimonial	(20,4)	(47,6)
Acordos antitruste	1.430,8	510,2
Doações e programas sociais	118,5	90,4
Impairment de Ativos	0,0	135,2
Sinistro – Rio Grande do Sul	105,1	0,0
Pagamento e parcelamentos fiscais – Programa especial	426,6	0,0
Litígio Extemporâneo	356,5	0,0
Estorno extemporâneo de créditos tributários	342,7	0,0
Reestruturação	512,6	261,0
Outras receitas / despesas operacionais	178,6	121,5
(=) EBITDA Ajustado	39.039,9	17.146,1

O EBITDA Ajustado, que pode ser definido como lucros antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização, resultado de equivalência patrimonial e outros resultados não recorrentes, é utilizado como uma medida de desempenho da Administração da Companhia.

A Companhia utiliza como medida não contábil o EBITDA Ajustado (conforme Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022) ajustando o resultado de equivalência patrimonial, e outros resultados não recorrentes.

O resultado de equivalência patrimonial está alocado sob a rubrica específica da demonstração do resultado.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez.

O EBITDA Ajustado não possui significado padronizado e a definição da Companhia de EBITDA Ajustado pode não ser comparável àquela utilizada por outras sociedades. A Companhia acredita que o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o seu desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. Entretanto, cabe ressaltar que, uma vez que o EBITDA Ajustado não considera certos custos intrínsecos aos negócios da Companhia, que poderia, por sua vez, afetar significativamente os seus lucros, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, dispêndios de capital e outros encargos correspondentes, o EBITDA Ajustado apresenta limitações que afetam o seu uso como indicador da rentabilidade da Companhia.

Em uma visão geral, o EBITDA Ajustado é uma informação adicional às nossas demonstrações financeiras e não devem ser utilizadas em substituição aos resultados auditados, e podem não ser comparáveis com os mesmos indicadores divulgados por outras empresas.

2.6. Eventos subsequentes às demonstrações financeiras

Novas emissões de Notas Sêniores (Bonds): Em 6 de janeiro de 2025, a Companhia, por meio de suas subsidiárias indiretas JBS USA Holding Lux S.a.r.l., JBS USA Food Company e JBS USA Foods Group Holdings, Inc. (em conjunto, as "Emissoras"), anunciou a precificação de suas notas sêniores a serem ofertadas no mercado internacional no valor de US\$ 1,75 bilhão (equivalente a R\$ 10,83 bilhões). As emissões foram divididas em duas séries: US\$ 1,0 bilhão (R\$ 6,19 bilhões) com taxa de juros de 5,95% ao ano e vencimento em 2035, e US\$ 750 milhões (R\$ 4,64 bilhões) com taxa de 6,375% ao ano e vencimento em 2055. A conclusão da oferta ocorreu no dia 21 de janeiro de 2025. Adicionalmente, as emissoras firmaram um contrato de direitos de registro, comprometendo-se a registrar uma oferta de troca junto à Comissão de Valores Imobiliários dos Estados Unidos, a SEC, e a concluí-la dentro de 365 dias. Os recursos captados serão utilizados para o pagamento de dívidas de curto prazo e outros fins corporativos.

Investimento na Mantiqueira Alimentos Ltda.: Em 27 de janeiro de 2025, a Companhia firmou um acordo de investimento com a Mantiqueira Alimentos Ltda., adquirindo 48,5% do capital social total e 50% das ações com direito a voto da Companhia. A Mantiqueira Alimentos Ltda é líder no segmento de ovos orgânicos, produzidos sem antibióticos ou hormônios e provenientes de galinhas criadas livres, contando com mais de 3 mil funcionários e uma produção anual de aproximadamente 4 bilhões de ovos. A transação marca a entrada da Companhia no setor de ovos, alinhada à sua estratégia de diversificação e expansão da plataforma global de proteínas. Em 26 de fevereiro de 2025, a aquisição foi aprovada sem restrições pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). O fechamento dessa operação está condicionado ao cumprimento das condições precedentes aplicáveis a transações dessa natureza.

Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA): Em 28 de janeiro de 2025, foi realizada uma oferta de três séries de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) emitidos pela subsidiária indireta Seara Alimentos Ltda., garantidos pela JBS S.A., com vencimentos previstos para 2035, 2045 e 2055, totalizando um montante principal de R\$ 800 milhões. A conclusão da oferta ocorreu em 6 de março de 2025. Os recursos captados serão utilizados para o financiamento da compra de grãos.

Mudança na estrutura da JBS S/A: Em 13 de fevereiro de 2025, a Companhia anunciou que Gilberto Xandó, Presidente da JBS Brasil, assumiu o cargo de Presidente da Wild Fork North America, subsidiária indireta da JBS Investments Luxemburgo. A Wild Fork tem mais de 700 produtos em suas lojas físicas e online, além de proteínas, oferece ainda acompanhamentos, pratos prontos, vegetais, pães, sobremesas, temperos e molhos. Gilberto Tomazoni passou a acumular a presidência da JBS Brasil.

2.7– Política de destinação dos resultados

	Exercício social de 2024	Exercício social de 2023
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas; (c) do saldo remanescente uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento); (d) o lucro líquido remanescente, após as deduções legais e dividendos mínimos, serão destinados em parcela anual, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado à formação da Reserva Estatutária de Investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.	O Estatuto Social da Companhia prevê que o resultado do exercício terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; (b) uma parcela pode ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas; (c) do saldo remanescente uma parcela será destinada ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior a 25% (vinte e cinco por cento); (d) o lucro líquido remanescente, após as deduções legais e dividendos mínimos, serão destinados em parcela anual, não superior a 90% (noventa por cento) do lucro líquido ajustado à formação da Reserva Estatutária de Investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais, não podendo esta reserva ultrapassar o capital social.

a.i. Valores das retenções de lucros	<p>Quanto ao resultado do exercício social encerrado em 31/12/2024, do lucro líquido total do exercício, correspondente a R\$ 9.615.923.273,32, as retenções foram as seguintes: (a) R\$ 480.796.163,67 destinados à reserva legal (5%); (b) R\$ 3.869.820.791,48 destinados à reserva de incentivos fiscais (40,24%) e (c) R\$ 5.271.004.831,47 (que correspondem ao remanescente de R\$ 5.265.306.318,17, somado aos valores de R\$5.671.247,75, correspondente à reserva de reavaliação, R\$27.265,55, relativos aos dividendos prescritos e não reclamados) foram destinados à reserva estatutária de investimentos (54,76%).</p> <p>O equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, de R\$ 1.316.326.579,55, que corresponde a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de valores à reserva legal e à reserva de incentivos fiscais, já foi pago com base em reserva de lucros, conforme dividendos intermediários declarados em 2024.</p>	Não se aplica, uma vez que não houve lucro líquido.
a.ii. Percentuais em relação aos lucros totais declarados	5% destinados à reserva legal; 40,24% destinados à reserva de incentivos fiscais e 54,76% destinados à reserva estatutária de investimentos.	Não se aplica, uma vez que não houve lucro líquido.

b. regras sobre distribuição de dividendos	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>	<p>O Estatuto Social da Companhia prevê que do saldo do lucro líquido remanescente após as destinações da reserva legal e reserva de contingência, é assegurado ao acionista como direito ao recebimento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido. No exercício em que o montante do dividendo mínimo obrigatório calculado ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.</p>
c. periodicidade das distribuições de dividendos	<p>Em 31 de dezembro de 2024, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar o pagamento de dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2023, a política de distribuição de dividendos da Companhia garantia aos acionistas a distribuição anual de dividendos. Sem prejuízo, o conselho de administração poderia declarar o pagamento de dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver; a distribuição de dividendos em períodos inferiores a 6 (seis) meses, ou juros sobre capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver, desde que o total de dividendos pago em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; e o pagamento de dividendo intermediário ou juros sobre capital próprio, à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, imputados ao valor do dividendo obrigatório, se houver</p>

d. restrições à distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2024, o Estatuto Social da Companhia previa que 5% (cinco por cento) do lucro líquido fosse, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderia ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembleia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.	Em 31 de dezembro de 2023, o Estatuto Social da Companhia previa que 5% (cinco por cento) do lucro líquido fosse, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderia ultrapassar 20% (vinte por cento) do capital social integralizado ou o limite previsto no §1º do artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações. De acordo com o Estatuto Social, a Companhia deve pagar aos seus acionistas 25% (vinte e cinco por cento) de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízos ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia pode não pagar dividendos aos seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem, e sua Assembleia Geral de acionistas assim aprovar, ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.	Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items) tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantinha riscos e responsabilidades não evidenciadas nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, passíveis de gerar um efeito relevante, não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iii) contratos de construção não terminada

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existia construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia esclarecem que não existiam contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras.

2.9. Comentários sobre itens não evidenciados

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, não possuía ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constassem de suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- b) natureza e propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, não possuía ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constassem de suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia, não possuía ativos ou passivos, direta ou indiretamente, que não constassem de suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

2.10. Plano de Negócios

a) *Investimentos, incluindo:*

(i) *descrição dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

Como veiculado em 2019, a Companhia pretende investir R\$ 8 bilhões na Seara de 2020 até 2025, visando a estar preparada para atender o aumento da demanda por proteína no país e no exterior.

(ii) *fontes de financiamento dos investimentos*

As fontes de financiamentos dos investimentos da Companhia são, principalmente, a própria geração de caixa das atividades operacionais da Companhia e captações de empréstimos e financiamentos junto à bancos comerciais e ao mercado de capitais.

(iii) *desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não existem desinvestimentos relevantes previstos em plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos além dos investimentos para a manutenção dos ativos já pertencentes à Companhia.

b) *Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor*

Não existe aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos relevantes em andamento ou previstos.

c) *novos produtos ou serviços, indicando:*

A Companhia investe constantemente em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(i) *Pesquisas em andamento*

A Companhia investe constantemente em pesquisa relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(ii) *Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

No ano de 2024, a Companhia incorreu em despesas com pesquisa e desenvolvimento internos, na Controladora de R\$6.926 (R\$4.449 em 31 de dezembro de 2023), e no Consolidado de R\$28.585 (R\$36.114 em 31 de dezembro de 2023).

(iii) *Projetos em desenvolvimento já divulgados*

A Companhia investe constantemente em pesquisa relacionados às suas unidades de negócios já existentes, porém, até a presente data, não existem pesquisas que foram divulgadas ao mercado em geral.

(iv) *Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos*

produtos ou serviços

No ano de 2024, a Companhia incorreu em despesas com pesquisa e desenvolvimento internos, na Controladora de R\$6.926 (R\$4.449 em 31 de dezembro de 2023), e no Consolidado de R\$28.585 (R\$36.114 em 31 de dezembro de 2023).

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

Em 2024, a Companhia continuou fomentando iniciativas ASG (ambientais, sociais e de governança) que proporcionaram oportunidades em seus negócios. Entre elas, destaca-se a promoção da economia circular, um conceito estratégico que visa garantir a redução, a reutilização, a recuperação e a reciclagem de materiais e energias, criando um ciclo econômico conduzido pelo menor descarte e desperdício possível. Na JBS, essa abordagem dá origem a novos negócios há mais de 15 anos e a soluções disruptivas que contribuem para a perenidade das atividades. Faz parte, portanto, do nosso modelo de negócios, influenciando a tomada de decisão de longo prazo, promover um sistema circular que prevê o reaproveitamento e a reciclagem de resíduos. Um exemplo claro de como a economia circular é aplicada nos nossos negócios está na cadeia bovina. Ao longo das últimas duas décadas, desenvolvemos uma série de iniciativas para dar um destino adequado e sustentável, com foco em gerar valor aos resíduos do processo de produção da proteína animal., como o sebo, a pele e o soro bovino. Esses subprodutos são transformados em biodiesel, colágeno e gelatina para a indústria alimentícia e farmacêutica, fertilizantes e outros produtos de alto valor agregado, contribuindo para o uso sustentável dos recursos naturais e beneficiando o meio ambiente. Esse esforço se traduz em grandes números, somos os maiores produtores mundiais verticalizados de biodiesel a partir de sebo bovino. Além disso, exportamos para mais de 40 países outro insumo, o colágeno funcional, empregado na indústria de alimentos, com bases proteicas para atender a diferentes segmentos, como embutidos e pães. Somos uma indústria global especializada no processamento de couros bovinos e a Kind Leather, marca da JBS Couros, oferece soluções que transformam a nossa cadeia de valor, combinando eficiência produtiva com menor impacto ambiental. Também utilizamos resíduos orgânicos gerados em nossas fábricas para produzir fertilizantes orgânicos e organominerais.

Por meio da Biolins, unidade de cogeração, a JBS também produz energia elétrica e vapor a partir de biomassa (bagacão de cana, cavaco de eucalipto e biomassa diversas). Com potencial de processamento de 600 mil toneladas/ano de matéria-prima, apresenta capacidade de geração de 45 megawatts hora (MW/h), volume suficiente para abastecer uma cidade de 300 mil habitantes. A Biolins fornece 100% de energia elétrica e vapor para as fábricas da Friboi, JBS Couros e JBS Novos Negócios do próprio parque industrial de Lins. Sozinha, a usina tem o potencial de geração equivalente a 14% do total de energia elétrica utilizado por todas as unidades da JBS no Brasil. Por fim, a No Carbon, locadora de caminhões 100% elétricos, iniciou suas operações em 2022 e atualmente conta com uma frota de 283 veículos distribuídos por todo o território nacional, atendendo principalmente às operações logísticas da Seara e da Friboi.

Com investimento de R\$ 56 milhões, a JBS implementou no Brasil, em 2023, sistemas de biodigestores em nove instalações da Friboi para a produção de biogás, permitindo a produção de aproximadamente 53 mil m³/dia de biogás, , contribuindo com a redução do impacto ambiental do seu processo produtivo. Atualmente, 14 fábricas nos Estados Unidos e no Canadá já possuem sistemas de biodigestores, produzindo 190 mil m³/d de biogás. Essa energia limpa abastece caldeiras, é utilizada na geração de eletricidade nas instalações da Companhia ou convertida em Gás Natural Renovável (RNG) e vendida para empresas de gás. Nos projetos em operação nos EUA e Canadá, onde o

biogás é utilizado no próprio local, essas unidades reduzem em até 20% a necessidade de energia fornecida pela rede.

Na JBS USA, quase 100% dos subprodutos não comestíveis são destinados à produção de sebo e farinha de sangue e ossos, que são vendidos a outras empresas para serem utilizados na fabricação de cosméticos e produtos farmacêuticos, e na ração animal.

Outras oportunidades ASG inseridas no plano de negócio da JBS estão relatadas no [Relatório de Sustentabilidade](#) e [HUB ESG](#) da Companhia.

2.11. Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional

Os Diretores informam que não existem outros itens relevantes que não estejam evidenciados em nossas demonstrações financeiras ou que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens deste anexo.

**ANEXO II À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA JBS S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

Data-Base: 31.12.2024

(conforme Anexo A da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

1. Informar o lucro líquido do exercício:

O lucro líquido da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 9.615.923.273,32 (nove bilhões, seiscentos e quinze milhões, novecentos e vinte e três mil, duzentos e setenta e três reais e trinta e dois centavos).

2. Informar o montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

O montante global já distribuído a título de dividendos foi de R\$ 6.654.349.110,00 (seis bilhões, seiscentos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil, cento e dez reais), conforme indicado na tabela abaixo:

Descrição	Valor Bruto por Ação (R\$) ¹	Valor Total Bruto
Dividendos intermediários declarados em 13/08/2024	R\$ 2,00000000	R\$ 4.436.232.740,00
Dividendos intermediários declarados em 13/11/2024	R\$ 1,00000000	R\$ 2.218.116.370,00
Total	R\$ 3,00000000	R\$ 6.654.349.110,00

(1) Conforme base acionária de 31 de dezembro de 2024.

Além desse valor, a Administração propõe a declaração de dividendos adicionais pela Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, a serem pagos com base no saldo de reserva de lucro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no valor total de R\$ 4.436.232.740,00:

Descrição	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Total Bruto
Dividendos propostos adicionais (a serem aprovados)	R\$ 2,00000000	R\$ 4.436.232.740,00
Total	R\$ 2,00000000	R\$ 4.436.232.740,00

Ressalta-se que **(i)** o valor do Dividendo Mínimo Obrigatório corresponde a R\$ 1.316.326.579,55, e já foi integralmente pago com base em reserva de lucros, conforme dividendos intermediários declarados em 13/08/2024 e 13/11/2024, conforme indicado na tabela acima e **(ii)** em 25 de março de 2025, o Conselho de Administração da JBS S.A. aprovou a proposta de distribuição de dividendos provenientes do saldo de reserva de lucro do exercício de 2024, no valor de R\$ 4,4 bilhões, correspondendo a R\$ 2,00 por ação ordinária. O pagamento dos dividendos está sujeito à aprovação na Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da JBS S.A., prevista para ocorrer em 29 de abril de 2025.

A Companhia não pagou e não pagará juros sobre capital próprio.

Dessa forma, o valor total dos dividendos (já declarados e a declarar) será de R\$11.090.581,850,00.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

O percentual do lucro líquido total do exercício (antes da retenção e destinação à Reserva Legal) já distribuído é de 69,20%.

4. Informar o montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

A Companhia não realizou distribuição de dividendos com base em lucro de exercícios anteriores.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio, já declarados:

a) O valor bruto de dividendos e juros sobre capital próprio de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

A proposta do valor a ser declarado a título de dividendos adicionais a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29 de abril de 2025 (“AGO”) é de R\$2,00 (dois reais) por ação ordinária, totalizando R\$ 4.436.232.740,00 (quatro bilhões, quatrocentos e trinta e seis milhões, duzentos e trinta e dois mil e setecentos e quarenta reais) e a posição acionária a ser considerada para a distribuição de dividendos será a posição observada no encerramento do pregão da B3 da data da AGO.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

O pagamento será realizado em moeda corrente nacional e o prazo de pagamento será deliberado em AGO, observado o art. 205, §3º da Lei das S.A.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não há.

d) Data da declaração do pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.

Será considerada como data de declaração dos dividendos a data de realização da AGO que deliberar sobre a proposta da administração de destinação de resultados do exercício de 2024, que será realizada, em primeira convocação, em 29 de abril de 2025. Assim, as ações de emissão da Companhia serão negociadas “ex-dividendos” a partir do dia 30 de abril de 2025, inclusive. Desse modo, farão jus ao recebimento dos dividendos aqueles que forem acionistas da Companhia ao final do pregão do dia 29 de abril de 2025.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Como já indicado no item 2 acima, o valor dos dividendos já declarados é de R\$ 6.654.349.110,00 (seis bilhões, seiscientos e cinquenta e quatro milhões, trezentos e quarenta e nove mil, cento e dez reais), conforme detalhado abaixo:

Descrição	Valor Bruto por Ação (R\$)	Valor Total Bruto
Dividendos intermediários declarados em 13/08/2024	R\$ 2,00000000	R\$ 4.436.232.740,00
Dividendos intermediários declarados em 13/11/2024	R\$ 1,00000000	R\$ 2.218.116.370,00
Total	R\$ 3,00000000	R\$ 6.654.349.110,00

b) Informar a data dos respectivos pagamentos.

Abaixo indicação das datas de **(i)** aprovação, em reuniões do Conselho de Administração da Companhia, das distribuições de dividendos intercalares e **(ii)** pagamento de tais dividendos:

Descrição	Data de Pagamento
Dividendos intermediários (aprovação em 13/08/2024)	07/10/2024
Dividendos intermediários (aprovação em 13/11/2024)	15/01/2025

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

	2024	2023	2022	2021
Lucro líquido do exercício (R\$)	R\$ 9.615.923.273,32	R\$ (1.060.970.423,38)	R\$ 15.457.836.237,79	R\$ 20.486.560.965,76
Lucro líquido por ação (R\$)¹	R\$ 4,33518	R\$ (0,47832)	R\$ 6,96890	R\$ 8,39350

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos nos 3 (três) exercícios anteriores.

2024			
Descrição	Tipo de Ação	Valor Bruto por Ação	Valor Total Bruto
Dividendos	ON	R\$ 2,00000000	R\$ 4.436.232.740,00
Dividendos	ON	R\$ 1,00000000	R\$ 2.218.116.370,00
JCP (bruto)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
JCP (líquido)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Total	ON	R\$ 3,0000000	R\$ 6.654.349.110,00

2023			
Descrição	Tipo de Ação	Valor Bruto por Ação	Valor Total Bruto
Dividendos	ON	R\$ 1,00000000	R\$ 2.218.116.370,00
JCP (bruto)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
JCP (líquido)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Total	ON	R\$ 1,00000000	R\$ 2.218.116.370,00

2022			
Descrição	Tipo de Ação	Valor Bruto por Ação	Valor Total Bruto
Dividendos	ON	R\$ 2,00000000	R\$ 4.436.232.740,00
JCP (bruto)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
JCP (líquido)	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
Total	ON	R\$ 2,0000000	R\$ 4.436.232.740,00

8. Havendo destinação de lucros à Reserva Legal:

a) Identificar o montante destinado à reserva legal.

R\$ 480.796.163,67 (quatrocentos e oitenta milhões, setecentos e noventa e seis mil, cento e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos), equivalentes a 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Nos termos do artigo 39, alínea “a”, do Estatuto Social, a reserva legal é constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, já deduzidos os eventuais prejuízos e a provisão do Imposto de Renda, conforme demonstrado a seguir (em R\$):

	2024
Lucro líquido do exercício	R\$9.615.923.273,32
Reserva legal - (5%)	R\$480.796.163,67

O valor total destinado à Reserva Legal não poderá ultrapassar 20% do capital social da Companhia, conforme o disposto no artigo 39, alínea “a”, do Estatuto Social. Além disso, no exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

9. Caso a Companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Não aplicável.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não aplicável.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial a cada classe.

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

Conforme artigo 39, alínea “c”, do Estatuto Social da Companhia, após as deduções legais e estatutárias (incluindo a constituição da Reserva Legal), no mínimo 25% dos lucros que remanescerem, ajustados pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas.

No exercício em que o valor do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, nos termos do artigo 39, alínea “d”, do Estatuto Social da Companhia, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente.

Os dividendos obrigatórios foram pagos integralmente. Importante ressaltar, ainda, que o Conselho de

Administração propôs a distribuição de, aproximadamente, 69,20% do lucro líquido total do exercício, sem considerar a destinação à reserva legal.

c) Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Companhia:

a) Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da Companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

c) Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

a) Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

d) Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultados para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável.

b) Informar a natureza dos lucros não realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Conforme artigo 39 do Estatuto Social da Companhia, após as deduções legais e estatutárias (incluindo a constituição da Reserva Legal), os lucros que remanescerem, ajustados pela constituição de reservas de contingências e a respectiva reversão, se for o caso, serão destinados na seguinte ordem: **(i)** 25%, no mínimo, serão destinados para o pagamento do dividendo obrigatório devido aos acionistas (o qual poderá ser limitado ao montante do lucro líquido do exercício que tiver sido realizado, desde que a diferença seja registrada como reserva de lucros a realizar), nos termos do artigo 39, alíneas “c” e “d”, do Estatuto Social da Companhia; e **(ii)** os lucros remanescentes serão destinados para a constituição de Reserva Estatutária de Investimento, que terá por fim financiar a aplicação em ativos operacionais e/ou a recompra de ações próprias (para permanência em tesouraria ou cancelamento), nos termos do artigo 39, alínea “e”, do Estatuto Social da Companhia. O valor anual destinado à Reserva Estatutária não pode superar 90% do lucro líquido ajustado do exercício e o valor total da Reserva Estatutária de Investimento não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

b) Identificar o montante destinado à reserva.

Propõe-se que o montante de R\$5.265.306,318,17 (cinco bilhões, duzentos e sessenta e cinco milhões, trezentos e seis mil, trezentos e dezoito reais e dezessete centavos) seja destinado à Reserva Estatutária de Investimento, observado que os montantes relacionados à realização da reserva de reavaliação e aos dividendos prescritos não

reclamados pelos acionistas, nos valores de R\$ 5.671.247,75 (Cinco milhões, seiscentos e setenta e um mil, duzentos e quarenta e sete reais e setenta e cinco centavos) e R\$ 27.265,55 (vinte e sete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), respectivamente, também serão destinados à referida Reserva Estatutária de Investimentos, nos termos do artigo 39, alínea “e”, do Estatuto Social da Companhia, conforme detalhado no item abaixo, de modo que o valor total destinado à Reserva Estatutária de Investimento será de R\$ 5.271.004.831,47 (cinco bilhões, duzentos e setenta e um milhões, quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e quarenta e sete centavos).

c) Descrever como o montante foi calculado

Em linha com o artigo 39, alínea “e”, do Estatuto Social da Companhia, propõe-se que os lucros que remanesceram após as deduções legais e estatutárias sejam destinados à formação de Reserva Estatutária de Investimento, conforme cálculo abaixo (em R\$):

Lucro líquido do exercício	9.615.923.273,32
Reserva legal (5%)	(480.796.163,67)
Reserva de Incentivos Fiscais: Créditos de incentivos fiscais	(3.869.820.791,48)
Base ajustada para cálculo do dividendo mínimo obrigatório	5.265.306.318,17
Saldo parcial para destinação de reserva estatutária de investimento	5.265.306.318,17
Realização da reserva de reavaliação	5.671.247,75
Dividendos prescritos	27.265,55
Saldo final para destinação de reserva estatutária de investimento	5.271.004.831,47

Observação: o valor correspondente ao dividendo mínimo obrigatório, de R\$ 1.316.326.579,55, já foi pago com base em reserva de lucros, conforme dividendos intermediários declarados em 13/08/2024 e 13/11/2024 e imputados ao dividendo mínimo obrigatório. A Administração propõe a distribuição de dividendos adicionais na AGOE 2025.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

a) Identificar o montante da retenção.

Não aplicável.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital.

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais:

a) Informar o montante destinado à reserva.

O montante destinado a reserva de incentivos fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações, foi de R\$ 3.869.820.791,48 (três bilhões, oitocentos e sessenta e nove milhões, oitocentos e vinte mil, setecentos e noventa e um reais e quarenta e oito centavos), relativo às subvenções concedidas no exercício de 2024.

b) Explicar a natureza da destinação.

Para se beneficiar de incentivos referentes a ICMS que possui, a Companhia deve destinar parte de seu lucro à reserva de incentivos fiscais. Tais incentivos estão relacionados a determinados bens de sua cadeia produtiva, de acordo com o regulamento de cada Estado.

**ANEXO III À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA JBS S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

**INFORMAÇÕES RELATIVAS À EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E
INDEPENDÊNCIA DOS CANDIDATOS AOS CARGOS DE MEMBROS DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL**

(Conforme itens 7.3 a 7.6 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022)

7.3. Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

a. nome	Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
b. data de nascimento	02/08/1953
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	012.266.188-55
e. cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não é membro independente.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	20/10/2017
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em	Jeremiah O'Callaghan imigrou da Irlanda para o Brasil em 1979, e estudou Engenharia na University College Cork

<p>sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>(UCC). Possui mais de 40 anos de experiência na indústria de carnes, desenvolvendo estratégias comerciais globais para o setor alimentício brasileiro. Inicialmente trabalhou na Mouran (1983-1989), depois na Bordon (1989-1995) e ingressou na JBS no início de 1996 para desenvolver o Comércio Internacional. Foi nomeado Diretor de Relações com Investidores em 2008, logo após a abertura de capital da Companhia. Desde outubro de 2017, o Sr. O'Callaghan ocupa o cargo de Presidente do Conselho de Administração da JBS e é Diretor sem designação específica da Companhia.</p> <p>Além disso, é Coordenador do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, Coordenador do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, e Coordenador do Comitê de Pessoas e Oportunidades da Companhia.</p>
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	<p>Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>

a. nome	José Batista Sobrinho
b. data de nascimento	23/03/1933
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	052.970.871-04
e. cargo eletivo ocupado	Membro do Conselho de Administração.
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não é membro independente.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	02/01/2007
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Atual Vice-Presidente do Conselho de Administração, é o fundador do Grupo JBS, possuindo mais de 70 anos de experiência com produção de carne bovina.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação	Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação

<p>Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas</p> <p>iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>
---	--

a. nome	Wesley Mendonça Batista
b. data de nascimento	09/04/1970
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	364.873.921-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho de Administração.
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não é membro independente.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	26/04/2024
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual	O Sr. Wesley Batista possui mais de 35 anos de experiência no setor de proteínas e além de ter amplo conhecimento operacional e experiência em gestão de negócios. Atualmente atua como vice-presidente do Instituto J&F,

<p>ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>uma organização sem fins lucrativos criada há 14 anos para transformar negócios em empresas comprometidas com a educação de suas comunidades, bem como é membro do Conselho de Administração da Pilgrim's Pride Corporation (PPC).</p> <p>Além disso, é membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação e membro do Comitê de Pessoas e Oportunidades da Companhia.</p>
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	<p>Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>

a. nome	Joesley Mendonça Batista
b. data de nascimento	05/02/1972
c. profissão	Empresário
d. CPF ou número do passaporte	376.842.211-91
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho de Administração.

f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Não é membro independente.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	26/04/2024.
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>O Sr. Joesley Batista possui mais de 35 anos de experiência no setor de proteínas, expertise em operações de produção de proteínas e experiência em gestão de negócios. Atualmente, atua como Presidente do Instituto J&F, uma organização sem fins lucrativos criada há 14 anos para transformar negócios em empresas comprometidas com a educação de suas comunidades, bem como é membro do Conselho de Administração da Pilgrim's Pride Corporation (PPC).</p> <p>Além disso, é membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental e membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos da Companhia.</p>
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da	Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros

<p>Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas</p> <p>iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>
---	---

a. nome	Alba Pettengill
b. data de nascimento	08/08/1955
c. profissão	Psicóloga
d. CPF ou número do passaporte	063.417.737-06
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2019

<p>I. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Ingressou na indústria frigorífica, em 1985, como Diretora do Frigorífico Guarani, onde foi responsável pela implementação das normas de Qualidade ISO9000.</p> <p>Dedicada há mais de 30 (trinta) anos à indústria frigorífica é conchedora de processos de produção. Alba foi fundadora e presidente da Câmara Paraguaia da Carne e foi premiada pelo governo do Paraguai pela implantação de energias renováveis. Atualmente, Alba é proprietária e administradora de terras no Paraguai, dedicando-se à pecuária com o aprimoramento de produção genética.</p> <p>Além disso, é membro da Comissão Diretiva da Associação Rural do Paraguai e da Comissão de Saúde Animal do Paraguai.</p> <p>Na Companhia é membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental, membro do Comitê de Partes Relacionadas e membro do Comitê de Pessoas e Oportunidades.</p>
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <p>i. condenação criminal</p> <p>ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas</p> <p>iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>Não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>

a. nome	Gelson Luiz Merisio
b. data de nascimento	31/01/1966
c. profissão	Administrador de Empresas.
d. CPF ou número do passaporte	464.643.529-20
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	13/08/2020
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Administrador de Empresas pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Xanxerê (ACIX), da Federação das Associações Comerciais e Industriais de Santa Catarina (FACISC), do Conselho Deliberativo do SEBRAE/SC e vice-presidente da Confederação das Associações Comerciais do Brasil (CACB). Representando a classe

	<p>empresarial catarinense, foi deputado estadual na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, entre os anos de 2005 a 2018.</p> <p>Em 2010, tornou-se presidente da Assembleia Legislativa por unanimidade de votos, feito que repetiu em mais duas gestões (2011/12 e 2015/16).</p> <p>Além disso, é Coordenador do Comitê de Partes Relacionadas e membro do Comitê de Auditoria Estatutário, do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, do Comitê de Responsabilidade Socioambiental e do Comitê de Pessoas e Oportunidades da Companhia.</p>
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	<p>Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>

a. nome	Francisco Sérgio Turra
b. data de nascimento	16/09/1942
c. profissão	Comunicador Social
d. CPF ou número do passaporte	005.190.810-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração.

f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/10/2021
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Formado em Comunicação Social pela PUC/RS e bacharel em Direito pela Universidade Federal de Passo Fundo/RS.</p> <p>Possui domínio no setor de Agronegócio no mercado interno e no mercado financeiro, tendo ocupado a Vice-Presidência e a Diretoria de Operações do banco BRDE entre 2007 e 2008 e a Presidência do Banrisul de 1995 a 1996.</p> <p>Foi também Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) e Vice-Presidente da Associação Latino-Americana de Avicultura.</p>

	Além disso, é membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental e membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação da Companhia.
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.

a. nome	Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
b. data de nascimento	04/08/1964
c. profissão	Engenheiro Civil e Economista
d. CPF ou número do passaporte	223.794.793-72
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador

<p>j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria</p>	<p>É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado.</p>
<p>k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos</p>	<p>14/01/2022</p>
<p>l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Ex-Diretor de Política Econômica do Banco Central do Brasil. Engenheiro e mestre e doutor em Economia com forte experiência no mercado financeiro e político-econômico.</p> <p>Foi Presidente da Cateno Gestão de Pagamentos (2021), Vice-presidente de Serviços, Infraestrutura e Operações do Banco do Brasil (2017-2018), Secretário de Política Econômica no Ministério da Fazenda (2016), além de ter ocupado posições de destaque no setor privado.</p> <p>Ainda, foi membro dos Conselhos de Administração da UBS BB Serviços, Banco Votorantim, Cielo, BB Seguridade e Neoenergia. Atualmente, o Sr. Vasconcelos é membro do Conselho de Administração da Brasilprev Seguros e Previdência e do Conselho Curador da Fundação Getúlio Vargas.</p> <p>Além disso, é Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário, membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos, membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação</p>

	e membro do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia.
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.

a. nome	Kátia Regina de Abreu Gomes
b. data de nascimento	02/02/1962
c. profissão	Psicóloga
d. CPF ou número do passaporte	613.303.451-34
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para

	tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	20/07/2023
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>A Sra. Kátia Regina de Abreu Gomes foi Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal entre 2021 e 2022, Senadora da República entre 2007 e 2021, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento entre 2015 e 2016, Deputada Federal entre 2003 e 2007, Deputada Federal suplente entre 2000 e 2002, Presidente de Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA entre 2009 e 2014, Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins em 1996, Presidente do Sindicato Rural do Município de Gurupi/TO em 1994, além de ter participado de diversas comissões e missões no exterior e no Brasil.</p> <p>É membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental e membro Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação da Companhia.</p>
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas	Não esteve sujeita, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para a prática

iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.
--	---

a. nome	Paulo Bernardo Silva
b. data de nascimento	10/03/1952
c. profissão	Geógrafo
d. CPF ou número do passaporte	112.538.191-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	20/07/2023
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em	O Sr. Paulo Bernardo Silva foi Ministro das Comunicações entre 2011 e 2014, Ministro do Planejamento, Orçamento e

<p>sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Gestão entre 2005 e 2010, Deputado Federal pelo Paraná em três mandatos (1991-1995, 1995-1999 e 2003-2007). Foi, também, funcionário de carreira do Banco do Brasil (1975-2015), Secretário de Estado da Fazenda – Mato Grosso do Sul (1999 – 2000) e Secretário Municipal de Fazenda e de Planejamento – Londrina (2001-2002).</p> <p>É membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental e membro do Comitê Governança, Remuneração e Nomeação da Companhia.</p>
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	<p>Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>

a. nome	Cledorvino Belini
b. data de nascimento	03/05/1949
c. profissão	Administrador de empresas
d. CPF ou número do passaporte	116.050.068-15
e. cargo eletivo ocupado	Membro Independente do Conselho de Administração

f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2026.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	É membro independente do Conselho de Administração da Companhia e declara que cumpre os requisitos para tal cargo e que não se enquadra em nenhuma situação que implique a perda de sua independência como conselheiro, nos termos do Regulamento do Novo Mercado e da Resolução CVM nº 80.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	20/07/2023
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Formado em administração de empresas pela Universidade Mackenzie, pós graduado em Finanças pela USP e MBA pelo FDC/INSEAD.</p> <p>Fez carreira de 44 anos na Fiat, tendo presidido a montadora no Brasil e na América Latina durante 11 anos, entre 2004 e 2015.</p> <p>Foi, também, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores – Anfavea entre 2010 e 2013 e Diretor Presidente da Companhia Energética de Minas Gerais S.A. – CEMIG entre Fevereiro/2019 a Janeiro/2020.</p> <p>O Sr. Cledorvino Belini foi conselheiro independente da JBS entre Outubro/2017 e Junho/2020 e entre Novembro/2021 e Abril/2023.</p>

	É membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos da Companhia.
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.

CONSELHO FISCAL

a. nome	Adrian Lima da Hora
b. data de nascimento	02/02/1964
c. profissão	Administrador de Empresas
d. CPF ou número do passaporte	372.365.394-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal.
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	N/A

<p>k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos</p>	<p>28/04/2017</p>
<p>l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Graduado em Administração de Empresas e Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco, possui MBA intensivo na Ahold Retail Academy, Cornell, na Provar – USP e na StarSe/Nova SBE. Forte vivência na indústria de proteína animal, com background relevante no varejo e em auditoria externa (EY). Atuou como CFO, CAO e controller em grandes organizações multi-localizadas e como membro do Conselho de Administração de empresas na Itália e em Mônaco. Possui conhecimento do mercado de emissão de dívidas e de processos junto ao CADE. Foi CFO da Seara (2015 a 2016) e CAO da Rodopa (2011 a 2015). Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS, da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Excelsior Alimentos S.A, do Comitê de Auditoria da M Dias Branco e do Conselho de Administração da International School, Serviços de Ensino, Treinamento, Editoração Franqueadora S.A.</p> <p>A Excelsior Alimentos S.A. é controlada indiretamente pela JBS; e a Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A., controladora da JBS.</p>
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação 	<p>Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação</p>

<p>Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas</p> <p>iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>
a. nome	André Alcantara Ocampos
b. data de nascimento	14/04/1980
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	273.340.808-90
e. cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal.
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	N/A
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2018
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Mais de 20 anos de experiência na área contábil e controladoria em empresas de médio e grande porte. Atuou como Gerente de Controladoria da Flora S.A. (Setembro/2011 a Outubro/2012) e Coordenador de Contabilidade da Syngenta (Abril/2001 a

	<p>Setembro/2011). Foi Conselheiro Fiscal de Empresas do Setor de Energia.</p> <p>Atualmente é Diretor Vice Presidente Corporativo da J&F Investimentos S.A.</p> <p>A JBS é controlada diretamente pela J&F Investimentos.</p>
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	<p>Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>
a. nome	José Paulo da Silva Filho
b. data de nascimento	14/04/1963
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	386.730.294-49
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal.
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.

j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	N/A
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	30/04/2014
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Católica de Pernambuco e Pós-Graduado em Gestão Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas. Experiência de 17 anos como auditor independente e mais de 10 anos como diretor nas áreas de administração e finanças, onde atuou como Diretor de Administração e Controle da JBS (2009 – 2011) da J&F Investimentos S.A. (2012 – 2014), holding do Grupo JBS e Conselheiro Fiscal da Vigor Alimentos S.A. (2014 – 2016).</p> <p>Atualmente é membro efetivo do Conselho Fiscal da JBS, da Eldorado Brasil Celulose S.A. e da Companhia Paranaense de Energia - Copel.</p> <p>A Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A., controladora da JBS.</p>
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	<p>Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>

a. nome	Sandro Domingues Raffai
b. data de nascimento	02/01/1965
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	064.677.908-71
e. cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal.
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	N/A
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	28/09/2007
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Graduado em Contabilidade pela Faculdade Oswaldo Cruz e pós-graduado pela Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP em Gestão Tributária. Desde 2006 atua como assistente de controladoria do Escritório de Contabilidade F.F. Ltda.</p> <p>Atualmente é membro suplente do Conselho Fiscal da JBS e da Eldorado Brasil Celulose S.A.</p> <p>A Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A., controladora da JBS.</p>

m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.
a. nome	Orlando Octávio de Freitas Júnior
b. data de nascimento	16/09/1962
c. profissão	Contador
d. CPF ou número do passaporte	084.911.368-78
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025.
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	N/A.
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	24/04/2023

<p>I. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.</p>	<p>Bacharel em ciências contábeis pela universidade Mackenzie, registrado no CRC-SP e IBRACON-Instituto dos auditores independentes do Brasil. Possui 35 anos de experiência como profissional de auditoria em empresas de auditoria externa, Peat Marwick Mitchel, Trevisan Auditores e KPMG, sendo 23 anos como sócio e responsável técnico pelos trabalhos de auditoria. Também possui reconhecida experiência em contabilidade societária. Membro do comitê executivo da Trevisan e KPMG por 15 anos.</p> <p>Além disso, é membro efetivo do Conselho Fiscal da Eldorado Brasil Celulose S.A.</p> <p>A Eldorado Brasil Celulose S.A. é controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A., controladora da JBS.</p>
<p>m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer 	<p>Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>
a. nome	Mauro Mitio Inagaki
b. data de nascimento	26/01/1966
c. profissão	Contador

d. CPF ou número do passaporte	084.929.978-00
e. cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal.
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	N/A
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	N/A
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	<p>Contador, pós-graduado em planejamento fiscal e possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. Ao longo de mais de três décadas, consolidou um profundo conhecimento em contabilidade, auditoria e gestão financeira, liderando projetos estratégicos para grandes empresas. Também membro do Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo (CRCSP).</p> <p>É membro do Comitê de Auditoria Estatutário e membro do Comitê de Partes Relacionadas da Companhia.</p>
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da	<p>Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial</p>

Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.
a. nome	Patricia da Silva Barros
b. data de nascimento	08/10/1973
c. profissão	Engenheira
d. CPF ou número do passaporte	072.576.167-95
e. cargo eletivo ocupado	Membro efetivo do Conselho Fiscal
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.
j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	24/04/2023
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Engenheira de Produção pela UFRJ, com especialização em Desenvolvimento Econômico e Social pelo Instituto de Economia da UFRJ. Possui mestrado e doutorado em Administração com concentração em Finanças pela COPPEAD. No BNDES, atuou em posições executivas na Área de Crédito, Área de Risco de Crédito,

	Auditoria Interna e inclusive como Superintendente da Área de Controladoria. Exerceu mandatos como Conselheira titular no Conselho Fiscal da FAPES entre 2009-2013 e 2015-2017. Desde maio de 2022 é membro do Comitê de Auditoria da FAPES.
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.
a. nome	Marcos Alberto Pereira Motta
b. data de nascimento	19/04/1971
c. profissão	Engenheiro
d. CPF ou número do passaporte	008.528.317-73
e. cargo eletivo ocupado	Membro suplente do Conselho Fiscal.
f. data de eleição	Condicionada à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 29/04/2025
g. data da posse	Até 29/05/2025
h. prazo do mandato	Até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025.
i. se foi eleito pelo controlador ou não	Sim, eleito pelo controlador.

j. se é membro independente, nos termos da regulamentação específica aplicável à matéria	Sim
k. caso o administrador ou conselheiro fiscal venha exercendo mandatos consecutivos, data de início do primeiro de tais mandatos	24/04/2023
l. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, destacando, se for o caso, cargos e funções exercidos em (i) no emissor e em sociedades de seu grupo econômico; e (ii) sociedades controladas por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor.	Engenheiro civil com ênfase em Transportes pela UERJ, Mestre em Sistemas de Transportes pelo Instituto Militar de Engenharia, Pós-graduado em Desenvolvimento Econômico pelo IE/UFRJ, possui MBA em Finanças pela COPPEAD/UFRJ e MBA em Business pelo IAG/PUC-RJ. Atualmente é Ph.D. Candidate do programa de doutoramento conjunto Universidades de Lisboa, Porto, Coimbra e MIT, sendo <i>research fellow</i> do MIT Portugal. Entrou no BNDES em 2023 e atuou no Departamento de Desenvolvimento Urbano, no Departamento de Infraestrutura e Logística e foi gerente do Departamento de Exportação de Serviços, sempre atuando na área de infraestrutura em todos os departamentos. Atuou ainda como Assessor da Diretoria onde tinha como foco as pautas ligadas a infraestrutura, mercado de capitais e comércio exterior. Atualmente é Assessor da Presidência do BNDES, atuando no assessoramento direto do presidente e coordenação de projetos estratégicos
m. descrição de quaisquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos: i. condenação criminal ii. condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da	Não esteve sujeito, nos últimos 5 anos, a qualquer condenação criminal, ou à condenação em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, ou a qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial

<p>Superintendência de Seguros Privados, e as penas aplicadas</p> <p>iii. condenação transitada em julgado na esfera judicial ou objeto de decisão final administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer</p>	<p>ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para a prática de atividade profissional ou comercial qualquer, e declara que não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da Resolução CVM nº 50.</p>
---	--

7.4 Fornecer as informações mencionadas no item 7.3 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Membros do Conselho de Administração:

- Jeremiah Alphonsus O'Callaghan:

Coordenador do Comitê de Pessoas e Oportunidades - eleição e posse em 10/11/2022 | prazo do mandato: indeterminado;

Coordenador do Comitê de Responsabilidade Socioambiental - eleição e posse em 13/05/2019 | prazo do mandato: indeterminado;

Coordenador do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação - eleição e posse em 13/11/2017 | prazo do mandato: indeterminado.

- Wesley Mendonça Batista:

Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos - eleição e posse em 14/05/2024 | prazo do mandato: indeterminado;

Membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação - eleição e posse em 14/05/2024 | prazo do mandato: indeterminado; e

Membro do Comitê de Pessoas e Oportunidades - eleição e posse em 14/05/2024 | prazo do mandato: indeterminado.

- Joesley Mendonça Batista:

Membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental - eleição e posse em 14/05/2024 | prazo do mandato: indeterminado; e

Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos - eleição e posse em 14/05/2024 | prazo do mandato: indeterminado.

- Alba Pettengill:

Membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental - eleição e posse em 12/05/2021 | prazo do mandato: indeterminado;

Membro do Comitê de Partes Relacionadas - eleição e posse em 14/01/2022 | prazo do mandato: indeterminado; e

Membro do Comitê de Pessoas e Oportunidades - eleição e posse em 14/01/2022 | prazo do mandato: indeterminado.

- Gelson Luiz Merisio:

Membro do Comitê de Partes Relacionadas - eleição e posse em 12/05/2021 | prazo do mandato: indeterminado;

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário - eleição e posse em 11/11/2020 | prazo do mandato: 10 anos;

Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos - eleição em 10/05/2023 e posse em 10/05/2023 | prazo indeterminado;

Membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental - eleição e posse em 14/05/2024 | prazo do mandato: indeterminado; e

Membro do Comitê de Pessoas e Oportunidades - eleição e posse em 14/05/2024 | prazo do mandato: indeterminado.

- Kátia Regina de Abreu Gomes:

Membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental - eleição e posse em 14/08/2023 | prazo do mandato: indeterminado; e

Membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação - eleição e posse em 14/05/2024 | prazo do mandato: indeterminado.

- Francisco Sérgio Turra:

Membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental- eleição e posse em 28/10/2021 | prazo do mandato: indeterminado; e

Membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação- eleição e posse em 14/01/2022 | prazo do mandato: indeterminado.

- Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo:

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário - eleição e posse em 14/01/2022 | prazo do mandato: 10 anos;

Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos - eleição e posse em 14/01/2022 | prazo do mandato: indeterminado;

Membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação - eleição e posse em 14/01/2022 | prazo do mandato: indeterminado; e

Membro do Comitê de Partes Relacionadas – eleição e posse em 10/05/2023| prazo do mandato: indeterminado.

- Cledorvino Belini:

Membro do Comitê Financeiro e de Gestão de Riscos - eleição e posse em 14/08/2023 | prazo do mandato: indeterminado;

- Paulo Bernardo Silva:

Membro do Comitê de Responsabilidade Socioambiental - eleição e posse em 14/08/2023 | prazo do mandato: indeterminado; e

Membro do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação - eleição e posse em 14/08/2023 | prazo do mandato: indeterminado.

Conselho Fiscal:

- Mauro Mitio Inagaki:

Membro do Comitê de Auditoria Estatutário - eleição e posse em 01/03/2025 | prazo do mandato: 10 anos; e

Membro do Comitê de Partes Relacionadas – eleição e posse em 01/03/2025 | prazo do mandato: indeterminado.

As demais informações acerca de tais candidatos estão disponíveis no item 7.3 acima.

7.5. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre: (a) administradores do emissor; (b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor; (c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor; (d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor.

Os Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, controladores indiretos da Companhia, são filhos do Sr. José Batista Sobrinho, Vice-Presidente Conselho de Administração da Companhia.

O Sr. Wesley Mendonça Batista é pai do Sr. Wesley Mendonça Batista Filho, Diretor sem designação específica da Companhia, o qual é neto do Sr. José Batista Sobrinho.

O Sr. José Batista Sobrinho, Vice-Presidente do Conselho de Administração da Companhia, é pai dos Srs. Joesley Mendonça Batista e Wesley Mendonça Batista, controladores indiretos da Companhia e membros do Conselho de Administração da Companhia e avô do Sr. Wesley Mendonça Batista Filho, Diretor sem designação específica da Companhia.

7.6. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, participação igual ou superior a 99% (noventa e nove por cento) do capital social.

Adrian Lima da Hora é membro efetivo e Sandro Domingues Raffai é membro suplente do Conselho Fiscal da Excelsior Alimentos S.A., uma companhia controlada indiretamente pela JBS.

Adrian Lima da Hora, José Paulo da Silva Filho e Orlando Octavio de Freitas Júnior atualmente são membros efetivos e Sandro Domingues Raffai é membro suplente do Conselho Fiscal da Eldorado Brasil Celulose S.A., uma companhia controlada diretamente pela J&F Investimentos S.A. que, por sua vez, é controladora da JBS.

b. controlador direto ou indireto do emissor

André Alcântara Ocampos atualmente é Diretor Vice-Presidente Corporativo da J&F Investimentos S.A., controladora da JBS.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas.

Não há.

**ANEXO IV À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA JBS S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

(Conforme seção 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022)

8.1. Política ou prática de remuneração

- a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.*

A política de remuneração da Companhia para seus administradores, incluindo os membros do Conselho de Administração, membros do Conselho Fiscal e os diretores estatutários e não estatutários tem como objetivo atrair e reter profissionais do mercado que apresentem qualificações, competências e perfil adequados às práticas e aos negócios da JBS.

A remuneração é estabelecida com base em pesquisas de mercado e está diretamente ligada ao alinhamento dos interesses dos executivos em questão com os interesses da JBS. A política de remuneração da Companhia passa pela aprovação do seu Conselho de Administração, seguindo a recomendação do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação e a política de remuneração variável (PPR) tem como base o acordo com o sindicato.

Como parte da estrutura de acompanhamento da remuneração de executivos, o Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação da JBS analisa, conforme necessidades e demandas, as métricas de avaliação dos membros da administração.

As atuais diretrizes de remuneração da Companhia foram formalmente aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 11 de novembro de 2020. A Política de Remuneração da JBS está disponível para consulta nos websites da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>), da Comissão de Valores Mobiliários (gov.br/cvm) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

- b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:*

(i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

O Comitê de Auditoria Estatutário e o Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação da Companhia submetem ao Conselho de Administração a proposta de remuneração anual global da administração. Depois de aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, a proposta é submetida à aprovação da Assembleia Geral. Depois de aprovada pelos acionistas em Assembleia Geral, a remuneração global anual da administração é segregada pelo Conselho de Administração entre os membros da administração (Conselho de Administração e Diretoria Estatutária).

(ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos.

Com relação à remuneração fixa, a JBS se baseia em pesquisas de mercado realizadas por consultoria especializada para realizar pesquisa salarial e comparação da posição ocupada por cada um dos Diretores a ser remunerada, de acordo com as práticas de mercado, incluindo a reposição anual da inflação. Para o exercício de 2023, foi utilizado como critérios de comparação grandes grupos econômicos no Brasil e fora do Brasil, baseado na remuneração mediana de mercado de funções de posições semelhantes levando-se em consideração empresas de mesmo porte que a Companhia.

Assim como para todos os empregados da JBS, os indicadores de desempenho da administração são: o alcance de metas operacionais e financeiras e o desempenho individual.

(iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

A Diretoria Global de Recursos Humanos revisa as políticas e práticas relativas a remuneração a cada 2 anos e, caso necessário, recomenda que eventuais alterações sejam submetidas para análise do Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação, órgão de assessoramento do Conselho de Administração, que formula recomendações para análise e aprovação do Conselho de Administração sobre as recomendações das novas diretrizes, práticas e política de remuneração da Companhia propostas pela Diretoria Global de RH e pelo Comitê de Governança, Remuneração e Nomeação.

c) composição da remuneração, indicando:

(i) descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

- *seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor*

Conselho de Administração

Os membros do Conselho de Administração recebem remuneração fixa e variável pelo desempenho de suas funções.

A parte fixa é composta pelo salário mensal.

Atualmente não são oferecidos benefícios diretos ou indiretos aos membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração fazem jus a uma remuneração variável a título de participação nos resultados da Companhia (“PPR”), paga em dinheiro *pro rata temporis* no final de cada mandato dos membros do Conselho de Administração, a qual é integralmente indexada à evolução do preço das ações de emissão da Companhia na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”).

O objetivo de cada elemento da remuneração dos membros do Conselho de Administração é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o seu comprometimento e, também, atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Conselho Fiscal

Todos os membros do Conselho Fiscal recebem remuneração fixa mensal. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é determinada na respectiva assembleia geral que os elege e, nos termos do artigo 162, da Lei das S.A., corresponde a, pelo menos, 10% (dez por cento) do valor da média da remuneração atribuída aos diretores estatutários da Companhia, não computados benefícios e demais parcelas variáveis. Os membros suplentes do Conselho Fiscal recebem remuneração por cada reunião de que participem.

Diretoria Estatutária

A remuneração global anual dos membros da diretoria estatutária é estabelecida pelo Conselho de Administração e é composta por uma parte fixa e outra variável.

A parte fixa é composta pelo salário mensal.

A remuneração dos membros da Diretoria também contempla o benefício de plano de saúde.

Os diretores estatutários fazem jus a uma remuneração variável a título de PPR, a qual é dividida em uma parcela em dinheiro à vista, e uma parcela paga em dinheiro na proporção de 1/3 ao ano, durante três anos, a qual possui um componente indexado ao preço das ações de emissão da Companhia na B3, conforme explicado abaixo.

O objetivo de cada elemento da remuneração dos administradores é incentivar o alinhamento de interesses dos administradores com as metas da Companhia, de forma a estimular o seu comprometimento e, também, atrair e manter profissionais altamente qualificados.

Comitês

Os membros externos que participam dos comitês fazem jus a uma remuneração fixa mensal. Os membros do Conselho de Administração que participam dos comitês recebem uma remuneração fixa adicional por participação nas reuniões.

- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais***

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	18%	100%	100%
Remuneração Variável	0%	71%	0%	0%
Pós Emprego	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	11%	0%	0%
T O T A L	100%	100%	100%	100%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	93%	19%	100%	100%
Remuneração Variável	0%	76%	0%	0%
Pós Emprego	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	7%	5%	0%	0%
T O T A L	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	18%	100%	100%
Remuneração Variável	0%	62%	0%	0%
Pós Emprego	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	20%	0%	0%
T O T A L	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

- *sua metodologia de cálculo e de reajuste*

Remuneração Fixa

A remuneração fixa mensal da diretoria estatutária e não estatutária é reajustada, em todos os exercícios sociais, de acordo com os percentuais dos acordos coletivos e, também, podem ocorrer reajustes por mérito no desempenho de suas atividades. O reajuste da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração, quando realizada, é efetuada com base em estudos comparativos de mercado feitos por consultoria especializada.

Remuneração Variável

A remuneração variável dos diretores estatutários é paga a título de participação nos resultados, sendo parte paga à vista e parte de forma diferida, sendo que a definição de cada uma das parcelas é determinada de forma discricionária, sem percentuais previamente definidos. A parcela diferida da participação nos resultados é indexada ao preço das ações de emissão da Companhia na B3. A definição do valor total da remuneração variável da diretoria estatutária, que será dividida em curto e longo prazo, é determinada com base em critérios discricionários/subjetivos, porém levando em consideração uma avaliação de seus membros e determinados indicadores financeiros da Companhia, conforme explicado no item abaixo.

Após a definição do montante total da remuneração variável para os membros da Diretoria, é determinado o valor equivalente ao número de ações a ser utilizado na base de cálculo da parcela diferida, com pagamento em dinheiro dividido ao longo de três anos, tomando como referência o salário mensal do participante elegível, um salário múltiplo e a média das cotações de fechamento das ações ordinárias da Companhia negociadas na B3 dos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à divulgação do resultado anual.

A determinação do valor da remuneração variável do Conselho de Administração, integralmente indexada à evolução do preço das ações de emissão da Companhia, é feita com base em critérios discricionários/subjetivos, levando em conta a contribuição dos administradores diante dos objetivos estratégicos da Companhia. O cálculo da remuneração variável de longo prazo, que é paga em dinheiro ao final do mandato, é feito ao final de cada mandato, levando em conta a média dos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data do pagamento.

Plano de Saúde

O plano de saúde da diretoria estatutária, concedido pela Companhia, não possui metodologia de cálculo e reajuste específicos, sendo que seu reajuste é feito com base em determinação da companhia seguradora.

- *principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG.*

Com relação à remuneração fixa, a JBS se baseia em pesquisas de mercado realizadas por consultoria especializada.

A remuneração variável dos diretores estatutários da Companhia é determinada de forma discricionária, visando a retenção de seus executivos e levando em consideração, de forma independente e sem definição prévia de percentuais, resultados financeiros e qualitativos, apoiada em processo de avaliação de desempenho individual, modelo 360º, pela qual verificam os desempenhos comportamentais e de resultados na atividade, bem como em indicadores quantitativos utilizados para aferir o desempenho individual, tais como, a depender dos níveis hierárquicos e áreas de atuação: (i) geração de caixa livre; (ii) geração de caixa operacional; (iii) EBITDA; (iv) lucro bruto; (v) receita líquida; e (vi) desempenho da unidade de negócio do beneficiário. A Companhia estuda métricas mensuráveis ligadas à questão ASG para aferição de desempenho de sua liderança.

Tendo em vista que a determinação é feita com base em fatores quantitativos, mas também em fatores qualitativos que contribuem para o resultado da Companhia e para a retenção de talentos, tais fatores qualitativos podem compensar os efeitos dos resultados estritamente financeiros da Companhia na determinação da remuneração.

A parcela variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração é determinada com base em critérios discricionários/subjetivos, levando em conta a contribuição dos administradores diante dos objetivos estratégicos da Companhia.

(ii) razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração fixa está em linha com as práticas de mercado e é anualmente analisada com base em pesquisas realizadas por consultorias especializadas.

A remuneração variável incentiva a melhoria da gestão da Companhia e a retenção dos melhores profissionais do mercado, trazendo ganhos pelo comprometimento com os resultados de longo prazo e o desempenho de curto prazo.

(iii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Existem membros do Conselho de Administração (que já renunciaram aos seus cargos em 2023) e do Conselho Fiscal que renunciaram às respectivas remunerações, em razão de já exercerem cargos na administração pública indireta, e existe um membro da Diretoria Estatutária não remunerado pela Companhia, uma vez que exerce cargo de administrador de controlada nos Estados Unidos.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

A remuneração paga aos administradores é realizada de forma direta pela Companhia, não havendo membros do Conselho Fiscal, do Conselho de Administração, da Diretoria (exceto por um diretor que exerce cargo de administração em sociedade controlada conforme item 8.1.c.iii acima) ou dos Comitês que recebam remuneração pelo exercício dos seus cargos na Companhia suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

A Companhia não possui qualquer tipo de remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2. Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social Corrente (a ser encerrado em 31/12/2025) – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	5	5	21
Nº de membros remunerados	11	4	4	19
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.900.000,00	18.529.647,73	1.693.099,20	30.122.746,93
Benefícios direto e indireto	0,00	278.153,32	0,00	278.153,32
Participações em comitês	6.240.000,00	0,00	0,00	6.240.000,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	191.476.206,04	0,00	191.476.206,04
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	3.740.000,00	36.471.658,29	0,00	40.211.658,29
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	19.880.000,00	246.755.665,39	1.693.099,20	268.328.764,59

Remuneração total no Exercício Social encerrado em 31/12/2024 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	5	5	21
Nº de membros remunerados	10,33	4	4	18,33
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.300.000,00	18.420.957,72	1.693.099,20	29.414.056,92
Benefícios direto e indireto	0,00	241.872,45	0,00	241.872,45
Participações em comitês	5.709.333,30	0,00	0,00	5.709.333,30

Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	74.600.000,00	0,00	74.600.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	12.000.000,00	0,00	12.000.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	15.009.333,30	105.262.830,17	1.693.099,20	121.965.262,67

Remuneração total no Exercício Social encerrado em 31/12/2023 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	5,00	19,00
Nº de membros remunerados	8,57	4,40	4,00	16,97
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.173.333,33	21.612.986,62	1.865.181,28	30.651.501,23
Benefícios direto e indireto		211.662,93		211.662,93
Participações em comitês	4.370.333,34	0,00		4.370.333,34
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	90.000.000,00	0,00	90.000.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				

Pós-emprego	0,00	0,00	0	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	876.000,00	6.000.000,00	0	6.876.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	12.419.666,67	117.824.649,55	1.865.181,28	132.109.497,50

Remuneração total no Exercício Social encerrado em 31/12/2022 – Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	4,00	18,00
Nº de membros remunerados	9,00	5,00	4,00	18,00
Salário ou pró-labore	5.916.166,67	21.745.841,42	1.739.667,31	29.401.675,40
Benefícios direto e indireto	0,00	192.586,11	0,00	192.586,11
Participações em comitês	3.972.741,94	0,00	0,00	3.972.741,94
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	74.500.000,00	0,00	74.500.000,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis		0,00	0,00	0,00
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	23.500.000,00	0,00	23.500.000,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	9.888.908,61	119.938.427,53	1.739.667,31	131.567.003,45

8.3. Remuneração variável

Prevista para o Exercício Social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	5	5	21
Número de membros remunerados⁽¹⁾	11	4	0	15
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	Não há	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	Não há	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0	0	Não há	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	183.169.011,47	Não há	183.169.011,47
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.			Não há	
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	Não há	Não há	Não há	Não há

⁽¹⁾ Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2024				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	11	5	5	21
Número de membros remunerados⁽¹⁾	10,33	4	0	14,33
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	Não há	0

Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	0	Não há	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas	0	0	Não há	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais	0	0	Não há	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0	227.236.273,40	Não há	228.249.673,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	Não há	74.600.000,00	Não há	74.600.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	Não há	74.600.000,00	Não há	74.600.000,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2023				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	9,00	5,00	5,00	19,00
Número de membros remunerados⁽¹⁾	8,57	4,40	0	12,97
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	Não há	0	Não há	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	Não há	0	Não há	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	223.867.000,00	0,00	224.743.150,00

Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	0,00	90.000.000,00	0,00	90.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	90.000.000,00	0,00	90.000.000,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP.

Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2022				
	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal	Total
Número total de membros	0	5	0	5
Número de membros remunerados⁽¹⁾	0,00	5	0,00	5
Bônus				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor máximo previsto no plano de remuneração	Não há	0	Não há	0
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	Não há	0	Não há	0
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	Não há	0	Não há	0
Participação nos resultados				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	213.865.082,51	0,00	213.865.082,51
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas sejam atingidas.	0,00	74.500.000,00	0,00	74.500.000,00
Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício social	0,00	74.500.000,00	0,00	74.500.000,00

(1) Corresponde ao número de diretores e conselheiros, conforme aplicável, a quem pode ser atribuída remuneração variável reconhecida no resultado da Companhia no exercício, conforme disposto no Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP

8.4. Plano de remuneração baseado em ações

a) termos e condições gerais

A Companhia não possuía um plano de remuneração com entrega de ações em vigor no último exercício social e no exercício social corrente. O Plano de Outorga de Opção de Compra das Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2014, foi extinto pelo Conselho de Administração em 12 de maio de 2021. Cabe ressaltar que desde o exercício de 2018, não foram outorgadas novas opções no âmbito de tal plano.

No entanto, conforme mencionado no item 8.1 acima, foi concedida à diretoria estatutária e aos principais executivos da Companhia uma remuneração variável de longo prazo, a título de participação nos resultados, referenciada na precificação das ações da Companhia e paga de forma diferida, na proporção de 1/3 ao ano, durante três anos. Ainda, foi concedida aos membros do Conselho de Administração uma remuneração variável de longo prazo, também a título de participação nos resultados, referenciada na precificação das ações da Companhia e paga no final do respectivo mandato dos membros do Conselho de Administração. Por ser uma remuneração paga em dinheiro, mas indexada ao preço de emissão das ações, ela é considerada contabilmente e para fins deste item 8 do Formulário de Referência como remuneração baseada em ações, embora classificada pela Companhia como participação nos resultados. O item 8.20 apresenta tabelas complementares àquelas apresentadas ao longo do item 8 evidenciando a melhor visão da Companhia na classificação desses valores como participação nos resultados, e não como remuneração baseada em ações.

b) data de aprovação e órgão responsável

Não aplicável

c) número máximo de ações abrangidas

Não aplicável

d) número máximo de opções a serem outorgadas

Não aplicável

e) condições de aquisição de ações

Não aplicável

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Não aplicável

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício

Não aplicável

h) forma de liquidação

A liquidação é realizada em dinheiro, na forma prevista nos itens 8.1 e 8.4(a) acima, em folha de pagamento junto ao pagamento do programa de participação nos resultados.

i) restrições à transferência das ações

Não aplicável

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano.

Nas hipóteses de desligamento, falecimento, invalidez, aposentadoria serão observados os termos e condições constantes do Programa de Participação nos Resultados de 2022 e 2023 e, no caso dos diretores, do Acordo Coletivo de Trabalho da JBS. Ainda, nas hipóteses de vencimento antecipado mencionadas no Acordo Coletivo de Trabalho da JBS serão aplicados os termos e condições de pagamento mencionados nos respectivos planos de remuneração variável de longo prazo.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Na hipótese de desligamento do administrador por iniciativa da Companhia em decorrência de justa causa, a Remuneração Variável de Longo Prazo que lhe tenha sido concedida, segundo as regras de reserva de direito, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

8.5. Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não foram outorgadas opções de compra de ações nos últimos três exercícios sociais e, desde 2021, não há um plano de opção de compra de ações vigente.

8.6. Outorga de opções de compra de ações

Não foram outorgadas opções de compra de ações nos últimos três exercícios sociais e, desde 2021, não há um plano de outorga de opção de compra de ações vigente.

8.7. Opções em aberto

Não havia opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social.

8.8. Opções exercidas e ações entregues

Não foram exercidas opções de compra de ações ou entrega de ações nos últimos três exercícios sociais e, desde 2021, não há um plano de outorga de opção de compra de ações vigente.

8.9. Remuneração baseada em ações, a serem entregues diretamente aos beneficiários

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui e não possuiu, nos últimos três exercícios sociais, planos de remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.10. Outorga de ações

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui e não possuiu, nos últimos três exercícios sociais, planos de remuneração baseada em ações, sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.11. Ações entregues

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui e não possuiu, nos últimos três exercícios sociais, planos de remuneração baseada em ações, sob forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários.

8.12. Precificação das ações/ opções

Conforme indicado no item 8.1 acima, o plano de participação nos resultados da Companhia possui um componente cujo montante está vinculado à cotação das ações da Companhia. Por essa razão, contabilmente e para fins deste item 8 do Formulário de Referência, essa parcela deve ser registrada como sendo participação baseada em ações. O item 8.20 apresenta tabelas complementares àquelas apresentadas ao longo do item 8 evidenciando a melhor visão da Companhia na classificação desses valores como participação nos resultados, e não como remuneração baseada em ações. As informações abaixo dizem respeito a essa parcela da remuneração variável:

a) *modelo de precificação*

O valor para cálculo da Remuneração Variável de Longo Prazo é dado pela média dos últimos 30 pregões anteriores, ponderada pelo volume, das cotações das ações da JBS no fechamento da divulgação do resultado anual.

b) *dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco.*

A premissa utilizada no modelo de precificação é o preço médio ponderado das ações: média da cotação das ações da Companhia na B3, ponderada pelo volume de negociação nos 30 (trinta) últimos pregões que antecedem a data da publicação do resultado anual.

c) *método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*

Não aplicável

d) *forma de determinação da volatilidade esperada*

Não aplicável. O valor unitário do incentivo de longo prazo é determinado pela média dos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data da publicação do resultado.

e) *se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

Não aplicável. A Remuneração Variável de Longo Prazo não se dá em formato de opções de compra de ações.

8.13. Participações detidas por órgão

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024

Órgão	Ações Ordinárias	Total
Conselho de Administração	188.617	0,01%
Diretoria	11.810.776	0,53%
Conselho Fiscal	15.900	0,001%

Nos termos do Anexo C da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, para evitar duplicidade, os valores mobiliários detidos por membros do Conselho de Administração que também são membros da Diretoria foram divulgados somente no quadro de valores mobiliários detidos pelos membros do Conselho de Administração.

8.14. Planos de previdência

Não aplicável, uma vez que a Companhia não oferece plano de Previdência aos membros do Conselho de Administração ou aos diretores estatutários na data deste Formulário de Referência.

8.15. Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	4	5	5	11	9	9	5	5	4
Nº de membros remunerados	4	4,4	5	10,33	8,57	9	4	4	4
Valor da maior remuneração individual	63.282.432,81	54.638.232,37	53.328.574,27	2.251.999,99	2.049.800,00	1.380.000,00	423.274,80	467.177,14	434.916,82
Valor da menor remuneração individual	8.691.448,61	7.569.693,65	7.399.321,50	900.000,00	1.014.700,00	660.000,00	423.274,80	466.001,38	434.916,82
Valor médio da remuneração individual	26.255.239,43	26.730.224,23	23.949.168,28	1.452.984,83	1.600.678,72	1.098.767,62	423.274,80	466.295,32	434.916,82

8.16. Mecanismos de remuneração/ indenização

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não conta com mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

8.17. Percentual partes relacionadas na remuneração

Exercício Social a ser encerrado 31 de dezembro de 2025			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	27,27%	0%	-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	27,27%	0%	-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	27,27%	0%	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	27,27%	0%	-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	27,27%	0%	-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	27,27%	0%	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	11,11%	20%	-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	11,11%	20%	-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	11,11%	20%	-

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Remuneração total do órgão (R\$)	11,11%	20%	-
Remuneração total dos membros que sejam partes relacionadas aos controladores (R\$)	11,11%	20%	-
Percentual da remuneração das partes relacionadas em relação ao total pago	11,11%	20%	-

8.18. Remuneração – Outras funções

Não foi reconhecido no resultado da Companhia, nos 3 últimos exercícios sociais, e não há previsão, para o exercício social corrente, de nenhum outro valor remuneratório para além das anteriormente informados no item 8.2.

8.19. Remuneração reconhecida no controlador/ controlada

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedades sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025 – demais remunerações recebidas em função do exercício de cargo de diretor em controlada

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$21.139,02 7,95	R\$0,00	R\$21.139,02 7,95
Sociedades sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedades sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 – demais remunerações recebidas em função do exercício de cargo de diretor em controlada

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$0,00	R\$ 0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$43.020,47 1,02	R\$0,00	R\$43.020,47 1,02
Sociedades sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedades sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 – demais remunerações recebidas em função de exercício de cargo de diretor em controlada

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$5.526.661 ,35	R\$0,00	R\$5.526.661 ,35
Sociedades sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – remuneração recebida em função do exercício do cargo no emissor

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedades sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 – demais remunerações

Órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos e indiretos	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Controladas do emissor	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Sociedades sob controle comum	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

8.20. Outras informações relevantes

Esclarecimentos adicionais sobre a remuneração prevista para o exercício social de 2025

Em relação à remuneração prevista para o exercício social de 2024, foi aprovada na assembleia geral ordinária de acionistas da Companhia como montante global da remuneração anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário da Companhia para o exercício social de 2024, em regime de competência, o valor de até R\$269.342.164,59. Importante ressaltar, contudo, que tal valor abrange a remuneração de membros independentes do Comitê de Auditoria Estatutário que não são membros do Conselho de Administração e/ou da Diretoria e/ou do Conselho Fiscal da Companhia – de modo que a diferença entre (i) o valor aprovado pela assembleia geral e (ii) a projeção de remuneração para o exercício social de 2025 indicada no item 8.2 acima refere-se justamente à remuneração de tais membros independentes do Comitê de Auditoria Estatutário.

Esclarecimento adicional sobre a remuneração do Conselho Fiscal e benefícios

A remuneração do Conselho Fiscal e os benefícios pagos aos administradores, que são reportados nas tabelas do item 8.2, não são considerados, conforme previsto nas normas contábeis aplicáveis, na remuneração da administração informada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Esclarecimentos adicionais sobre o item 8.1 (c)

Como explicado no item 8.1 acima, a participação nos resultados atribuída aos diretores estatutários e membros do conselho de administração possuem um componente vinculado à evolução da cotação das ações de emissão da Companhia e, por essa razão, os valores correspondentes a essa parcela são, contabilmente e para fins dos itens 8.1, 8.2 e 8.3 deste Formulário de Referência, considerados remuneração baseada em ações.

Assim, apresentamos abaixo como informação complementar as tabelas do item 8.1(c) ajustadas conforme a melhor visão da Companhia, apresentando os valores de participação nos resultados vinculados à cotação das ações da Companhia computados como remuneração variável, e não como remuneração baseada em ações:

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	22%	100%	100%
Remuneração Variável	0%	78%	0%	0%
Pós Emprego	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	0%	0%	0%

T O T A L	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	94%	23%	100%	100%
Remuneração Variável	6%	77%	0%	0%
Pós Emprego	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	0%	0%	0%
T O T A L	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitês
Remuneração Fixa	100%	22%	100%	100%
Remuneração Variável	0%	78%	0%	0%
Pós Emprego	0%	0%	0%	0%
Baseada em Ações	0%	0%	0%	0%
T O T A L	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Esclarecimentos adicionais sobre o item 8.2

A diferença entre o valor total da remuneração apresentado no item 8.2 e o valor reportado nas notas explicativas das demonstrações financeiras da Companhia decorre, essencialmente, da consolidação dos valores relacionados ao plano de remuneração baseada em ações dos executivos da subsidiária indireta JBS USA, o qual foi finalizado no exercício de 2024 (conforme valores apresentados na linha de remuneração baseada em ações da nota explicativa 9 das demonstrações financeiras). Nenhum administrador da Companhia é beneficiário do referido programa.

Como explicado no item 8.1 acima, a participação nos resultados atribuída aos diretores estatutários e membros do conselho de administração possuem um componente vinculado à evolução da cotação das ações de emissão da Companhia e, por essa razão, os valores correspondentes a essa parcela são, contabilmente e para fins dos itens 8.1, 8.2 e 8.3 deste Formulário de Referência, considerados remuneração baseada em ações.

Entretanto, nas demonstrações financeiras, tal remuneração dos administradores da JBS está evidenciada na linha de participação nos resultados da nota explicativa 9 das demonstrações financeiras.

Adicionalmente, os valores informados no item 8.2 como remuneração baseada em ações, que correspondem à parcela referida da participação nos resultados atribuída aos diretores estatutários, não refletem o que foi efetivamente pago em cada exercício social a tais, já que tal remuneração é paga em três parcelas anuais para a Diretoria, e ao final do mandato para o Conselho de Administração, conforme explicado no item 8.1. Os valores

efetivamente pagos a esse título nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 foram de R\$7.268.710,00 R\$11.837.956,00, R\$12.399.907,53, respectivamente. Tais valores incluem, conforme o caso individual de cada administrador, uma ou mais parcelas deferidas da participação nos resultados de exercícios anteriores.

O montante da remuneração reconhecido na Demonstração Financeira em 31 de dezembro de 2024 da Companhia, de R\$62.542 (em milhares), inclui o saldo de todos os executivos da Companhia e não apenas a Diretoria Estatutária.

Assim, apresentamos abaixo as tabelas do item 8.2 ajustadas conforme a remuneração declarada dos administradores em cada exercício, diferente da remuneração efetivamente paga, evidenciada no item 8.2, e considerando, como a melhor visão da Companhia, os valores de participação nos resultados vinculados à cotação das ações da Companhia computados como participação nos resultados e não como remuneração baseada em ações (como apresentado no item 8.2):

Remuneração total prevista para o Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	5	5	21
Nº de membros remunerados	10,33	4	4	18,33
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	9.300.000,00	18.420.957,72	1.693.099,20	29.414.056,92
Benefícios direto e indireto	0,00	241.872,45	0,00	241.872,45
Participações em comitês	5.709.333,30	0,00	0,00	5.709.333,30
Outros	3.001.866,66	5.157.868,16	338.619,84	8.498.354,66
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	86.600,00	0,00	86.600,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00

Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	18.011.199,96	110.420.698,33	2.031.719,04	130.463.617,33

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	5	5	19
Nº de membros remunerados	8,57	4,4	4	16,97
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	7.173.333,33	21.612.986,62	1.865.181,28	30.651.501,23
Benefícios direto e indireto		211.662,93		211.662,93
Participações em comitês	4.370.333,34	0		4.370.333,34
Outros	2.308.733,33	6.051.636,25	373.036,26	8.733.405,84
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	876000	96.000.000,00	0	96.876.000,00
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0	0	0	0
Cessação do cargo	0	0	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	14.728.400,00	123.876.285,80	2.238.217,54	140.842.903,34

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9	5	4	18
Nº de membros remunerados	9	5	4	18
Esclarecimento				

Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	5.916.166,67	21.745.841,42	1.739.667,31	29.401.675,40
Benefícios direto e indireto	0	192.586,11	0	192.586,11
Participações em comitês	3.972.741,94	0	0	3.972.741,94
Outros	1.977.781,72	6.088.835,60	347.933,46	8.414.550,78
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos INSS	Encargos INSS	Encargos INSS	
Remuneração variável				
Bônus	0	0	0	0
Participação de resultados	0	98.000.000,00	0	98.000.000,00
Participação em reuniões	0	-	0	0
Comissões	0	-	0	0
Outros	0	-	0	0
Descrição de outras remunerações variáveis		-		0
Pós-emprego	0	-	0	0
Cessação do cargo	0	-	0	0
Baseada em ações (incluindo opções)	0	0,00	0	0,00
Observação	O número de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia foram calculados em linha com as disposições do Ofício Circular/Anual-2025-CVM/SEP			
Total da remuneração	11.866.690,33	126.027.263,13	2.087.600,77	139.981.554,23

Esclarecimentos adicionais sobre o item 8.3

As informações prestadas no item 8.3 acima não consideram a parcela da participação de resultados da Diretoria que é deferida e indexada à evolução da cotação das ações da Companhia. Para fins dos itens 8.1, 8.2 e 8.3 deste Formulário de Referência, tal parcela consta da linha de remuneração baseada em ações no item 8.2 deste Formulário de Referência.

As tabelas abaixo evidenciam os valores caso os montantes vinculados à cotação das ações sejam considerados como participação no resultado, o que reflete a melhor visão da Companhia sobre esse componente de remuneração:

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	11	5	5	21
Nº de membros remunerados	10,33	4	4	18,33

Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	224.092.873,40	0,00	224.092.873,40
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	86.600.000,00	0,00	86.600.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	86.600.000,00	0,00	86.600.000,00

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	5,00	19,00
Nº de membros remunerados	8,57	4,40	0,00	12,97
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	876.150,00	223.867.000,00	0,00	224.743.150,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	713.900,00	96.000.000,00	0	96.876.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	713.900,00	96.000.000,00	0	96.876.000,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	9,00	5,00	4,00	18,00

Nº de membros remunerados	9,00	5,00	0,00	14,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	213.865.082,51	0,00	213.865.082,51
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	98.000.000,00	0,00	98.000.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	98.000.000,00	0,00	98.000.000,00

**ANEXO V À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA JBS S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

**PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DA INCORPOERAÇÃO DA CONDESA
NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. PELA COMPANHIA**

(Conforme item I do Anexo I da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

**INSTRUMENTO DE PROTOCOLO E JUSTIFICAÇÃO DE
INCORPOERAÇÃO DA CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
LTDA. PELA JBS S.A.**

Os administradores das sociedades abaixo qualificadas, assim como as respectivas sociedades abaixo qualificadas:

- (i) **JBS S.A.**, companhia aberta, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, CEP 05118-100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.916.265/0001-60 (“JBS”); e
- (ii) **CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco II, Subsolo, Sala 36, Vila Jaguara, CEP 05118-100, e inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.703.088/0001-21 e atos constituídos na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.234.678.258 (“CONDESA” e, em conjunto com a JBS, “Partes”, e cada uma individualmente, “Parte”);

RESOLVEM firmar, pelos motivos e visando aos fins adiante detalhados na forma dos artigos 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), o presente Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação (“Protocolo”), tendo por objeto a incorporação da CONDESA pela JBS, nos seguintes termos e condições:

1. INTRODUÇÃO

1.1. Objeto. O presente Protocolo tem por objeto consubstanciar as justificativas, os termos e as condições da incorporação da CONDESA pela JBS, com a consequente extinção da CONDESA e a versão da integralidade do seu patrimônio para a JBS (“Incorporação”).

1.2. Justificação. Após análise da dinâmica atual e da situação da CONDESA e da JBS, de acordo com a qual a JBS será, na data da Incorporação, titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da CONDESA, as administrações das Partes resolveram propor a Incorporação por acreditar que a efetiva integração das atividades das Partes permitirá a captura de ganhos de eficiência e de sinergias derivados da redução de custos e riscos operacionais, logísticos e administrativos, bem como resultará na otimização da gestão e na simplificação da estrutura societária do grupo.

2. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO; TRATAMENTO DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

2.1. Forma. Em razão da Incorporação, a JBS absorverá todo o acervo patrimonial da CONDESA, sucedendo-a, a título universal, em todos os seus bens, direitos e obrigações, sem nenhuma solução de continuidade.

2.2. Data Base do Laudo de Avaliação. A data base do laudo de avaliação do patrimônio líquido da CONDESA é o dia 13 de março de 2025 (“Data Base”).

2.3. Critério de Avaliação. Os bens, direitos e obrigações componentes do patrimônio líquido da CONDESA, que será absorvido pela JBS, foram avaliados pelos seus respectivos valores contábeis.

2.4. Empresa Avaliadora e Laudo de Avaliação. Os administradores das Partes contrataram, *ad referendum* dos Atos de Aprovação (conforme definido abaixo), a FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S - EPP, sociedade com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Vasco da Gama, Número 720, Conj. 401, Bairro Rio Branco, CEP: 90.420-110, registrada no CNPJ/MF sob nº 08.272.086/0001-13, e CREARS sob n.º 149.214 (“Avaliadora”), como empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação do patrimônio líquido da CONDESA, por seu valor contábil, na Data Base (“Laudo de Avaliação”), o qual passa a fazer parte integrante e indissociável do presente Protocolo para os devidos fins de direito na forma do Anexo A.

2.4.1. Nos termos do artigo 227, § 1º, da Lei das S.A., a indicação e contratação da Avaliadora será submetida à ratificação da assembleia geral da JBS que deliberar acerca da Incorporação.

2.4.2. Considerando que, na data da Incorporação, a JBS será titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da CONDESA, o artigo 264 da Lei das S.A. não é aplicável à Incorporação, de modo que não será necessária a elaboração do laudo a que se refere o referido dispositivo, tendo em vista a decisão proferida em 15 de fevereiro de 2018 pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) no âmbito do Processo SEI n.º 19957.011351/2017-21 nesse sentido, e nos termos do Memorando n.º 3/2019- CVM/SDM/GDN-1, de 09 de abril de 2019.

2.4.3. A Avaliadora declara **(i)** não existir qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com as Partes e seus sócios, ou, ainda, no tocante à Incorporação; e **(ii)** não terem os sócios ou os administradores das Partes direcionado, limitado, dificultado ou praticado quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das suas conclusões. A Avaliadora foi selecionada para os trabalhos aqui descritos considerando sua ampla e notória experiência na preparação de laudos e avaliações dessa natureza.

2.4.4. A JBS arcará com todos os custos relacionados à contratação da Avaliadora para a preparação do Laudo de Avaliação.

2.5. Patrimônio Líquido a ser Vertido e Modificação do Capital Social. Nos termos do Laudo de Avaliação e para fins da Incorporação, o valor do patrimônio líquido da CONDESA na Data Base é zero.

2.5.1. A Incorporação não resultará em aumento de capital da JBS e, consequentemente, não haverá emissão de novas ações e tampouco qualquer relação de substituição de ações, tendo em vista que, na data da Incorporação, a JBS será detentora da totalidade do capital social da CONDESA e, portanto, o valor do patrimônio líquido da CONDESA já está integralmente refletido no patrimônio líquido da JBS.

2.6. Elementos Patrimoniais da CONDESA a Serem Transferidos à JBS. Em decorrência da Incorporação, a totalidade dos elementos patrimoniais do ativo e do passivo da incorporada deveriam ser transferidos à incorporadora. No entanto, a CONDESA não registra qualquer bem, direito ou obrigação a ser transferido à JBS.

2.7. Variações Patrimoniais. As variações patrimoniais ocorridas entre a Data Base e a data de efetiva consumação da Incorporação serão absorvidas pela JBS, incluindo tanto os eventuais resultados positivos quanto os negativos originados das mutações neste período, considerando, em cada caso, os respectivos elementos patrimoniais vertidos.

3. APROVAÇÕES SOCIETÁRIAS E CAPITAL SOCIAL

3.1. Atos de Aprovação. A efetivação da Incorporação dependerá da realização dos seguintes atos, os quais deverão ser coordenados a fim de ocorrerem na mesma data em primeira convocação:

- (i) Assembleia Geral Extraordinária da JBS para deliberar sobre **(a)** a celebração do presente Protocolo, **(b)** a ratificação da nomeação e contratação da Avaliadora, **(c)** o Laudo de Avaliação, **(d)** a Incorporação, nos termos deste Protocolo, e **(e)** a autorização à Diretoria da JBS para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das matérias a serem deliberadas pelos acionistas da JBS na referida Assembleia Geral Extraordinária (“AGE JBS”); e
- (ii) Reunião de Sócios da CONDESA para deliberar sobre a **(a)** a celebração do presente Protocolo, **(b)** a Incorporação, nos termos do Protocolo, e **(c)** a autorização à administração da CONDESA para praticar todos os atos necessários à efetivação e implementação das matérias a serem deliberadas na referida Reunião de Sócios (“Reunião de Sócios CONDESA” e, em conjunto com a AGE JBS, “Atos de Aprovação”).

3.1.1. As Partes reconhecem que, tendo em vista que a Incorporação não acarretará aumento do capital social da JBS, o seu Estatuto Social não deverá ser alterado para este fim específico.

3.1.2. As Partes acordam que a Incorporação somente será consumada e produzirá efeitos a partir de 29 de abril de 2025.

4. OUTRAS AVENÇAS

4.1. Informações Financeiras Pro Forma. Tendo em vista que a Incorporação **(i)** não representa uma diluição superior 5% (cinco por cento), considerando que não resultará em aumento de capital da JBS uma vez que a CONDESA é uma subsidiária integral da JBS e, consequentemente, não haverá emissão de novas ações e tampouco qualquer relação de substituição, e **(ii)** não configura operação relevante, para fins da Orientação Técnica OCPC n.^o 06, as obrigações previstas no Capítulo III da Resolução CVM n^o 78/2022 não se aplicam à Incorporação.

4.2. Direito de Recesso. A Incorporação não ensejará qualquer direito de recesso aos acionistas da JBS (*i.e.*, incorporadora), uma vez que a legislação aplicável limita tal direito aos sócios da CONDESA (*i.e.*, incorporada) e, na data da Incorporação, a JBS será titular de 100% (cem por cento) do capital social da CONDESA. Consequentemente, não há que se falar em sócios dissidentes, em direito de recesso e, tampouco, em valor de reembolso em decorrência da Incorporação.

5. DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Sucessão em Direitos e Obrigações. Nos termos do artigo 227 da Lei das S.A., a JBS assumirá a responsabilidade ativa e passiva relativa ao patrimônio da CONDESA, que lhe é transferido nos termos deste Protocolo em virtude da Incorporação, sem solução de continuidade.

5.2. Implementação. Competirá à administração das Partes praticar todos os atos, registros e averbações necessários à implementação da Incorporação após os Atos de Aprovação, inclusive reconhecer a existência de algum bem ou direito transferido à JBS por meio da Incorporação.

5.3. Divulgação. A documentação aplicável estará à disposição dos acionistas da JBS, a partir da data de convocação dos Atos de Aprovação, **(i)** em sua sede social; **(ii)** no website de Relações com Investidores da JBS (<https://ri.jbs.com.br/>); e **(iii)** nos websites da CVM e da B3 S.A. – Brasil, Balcão.

5.4. Alteração. Este Protocolo somente poderá ser alterado por meio de instrumento escrito assinado pelas Partes.

5.5. Nulidade e Ineficácia. A eventual declaração por qualquer tribunal de nulidade ou a ineficácia de qualquer das avenças contidas neste Protocolo não prejudicará a validade e eficácia das demais, que serão integralmente cumpridas, obrigando -se as Partes a envidar seus melhores esforços de modo a ajustar-se validamente para obter os mesmos efeitos da avença que tiver sido anulada ou tiver se tornado ineficaz.

5.6. Renúncia. A falta ou o atraso de qualquer das Partes em exercer qualquer de seus direitos neste Protocolo não deverá ser considerado como renúncia ou novação e não deverá afetar o subsequente exercício de tal direito. Qualquer renúncia produzirá efeitos somente se for especificamente outorgada e por escrito.

5.7. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. O presente Protocolo é irrevogável e irretratável, e as obrigações ora assumidas pelas Partes obrigam também seus sucessores a qualquer título.

5.8. Cessão. É vedada a cessão de quaisquer dos direitos e obrigações pactuados no presente Protocolo sem o prévio e expresso consentimento, por escrito, das Partes.

5.9. Título Executivo. Serve este Protocolo, assinado na presença de 2 (duas) testemunhas, como título executivo extrajudicial na forma da legislação processual civil, para todos os efeitos legais. As Partes reconhecem desde já que **(i)** este Protocolo constitui título executivo extrajudicial para todos os fins e efeitos da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada; e **(ii)** está sujeito a execução específica na forma da legislação em vigor.

5.10. Lei Aplicável. Este Protocolo será interpretado e regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

5.11. Foro. As Partes e suas respectivas administrações elegem o foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir eventuais divergências oriundas deste Protocolo.

E, por estarem justos e contratados, assinam os administradores das Partes este Protocolo em 2 (duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

São Paulo, 29 de abril de 2025.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

*[Página de assinatura do Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação
da CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. pela JBS S.A.]*

JBS S.A.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO A
Laudo de Avaliação da CONDESA

**ANEXO VI À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA JBS S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

INFORMAÇÕES SOBRE O AVALIADOR

(Conforme Anexo L da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

1. Listar os avaliadores recomendados pela administração

A administração da JBS recomenda a seguinte empresa especializada para a elaboração do Laudo Condesa: Factum – Avaliações e Consultoria S/S – EPP, com sede social na Rua Vasco da Gama, nº 720, conj. 401, Bairro Rio Branco, município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.420-110, inscrita no CRC-RS 149.214 e no CNPJ/MF sob o nº 08.272.086/0001-13 (“Factum”).

2. Descrever a capacitação dos avaliadores recomendados

A Avaliadora foi selecionada como empresa especializada responsável pela elaboração do Laudo Condesa considerando a ampla e notória experiência que tem na preparação de laudos e avaliações desta natureza. Para mais informações acerca da capacitação da Avaliadora, vide informações constantes do Anexo IX desta Proposta da Administração.

3. Fornecer cópia das propostas de trabalho e remuneração dos avaliadores recomendados

Vide proposta de trabalho constante do Anexo IX desta Proposta da Administração.

4. Descrever qualquer relação relevante existente nos últimos 3 (três) anos entre os avaliadores recomendados e partes relacionadas à companhia, tal como definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Ano	Escopo	Detalhamento do Escopo	Custo
2023	Avaliação	Elaboração de laudos de avaliação das sociedades BRAZSERVICE WET LEATHER S/A, ENERSEA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. e MC SERVICE LTDA., incorporadas pela JBS conforme aprovado em AGOE realizada em 24/04/2023.	R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

**ANEXO VII À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA JBS S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Económica

CONDESA NORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

Laudo de Avaliação de Acervo Líquido formado por determinados ativos e passivos apurado por meio dos livros contábeis para efeito de Incorporação.

Em 13 de março de 2025.



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

Índice

Laudo de avaliação contábil para efeito de Incorporação

Anexo I – Balancete contábil em 31 de dezembro de 2024.



Laudo de Avaliação de Acervo Líquido formado por determinados ativos e passivos apurado por meio dos livros contábeis para efeito de Incorporação.

I – INTRODUÇÃO

A FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S - EPP, sociedade com sede na Rua Vasco da Gama, número 720, Conj. 401, Bairro Rio Branco, cep: 90.420-110, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. registrada no CNPJ/ME sob nº 08.272. /0001-13, neste ato representada por seu sócio João Paulo Mynarski Silveira, Brasileiro, Casado, Engenheiro Civil, CPF 945.258.540-49 domiciliado na Rua Vasco da Gama, Número 720, Conj. 401, Bairro Rio Branco, Cep: 90.420-110, na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e por João Batista Alves Wecki, Contador, Brasileiro, Divorciado, inscrito no CRC/RS sob nº 65.851/O-7, CPF nº 364.415.890/87, domiciliado na rua Joaquim Cruz, 521 – Bairro Santo Antônio, Porto Alegre/RS – Cep: 90.660-300, foi contratada pela **CONDESA NORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**, empresa privada, com sede na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, bloco II, subsolo, sala 36, Vila Jaguara, CEP 05118-100, e inscrita no CNPJ/ME. sob n.º 05.703.088/0001-21 (doravante denominada simplesmente “**CONDESA ALIMENTOS**”), representada neste ato pelo seu Diretor Joselman Antônio dos Santos, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da Cédula de Identidade RG nº 9724.948-SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o no. 487.810.291-87, com endereço comercial no município de São Paulo, estado de São Paulo, com endereço comercial no mesmo município, na Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, bloco II, subsolo, sala 36, Vila Jaguara, CEP 05118-100., e pela **JBS S/A**, sociedade e por ações, de capital aberto, com sede na Avenida Marginal Direta do Tietê, nº 500, bloco I 3º. Andar, bairro Vila Jaguara, Município de São Paulo no Estado de São Paulo – CEP 05.118-100, e inscrita no CNPJ/ME. sob n.º 02.916.265/0001-60 (doravante denominada simplesmente “**JBS**”), representada neste ato pelo seu Diretor Gilberto Tomazoni, Brasileiro, Casado, Engenheiro, portador da Cédula de Identidade nº 760187 SSP/SC e CPF 341.840.159/72, residente e domiciliado no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial no mesmo município, sito a Avenida Marginal Direta do Tietê, nº 500 , bloco I 3º. Andar, Vila Jaguara, Município de São Paulo no Estado de São Paulo – CEP 05.118-100, para proceder (i) à avaliação contábil dos ativos e passivos relacionados à atividade social da empresa que é a fabricação de laticínios (o “Acervo Patrimonial”), que compõem seu patrimônio líquido em 13 de março de 2025, a serem cindidos e conferidos para a **JBS S/A** e (ii) à demonstração do patrimônio líquido contábil da **JBS S/A** em 13 de março de 2025, que fará a incorporação dos ativos e passivos da “**CONDESA ALIMENTOS**”, apresenta a seguir o resultado de seus trabalhos. Vale esclarecer que o processo de incorporação do Acervo Patrimonial descrita no item (i) acima, fazem parte de unificação das operações a ser efetuada, conforme descrito a seguir.



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

II – OBJETIVO DA AVALIAÇÃO

O presente laudo tem por objetivo (i) a avaliação, a valor contábil, do Acervo Patrimonial, na data de 13 de março de 2025, para fins de Incorporação da “**CONDESA ALIMENTOS**”, com a versão total de seu patrimônio à “**JBS**”, para fins específicos da incorporação, tudo em conformidade com as disposições dos Arts. 8º, 226, 227, 229 e 252 da Lei n. 6.404/76, conforme alterada e em vigor, e de acordo com os critérios e formas específicos estabelecidos no presente laudo de avaliação (o “Laudo de Avaliação”).

III - CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO

O valor líquido do Acervo Patrimonial Líquido, foi determinado exclusivamente com base na posição contábil apresentada no BALANÇE DE VERIFICAÇÃO da “**CONDESA ALIMENTOS**”, levantado em 31 de dezembro de 2024 para esse fim, e que manteve-se sem movimentação desde essa data, (ANEXO I), elaborado sob a responsabilidade da administração da “**CONDESA ALIMENTOS**”.

IV – METODOLOGIA DOS TRABALHOS

Nossos trabalhos compreenderam principalmente: (a) aplicação de procedimentos de revisão analítica, (b) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional, quanto aos principais e critérios adotados na elaboração dessas demonstrações contábeis; (c) indagação e discussão com os administradores, quanto à existência de possíveis contingências de natureza tributária, cível e trabalhista que não estejam adequadamente divulgadas nas demonstrações contábeis; e (d) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da “**CONDESA ALIMENTOS**”.

V - DO ACERVO PATRIMONIAL A SER CONFERIDO

O Acervo Patrimonial Líquido da “**CONDESA ALIMENTOS**” a ser conferido à “**JBS**” se refere a 100,00% do patrimônio líquido, que na data apresenta saldo zero.

VI – BALANÇE DE PATRIMONIAL DA “**CONDESA ALIMENTOS**”, ANTES DA INCORPORAÇÃO.



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

Balancete Contábil

Condesa Norte Indústria e Comércio Ltda

Cnpj: 05.703.088/0001-2

Data base: 31/12/2024

Ativo	0,00	Passivo	0,00
Ativo Circulante	0,00	Passivo Circulante	0,00
Ativo Não Circulante	0,00	Passivo Não Circulante	0,00
Permanente	0,00	Patrimônio Líquido	0,00

A partir da incorporação, a “**JBS**” sucederá a ““**CONDESA ALIMENTOS**””, em todos os seus ativos, passivos, direitos e obrigações, sem qualquer solução de continuidade, sendo que as ações detidas pela “**JBS**” no capital social da “**CONDESA ALIMENTOS**”, serão canceladas em razão da extinção da “**CONDESA ALIMENTOS**”, decorrente de sua incorporação na “**JBS**”.

VII - BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Na data do evento, não se registra bens, direitos e obrigações constantes do Acervo Patrimonial, estando as demonstrações contábeis com saldos zerados desde 31 de dezembro de 2024, devidamente contabilizados conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicadas de modo uniforme e consistente, tendo sua documentação hábil e idônea, não sendo constatada a existência de qualquer ônus ou reivindicações de terceiros

VIII – CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos efetuados, concluímos que o valor contábil líquido do Acervo Patrimonial Líquido, a ser incorporado da “**CONDESA ALIMENTOS**” pela “**JBS**” é zero valor contábil, conforme demonstrado no balancete de apuração de 31 de dezembro de 2024, constante no ANEXO I, que representa os ativos e passivos da Sociedade, e que a “**JBS**” detém 100% do capital social da “**CONDESA ALIMENTOS**”, e portanto, já reconhece em seu ativo o investimento em controladas, correspondente ao valor do patrimônio líquido da “**CONDESA ALIMENTOS**”, e que o capital social da “**JBS**” não sofrerá qualquer alteração com o evento da incorporação da “**CONDESA ALIMENTOS**”.



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

IX – ENCERRAMENTO

Em atendimento aos requisitos e procedimentos legais, informamos que:

De acordo com as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, não temos conhecimento de conflito de interesse, direto ou indireto, tampouco de qualquer outra circunstância que represente conflito de interesse em relação aos serviços que foram por nós prestados e que estão anteriormente descritos; e

Não temos conhecimento de nenhuma ação dos administradores da “**CONDESA ALIMENTOS**” e “**JBS**” com objetivo de direcionar, limitar, dificultar ou praticar quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das respectivas conclusões.

Contém esse Laudo 8 (oito) folhas numeradas sequencialmente.

Nada mais havendo, emitimos o presente laudo, datando-o e assinando todas as vias por meio digital.

São Paulo, 13 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO PAULO MYNARSKI SILVEIRA
Data: 17/03/2025 11:51:57-0300
Verifique em <https://validar.itи.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br JOAO BATISTA ALVES WECKI
Data: 17/03/2025 11:57:37-0300
Verifique em <https://validar.itи.gov.br>

Factum Avaliações e Consultoria S/S
Cnpj - 08.272.086/0001-13

João Batista Alves Wecki
CRCRS – 065851.0-7



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

ANEXO I - BALANCETE DE APURAÇÃO – 31 de dezembro de 2024



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

Empresa: CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Folha: 1

CNPJ: 05.703.088/0001-21

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Balancete de Verificação

Conta Contabil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
1	ATIVO	8.364.261,00D	8.668.290,00	17.032.551,00	0,00 D
1.1	ATIVO CIRCULANTE	0,00D	8.288.253,75	8.288.253,75	0,00 D
1.1.02	CONTAS A RECEBER	0,00D	8.288.253,75	8.288.253,75	0,00 D
1.1.02.02	CLIENTES	0,00D	8.288.253,75	8.288.253,75	0,00 D
1.1.02.02.00001	JBS S/A	0,00D	8.288.253,75	8.288.253,75	0,00 D
1.3	ATIVO PERMANENTE	8.364.261,00D	380.036,25	8.744.297,25	0,00 D
1.3.01	IMOBILIZADO	8.364.261,00D	380.036,25	8.744.297,25	0,00 D
1.3.01.01	IMOBILIZADO	8.668.290,00D	0,00	8.668.290,00	0,00 D
1.3.01.01.00001	AUTOS E VEICULOS	28.000,00D	0,00	28.000,00	0,00 D
1.3.01.01.00002	CONSTRUÇÕES E PREDIOS	5.975.000,00D	0,00	5.975.000,00	0,00 D
1.3.01.01.00005	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.844.300,00D	0,00	1.844.300,00	0,00 D
1.3.01.01.00006	MOVEIS E UTENSILIOS	990,00D	0,00	990,00	0,00 D
1.3.01.01.00007	TERRAS	820.000,00D	0,00	820.000,00	0,00 D
1.3.01.03	DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	304.029,00C	380.036,25	76.007,25	0,00 D
1.3.01.03.00001	AUTOS E VEICULOS	5.600,04C	7.000,05	1.400,01	0,00 D
1.3.01.03.00002	CONSTRUÇÕES E PREDIOS	119.499,96C	149.374,95	29.874,99	0,00 D
1.3.01.03.00005	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	178.830,00C	223.537,50	44.707,50	0,00 D
1.3.01.03.00006	MOVEIS E UTENSILIOS	99,00C	123,75	24,75	0,00 D
2	PASSIVO	8.364.261,00C	9.613.109,61	1.248.848,61	0,00 C
2.2	PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO	7.701.833,07C	8.288.253,75	586.420,68	0,00 C
2.2.03	FUNDO MÚTUO	7.701.833,07C	8.288.253,75	586.420,68	0,00 C
2.2.03.01	CONTA COREENTE ENTRE EMPRESAS	7.701.833,07C	8.288.253,75	586.420,68	0,00 C
2.2.03.01.00001	CONTA CORRENTE ENTRE EMPRESAS - JBS	7.701.833,07C	8.288.253,75	586.420,68	0,00 C
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO	662.427,93C	662.427,93	0,00	0,00 C
2.3.01	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	8.500.000,00C	0,00	0,00	8.500.000,00 C
2.3.01.01	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	8.500.000,00C	0,00	0,00	8.500.000,00 C
2.3.01.01.00002	CAPITAL SOCIAL	8.500.000,00C	0,00	0,00	8.500.000,00 C
2.3.02	LUCROS E PREJUIZOS ACUMULADOS	7.837.572,07D	662.427,93	0,00	8.500.000,00 D
2.3.02.01	LUCROS E PREJUIZOS ACUMULADOS	7.837.572,07D	662.427,93	0,00	8.500.000,00 D
2.3.02.01.00001	PREJUIZOS ACUMULADOS	7.837.572,07D	662.427,93	0,00	8.500.000,00 D
2.8	CONTA DE ZERAMENTO DO RESULTADO	0,00C	662.427,93	662.427,93	0,00 C
2.8.01	CONTA DE ZERAMENTO DO RESULTADO	0,00C	662.427,93	662.427,93	0,00 C
2.8.01.01	CONTA DE ZERAMENTO DO RESULTADO	0,00C	662.427,93	662.427,93	0,00 C
2.8.01.01.00001	CONTA DE ZERAMENTO DO RESULTADO	0,00C	662.427,93	662.427,93	0,00 C
4	DESPESAS	0,00D	662.427,93	662.427,93	0,00 D
4.1	DESPESAS OPERACIONAIS	0,00D	662.427,93	662.427,93	0,00 D
4.1.01	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	0,00D	662.427,93	662.427,93	0,00 D
4.1.01.01	DESPESAS AGERAIS E ADMINISTRATIVAS	0,00D	662.427,93	662.427,93	0,00 D
4.1.01.01.00010	CASOS LEGAIS ADM	0,00D	586.420,68	586.420,68	0,00 D
4.1.01.01.00100	DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	0,00D	76.007,25	76.007,25	0,00 D

- - -



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

Empresa: CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Folha: 2

CNPJ: 05.703.088/0001-21

Período: 01/01/2024 a 31/12/2024

Balancete de Verificação

Conta Contabil	Descrição da Conta	Saldo Anterior	Débito	Crédito	Saldo Atual
ATIVO		8.364.261,00 D	8.668.290,00	17.032.551,00	0,00 D
PASSIVO		8.364.261,00 C	9.613.109,61	1.248.848,61	0,00 C
RECEITA		0,00 C	0,00	0,00	0,00 C
DESPESA		0,00 D	662.427,93	662.427,93	0,00 D
CUSTO		0,00 D	0,00	0,00	0,00 D
RESULTADO		0,00 D	0,00	0,00	0,00 D
RESULTADO					0,00

**ANEXO VIII À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA JBS S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

INFORMAÇÕES SOBRE A INCORPORAÇÃO CONDESA

(Conforme Anexo I da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022)

1. Protocolo e justificação da operação, nos termos dos arts. 224 e 225 da Lei n.º 6.404, de 1976.

O Protocolo Condesa integra a presente Proposta na forma do Anexo V.

2. Demais acordos, contratos e pré-contratos regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão das sociedades subsistentes ou resultantes da operação, arquivados na sede da companhia ou dos quais o controlador da companhia seja parte.

Não foi celebrado, no âmbito da Incorporação Condesa, nenhum acordo, contrato ou pré-contrato regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia.

A Companhia também não possui acordo de acionistas arquivado em sua sede.

3. Descrição da operação, incluindo:

(a) Termos e condições:

A operação consiste na incorporação, pela Companhia, da **CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida Marginal Direita do Tietê, n. 500, Bloco II, Subsolo, Sala 36, Vila Jaguara, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05118-100, e inscrita no CNPJ/MF sob n.º 05.703.088/0001-21 e atos constitutivos na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.234.678.258, nos termos e condições previstos Protocolo Condesa.

A Incorporação Condesa, se aprovada, acarretará a versão integral, para a Companhia, do acervo líquido patrimonial da Condesa, apurado por meio do Laudo Condesa. Em consequência, a Companhia substituirá contabilmente o investimento que detém na Condesa pelo acervo líquido correspondente à referida participação societária, e a personalidade jurídica da Condesa será extinta.

Tendo em vista que a Companhia é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa, a Incorporação Condesa não resultará em aumento do capital social da Companhia, tampouco na emissão de novas ações pela Companhia – e, consequentemente, não haverá emissão de novas ações pela Companhia, e tampouco qualquer relação de substituição de ações.

Além disso, a Incorporação Condesa não ensejará qualquer direito de recesso aos acionistas da Companhia (incorporadora), uma vez que a legislação aplicável limita tal direito aos sócios da Condesa (incorporada) e a Companhia é titular de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa. Consequentemente, não há que se falar em sócios

dissidentes, em direito de recesso e, tampouco, em valor de reembolso em decorrência da Incorporação Condesa.

A Incorporação Condesa visa a permitir a captura de ganhos de eficiência com a otimização da gestão e a simplificação da estrutura societária do grupo da Companhia.

Os demais termos e condições da Incorporação Condesa estão descritos no Protocolo Condesa, que integra a presente Proposta na forma do Anexo V.

(b) Obrigações de indenizar:

- (i) os administradores de qualquer das companhias envolvidas;

Não aplicável, não havendo qualquer obrigação de indenizar os administradores da Companhia ou da Condesa.

(ii) caso a operação não se concretize.

Não aplicável, não havendo qualquer obrigação de indenizar que decorra da não concretização da operação.

(c) Tabela comparativa dos direitos, vantagens e restrições das ações das sociedades envolvidas ou resultantes, antes e depois da operação.

Em decorrência da Incorporação Condesa, a Condesa será extinta, de modo que as quotas da Condesa deixarão de existir. As ações de emissão da Companhia, por sua vez, preservarão os mesmos direitos e vantagens descritos no Estatuto Social e no Formulário de Referência da Companhia, observado que não serão emitidas novas ações pela Companhia em decorrência da Incorporação Condesa.

(d) Eventual necessidade de aprovação por debenturistas ou outros credores.

Não aplicável.

(e) Elementos ativos e passivos que formarão cada parcela do patrimônio, em caso de cisão.

Não aplicável.

(f) Intenção das companhias resultantes de obter registro de emissor de valores mobiliários.

Não aplicável.

4. Planos para condução dos negócios sociais, notadamente no que se refere a eventos societários específicos que se pretenda promover.

A Companhia continuará, após a Incorporação Condesa, a se dedicar ao desenvolvimento regular de suas atividades, que não sofrerão qualquer alteração em virtude da Incorporação Condesa, mantendo a Companhia o seu registro de companhia aberta.

5. Análise dos seguintes aspectos da operação:

- (a) Descrição dos principais benefícios esperados, incluindo: (i) sinergias; (ii) benefícios fiscais e (iii) vantagens estratégicas.

Conforme indicado no item 3(a) acima, a Incorporação Condesa visa a permitir a simplificação da estrutura societária do grupo da Companhia.

A Incorporação Condesa será implementada por valor contábil e, em razão disso, não produzirá efeitos fiscais relevantes.

(b) Custos.

A Companhia estima que os custos de realização da Incorporação Condesa sejam da ordem de, aproximadamente, R\$ 8.000,00, incluídas as despesas com publicações, registros, auditores, avaliadores, advogados e demais profissionais contratados para assessoria na operação.

(c) Fatores de risco

A Incorporação Condesa não representa riscos adicionais à Companhia, considerando que **(i)** a Companhia é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa, e **(ii)** a Condesa será extinta e sucedida pela Companhia em decorrência da Incorporação Condesa. Dessa forma, permanecem válidas e atuais as informações descritas na seção do Formulário de Referência da JBS referente a seus Fatores de Risco.

(d) Caso se trate de transação com parte relacionada, eventuais alternativas que poderiam ter sido utilizadas para atingir os mesmos objetivos, indicando as razões pelas quais essas alternativas foram descartadas.

A Incorporação Condesa é a forma mais eficiente de **(i)** capturar ganhos de eficiência e de sinergias derivados da redução de custos operacionais, logísticos e administrativos, e **(ii)** implementar a otimização da gestão e a simplificação da estrutura societária do grupo da Companhia. Outras alternativas, tais como a dissolução da Condesa, acarretariam custos adicionais de implementação e maior complexidade operacional para atingir o mesmo resultado desejado.

(e) Relação de substituição.

Não aplicável, uma vez que **(i)** a Companhia (incorporadora) é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa (incorporada), **(ii)** a totalidade das quotas da Condesa serão canceladas com a efetivação da Incorporação Condesa, e **(iii)** não serão emitidas ações da Companhia em decorrência da Incorporação Condesa – de modo que não será adotada qualquer relação de substituição no âmbito da Incorporação Condesa.

(f) Nas operações envolvendo sociedades controladoras, controladas ou sociedades sob controle comum:

(i) Relação de substituição de ações calculada de acordo com o art. 264 da Lei nº 6.404, de 1976.

Considerando que a JBS é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa, o artigo 264 da Lei das S.A. não é aplicável à Incorporação Condesa, em linha com a decisão proferida em 15 de fevereiro de 2018 pelo Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) no âmbito do Processo SEI n.º 19957.011351/2017-21, e nos termos do Memorando n.º 3/2019-CVM/SDM/GDN-1, de 09 de abril de 2019.

(ii) Descrição detalhada do processo de negociação da relação de substituição e demais termos e condições da operação.

Não aplicável, uma vez que (i) a Companhia (incorporadora) é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa (incorporada), (ii) a totalidade das quotas da Condesa serão canceladas com a efetivação da Incorporação Condesa, e (iii) não serão emitidas ações da Companhia em decorrência da Incorporação Condesa – de modo que não será adotada qualquer relação de substituição no âmbito da Incorporação Condesa.

(iii) Caso a operação tenha sido precedida, nos últimos 12 (doze) meses, de uma aquisição de controle ou de aquisição de participação em bloco de controle:

(a) Análise comparativa da relação de substituição e do preço pago na aquisição de controle.

(b) Razões que justificam eventuais diferenças de avaliação nas diferentes operações.

Não aplicável, uma vez que (i) a Companhia (incorporadora) é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa (incorporada), (ii) a totalidade das quotas da Condesa serão canceladas com a efetivação da Incorporação Condesa, e (iii) não serão emitidas ações da Companhia em decorrência da Incorporação Condesa – de modo que não será adotada qualquer relação de substituição no âmbito da Incorporação Condesa.

(iv) Justificativa de por que a relação de substituição é comutativa, com a descrição dos procedimentos e critérios adotados para garantir a comutatividade da operação ou, caso a relação de substituição não seja comutativa, detalhamento do pagamento ou medidas equivalentes adotadas para assegurar compensação adequada.

Não aplicável, uma vez que não há relação de substituição.

6. Cópia das atas de todas as reuniões do conselho de administração, conselho fiscal e comitês especiais em que a operação foi discutida, incluindo eventuais votos dissidentes.

Não aplicável.

7. Cópia de estudos, apresentações, relatórios, opiniões, pareceres ou laudos de avaliação das companhias envolvidas na operação postos à disposição do acionista controlador em qualquer etapa da operação.

O laudo de avaliação do patrimônio líquido da Condesa, por seu respectivo valor contábil, consta do Anexo VII desta Proposta, tendo sido disponibilizado também na sede social da Companhia e nos websites da Companhia (<https://ri.jbs.com.br/>), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (<http://www.b3.com.br>).

8. Identificação de eventuais conflitos de interesse entre as instituições financeiras, empresas e os profissionais que tenham elaborado os documentos mencionados no item 7 e as sociedades envolvidas na operação.

A administração da Companhia contratou uma empresa independente para a elaboração do Laudo Condesa, e não identificou conflitos de interesse entre as partes envolvidas na Incorporação Condesa e tal empresa.

A Factum declarou **(i)** não existir qualquer conflito ou comunhão de interesses, atual ou potencial, com as partes envolvidas na Incorporação Condesa e seus sócios, ou, ainda, no tocante à Incorporação Condesa; e **(ii)** não terem os sócios ou os administradores das partes envolvidas na Incorporação Condesa direcionado, limitado, dificultado ou praticado quaisquer atos que tenham ou possam ter comprometido o acesso, a utilização ou o conhecimento de informações, bens, documentos ou metodologias de trabalho relevantes para a qualidade das suas conclusões.

9. Projetos de estatuto ou alterações estatutárias das sociedades resultantes da operação.

Não aplicável, uma vez que o estatuto social da Companhia não será alterado em razão da Incorporação Condesa.

10. Demonstrações financeiras usadas para os fins da operação, nos termos da norma específica.

O balanço patrimonial da Condesa utilizado para os fins da Incorporação Condesa tem como data-base 13 de março de 2025, e integra o Laudo Condesa, que consta do Anexo VII desta Proposta.

11. Demonstrações financeiras *pro forma* elaboradas para os fins da operação, nos termos da norma específica.

Não aplicável, tendo em vista que a Incorporação Condesa **(i)** não representa uma diluição superior 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 16 da RCV 78/22, uma vez que não resultará em aumento de capital da Companhia e, consequentemente, não haverá emissão de novas ações e tampouco qualquer relação de substituição, e **(ii)** não configura operação relevante, para fins da Orientação Técnica OCPC n.º 06, nos termos do artigo 16, § 3º, da RCV 78/22.

12. Documento contendo informações sobre as sociedades diretamente envolvidas **que não sejam companhias abertas**, incluindo: (a) fatores de risco, nos termos dos itens 4.1 a 4.3 do formulário de referência; e (b) descrição das principais alterações nos fatores de riscos ocorridas no exercício anterior e expectativas em relação à redução ou aumento na exposição a riscos como resultado da operação.

Considerando que **(i)** a Companhia é titular direta de 100% do capital social da Condesa, **(ii)** e **(iii)** a Condesa será extinta e sucedida pela Companhia em decorrência da Incorporação Condesa, a Companhia não identifica fatores de risco relacionados à Condesa e às suas atividades distintas dos fatores de risco aplicáveis à Companhia, já descritos na seção do Formulário de Referência da Companhia relacionada seus Fatores de Risco. Ademais, tendo em vista que a Condesa é subsidiária integral da Companhia, os fatores de risco aplicáveis à Companhia não serão afetados em decorrência da Incorporação Condesa.

(c) descrição de suas atividades, nos termos dos itens 1.2 a 1.5 do formulário de referência:

1.2. Descrição das atividades principais do emissor e de suas controladas

A Condesa tem como principais atividades os serviços combinados de escritório e apoio administrativo.

1.3. Informações sobre segmentos operacionais: a) Produtos e serviços comercializados; b) Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor; c) Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor.

Não aplicável.

1.4. Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

1.5. Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

As principais atividades desenvolvidas pela Condesa já foram descritas no item 12(c) acima. Ademais, tendo em vista que a Condesa é subsidiária integral da Companhia, todas as informações relativas a ela já estão refletidas no Formulário de Referência da Companhia.

(d) Descrição do grupo econômico, nos termos do item 6 do formulário de referência

A Companhia é titular direta de 100% do capital social da Condesa. Ademais, tendo em vista que a Condesa é subsidiária integral da Companhia, todas as informações relativas a ela já estão refletidas no Formulário de Referência da Companhia.

(e) Descrição do capital social, nos termos do item 12.1 do formulário de referência

O capital social da Condesa, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), subdividindo em 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) quotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

13. Descrição da estrutura de capital e controle depois da operação, nos termos do item 6 do formulário de referência.

Após a conclusão da Incorporação Condesa, **(i)** a Condesa será extinta, **(ii)** a totalidade das quotas da Condesa será cancelada, conforme previsto no artigo 226, § 1º, da Lei das S.A., e **(iii)** não serão emitidas ações da Companhia em substituição às quotas da Condesa. Dessa forma, a estrutura de capital da Companhia permanecerá inalterada, conforme informado na seção do Formulário de Referência da Companhia relacionado ao seu controle e seu grupo econômico.

14. Número, classe, espécie e tipo dos valores mobiliários de cada sociedade envolvida na operação detidos por quaisquer outras sociedades envolvidas na operação, ou por pessoas vinculadas a essas sociedades, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações.

O capital social da Condesa é dividido em 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) quotas, todas detidas pela Companhia. Na data da Incorporação Condesa, 100% das quotas da Condesa serão detidas pela Companhia (que é, por sua vez, companhia aberta, devidamente registrada na CVM).

15. Exposição de qualquer das sociedades envolvidas na operação, ou de pessoas a elas vinculadas, conforme definidas pelas normas que tratam de oferta pública para aquisição de ações, em derivativos referenciados em valores mobiliários emitidos pelas demais sociedades envolvidas na operação

Não aplicável.

16. Relatório abrangendo todos os negócios realizados nos últimos 6 (seis) meses pelas pessoas abaixo indicadas com valores mobiliários de emissão das sociedades envolvidas na operação:

(a) Sociedades envolvidas na operação:

(a)(i) e (ii) Operações de compra e venda privadas:

Não há.

(a)(iii) e (iv) Operações de compra e venda em mercados regulamentados:

Não há.

(b) Partes relacionadas a sociedades envolvidas na operação:

(i) Operações de compra privadas:

Não há.

(ii) Operações de venda privadas:

Não há.

(iii) Operações de compra em mercados regulamentados:

Não há.

(iv) Operações de venda em mercados regulamentados:

Não há.

17. Documento por meio do qual o Comitê Especial Independente submeteu suas recomendações ao Conselho de Administração, caso a operação tenha sido negociada nos termos do Parecer de Orientação CVM nº 35, de 2008.

Não aplicável, uma vez que **(i)** a Companhia (incorporadora) é titular direta de 100% (cem por cento) do capital social da Condesa (incorporada), **(ii)** a totalidade das quotas da Condesa serão canceladas com a efetivação da Incorporação Condesa, e **(iii)** não serão emitidas ações da Companhia em decorrência da Incorporação Condesa – de modo que não será adotada qualquer relação de substituição no âmbito da Incorporação Condesa.

**ANEXO IX À PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA JBS S.A.
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2025**

PROPOSTA COMERCIAL

(JBS)

Laudo Contábil para Incorporação
- CONDESA -

Porto Alegre, 20 de fevereiro de 2025

À

JBS S.A.

At. Sr. Alex Trindade

São Paulo/SP

Prezado Sr. Alex,

Em atendimento à solicitação de V.Sa. servimo-nos da presente para encaminhar-lhe nossa Proposta Comercial, a seguir explicitada.

A Factum Brasil entende que possui as melhores condições para atender às suas necessidades. Sendo assim, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Cordialmente,

Factum Brasil



Visite nosso site: www фактумбразил com br

1. ESCOPO DO TRABALHO

Elaboração de laudo para incorporação de acordo com a lei 6404/76, além da legislação da RFB e CPCs contábeis. Trata-se da Incorporação da Empresa CONDESA NORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. na JBS S.A.

Documentos necessários:

- Dados da empresa Incorporadora;
- Dados das Empresas Incorporadas;
- Qualificação da diretoria que assina pelas empresas;
- Matrícula atualizada;
- Se tiver outros ativos (veículos, etc...) a lista dos bens que serão incorporados;
- Data Base da Incorporação;
- Balancete de apuração na data da incorporação da empresa Incorporada;
- Havendo necessidade de outros documentos iremos solicitar durante o serviço.

2. EQUIPE TÉCNICA

A equipe técnica da Factum Brasil que trabalhará foi dimensionada em função do prazo estabelecido e será composta por engenheiros e contadores.

3. PRAZO

O prazo para a execução do trabalho é de 25 (vinte e cinco) dias, a contar da data de aceite, desde que toda a documentação esteja disponível para nossa equipe.

Essa proposta possui validade de 30 (trinta) dias, a contar da presente data.

4. PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O preço para a execução dos três serviços é de **R\$ 8.000,00 (oito mil reais)** e poderá ser pago mediante a entrega.

No preço estão incluídos todos os custos e impostos.

5. SIGILO DAS INFORMAÇÕES

A Factum Brasil compromete-se em não divulgar nem fornecer dados ou informações referentes aos bens, laudos e relatórios objeto dos serviços contratados a qualquer pessoa ou entidade que não seja a Contratante dos mesmos.

A presente proposta é de uso exclusivo da Contratante e não poderá ser apresentada para concorrentes da Factum Brasil.

6. ACEITE DA PROPOSTA

O aceite desta proposta autoriza a Factum Brasil a realizar o trabalho contratado de acordo com a metodologia apresentada, estando a Solicitante de pleno acordo com o projeto a ser desenvolvido. Ambas as partes reconhecem esta proposta comercial como contrato de prestação de serviços.

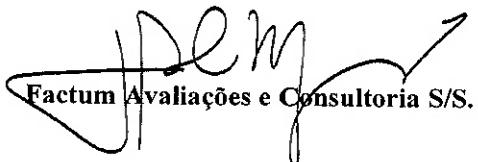
6.1. OBRIGAÇÕES LEGAIS

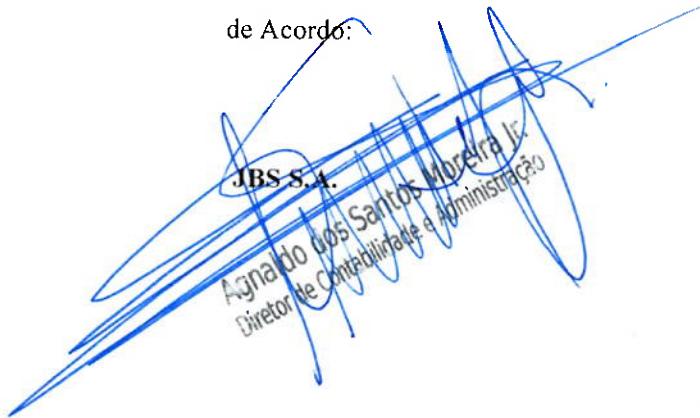
A Factum Brasil é a única responsável pela execução dos serviços em relação aos profissionais envolvidos no projeto, responsabilizando-se pelas obrigações legais (leis sociais, previdência e outros).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto, esperamos o aceite de V.Sas. para podermos prosseguir com as próximas etapas do serviço.

Atenciosamente,


Factum Avaliações e Consultoria S/S.

de Acordo:

JBS S.A.
Agnaldo dos Santos Moreira Jr.
Diretor de Contabilidade e Administração

JBS S.A.
Publicly Listed Company
CNPJ/MF (Corporate Taxpayer Registration No. 02.916.265/0001-60
NIRE (State Registration Number) 35.300.330.587

**MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE ANNUAL AND EXTRAORDINARY
GENERAL MEETING OF JBS S.A. TO BE HELD ON APRIL 29, 2025**

Ladies and Gentlemen Shareholders,

The board of director of **JBS S.A.**, a joint-stock company with headquarters at Av. Marginal Direita do Tiete, no.º500, Bloco I, 3º Andar, Vila Jaguara, Zip Code 05118-100, in the city of São Paulo, State of São Paulo, registered in the National Registry of Legal Entities of the Ministry of Finance under no. 02.916.265/0001-60, registered with the Securities and Exchange Commission (“CVM”) as a publicly-held company category “A”, with its shares traded on the Novo Mercado of B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) under the code (*ticker*) “JBSS3” (“Company” or “JBS”), pursuant to Law No.º6.404, of December 15, 1976, as amended (“Brazilian Corporation Law”) and CVM Resolution No.º81, of March 29, 2022, as amended (“RCVM 81”), hereby presents to you this management proposal (“Proposal”), containing its recommendations on the matters included in the agenda of the Annual and Extraordinary shareholders' meeting of JBS called for April 29, 2025, at 10:00 a.m., to be held in person in the Auditorium located in Block 2, Ground Floor, of the Company's headquarters (“AESM”).

Annual Meeting

1. To decide on the financial statements and the directors' accounts for the financial year ending December 31, 2024.

The Company's financial statements for the fiscal year ended on December 31, 2024, as disclosed on the CVM and B3 *websites* , through the IPE Module of the Empresas.NET System, and published on the *website* and in the Valor Econômico newspaper ("Financial Statements"), were reviewed by the Company's Board of Directors at a meeting held on March 25, 2025 and forwarded for disclosure and resolution at the Annual Shareholders' Meeting, pursuant to article 19, item VI, of the Company's Bylaws.

JBS's Audit Committee reviewed the Financial Statements and issued an opinion on March 25, 2025, indicating that the Financial Statements are in a condition to be disclosed by the Company. In addition, the Company's Statutory Audit Committee, at a meeting held on March 24, 2025, issued its report recommending that the Financial Statements be forwarded for evaluation by the Company's Board of Directors.

Management's comments on the Company's financial situation are included in Annex I to this Proposal, in accordance with article 10, III of RCVM 81.

KPMG Auditores Independentes Ltda, headquartered at Rua do Passeio, nº 38, Setor 2, Sala 1701, 1702, 1703, 1704, bairro Centro, Zip Code 20.021-290, in the city of Rio de Janeiro, state of Rio de Janeiro, the Company's independent auditor, has issued an opinion expressing its opinion on the adequacy of the Financial Statements, without any modified opinion, reservations or paragraphs of emphasis.

In light of the above and the documents and information provided, management proposes that the general meeting approve in full the financial statements and directors' accounts for the fiscal year ending December 31, 2024, without reservations.

2. To decide on the proposed allocation of the profit for the financial year ending December 31, 2024.

The Management proposes to the shareholders the approval of the allocation of net income for the fiscal year ended on December 31, 2024 indicated in the Financial Statements under the terms of the Proposal for Allocation of Results detailed in Annex II of this Proposal, prepared in accordance with Annex A of the RCVM 81.

Pursuant to the aforementioned Annex II, the Company's net income for the fiscal year ended December 31, 2024 is R\$9,615,923,273.32 (nine billion, six hundred and fifteen million, nine hundred and twenty-three thousand, two hundred and seventy-three reais and thirty-two cents). As for its destination, the Administration proposes:

- the allocation of 5.00% (five percent) of net profit, equivalent to R\$ 480,796,163.67 (four hundred and eighty million, seven hundred and ninety-six thousand, one hundred and sixty-three reais and sixty-seven cents), to the legal reserve, under the terms of article 39, item "a", of the Company's Bylaws;
- the allocation of R\$ 3,869,820,791.48 (three billion, eight hundred and sixty-nine million, eight hundred and twenty thousand, seven hundred and ninety-one reais and forty-eight cents), equivalent to approximately 40.24% of net profit, to the tax incentive reserve, under the terms of article 195-A of the Corporate Law;
- the allocation of profits remaining after legal deductions of R\$5,265,306,318.17 (five billion, two hundred and sixty-five million, three hundred and six thousand, three hundred and eighteen reais and seventeen cents), added to (i) realization of the revaluation reserve, in the amount of R\$5,671,247.75 (five million, six hundred and seventy-one thousand, two hundred and forty-seven reais and seventy-five cents), and (ii) prescribed and unclaimed dividends, amounting to R\$27,265.55 (twenty-seven thousand, two hundred and sixty-five reais and fifty-five cents), which totals R\$5.271,004,831.47 (five billion, two hundred and seventy-one million, four thousand, eight hundred and thirty-one reais and forty-seven cents), to form the Statutory Investment Reserve, under the terms of article 39, item "e", of the Company's Bylaws.

The equivalent of the mandatory minimum dividend, in the amount of R\$ 1,316,326,579.55 (one billion, three hundred and sixteen million, three hundred and twenty-six thousand, five hundred and seventy-nine reais and fifty-five cents), which corresponds to 25% of the adjusted net income after the allocation of amounts to the legal reserve and the tax incentive reserve, has already been paid based on the profit reserve, as per the interim dividends declared on 08/13/2024 and 11/13/2024 and attributed to the mandatory minimum dividend. However, the Administration proposes the distribution of additional dividends to the mandatory minimum dividend, in the amount of R\$ 2.00 (two reais) per share, to be paid based on the Company's profit reserves available as of December 31st, 2024.

3. To decide on the number of members who will make up the Board of Directors for the next term of office.

In compliance with the provisions of article 16 of JBS's Bylaws, the Company's management proposes the approval of 11 (eleven) seats on the Board of Directors, with a unified term of 2 (two) years, until the annual general meeting that examines, discusses and votes on the management accounts and financial statements for the fiscal year ended on December 31, 2026.

4. To elect the effective members of the Company's Board of Directors.

In compliance with the Brazilian Corporation Law and CVM Resolution No. 70, of March 22, 2022, the minimum percentage of participation in the voting capital required to request the adoption of the multiple vote system for the election of the Board of Directors is five percent (5.00%) of the voting capital stock. Pursuant to article 141, paragraph 1, of the Brazilian Corporate Law, the request for the multiple voting process must be sent to the Company no later than 48 (forty-eight) hours before the AGM. Once the multiple voting process is adopted, the votes cast by shareholders who, via a remote voting ballot, have chosen to "abstain" in the item of prior distribution of votes in the candidates informed in the ballot, will be considered as abstention in the respective resolution of the meeting, so that the votes of such shareholders will not be counted in the resolution quorum and, therefore, these shareholders will not participate in the election of the members of the board of directors.

JBS management has nominated the following candidates to the Board of Directors:

Name
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
José Batista Sobrinho
Wesley Mendonça Batista
Joesley Mendonça Batista

Name
Alba Pettengill ⁽¹⁾
Gelson Luiz Merisio ⁽¹⁾
Francisco Sérgio Turra ⁽¹⁾
Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo ⁽¹⁾
Kátia Regina de Abreu Gomes ⁽¹⁾
Paulo Bernardo Silva ⁽¹⁾
Cledorvino Belini ⁽¹⁾

⁽¹⁾ They meet the independence criteria established in B3's Novo Mercado Regulations.

Management proposes that the AESM elect the candidates listed above to the Board of Directors by slate.

Management clarifies that, pursuant to article 11 of RCVM 81, the information regarding the professional experience and independence of the candidates for the positions of members of the Board of Directors indicated above is detailed in Annex III of this Proposal.

5. To resolve on the classification of the independent members of the Board of Directors to the rules established in the Novo Mercado Regulation of B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, in the Company's Bylaws and in CVM Resolution No. 80, of March 29, 2022, as amended.

The Board of Directors, the Executive Board and the Governance, Compensation and Appointment Committee of the Company expressed themselves in favor of the classification of Messrs. **(i)** Gelson Luiz Merisio; **(ii)** Alba Pettengill; **(iii)** Francisco Turra; **(iv)** Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo; **(v)** Kátia Regina de Abreu Gomes; **(vi)** Paulo Bernardo Silva; e **(vii)** Cledorvino Belini to the independence criteria established in article 16 of B3's Novo Mercado Regulation, in article 16 of the Company's Bylaws and in CVM Resolution No. 80, of March 29, 2022, as amended ("RCVM 80") – in view of, among other information, the statements sent by such candidates attesting to said framework, stating that (a) they are not direct or indirect controlling shareholders of the Company; (b) they do not have voting exercise in the meetings of the Board of Directors bound by a shareholders' agreement that has as its object matters related to the Company; (c) they are not spouses, partners or relatives, in a straight or collateral line, up to the second degree of the controlling shareholder, of the Company's manager or of the shareholder's manager controller; (d) have not been, in the last three (3) years, employees or officers of the Company or its controlling shareholder; and (e) does not fit the cases provided for in article 6, paragraph 2 of Annex K of the RCVM 80.

Accordingly, the board of directors proposes that the AGM approve the inclusion of these candidates in the rules established in B3's Novo Mercado Regulations, in the Bylaws and in RCVM 80, and their consequent classification as independent directors.

Management clarifies that, pursuant to article 11 of RCVM 81, the information regarding the professional experience and independence of the candidates for the positions of members of the Board of Directors indicated above is detailed in Annex III of this Proposal.

6. To decide on the number of members who will make up the Audit Committee for the next term of office.

In compliance with the provisions of article 32 et seq. of the Company's Bylaws, the management proposes the establishment of the number of four (4) effective members to compose the Audit Committee and an equal number of alternates, all with a term of office of one (1) year, until the annual general meeting that examines, discusses and votes on the management accounts and financial statements for the fiscal year ended December 31, 2025. If there is a request for a separate election for the Fiscal Council in accordance with art. 161, paragraph 4, "a" of the Brazilian Corporation Law, the Administration proposes that the number of effective members and their respective substitutes be set at five (5).

7. To elect the effective members of the Company's Audit Committee and their respective alternates.

JBS management has nominated a slate made up of the following members and their respective alternates to make up the Audit Committee:

- (i) **Adrian Lima Da Hora**, Brazilian, married, business administrator, bearer of Identity Card No. 3789, issued by CRA/PE and enrolled with the CPF/MF under No. 372.365.394-49, resident and domiciled in the city of São Paulo, state of São Paulo, at Rua dos Pinheiros, 801, ap. 241, Zip Code 05422-011, with **André Alcantara Ocampos** as alternate, Brazilian, married, accountant, bearer of Identity Card RG No. 30883622-4 SSP/SP, enrolled with the CPF/MF under No. 273.340.808-90, resident and domiciled in the city of São Paulo, state of São Paulo, with business address in the same city, at Av. Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, Zip Code 05118-000;
- (ii) **José Paulo da Silva Filho**, Brazilian, married, accountant, bearer of RG Identity Card No. 55.837.704-X SSP/SP, registered with CPF/MF under No. 386.730.294-49, resident and domiciled in the municipality of Santana de Parnaíba, state of São Paulo, at Alameda Dourado, No. 206, Residencial 11, Alphaville, Zip Code 06540-285, with **Sandro Domingues Raffai** as alternate, Brazilian, married, accountant, bearer of RG Identity Card No. 13.541.060 SSP/SP, registered with CPF/MF under No. 064.677.908-71 and resident and domiciled in the municipality of São Paulo, state of São Paulo, at Rua Santa Francisca, 155, Vila Jaguara, Zip Code 05116-090; and

- (iii) **Orlando Octávio de Freitas Júnior**, Brazilian, divorced, accounting auditor, holder of identity card RG n.º 9.128.418 SSP/SP, registered with the CPF/MF under no. 084.911.368-78, resident and domiciled in the city of São Paulo, state of São Paulo, at Rua Caiowaa, 1575, apto. 162, Zip Code 01258-011, with **Mauro Mitio Inagaki** as alternate, Brazilian, married, accountant, holder of ID card RG no. 17.025.346-6 SSP/SP, registered with the CPF/MF under no.084.978-00, resident and domiciled in the City of São Paulo, State of São Paulo, at Rua Cônego Manoel Vaz, 440, apto. 221, Santana, Zip Code 02019-050.
- (iv) **Patricia da Silva Barros**, Brazilian, divorced, engineer, holder of Identity Card RG no. 096686357, registered with the CPF/MF under no. 072.576.167-95, resident and domiciled in the City of Niterói, State of Rio de Janeiro, at Rua Dr. Tavares de Macedo, 41, apartamento 503, Icaraí, Zip Code 24220-215, with **Marcos Alberto Pereira Motta** as alternate, Brazilian, married, engineer, registered with the CPF/MF under no. 008.528.317-73, resident and domiciled in the City of Rio de Janeiro, State of Rio de Janeiro, at Rua Bambina, 180, apartamento 302, Botafogo, Zip Code 22251-050.

Management clarifies that, pursuant to article 11 of RCVM 81, the information on the professional experience of all the candidates for the positions of members of the Audit Committee indicated above is detailed in Annex III to this Proposal, in accordance with items 7.3 to 7.6 of the Reference Form.

8. To decide on the overall amount of the annual compensation of the Company's directors, members of the Audit Committee and Statutory Audit Committee for the 2025 financial year.

Management proposes approval of the annual remuneration of the Company's managers and members of the Fiscal Council and Statutory Audit Committee for the 2025 fiscal year, in the same amount approved by the Company's shareholders at the Annual General Meeting held on April 26, 2024 ("AGM 2024"). It is therefore proposed that the overall annual remuneration of directors, members of the Audit Board and the Statutory Audit Committee be set at up to R\$269,342,164.59 (two hundred and sixty-nine million, three hundred and forty-two thousand, one hundred and sixty-four reais and fifty-nine cents).

In relation to the overall compensation of the members of the Company's Fiscal Committee, the management points out that such amount will be, for each member in office, equal to 0.1 (one tenth) of the compensation that, on average, is attributed to each officer, not computed profit sharing, until the next annual shareholders' meeting of the Company, observing that such amount may change only in compliance with article 162, paragraph 3, of the Brazilian Corporation Law. It should be noted that substitutes will only receive remuneration in the absence of their respective full member.

The information relating to section 8 of the Reference Form can be found in Annex IV to this Proposal, in compliance with article 13 of RCVM 81.

The amount proposed for the overall remuneration of managers for the 2025 fiscal year is compatible with the amounts usually paid by the market and with the criteria and conditions adopted by the Company for the composition of the remuneration of its managers.

Management reports that, of the overall limit approved at the 2024 AGM for directors' remuneration in 2024, the total amount of R\$121,965,262.67 (one hundred and twenty-one million, nine hundred and sixty-five thousand, two hundred and sixty-two reais and sixty-seven cents) was actually paid.

For reference purposes, the table below shows the amounts actually paid as remuneration to the Company's directors and members of the Audit Board in the last three financial years:

	Statutory Board of Executive Officers			Board of Directors			Audit Committee		
	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022
Total number of members	4	5	5	11	9	9	5	5	4
No. of remunerated members	4	4.4	5	10.33	8.57	9	4	4	4
Amount of highest compensation (Reais)	63.282.432,81	54.638.232,37	53.328.574,27	2.251.999,99	2.049.800,00	1.380.000,00	423.274,80	467.177,14	434.916,82
Value of the lowest compensation (Reais)	8.691.448,61	7.569.693,65	7.399.321,50	900.000,00	1.014.700,00	660.000,00	423.274,80	466.001,38	434.916,82
Average salary (Reais)	26.255.239,43	26.730.224,23	23.949.168,28	1.452.984,83	1.600.678,72	1.098.767,62	423.274,80	466.295,32	434.916,82

Extraordinary General Meeting

1. To resolve on the Protocol and Justification for the Merger of Condesa Norte Industria e Comercio Ltda. ("Condesa") into the Company ("Condesa_Protocol").

The Company's management proposes that the Condesa Protocol be approved, containing the terms and conditions of the incorporation of Condesa Norte Industria e Comercio Ltda, a limited liability company, established at Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, Bloco II, Subsolo, Sala 36, in the City of São Paulo, State of São Paulo, Zip Code 05118-100, duly registered with the CNPJ/MF under number 05.703.088/0001-21 ("Condesa Merger").

The Board of Directors clarifies that, pursuant to item 1 of Annex I of RCVM 81, the Condesa Protocol is included in Annex V of this Proposal.

2. To resolve on the ratification of the appointment and hiring of Factum - Avaliações e Consultoria S/S - EPP ("Factum") to prepare the appraisal report on Condesa's net equity ("Condesa Report").

The Company's management proposes the ratification of the appointment and contracting of Factum - Avaliações e Consultoria S/S - EPP, a simple company with registered offices at Rua Vasco da Gama, 720, conj. 401, in the City of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul, Zip Code 90420-110, registered with the CNPJ/MF under No. 08.272.086/0001-13 ("Factum"), as the specialized company responsible for preparing the appraisal report of Condesa's net equity, at its book value.

The management clarifies that, pursuant to article 25 of RCVM 81, the information related to the hiring of Factum can be found in Annex VI of this Proposal.

3. To decide on the Condesa Report.

The Company's management proposes that the Condesa Report be approved, which, pursuant to item 7 of Annex I to RCVM 81, is attached as Annex VII to this Proposal.

It should be noted that Article 264 of the Brazilian Corporate Law is not applicable to the Condesa Merger, considering that the Company holds 100% (one hundred percent) of the capital stock of the Condesa, so that it will not be necessary to prepare the report referred to in said provision, pursuant to (i) the decision issued on February 15, 2018 by the CVM Board under SEI Process No. 19957.011351/2017-21 and (ii) Memorandum No. 3/2019-CVM/SDM/GDN-1, of April 09, 2019.

4. To resolve on the incorporation by the Company of Condesa, to be carried out in accordance with the terms and conditions established in the Condesa Protocol.

The Company's management proposes that the merger of Condesa into the Company be approved, pursuant to article 227 of the Corporate Law, and under the terms and conditions set out in the Condesa Protocol.

The Condesa Merger proposed herein, if approved, will result in the full transfer to the Company of Condesa's net assets, as calculated in the Condesa Report. As a result, the Company will replace its investment in Condesa in the books with the net assets corresponding to such equity interest, and Condesa's legal personality will be extinguished.

For the due purposes, it is clarified that the Company holds the entire share capital of Condesa, so that the Condesa Merger will not result in an increase in the Company's share

capital – and, consequently, there will be no issuance of new shares by the Company, nor any share replacement relationship.

Furthermore, the Condesa Merger will not give rise to any right of withdrawal for the shareholders of the Company (merger), since the applicable legislation limits such right to the shareholders of Condesa (merged) and the Company holds 100% (one hundred percent) of the share capital of Condesa. Consequently, there is no need to talk about dissenting shareholders, the right to withdraw or the amount of reimbursement as a result of the Condesa merger.

The information on the Condesa Merger can be found in Annex VIII to this Proposal, pursuant to article 22 of RCVM 81.

5. To authorize the Company's Executive Board to carry out all acts necessary or convenient for the effectuation and implementation of the approved resolutions.

Should the matters on the Agenda be approved by the shareholders, management proposes that the Company's Executive Board be authorized to carry out any and all acts necessary or convenient for the implementation of such matters, in order to give effect to the approved resolutions.

General Information:

Management hereby informs that shareholders may participate in the AGM either **(i)** in person (in which case a duly constituted proxy may participate) or **(ii)** via a remote voting form, in accordance with the documents available on the CVM's *websites* (www.cvm.gov.br), B3 (www.b3.com.br), at the Company's registered office, and on the Company's Investor Relations *website* (<https://ri.jbs.com.br/>).

The Company suggests that, if possible, the shareholders give preference to the use of the ballot paper for participation in the AESM, mainly by sending it to the service providers able to collect and transmit instructions for completing the ballot paper (custodian, registrar or central depositary), given the greater simplicity of such procedure. If it prefers, the shareholder may send its voting instructions accompanied by the documents indicated in the Call Notice directly to JBS: (a) by registering the remote voting guidelines directly on the Atlas AGM platform, available at the link <https://atlasagm.com>, as well as in applications available free of charge at the Apple Store and Google Play Store under the name "Atlas AGM", according to the instructions provided for in the Call Notice; or (b) by sending the completed BVD in physical copies, to the following address: Avenida Marginal Direita do Tietê, n. 500, Bloco II, 3º andar, Vila Jaguara, Zip Code 05.118-100, São Paulo/SP, Brazil, or in digitalized copies, to the address ri@jbs.com.br.

In this AESM, as a way to facilitate the participation of its shareholders, JBS will accept proxy instruments, remote voting ballots, and other Documents without notarization,

legalization and/or apostille, being certain that the powers of attorney drawn up in a foreign language, before being forwarded to the Company, must be translated into Portuguese.

In any case, the voting instructions must be received by the service providers or by the Company **no later than 4 (four) days before the AESM (i.e. no later than April 25, 2025).**

Finally, for the shareholders who wish to attend the AESM in person, the Company requests that the documents necessary for the participation of the shareholders be sent through the electronic address <https://atlasagm.com> or to the email ri@jbs.com.br preferably up to 72 (seventy-two) hours in advance of the meeting, observing that the shareholders who attend the AESM in person may participate and vote if they are provided with the required representation documents, even if they have failed to send them to the Company in advance.

São Paulo, March 28, 2025.

JBS S.A.
Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
President of the Board of Directors

**ANNEX I TO THE MANAGEMENT'S PROPOSAL FOR THE
ANNUAL AND EXTRAORDINARY SHAREHOLDERS' MEETING OF JBS S.A.
TO BE HELD ON APRIL 29, 2025**

COMMENTS FROM EXECUTIVE OFFICERS

(According to item 2 of CVM Resolution 80, of March 29, 2022)

2. Comments from Executive Officers

2.1. Comments from Executive Officers on:

a) General financial and equity conditions

The Company's Executive Board believes that, through its product diversification strategy, its growth potential and global production and distribution platform, combined with the Company's position as a leader in the global animal protein market, JBS has sufficient financial and equity conditions to continue its business plan and meet its short- and long-term obligations, including loans and financing, as well as the financing of its activities and funding needs for, at least, the next 12 months.

On December 31, 2024, the debt ratio (current liabilities + non-current liabilities, divided by shareholders' equity) was 4.00x, higher than the ratio of 3.39x on December 31, 2023, and the ratio of 3.18x on December 31, 2022. The increase recorded on December 31, 2024, was mainly related to the increase in liabilities, in particular current liabilities, from R\$47.9 million in 2023 to R\$72.2 million in 2024. The increase recorded on December 31, 2023, was mainly related to the distribution of R\$2.2 billion in dividends.

On December 31, 2024, the Company's Leverage Ratio (Net Debt / Adjusted LTM EBITDA) was 2.15x, compared to Leverage Ratio of 4.32x on December 31, 2023. This decrease was due to the Company's operational improvement in the twelve-month period ended December 31, 2024, compared to the same period in 2023. On December 31, 2022, the Leverage Ratio was 2.29x. The increase recorded on December 31, 2023, was due to lower operating results in 2023 versus 2022.

	On December 31,		
	2024	2023	2022
Leverage Ratio	4.00	3.39	3.18
Leverage (*)	2.15	4.32	2.29

(*) Calculated as Net Debt divided by Adjusted EBITDA or Adjusted LTM EBITDA, as applicable. For Leverage reconciliation, see item 2.5 of this Reference Form.

b) Capital structure

The Company's Executive Board believes that its current capital structure has adequate leverage levels, considering its product diversification and global production and distribution platform. The Net Debt ratio (current loans + financing + non-current loans and financing minus cash and cash equivalents) and shareholders' equity on December 31, 2024, was 166.9%, while on December 31, 2023 and 2022, this ratio was 157.6% and 159.0%, respectively, as shown on the table below:

(R\$ million, except %)	On December 31,		
	2024	2023	2022
Loans and financing (current)	12,906.1	4,316.4	8,228.6
Loans and financing (non-current)	106,771.2	92,505.5	84,125.5
Gross Debt	119,677.3	96,821.8	92,354.1
(-) Cash and cash equivalents	34,761.5	22,122.4	13,182.2

(-) Cash margin (*)	845.6	641.3	n/a
(=) Net debt	84,070.2	74,058.1	79,171.9
Equity	50,370.4	46,998.3	49,808.9
Net debt-to-equity ratio	166.9%	157.6%	159.0%

(*) As of June 30, 2023, the Company began to consider the cash margin for the Net Debt calculation.

On December 31, 2024, 2023 and 2022, the Company recorded a balanced capital structure between its own capital (shareholders' equity) and third-party capital (loans and financing), as shown in the table below:

(R\$ million, except %)	On December 31,		
	2024	2023	2022
Shareholders' equity (own capital)	50,370.4	46,998.3	49,808.9
Loans and financing (third-party capital)	119,677.3	96,821.8	92,354.1
Third-party capital + own capital	170,047.7	143,820.10	124,163.00
Third-party capital / own capital	2.38	2.06	1.85

c) ***Capacity to pay financial commitments assumed***

As mentioned in the previous item, on December 31, 2024, 2023 and 2022, the Company recorded a balanced capital structure between equity and third-party capital.

The Company's funding needs mainly refers to: (i) purchase of raw materials, with the acquisition of livestock and grains for animal feed for processing, which represent a significant portion of this account; (ii) tax, labor and social obligations; (iii) payment of interest and principal on loans and financing; (iv) payment of taxes; and (v) capital expenditures related to the acquisition and maintenance of fixed assets.

The Company's main funding sources are: (i) cash generated by operating activities and (ii) loans and financing.

The Executive Board believes that the Company's available cash, the cash generation from its operating activities and the refinancing of its existing loans and financing will be sufficient to cover its liquidity needs and financial commitments over the course of the next 12 months.

Adjusted EBITDA from January 1 to December 31, 2024, totaled R\$39,039.9 million, and the net financial result for the same period was R\$8,963.1 million. Therefore, the Adjusted EBITDA had a coverage ratio of 4.4x the net financial result. The Net Debt balance (as defined in item 2.5 of this Reference Form) on December 31, 2024, was R\$84,070.2 million, corresponding to 2.15x the Adjusted EBITDA of the last 12 months (LTM Adjusted EBITDA, as reconciled in item 2.5 of this Reference Form).

Adjusted EBITDA from January 1 to December 31, 2023, totaled R\$17,146.1 million, and the net financial result for the same period was R\$6,748.0 million. Therefore, the Adjusted EBITDA had a coverage ratio of 2.5x the net financial result. The Net Debt balance (as defined in item 2.5 of this Reference Form) on December 31, 2023, was R\$74,058.1 million, corresponding to 4.32x the Adjusted EBITDA.

Adjusted EBITDA from January 1 to December 31, 2022, totaled R\$34,568.1 million, and the net financial result for the same period was R\$6,352.3 million. Therefore, the Adjusted EBITDA had a coverage ratio of 5.4x the net financial result. The Net Debt balance (as defined in item 2.5 of this Reference Form) on December 31, 2022, was R\$79,171.9 million, corresponding to 2.29x the Adjusted EBITDA.

d) ***Funding sources for working capital and investments in non-current assets***

The main sources for working capital and investments in non-current assets have been the

Company's own cash generated by operating activities, in addition to loans and other financing. In the last three fiscal years, the Company raised funds through loan and financing operations in the financial and capital markets, which were used to finance its working capital needs and short- and long-term investments.

e) Funding sources for working capital and investments in non-current assets intended to cover liquidity deficiencies

The Executive Board believes that the cash generated from the Company's operating activities is sufficient to meet its working capital obligations and investments in non-current assets. If a mismatch occurs between cash and the amounts due in current liabilities, the Company has credit lines with the main commercial banks operating in Brazil, the USA and other countries. The Company may also issue debt securities in the local and international capital markets.

f) Indebtedness levels and characteristics of such debts, describing:

(i) Relevant loan and financing agreements

On December 31, 2024, loans and financing totaled R\$119,677.3 million, being R\$12,906.1 million in current liabilities and R\$106,771.2 million in non-current liabilities. On said date, loans and financing accounted for 59.4% of current and non-current liabilities, totaling R\$201,565.6 million.

On December 31, 2023, loans and financing totaled R\$96,821.8 million, compared to R\$92,354.1 million on December 31, 2022, being R\$4,316.4 million in current liabilities, against R\$8,228.6 million on December 31, 2022, and R\$92,505.5 million in non-current liabilities, against R\$84,125.5 million on December 31, 2022. On the respective dates, loans and financing accounted for 60.8% and 58.3% of current and non-current liabilities, respectively, in the total amounts of R\$159,133.8 million and R\$158,301.7 million, respectively.

The Company's financing strategy has been, and will continue to be over the next few years, as follows: (1) to extend the average debt maturity, including by refinancing current liabilities through borrowings and issuing longer-term debt securities to increase liquidity levels and improve the Company's strategic, financial and operational flexibility; and (2) to reduce financing costs by accessing financing instruments at lower costs, including through capital markets and export financing.

The Company believes, based on its debt profile on December 31, 2024, and its corporate history, that it will continue to raise funds in U.S. dollars, euros and Brazilian reais to meet its financial obligations. We also believe that the capex investments made in recent years, in addition to capex investments planned for the near future, will allow us to increase our ability to generate cash, strengthen our credit ratios and further allow us to meet financial obligations. The table below shows the breakdown of the Company's total debt on December 31, 2024, and December 31, 2023 (in R\$ thousand).

Type	Annual Average Rate	Currency	Current		Non-Current	
			12/31/24	12/31/23	12/31/24	12/31/23
Foreign currency						
ACC	5.94%	USD	6,285.2	252.5	-	-
Prepayment	5.69%	USD	621.1	26.8	-	844.1
FINIMP	6.03%	USD and EUR	3.8	151.5	-	3.1
Credit line - White Stripe	8.45%	USD and CAD	-	14.0	-	-
Working capital - USD	7.49%	USD	38.6	1.8	13.8	12.4
CRA	5.36%	USD	4.5	2.1	403.7	186.2
Credit line - Scott Technology	2.20%	USD	-	-	-	8.8
Credit note - exports	6.96%	USD	633.9	-	-	-
Other	7.03%	Sundry	22.2	-	10.5	-
Subtotal			7,609.3	448.7	427.9	1,054.6
Local currency						

FINAME	6.00%	BRL	0.0	2.3	-	0.0
Prepayment	7.09%	GBP, USD	-	265.8	-	290.5
Notes 2.50% JBS Lux 2027 (1)	2.50%	USD	71.0	55.9	6,132.4	4,774.6
Notes 5.13% JBS Lux 2028 (1)	5.13%	USD	118.2	93.0	5,506.7	4,291.3
Notes 6.50% JBS Lux 2029 (1)	6.50%	USD	5.8	5.2	432.5	377.1
Notes 3.00% JBS Lux 2029 (1)	3.00%	USD	45.8	36.1	3,646.4	2,838.0
Notes 5.50% JBS Lux 2030 (1)	5.50%	USD	193.9	154.5	7,686.5	6,002.9
Notes 3.75% JBS Lux 2031 (1)	3.75%	USD	9.2	7.6	3,027.9	2,398.1
Notes 3.00% JBS Lux 2032 (1)	3.00%	USD	23.2	18.6	6,085.0	4,746.1
Notes 3.63% JBS Lux 2032 (1)	3.63%	USD	99.7	81.0	5,917.0	4,766.1
Notes 5.75% JBS Lux 2033 (1)	5.75%	USD	146.3	142.7	10,070.3	9,687.9
Notes 6.75% JBS Lux 2034 (1)	6.75%	USD	186.2	149.6	9,200.3	7,630.2
Notes 4.38% JBS Lux 2052 (1)	4.38%	USD	100.2	79.0	5,496.8	4,295.4
Notes 6.50% JBS Lux 2052 (1)	6.50%	USD	50.2	40.6	9,450.1	7,394.0
Notes 7.25% JBS Lux 2053 (1)	7.25%	USD	49.8	90.4	5,469.1	4,275.9
Notes 4.25% PPC 2031	4.25%	USD	46.9	43.4	5,227.6	4,765.8
Notes 3.50% PPC 2032	3.50%	USD	64.5	50.8	5,525.1	4,314.5
Notes 6.25% PPC 2033	6.25%	USD	187.5	212.6	5,981.8	4,763.9
Notes 6.88% PPC 2034	6.88%	USD	26.0	37.0	3,009.9	2,346.0
Working capital - BRL	10.99%	BRL	-	24.6	-	79.1
Working capital - EUR	3.78%	EUR	134.9	83.5	53.8	49.3
Credit note - exports	13.48%	BRL	5.3	14.1	5.2	1,039.6
CDC	15.29%	BRL	57.9	103.1	5.0	43.7
Livestock costing - Pre	11.01%	BRL	2,114.6	1,176.1	-	-
CRA	6.85%	BRL	70.7	721.6	7,544.1	9,747.0
Credit line - Scott Technology	7.69%	USD, EUR	-	97.2	-	2.6
Credit line - Beardstown Pace	3.65%	USD	-	32.4	-	313.2
JBS Australia Confinement Agreement	2.76%	AUD	-	4.8	-	164.9
Commercial Notes	5.10%	—	1,251.7	-	-	-
Other	6.63%	Sundry	237.3	44.1	869.7	53.3
Subtotal			5,296.9	3,867.7	106,343.3	91,450.9
Total			12,906.1	4,316.4	106,771.2	92,505.5

(1) Corresponds to the debt registered with the Securities Exchange Commission (SEC) on October 25, 2024.

The table below shows the debt schedule in the total amount of R\$119,677.3 million, on December 31, 2024:

Maturity	12/31/2024
2025	12,906.1
2026	234.4
2027	6,244.3
2028	6,086.7
2029	4,370.2
2030	8,457.6
2030 onwards	81,377.9
Total	119,677.3

Financial Contracts

The most relevant financial contracts in force are shown in the table below, as reported on December 31, 2024, including any contractual restrictions imposed on the Company. To date, and to the best of Management's understanding, the Company is complying with these clauses.

Type	Issuers and guarantors	Covenants / Guarantees	Events of Default
Senior Secured Credit Facility - JBS Lux	Issuers: -JBS USA Holding Lux S.à.r.l. -JBS USA Food Company; -JBS Australia Pty. Ltd.; -JBS Food Canada ULC. Guarantors: -JBS S.A.; -JBS Global Luxembourg S.à.r.l.; -JBS Global Meat Holdings Pty. Limited.	Common and customary covenants given that the Company is "investment grade" and subject to customary exceptions, but limited to: (i) occurrence of "priority debt", such as mortgage liens, guarantee, taxes payable; (ii) liens; (iii) fundamental changes in the indentures of the notes, (iv) leases, (v) sales of all or substantially all of the assets of the Issuers and their subsidiaries, (vi) changes in business lines and (vii) changes in fiscal year. The credit agreement also requires compliance with a maximum debt limit for capitalization of 55.0% (the "Financial Maintenance Covenant"). The Issuers may notify the administrative agent of the security deposit, electing to provide a complete unconditional guarantee by first priority real right for substantially all of the USA assets. From the date of the security deposit, the financial maintenance of the covenant will no longer be in effect and the Revolving Credit Facility will become available, limited to the coverage of the guarantee amount, but limited to: 1) liens, 2) debt levels, 3) sales and other asset disposals, 4) dividends, distributions and other payments related to equity interests, 5) investments, acquisitions, loans and advances, and 6) voluntary prepayments, redemptions or repurchases of material unsecured subordinated debt. In each case, clauses 1 to 6 are subject to certain exceptions that may be relevant.	Customary events of default ⁽¹⁾
Notes 2.50% JBS Lux 2027			
Notes 5.13% JBS Lux 2028			
Notes 6.50% JBS Lux 2029			
Notes 3.00% JBS Lux 2029			
Notes 5.50% JBS Lux 2030	Issuers: -JBS USA Holding Lux S.à.r.l. -JBS USA Food Company (JBS USA); -JBS USA Foods Group Holdings, Inc. (USA)		
Notes 3.75% JBS Lux 2031	Guarantors: - JBS S.A. (JBS S.A.); -JBS Global Luxembourg S.à.r.l (JBS Global Lux); -JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (JBS Global Meat).	These notes contain restrictive covenants applicable to the Company and its significant subsidiaries, including limitations on liens, sale and leaseback transactions, mergers, consolidations and asset divestments. These limitations are subject to certain exceptions that may be relevant.	The Notes contain customary events of default ⁽¹⁾ .
Notes 3.00% JBS Lux 2032			
Notes 3.63% JBS Lux 2032			
Notes 5.75% JBS Lux 2033			
Notes 6.75% JBS Lux 2034			
Notes 4.38% JBS Lux 2052			
Notes 6.50% JBS Lux 2052			
Notes 7.25% JBS Lux 2053			
Notes 4.25% PPC 2031	Issuers: -Pilgrim's Pride Corporation.		
Notes 3.50% PPC 2032	Guarantors: -Pilgrim's Pride Corporation of West Virginia, Inc.;	These notes contain restrictive covenants applicable to PPC and its significant subsidiaries, including limitations on liens, sale and leaseback transactions, mergers, consolidations and asset divestments. These limitations are subject to certain exceptions that may be relevant.	The Notes contain customary events of default ⁽¹⁾ .
Notes 6.25% PPC 2033			
Notes 6.88% PPC 2034			

Type	Issuers and guarantors	Covenants / Guarantees	Events of Default
		On October 4, 2023, PPC and a few of its subsidiaries signed an Unsecured Revolving Credit Agreement with CoBank, with ACB as the administrative agent and other lending parties that replaced the 2021 U.S. Credit Facility.	

		The credit agreement increased the availability under the revolving loan commitment, from US\$800.0 million to US\$850.0 million, and also amended covenants and extended the maturity date from August 2026 to October 2028.	
PPC Credit Line - Revolving Credit	Issuers: -Pilgrim's Pride Corporation; -To-Ricos Ltd. -To-Ricos Distribution, LTD.	The revolving credit line also requires compliance with a minimum interest coverage ratio of 3.50 (the "Financial Maintenance Covenant"). The Borrowers may notify the administrative agent of the security deposit, electing to provide a complete unconditional guarantee plus security interest by first priority right for substantially all of the USA assets. From the cure date of the security deposit and after the cure date of the guaranteee, the financial maintenance covenant will no longer be in effect and the Revolving Credit Facility will become limited to the coverage of the guarantee amount and may be subject to a minimum fixed charges coverage rate if utilization exceeds 80%, also limited to: 1) liens, 2) debt levels, 3) sales and other asset disposals, 4) dividends, distributions and other payments related to equity interests, 5) investments, acquisitions, loans and advances, and 6) voluntary prepayments, redemptions or repurchases of material unsecured subordinated debt. In each case, clauses 1 to 6 are subject to certain exceptions that may be relevant.	Customary events of default ⁽¹⁾
Moy Park Holdings (Europe) Limited Credit Line - Revolving Credit	Issuer: - Moy Park Limited -Pilgrim's Pride Limited -Pilgrim's Food Masters UK Limited - Pilgrim's Food Masters Ireland Limited - Pilgrim's Shared Services Limited Guarantors: - Moy Park Limited - Moy Park Holdings (Europe) Limited - Consumer Foods Van Sales Limited - Onix Investments UK Limited - Rollover Limited - Oakhouse Limited - Attleborough Foods Limited - Noon Products Limited - Spurway Foods Limited - Pilgrim's Pride Limited	The Revolving Credit Facility requires compliance with a minimum interest coverage ratio of 3.00:1.00 and the leverage ratio must not exceed 3.00:1.00. Customary agreements may limit the ability of Moy Park Holdings (Europe) Limited and the Borrowers or Guarantors to, among others: - sell or dispose of certain assets; - change the overall nature of the company's main activity; - hire certain additional debts; - declare certain dividends, stock awards or stock repurchases.	Customary events of default ⁽¹⁾
	Issuer: - Primo Foods Pty Ltd.		
Primo ANZ Credit Line	Guarantors: - Industry Park Pty Ltd; -Primo Foods Pty Ltd; -Australian Consolidated Food Holdings Pty Limited; -Australian Consolidated Food Investments Pty Limited; -Primo Group Holdings Pty Limited; -Primo Meats Pty Ltd; -Hans Continental Smallgoods Pty Ltd; -P& H Investments 1 Pty Ltd; -Hunter Valley Quality Meats Pty Limited; -Seven Point Pork Pty Ltd; -P&H Investments 2 Pty Ltd; -Primo Retail Pty Ltd; -Primo Meats Admin Pty Ltd; -Premier Beehive Holdco Pty Ltd; -Premier Beehive NZ.	The credit line contains contractual restrictions that may limit the ability of Primo and certain of its subsidiaries to, among others: - sell or dispose of certain assets; - change the overall nature of the company's main activity; - hire certain additional debts; - create liens; - pay certain dividends, reserves or stock repurchases.	Customary events of default ⁽¹⁾
Type	Issuers and guarantors	Covenants / Guarantees	Events of Default
	Issuer: Huon Aquaculture Group Limited		
Credit line - Huon	Guarantors: -Industry Park Pty Ltd; -Huon Aquaculture Group Limited; -Huon Aquaculture Company Pty Ltd; -Springs Smoked Seafoods Pty Ltd ; -Springfield Hatcheries Pty Ltd; -Huon Ocean Trout Pty Ltd; -Meadow Bank Hatchery Pty Ltd; -Morrison's Seafood Pty Ltd; -Southern Ocean Trout Pty Ltd; -Huon Shellfish Co Pty Ltd; -Spring Smoked Salmon Pty Ltd; -Huon Salmon Pty Ltd; -Huon Smoked Salmon Pty Ltd; -Huon Smoked Seafoods Pty Ltd; -Huon Seafoods Pty Ltd; -Huon Tasmanian Salmon Pty Ltd.	The credit line contains contractual restrictions that may limit the ability of Huon and certain of its subsidiaries to, among others: - sell or dispose of certain assets; - change the overall nature of the company's main activity; - hire certain additional debts; - create liens; - pay certain dividends, reserves or stock repurchases.	Customary events of default ⁽¹⁾

JBS Australia & Rivalea Credit Line	Issuers: -JBS Australia Pty Limited; -Rivalea (Australia) Pty Ltd. Guarantors: -JBS Australia Pty Limited; -Diamond Valley Pork Pty Ltd; -Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd; -Rivalea (Australia) Pty Ltd -Industry Park Pty Ltd.	The credit line contains contractual restrictions that may limit the ability of JBS Australia and Rivalea and certain of its subsidiaries to, among others: - sell or dispose of certain assets; - change the overall nature of the company's main activity; - hire certain additional debts; - create liens; - pay certain dividends, reserves or stock repurchases.	Customary events of default ⁽¹⁾
AMI Credit Line	Issuer: -Andrews Meat Industries Pty Ltd.	The credit line contains contractual restrictions that may limit the ability of JBS Australia and Rivalea and certain of its subsidiaries to, among others: - sell or dispose of certain assets; - change the overall nature of the company's main activity; - hire certain additional debts; - create liens; - pay certain dividends, reserves or stock repurchases.	Customary events of default ⁽¹⁾
WSF NAB Credit Line	Issuer: -White Stripe Foods Pty Ltd.	The credit line contains contractual restrictions that may limit the ability of WSF and certain of its subsidiaries to, among others: - sell or dispose of certain assets; - change the overall nature of the company's main activity;	Customary events of default ⁽¹⁾
Mexicana Credit Line	Issuer: -Pilgrim's Pride, S. de R.L. de C.V. Guarantors: -Avícola Pilgrim's Pride de Mexico, SA de CV.	The credit line includes clauses that may limit the company's ability to make investments, act as guarantor to third-party obligations, change its corporate purpose or line of business and initiate a liquidation process. These limitations are subject to certain exceptions that may be relevant.	Customary events of default ⁽¹⁾
Commercial Notes Line	Issuers: -JBS USA Holding Lux S.à.r.l. -JBS USA Food Company (JBS USA); -JBS USA Foods Group Holdings, Inc. (USA) Guarantors: - JBS S.A. (JBS S.A.); -JBS Global Luxembourg S.à r.l (JBS Global Lux); -JBS Global Meat Holdings Pty. Limited (JBS Global Meat).	On December 10, 2024, the subsidiary JBS USA Food Company began issuing commercial notes, allowing funds to be raised with maturity of up to 397 days at competitive interest rates, which vary according to the term of the notes. On December 29, 2024, outstanding borrowings totaled US\$202.1 million, net of discounts related to the issuances. The weighted average interest rate on outstanding commercial notes was 5.10%, with maturities of less than 30 days.	Customary events of default ⁽¹⁾
8th Issue of CRA Debentures			
9th Issue of CRA Debentures		Customary contractual restrictions that may limit the Company's ability to, among others: - create liens; - sell or dispose, to third parties, all or substantially all of its assets;	
10th Issue of CRA Debentures	Issuer: JBS S.A.	- carry out a spin-off, merger or incorporation of the Company and/or its Subsidiaries by third parties; - pay dividends if the issuer is in default with any of its monetary obligations under the terms of the issuance indenture.	Customary events of default ⁽¹⁾
11th Issue of CRA Debentures			
Type	Issuers and guarantors	Covenants / Guarantees	Events of Default
1st issue of CRA Rural Certificate	Issuer: Seara Alimentos Ltda. Guarantor: JBS S.A.	Customary contractual restrictions that may limit the Company's ability to, among others: - create liens; - sell or dispose, to third parties, all or substantially all of its assets; - carry out a spin-off, merger or incorporation of the Company and/or its Subsidiaries by third parties; - pay dividends if the issuer is in default with any of its monetary obligations under the terms of the issuance indenture.	Customary events of default ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Customary events of default include non-compliance or failure to meet terms, contractual restrictions or other agreements provided in each respective credit line, default on other debts if leads to early payment, failure to pay other debts forgiven or extended within the limits of the applicable grace period, issuance of unfavorable court judgments or decisions against the issuer or its subsidiaries, and certain events related to bankruptcy and insolvency matters.

The Company declares that it was in compliance with all contractual restrictions, as of December 31, 2024, and up to the approval date for the financial statements for the twelve-month period ended December 31, 2024.

- Other relevant information:**

On October 25, 2024, exchange offers were launched for the following 13 existing series of notes issued by JBS USA Food Company and JBS Luxemborug Company S.à.r.l.: (1) US\$1,507,046,000 in total principal amount for the 6.750% Senior Notes due 2034; (2) US\$900,000,000 in total principal amount for the 7.250% Senior Notes due 2053; (3) US\$3,062,000 in total principal amount for the 2.500% Senior Notes due 2027; (4) US\$20,416,000 in total principal amount for the 5.125% Senior Notes due 2028; (5) US\$803,000 in total principal amount for the 6.500% Senior Notes due 2029; (6) US\$343,000 in total principal amount for the 3.000% Senior Notes due 2029; (7) US\$4,320,000 in total principal amount for the

5.500% Senior Notes due 2030; (8) US\$909,000 in total principal amount for the 3.750% Senior Notes due 2031; (9) US\$16,974,000 in total principal amount for the 3.000% Senior Notes due 2032; (10) US\$10,598,000 in total principal amount for the 3.625% Senior Notes due 2032; (11) US\$483,000 in total principal amount for the 5.750% Senior Notes due 2033; (12) US\$115,000 in total principal amount for the 4.375% Senior Notes due 2052; and (13) US\$343,000 in total principal amount for the 6.500% Senior Notes due 2052, in each case, for the same principal amount of newly issued registered exchange notes for newly registered debt securities.

The Exchange Offer expired on November 25, 2024 and approximately 99% of the aggregate principal amount of the existing notes have been exchanged.

- **Sustainability-linked securities**

We issued three series of fixed-rate sustainability-linked debt securities in the international capital markets, as follows:

- JBS USA 3.625% Sustainability-Linked Bonds due January 2032, in a total principal amount of \$969.1 million;
- JBS USA 3.000% Sustainability-Linked Bonds due May 2032, in a total principal amount of \$1.0 billion;
- PPC 4.250% Sustainability-Linked Bonds due April 2031, in a total principal amount of \$855.7 million;

As described below, each series of sustainability-linked bonds has certain sustainability performance targets for JBS S.A., JBS USA or PPC, which, if not met, will increase the interest rate payable on the respective bonds. However, it is possible that these securities do not meet investor requirements or any future legal, paralegal or other standards for investments in assets with sustainability characteristics. Furthermore, none of its issuers or guarantors commit to (i) allocate the net proceeds specifically to projects or business activities that meet sustainability criteria or (ii) be subject to any other limitations or requirements that may be associated with green bonds, social bonds or sustainability bonds in any specific market.

The sustainability performance targets applicable to the bonds have been uniquely tailored to the business, operations and capabilities of JBS S.A., JBS USA and PPC and, therefore, are not appropriate for benchmarking against similar sustainability performance targets and relative performance of other companies. In addition, as there is currently no officially accepted definition (legal, regulatory or otherwise), nor a market consensus on what criteria a given financial instrument must meet to qualify as “green”, “social”, “sustainable” or “sustainability-linked” (the requirements of any label may change from time to time), no guarantee has been, or could be given, to investors by the issuers or guarantors of the securities, or by any third party opinion giver or qualified third party assurance or attestation service provider appointed by each company (“External Verifier”) that the securities will meet any or all investor expectations regarding the securities or their sustainability performance targets qualified as “green”, “social”, “sustainable” or “sustainability-linked”, or that any adverse social and/or other impacts will not occur in connection with JBS S.A., JBS USA and/or PPC in aiming to achieve their respective sustainability performance targets or when using the net proceeds from these securities.

Also, no guarantee or representation has been given by the issuers and guarantors of the notes, nor by any third party opinion givers or External Reviewer regarding the suitability or reliability, for any purpose of any opinion, report or certification of any third party in connection with the securities or the related sustainability performance targets, for the purpose of meeting any green, social, sustainability, sustainability-related and/or other criteria. Any opinion, report or certification is not – and should not be – considered.

There is no assurance regarding to what extent JBS S.A., JBS USA and/or PPC will be successful in significantly reducing their greenhouse gas emissions. Although failure to meet applicable sustainability performance targets will cause an increase in the interest rate on the notes, such failure will not constitute an event of default under the terms of the notes, nor are the issuers and/or guarantors of such notes obligated to repurchase or redeem any notes in such circumstances.

- **JBS USA 3.625% Sustainability-Linked Bonds due January 2032**

In June 2021, JBS S.A. adopted the Sustainability-Linked Bond Framework, establishing its strategic sustainability priorities and defining objectives related to one of its main priority areas: Intensity of Global Greenhouse Gas Emissions (as defined below). JBS S.A.'s long-term goal is

to reduce the Intensity of its Global Greenhouse Gas Emissions by the end of 2030, measured against 2019 as the base year. As part of this objective, JBS S.A. established a Sustainability Performance Target consisting of reducing the Intensity of its Global Greenhouse Gas Emissions by 16.4% by December 31, 2025, based on linear annual improvements against 2019 as the base year, resulting in a 30% reduction by the end of 2030, subject to certain exclusions related to significant acquisitions and changes in laws and regulations.

JBS S.A. defines the “Intensity of its Global Greenhouse Gas Emissions Intensity” as MTCO2e divided by tons (“MTCO2e/MT”) produced. JBS S.A. defines “MTCO2e” as the sum of Scope 1 emissions (primarily from combusted fuels, dry ice/gaseous CO2 used to support the manufacturing process and wastewater treatment systems), in addition to Scope 2 emissions (primarily from purchased electricity) during a given period of JBS S.A.’s global operations, measured in tons of carbon dioxide equivalent and “tons produced” as the sum of fresh, frozen and value-added beef, chicken and pork, as well as respective processed by-products and offal produced during a given period, measured as incremental tons. In the year ended December 31, 2019, the Intensity of JBS S.A.’s Global Greenhouse Gas Emissions Intensity was 0.2693 MTCO2e/MT produced (Scope 1 and 2), subject to third party verification.

Under the terms of the JBS USA 3.625% Sustainability-Linked Notes due January 2032, if JBS S.A. fails to meet the Sustainability Performance Target, proven and confirmed to the administrator along with a related confirmation from an External Reviewer at least 30 days prior to January 15, 2027, the interest rate payable on the notes shall increase by 25 basis points from January 15, 2027 to the maturity date on January 15, 2032.

- ***JBS USA 3.000% Sustainability-Linked Bonds due May 2032***

In November 2021, JBS USA adopted the Sustainability-Linked Bond Framework, establishing its strategic sustainability priorities and defining objectives related to one of its main priority areas: Intensity of Global Greenhouse Gas Emissions (as defined below). JBS USA’s long-term goal is to reduce the Intensity of its Global Greenhouse Gas Emissions by the end of 2030, measured against 2019 as the base year. As part of this objective, JBS USA established a Sustainability Performance Target consisting of reducing the Intensity of its Global Greenhouse Gas Emissions by 20.30% by December 31, 2026, based on linear annual improvements against 2019 as the base year, resulting in a 30% reduction by the end of 2030, subject to certain exclusions related to significant acquisitions and changes in laws and regulations.

JBS USA defines the “Intensity of its Global Greenhouse Gas Emissions Intensity” as MTCO2e divided by tons (“MTCO2e/MT”) produced. JBS USA defines “MTCO2e” as the sum of Scope 1 emissions (primarily from combusted fuels, dry ice/gaseous CO2 used to support the manufacturing process and wastewater treatment systems), in addition to Scope 2 emissions (primarily from purchased electricity) during a given period of JBS USA’s global operations, measured in tons of carbon dioxide equivalent and “tons produced” as the sum of fresh, frozen and value-added beef, chicken and pork, as well as respective processed by-products and offal produced during a given period, measured as incremental tons. In the year ended December 31, 2019, the Intensity of JBS S.A.’s Global Greenhouse Gas Emissions Intensity was 0.23807 MTCO2e/MT produced (Scope 1 and 2), subject to third party verification.

Under the terms of the JBS USA 3.000% Sustainability-Linked Notes due May 2032, if JBS S.A. fails to meet the Sustainability Performance Target, proven and confirmed to the administrator along with a related confirmation from an External Reviewer at least six months prior to December 31, 2026, the interest rate payable on the notes shall increase by 0.25 percentage points from November 15, 2027 to the maturity date on May 15, 2032.

- ***PPC 4.250% Sustainability-Linked Bonds due April 2031***

In March 2021, PPC adopted the Sustainability-Linked Bond Framework, establishing its strategic sustainability priorities and defining objectives related to one of its main priority areas: Greenhouse Gas Emissions (as defined below). PPC’s long-term goal is to reduce the Intensity of its Global Greenhouse Gas Emissions by the end of 2030, measured against 2019 as the base year. As part of this objective, PPC established a Sustainability Performance Target consisting of reducing the Intensity of its Global Greenhouse Gas Emissions by 17.679% by December 31, 2025, based on linear annual improvements against 2019 as the base year, resulting in a 30% reduction by the end of 2030, subject to certain exclusions related to significant acquisitions and changes in laws and regulations.

PPC defines the “Intensity of its Global Greenhouse Gas Emissions Intensity” as tCO2e divided by 100 pounds (“tCO2e/100 pounds”) produced. PPC defines “tCO2e” as the sum of Scope 1 emissions (from fixed and mobile sources), and Scope 2 emissions (primarily from indirect

emissions) during a given period of its global operations, including but not limited to the use of dry ice, measured in tons of carbon dioxide equivalent, in addition to “pounds produced” as the sum of fresh, frozen and value-added beef, chicken and pork, as well as respective processed by-products and offal produced during a given period, measured as incremental 100 pounds. In the year ended December 31, 2019, the Intensity of PPC’s Global Greenhouse Gas Emissions Intensity was 0.00988 tCO₂e/100 pounds produced, subject to third party verification.

Under the terms of the PPC 4.250% Sustainability-Linked Notes due April 2031, if PPC fails to meet the Sustainability Performance Target, proven and confirmed to the administrator along with a related confirmation from an External Reviewer at least 30 days prior to October 15, 2026, the interest rate payable on the notes shall increase by 0.25 percentage points from October 15, 2026 to the maturity date on April 15, 2031.

- ***JBS S.A. - Revolving Credit***

On August 5, 2022, JBS S.A. and its subsidiaries JBS Investments Luxembourg S.à.r.l., Seara Meats B.V. and Seara Alimentos Ltda., as borrowers and guarantors, signed an unsecured revolving credit facility in the amount of US\$450.0 million. Any loan taken out by one of the borrowers will be guaranteed by the other three borrowers. The approved revolving credit facility may be increased to US\$500.0 million under an accordion style expansion mechanism, effective as of November 2024, after obtaining commitments from the lender. The revolving credit facility initially matured in August 2025, and included two one-year extensions, which were exercised by the borrower and duly accepted by all counterparties. Under the terms of the revolving credit facility, the interest rate for any borrowing shall accrue at an adjusted secured overnight financing rate (“SOFR”), plus applicable margins based on JBS S.A.’s corporate rating. On December 31, 2024, there were no outstanding borrowings under the JBS S.A. revolving credit facility.

- ***JBS USA Senior Unsecured Revolving Credit Facility***

On November 1, 2022, JBS USA, JBS USA Food Company, JBS USA Finance, Inc., JBS Australia and JBS Canada, as borrowers, signed an unsecured revolving credit facility (“Senior Unsecured Revolving Credit Facility”), with Bank of Montreal, as the administrative agent, and the lending parties. The Senior Unsecured Revolving Credit Facility provides for a revolving credit commitment of up to US\$1,500.0 million, maturing in 2027, with two one-year extension options, at the discretion of each lender. The credit facility is available in two tranches of US\$800.0 million and US\$700.0 million, and in multiple currencies, subject to sub-limits regarding any amounts borrowed in currencies other than the amounts borrowed in U.S. dollars. These loans bear interest at the applicable reference rate, or the preferred rate plus applicable margins, based on JBS USA’s corporate credit rating or corporate family rating.

Guarantees. Subject to the Collateral Adjustment described below, the loans are guaranteed by JBS S.A., by some of the direct or indirect parent companies of JBS USA, by each of the borrowers under the Senior Unsecured Revolving Credit Facility and by any subsidiary of JBS USA that guarantees the relevant indebtedness of any borrower or any subsidiary that is a guarantor. Following a Collateral Adjustment (as described below), each wholly owned subsidiary of each borrower is required to become a guarantor.

Commitments. The Senior Unsecured Revolving Credit Facility contains customary representations and guarantees, covenants and events of default. In addition, the “Senior Unsecured Revolving Credit Facility” and subject to the Collateral Adjustment, below is a description of the financial maintenance covenant that requires compliance with a maximum total debt capitalization ratio of 55.0%, which will be tested at the end of each fiscal quarter of the borrowers (the “Financial Maintenance Covenant”).

Adjustment to the Guarantee. After the end of any fiscal quarter, borrowers may notify they will not comply with the Financial Maintenance Covenant and may, instead, elect to have the borrowers, guarantors and each subsidiary guarantor offer collateral relating to the previously secured revolving credit facility (the “Collateral Adjustment”). As of and after the Collateral Adjustment date, the Financial Maintenance Covenant will no longer be in effect and the availability provided under the Senior Unsecured Revolving Credit Facility will be limited and subject to collateral coverage, at an advancement rate of 75% on U.S. receivables and an advancement rate of 50% on U.S. inventory, subject to certain exceptions.

On December 31, 2024, there were no outstanding loans relating to the JBS USA Senior Unsecured Revolving Credit Facility.

- ***JBS USA Commercial Notes Program***

On December 2, 2024, we launched our commercial notes program. The program allows JBS USA, JBS USA Food Company and JBS USA Foods Group Holdings to issue up to \$1.0 billion in total principal amount of unsecured short-term notes, without a registration requirement under the Securities Act. On December 31, 2024, the total principal amount outstanding of the Commercial Notes Program was \$187.5 million.

- ***PPC Credit Line***

On October 4, 2023, PPC and certain of its subsidiaries signed a Syndicated Revolving Credit Facility Agreement (“PPC Revolving Credit Facility”) with CoBank, with ACB as the administrative agent and collateral agent, and other lending parties. The PPC Revolving Credit Facility provides for a revolving loan facility of US\$850.0 million, maturing in 2028. Borrowings under the PPC Revolving Credit Facility bear interest at an annual rate equal to the SOFR, or the prime rate, plus applicable margins based on PPC's credit ratings.

The PPC Revolving Credit Facility is not guaranteed by any of PPC's subsidiaries. Following the PPC Collateral Cure, each wholly owned subsidiary of each borrower is required to become a guarantor (with certain subsidiaries exempt from becoming a guarantor). The PPC Revolving Credit Facility contains customary representations and guarantees, covenants and events of default. The PPC Revolving Credit Facility imposes certain limitations and restrictions on PPC and its restricted subsidiaries including, without limitations: 1) liens, 2) debt levels, 3) sales and other asset disposals, 4) dividends, distributions and other payments related to equity interests, 5) investments, and 6) voluntary prepayments, redemptions or repurchases of junior debts, in each case, subject to certain exceptions which may be material and some of these clauses only apply to PPC after the occurrence of certain trigger events. In addition, the PPC Revolving Credit Facility, subject to PPC's Collateral Cure, includes a financial maintenance covenant that requires PPC not to allow its interest coverage ratio to fall below 3.50:1.00, which shall be tested at the end of each of PPC's fiscal quarter (“PPC Financial Maintenance Agreement”).

After the end of any fiscal quarter, PPC may notify that it will not be complying with the PPC Financial Maintenance Covenant and may instead elect to have the borrowers and each subsidiary guarantor to provide security interests in the collateral that secured PPC's prior secured credit facility (“PPC Collateral Cure”). Following the Collateral Adjustment date, the PPC Financial Maintenance Covenant will no longer be in effect and the availability provided under the PPC Revolving Credit Facility will be limited and subject to collateral coverage, at an advancement rate of 75% on U.S. receivables and an advancement rate of 50% on U.S. inventory, subject to certain exceptions.

We are currently in compliance with the PPC Revolving Credit Facility agreements.

On December 31, 2024, PPC had outstanding letters of credit and available limits under the revolving credit commitment of \$24.2 million and \$825.8 million, respectively. There were no outstanding loans on December 31, 2024.

- ***JBS S.A. Agribusiness Receivables Certificates***

From October 2019 to May 2024, JBS S.A. issued several series of unsecured non-convertible debentures for private placement, with maturities ranging from 2024 to 2044. These debentures are issued in Brazilian reais and accrue interest at different rates and indexes, with an average annual interest rate of 6.90% on December 31, 2024. A major part of these debentures have their principal amount updated by the IPCA (Broad National Consumer Price Index). These debentures are part of a securitization of agribusiness receivables that resulted in the issuance of agribusiness receivables certificates (“CRAs”). The net proceeds from the issuance of these debentures have been used primarily to purchase cattle, natural products and other inputs required for the processing or industrialization of cattle, including slaughter, by-products and manufacture of meat products from the primary slaughter process mentioned above, as well as the sale of products and by-products resulting from this process, including export, intermediation, storage and transportation of products, by-products and derivatives.

- ***Seara Alimentos Agribusiness Receivables Certificates***

On October 3, 2024, Seara Alimentos Ltda., a Company subsidiary, concluded the issuance of three rural product notes for financial settlement (“Financial CPRs”) in the total amount of R\$1,502,580,000.00, with a personal guarantee from the Company, with maturity ranging from September 5, 2029, and September 15, 2044. Financial CPRs will be remunerated at an annual

interest ranging from 5.3000% and 6.8408%. Financial CPRs are part of a securitization of agribusiness receivables that resulted in the issuance of agribusiness receivables certificates ("CRAs"). The net proceeds from the issuance of Financial CPRs will be used by Seara to acquire agricultural products, namely fresh corn. The contracts governing the CRA have customary obligations and early maturity events; however, they do not include any financial covenants.

- ***Contractual Obligations***

The chart below shows the fair value of the Company's financial liabilities by maturity on December 31, 2024:

Contractual Obligations (R\$ million)	Less than 1 year	Between 1 and 3 years	Between 4 and 5 years	More than 5 years	Total
Suppliers	38,356.5	-	-	-	38,356.5
Borrowings and financing	12,906.1	12,565.4	12,827.9	81,377.9	119,677.3
Estimated interest on loans and financing (1)	15,222.6	15,113.1	5,201.2	35,110.4	70,647.4
Derivative financial liabilities	1,027.8	619.8	-	-	1,647.6
Leases payable	2,078.6	3,555.1	1,457.8	3,646.1	10,737.6
Other current and non-current liabilities	67.5	101.3	-	-	168.8

(1) Includes interest on the loans and financing balance. Payments are estimated by the variable debt rate based on the effective interest rate on December 31, 2024. Payments in foreign currency are estimated by the exchange rate on December 31, 2024.

- ***(ii) Other long-term relationships with financial institutions***

The Company has other long-term relationships with financial institutions aimed at maintaining the course of its businesses, such as agreements with financial institutions for promoting credit access to rural producers, partners responsible for raising chickens and hogs, to finance the expansion and improvement of their operations, and agreements with financial institutions to pay salaries and benefits to its employees.

Additionally, the Company has agreements with some financial institutions aimed at improving its working capital management through the sale of credits held by it to certain customers in the domestic and foreign markets, and also through facilitating credit advancements that its suppliers have against the Company.

The Company may also use derivative transactions to hedge its exposure to certain market fluctuations.

- ***(iii) Level of subordination between debts***

There is no degree of contractual subordination between the Company's unsecured loans and financing. Financial debts secured with collateral have preferences and prerogatives provided for in law.

On December 31, 2024, a portion representing less than 1% of total loans and financing were secured.

- ***(iv) Any restrictions imposed to the Company, especially regarding indebtedness limits, the contracting of new debt, the distribution of dividends, the disposal of assets, the issue of new securities, and the disposal of shareholding control, as well as whether the Company has been complying with these restrictions.***

On the date of this Reference Form, JBS was complying with all obligations contained in its loan and financing agreements. It is worth mentioning that, in September 2024, the Company carried out the early redemption of all CRAs that still had financial covenants, meaning that it no longer has any financial covenants on its loans and financing. However, JBS USA and PPC have revolving credit facilities, which do not have outstanding borrowings, but have the following financial covenants:

Contract	Financial Covenant	Effective index on December 31, 2024
JBS S.A. Revolving Credit Line - Bank of Montreal	Maximum total capitalization debt of 55.0%	45.6%
PPC Revolving Credit Line – CoBank, ACB	Interest coverage ratio greater than 3.50:1.00	12.85 : 1.00

g) Limits of contracted financing and percentages already used

On December 31, 2024, JBS had a total of R\$119,677.3 million in loans and financing. Additionally, JBS USA has US\$2,853.0 million available in revolving and secured credit facilities, equivalent to R\$17,666.5 million at the exchange rate on December 31, 2024, and JBS S.A. had US\$500.0 million available in revolving and secured credit facilities, equivalent to R\$3,096.2 million at the exchange rate on December 31, 2024.

h) Significant changes in items of the income statement and the cash flow

Twelve-month period ended December 31, 2024, compared to the twelve-month period ended December 31, 2023

Consolidated Income Statement (R\$ million)	12.31.2024	%NOR	12.31.2023	%NOR	chg. (%)	chg. (R\$)
Net Revenue	416,952.0	100.0%	363,816.5	100.0%	14.6%	53,135.5
Cost of sales	(354,179.0)	-84.9%	(324,167.5)	-89.1%	9.3%	(30,011.5)
Gross Profit	62,773.0	15.1%	39,649.0	10.9%	58.3%	23,124.0
Selling expenses	(26,116.5)	-6.3%	(22,941.2)	-6.3%	13.8%	(3,175.3)
General and administrative expenses	(12,305.3)	-3.0%	(11,547.1)	-3.2%	6.6%	(758.2)
Other expenses	(1,045.5)	-0.3%	(613.1)	-0.2%	70.5%	(432.4)
Other income	457.7	0.1%	754.6	0.2%	-39.3%	(296.9)
Net Operating Expenses	(39,009.6)	-9.4%	(34,346.7)	-9.4%	13.6%	(4,662.8)
Operating Profit	23,763.4	5.7%	5,302.3	1.5%	348.2%	18,461.1
Finance income	3,885.2	0.9%	2,914.0	0.8%	33.3%	971.2
Finance expense	(12,848.3)	-3.1%	(9,662.0)	-2.7%	33.0%	(3,186.4)
Net Finance Expense	(8,963.1)	-2.1%	(6,748.0)	-1.9%	32.8%	(2,215.2)
Share of profit of equity-accounted investees, net of tax	20.4	0.0%	47.6	0.0%	-57.2%	(27.3)
Profit (loss) Before Taxes	14,820.6	3.6%	(1,398.1)	-0.4%	-1160.1%	16,218.7
Current income taxes	(4,881.9)	-1.2%	(338.5)	-0.1%	1342.4%	(4,543.5)
Deferred income taxes	765.3	0.2%	1,007.4	0.3%	-24.0%	(242.1)
Total Income Taxes	(4,116.6)	-1.0%	668.9	0.2%	-715.4%	(4,785.6)
Net Income (Loss)	10,704.0	2.6%	(729.1)	-0.2%	-1568.0%	11,433.1
ATTRIBUTABLE TO:						
Company shareholders	9,615.9	2.3%	(1,061.0)	-0.3%	-1006.3%	10,676.9
Non-controlling interest	1,088.1	0.3%	331.8	0.1%	227.9%	756.2

For the reasons described below, the Company recorded a net profit of R\$10,704.0 million in the twelve-month period ended December 31, 2024, and a net loss of R\$729.1 million in the same period in 2023. Net income as a percentage of revenue was 2.6% for the twelve-month period ended December 31, 2024. For the twelve-month period ended December 31, 2023, the net loss was (0.2%) as a percentage of revenue.

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31	Change	Change
-------------------------	-----------------------------	--------	--------

	2024	2023	R\$	%
Net income (loss)	10,704.0	(729.1)	11,433.1	n.m.
Net profit (loss) as a percentage of net revenue	2.6%	(0.2)%	-	n.m.

Net Revenue

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	Change
	2024	2023		
Net revenue	416,952.0	363,816.5	53,135.5	14.6%

The Company's net revenue increased by R\$53,135.5 million, or 14.6%, in the twelve-month period ended December 31, 2024, versus the same period in 2023. Net revenue was positively impacted by a 3.9% increase in consolidated sales volume and a 10.3% increase in consolidated average sales price. For more information, please refer to the "Segment Results" item below.

Cost of Goods Sold

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	Change
	2024	2023		
Cost of Goods Sold	354,179.0	324,167.5	30,011.5	9.3%
Cost of goods sold as a percentage of net revenue	84.9%	89.1%	-	(4.2) p.p.

The Company's cost of goods sold increased by R\$30,011.5 million, or 9.3%, in the twelve-month period ended December 31, 2024, versus the same period in 2023.

Cost of goods sold was mainly impacted by: (1) effects from the exchange rate variation on the consolidation of operations in the USA; (2) increases in operating costs arising from a higher production volume; and (3) increases in wages and benefits due to salary adjustments, overtime and double hours, as well as a higher provision for bonuses with the improvement in operating results in 2024 in relation from the previous year.

General and Administrative Expenses

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	Change
	2024	2023		
General and administrative expenses	12,305.3	11,547.1	758.2	6.6%
General and administrative expenses as a percentage of net revenue	3.0%	3.2%	-	(0.2) p.p.

The Company's general and administrative expenses increased by R\$758.2 million, or 6.6%, in the twelve-month period ended December 31, 2024, versus the same period in 2023, mainly due to expenses with antitrust agreements, which went from R\$510.2 million in 2023 to R\$1,430.8 million in 2024, mainly related to expected PPC payments from ongoing litigation settlements.

Selling Expenses

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	Change
	2024	2023		
Selling expenses	26,116.5	22,941.2	3,175.3	13.8%
Selling expenses as a percentage of selling revenue	6.3%	6.3%	-	0.0 p.p.

The Company's selling expenses increased by R\$3,175.3 million, or 13.8%, in the twelve-month period ended December 31, 2024 versus the same period in 2023, mainly due to (1) the increase in wages and benefits, from R\$1,508.7 million in 2023 to R\$3,112.0 million in 2024; and (2) the

increase in freight and other selling expenses, from R\$19,218.1 million in 2023 to R\$20,436.7 million in 2024.

Net Financial Result

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change R\$	Change %
	2024	2023		
Net financial result	(8,963.1)	(6,748.0)	(2,215.2)	32.8%
Result of foreign exchange assets and liabilities	712.4	294.6	417.8	141.8%
Fair value adjustment of derivatives	(2,677.4)	411.4	(3,088.7)	-750.9%
Interest liabilities	(8,861.2)	(8,647.1)	(214.1)	2.5%
Interest income	2,466.0	1,627.5	838.5	51.5%
Taxes, contributions, fees, and others	(603.0)	(434.3)	(168.6)	38.8%

The negative net financial result increased by R\$2,215.2 million, or 32.8%, in the twelve-month period ended December 31, 2024, versus the same period in 2023, mainly due to:

- Fair value adjustments of derivatives – The loss from fair value adjustments on derivatives was R\$2,677.4 million in 2024, compared to a gain of R\$294.6 million in 2023. This variation was mainly due to our short position in dollar derivatives in the period, whose fair value decreased with the recurring weakening of the Brazilian real against the U.S. dollar;

This increase in net financial expense was partially offset by:

- Interest Income – Increased by R\$838.5 million, or 51.5%, in 2024 versus 2023, due to an increase of R\$476.7 million in interest income on financial investments given our higher cash and cash equivalents balance in 2024.

Current and Deferred Income Tax and Social Contribution

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change R\$	Change %
	2024	2023		
Profit (loss) before income tax and social contribution	14,820.6	(1,398.1)	16,218.7	n.m.
Nominal rate	(34)%	(34)%	n.m.	n.m.
Expected income tax and social contribution revenue (expense)	(5.0)	0.5	(5.5)	n.m.
Current income tax and social contribution	(4,881.9)	(338.5)	(4,543.5)	1,342.4%
Deferred income tax and social contribution	765.3	1,007.4	(242.1)	-24.0%
Total tax expenses	(4,116.6)	668.9	(4,785.6)	n.m.
Effective Rate	(27.78)%	47.85%	(75.62)%	n.m.

The nominal income tax rate in Brazil is 34%, but the Company's effective rate may vary from time to time mainly due to fluctuations in taxable income generated by each of its foreign subsidiaries, as well as differences in nominal rates and tax credits generated from taxes paid in each of these foreign subsidiaries, which may be used to offset income tax and social contribution on income due in Brazil. On a consolidated basis, it is also important to consider that profits and losses from different subsidiaries are combined, along with tax expenses.

Therefore, the nature and timing of permanent differences that arise during the period also affect our effective tax rate. These permanent differences are generally related to subsidies granted for investments in Brazil and in foreign markets, differences in tax rates on foreign subsidiaries, the effects of profits earned by foreign subsidiaries taxed in Brazil and deferred taxes not recognized in the current year.

The effective income tax rate fell 75.62 percentage points to -27.78% in 2024, from 47.85% in

2023. Although some of our subsidiaries in foreign markets recognized profits and, consequently, paid more taxes during the period, other subsidiaries are still recognizing losses. These losses, when consolidated with the profits recorded by the other subsidiaries, reduce the Company's consolidated net profit, which ends up generating an additional tax balance paid in foreign markets. Given that JBS Brasil is still recovering from accumulated tax losses from previous periods, which reduces its consolidated taxable income, a portion of the tax balance paid in foreign markets is recorded as credit in the income statement.

Cash flow statement

(R\$ million, except %)	12M24	12M23	Change R\$	Change %
Net cash from interest generated (used) in operating activities	23,557.0	11,498.7	12,058.4	104.9%
Cash used in investing activities	(7,734.0)	(7,024.3)	(709.7)	10.1%
Cash provided by (used) in financing activities	(7,297.1)	5,010.9	(12,308.0)	(245.6)%
FX variation on cash and cash equivalents	4,113.2	(545.0)	4,658.3	(854.7)%
Net change in cash and cash equivalents	12,639.1	8,940.2	3,698.9	41.4%
Opening cash and cash equivalents	22,122.4	13,182.2	8,940.2	67.8%
Closing cash and cash equivalents	34,761.5	22,122.4	12,639.1	57.1%

Cash flow generated/consumed in operating activities may vary from time to time according to fluctuations in sales revenue, cost of sales, operating expenses, changes in operating activities, interest paid and received, and income tax paid.

The improvement of R\$12.1 billion in cash generated by operating activities was mainly due to a higher cash generation from adjustments to net income, of R\$37.4 billion in 2024, compared to R\$17.6 billion in 2023.

This increase was partially offset by a lower cash generation from the accounts receivable line, with cash consumption of R\$2.0 billion in 2024, compared to a cash generation of R\$3.1 billion in 2023.

Cash flow from investing activities

Cash flow used in investing activities was mainly related to: (1) acquisition of subsidiaries minus net cash at the time of the acquisition; (2) acquisition of assets, plant and equipment; (3) acquisition of intangible assets; and (4) payments received from the sale of assets, plant and equipment.

Net cash used in investing activities totaled R\$7.7 billion in 2024, being R\$8.1 billion for the purchase of fixed assets, partially offset by R\$259.8 million in cash from the sale of fixed assets.

In 2023, net cash used in investing activities totaled R\$7.0 billion, being R\$7.5 billion for the purchase of fixed assets, partially offset by R\$359.7 million in cash from the sale of fixed assets.

Cash flow from financing activities

Cash flow used in financing activities was mainly due to payment of principal on loans and financing, payments of leases, payments related to cash settlement of derivatives, payments for the purchase of treasury shares and payments of dividends.

Net cash used in financing activities totaled R\$7.3 billion in 2024, being (1) R\$15.9 billion in cash used for payments of loans and financing; (2) R\$4.4 billion in dividend payments; and (3) R\$2.3 billion in lease payments, which were partially offset by R\$16.5 billion in funds raised through loans and financing.

In 2023, net cash used in financing activities totaled R\$5.0 billion, being R\$44.7 billion in funds raised through loans and financing, partially offset by (1) R\$35.1 billion in cash used for payments of loans and financing; (2) R\$2.2 billion in dividend payments; and (3) R\$2.1 billion in lease payments.

Results by Segment

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	
	2024	2023	R\$	%
Net revenue	416,952.0	363,816.5	53,135.5	14.6%
Brazil Segment	68,173.1	55,531.8	12,641.3	22.8%
Seara Segment	47,370.9	41,300.3	6,070.7	14.7%
JBS Beef North America Segment	131,303.4	116,254.1	15,049.3	12.9%
JBS Australia Segment	35,991.8	30,974.3	5,017.5	16.2%
JBS USA Pork Segment	43,757.3	38,494.6	5,262.7	13.7%
Pilgrim's Pride Segment	96,278.9	86,609.2	9,669.8	11.2%
Others Segment	2,823.5	4,473.9	(1,650.4)	-36.9%
Eliminations	(8,747.0)	(9,821.6)	1,074.7	-10.9%
Adjusted EBITDA	39,039.9	17,146.1	21,893.8	127.7%
Brazil Segment	5,264.1	2,330.7	2,933.4	125.9%
Seara Segment	8,401.0	1,803.7	6,597.4	365.8%
JBS Beef North America Segment	1,400.5	563.5	836.9	148.5%
JBS Australia Segment	3,577.7	2,241.3	1,336.4	59.6%
JBS USA Pork Segment	5,756.3	2,605.5	3,150.8	120.9%
Pilgrim's Pride Segment	14,629.2	7,639.9	6,989.3	91.5%
Others Segment	17.9	(25.6)	43.5	-169.7%
Eliminations	(6.7)	(12.9)	6.2	-47.8%

The Company measures the profitability of its segments through Adjusted EBITDA, which consists of profit or loss before taxes, applying the same accounting policies described in the financial statements of December 31, 2024, with the exclusion of the following accounts: (1) equity in earnings of subsidiaries, (2) financial result, (3) expenses related to depreciation and amortization, (4) expenses related to antitrust agreements, (5) expenses related to donations and social programs, (5) impairment of assets, (6) expenses with restructuring projects, (7) loss related to the floods in Rio Grande do Sul, (8) tax payments and installments (special program), (9) extemporaneous litigations, (10) extemporaneous reversal of tax credits, and (11) certain other operating expenses/income.

JBS Brazil Segment

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	
	2024	2023	R\$	%
Net revenue	68,173.1	55,531.8	12,641.3	22.8%
Adjusted EBITDA	5,268.7	2,330.7	2,938.1	126.1%

Net Revenue: Net revenue was mainly impacted by a 20.3% increase in sales volumes, primarily due to higher volumes of fresh beef, in particular in the foreign market. In addition, the JBS Brazil segment recorded a 2.0% growth in average prices.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for the JBS Brazil segment increased by R\$2,938.1 million, 126.1%, from R\$2,330.7 million in 2023 to R\$5,268.7 million in 2024, mainly due to the increase in net revenue, as mentioned above.

Seara Segment

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	
	2024	2023	R\$	%
Net revenue	47,370.9	41,300.3	6,070.7	14.7%

Adjusted EBITDA	8,396.4	1,803.7	6,592.7	365.5%
-----------------	---------	---------	---------	--------

Net Revenue: Net revenue was impacted by (1) a 10.0% increase in average selling prices, mainly for fresh chicken in the export market; and (2) a 4.3% increase in volumes, mainly for processed products in the domestic market.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for the Seara segment increased by R\$6,592.7 million, or 365.5%, from R\$1,803.7 million in 2023 to R\$8,396.4 million in 2024, mainly due to higher revenues and lower raw material costs related to a drop in grain costs, in which corn declined by 17.2% and soybean meal fell by 19.7% in the period.

JBS Beef North America Segment

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	
	2024	2023	R\$	%
Net revenue	131,303.4	116,254.1	15,049.3	12.9%
Adjusted EBITDA	1,400.5	563.5	836.9	148.5%

Net Revenue: Net revenue of the JBS Beef North America segment increased in the twelve-month period ended December 31, 2024, versus the same period in 2023, mainly due to a 4.5% increase in sales volume in the domestic market. Selling prices remained stable between the periods.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA of this segment increased by R\$836.9 million, or 148.5%, from R\$563.5 million in 2023 to R\$1,400.5 million in 2024, mainly due to the increase in revenue in the period.

JBS Australia Segment

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	
	2024	2023	R\$	%
Net revenue	35,991.8	30,974.3	5,017.5	16.2%
Adjusted EBITDA	3,577.7	2,241.3	1,336.4	59.6%

Net Revenue: Net revenue for the JBS Australia segment increased in 2024 versus 2023, mainly impacted by (1) a 6.4% increase in sales volumes, mainly for beef in the export market; and (2) a 0.6% increase in average selling prices.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for this segment increased by R\$1,336.4 million, or 59.6%, from R\$2,241.3 million in 2023 to R\$3,577.7 million in 2024, mainly due to the increase in net revenue.

JBS USA Pork Segment

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	
	2024	2023	R\$	%
Net revenue	43,757.3	38,494.6	5,262.7	13.7%
Adjusted EBITDA	5,756.3	2,605.5	3,150.8	120.9%

Net Revenue: Net revenue for the JBS USA Pork segment increased in 2024 versus 2023, impacted by a 6.1% increase in average selling prices, reflecting better prices in both the domestic market and exports.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for this segment increased by R\$3,150.8 million, or 120.9%, from R\$2,605.5 million in 2023 to R\$5,756.3 million in 2024, mainly due to higher net revenue, but also with the 1.8% reduction in certain costs, such as livestock prices and feed costs.

Pilgrim's Pride Segment

(R\$ million, except %)	12 months ended December 31		Change	
	2024	2023	R\$	%
Net revenue	96,278.9	86,609.2	9,669.8	11.2%
Adjusted EBITDA	14,629.2	7,639.9	6,989.3	91.5%

Net Revenue: Net revenue for the Pilgrim's Pride segment increased in 2024 versus 2023, mainly due to (1) a 4.1% increase in average selling prices resulting from favorable market pricing conditions in the USA.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for this segment increased by R\$6,989.3 million, or 91.5%, from R\$7,639.9 million in 2023 to R\$14,629.2 million in 2024, mainly due to higher net revenue and reduced costs of goods sold, in particular because of lower grain and feed costs, particularly in the USA.

Fiscal year ended December 31, 2023, compared to the fiscal year ended December 31, 2022

Consolidated Income Statement (R\$ million)	12/31/2023	% NOR	12/31/2022	% NOR Chg. (%)	Chg. (R\$)
Gross Operating Sales Revenue	376,455.5	103.5%	386,764.8	103.2%	-2.7% (10,309.4)
Domestic market	284,652.4	78.2%	287,967.5	76.8%	-1.2% (3,315.1)
Foreign market	91,803.1	25.2%	98,797.3	26.4%	-7.1% (6,994.2)
Sales Deductions	(12,638.9)	-3.5%	(11,913.2)	-3.2%	6.1% (725.7)
Returns and discounts	(8,718.4)	-2.4%	(8,287.1)	-2.2%	5.2% (431.3)
Taxes on sales	(3,920.5)	-1.1%	(3,626.1)	-1.0%	8.1% (294.4)
Net Revenue	363,816.5	100.0%	374,851.6	100.0%	-2.9% (11,035.1)
Cost of goods sold	(324,167.5)	-89.1%	(315,373.5)	-84.1%	2.8% (8,794.0)
Gross Profit	39,649.0	10.9%	59,478.1	15.9%	-33.3% (19,829.1)
Operating Income (Expenses)	(34,346.7)	-9.4%	(34,902.4)	-9.3%	-1.6% 555.7
General and administrative	(11,547.1)	-3.2%	(11,829.5)	-3.2%	-2.4% 282.5
Selling	(22,941.2)	-6.3%	(24,184.5)	-6.5%	-5.1% 1,243.3
Other	(613.1)	-0.2%	(517.9)	-0.1%	18.4% (95.2)
Other revenue	754.6	0.2%	1,629.5	0.4%	-53.7% (874.9)
Operating Profit (Loss)	5,302.3	1.5%	24,575.7	6.6%	-78.4% (19,273.4)
Financial revenue	2,914.0	0.8%	4,215.1	1.1%	-30.9% (1,301.1)
Financial expenses	(9,662.0)	-2.7%	(10,567.5)	-2.8%	-8.6% 905.5
Net Financial Result	(6,748.0)	-1.9%	(6,352.3)	-1.7%	6.2% (395.6)
Equity in earnings of subsidiaries	47.6	0.0%	60.5	0.0%	-21.3% (12.9)
Profit (Loss) before Income Tax and Social Contribution	(1,398.1)	-0.4%	18,283.9	4.9%	-107.6% (19,681.9)
Current income tax and social contribution	(338.5)	-0.1%	(2,587.1)	-0.7%	-86.9% 2,248.6
Deferred income tax and social contribution	1,007.4	0.3%	504.5	0.1%	99.7% 502.9
Net Income	(729.1)	-0.2%	16,201.3	4.3%	-104.5% (16,930.4)
ATTRIBUTED TO:					
Controlling interest	(1,061.0)	-0.3%	15,457.8	4.1%	-106.9% (16,518.8)
Non-controlling interest	331.8	0.1%	743.4	0.2%	-55.4% (411.6)

For the reasons described below, the Company recorded a loss of R\$729.1 million in the fiscal year ended December 31, 2023, and net income of R\$16,201.3 million in 2022. In the fiscal year ended December 31, 2023, net loss was (0.2%) as a percentage of revenue. In the fiscal year ended December 31, 2022, net income was 4.3% as a percentage of revenue.

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change	Change
	2023	2022		
Net income (loss)	(729.1)	16,201.3	(16,930.4)	-104.5%
Net profit (loss) as a percentage of net revenue	-0.2%	4.3%	-	-4.5 p.p.

Net Revenue

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change R\$	Change %
	2023	2022		
Net revenue	363,816.5	374,851.6	(11,035.1)	-2.9%

The Company's net revenue decreased by R\$11,035.1 million, or -2.9%, in the fiscal year ended December 31, 2023, versus 2022. Net revenue was impacted by: (i) a reduction of R\$9,546.1 million related mainly to the appreciation of the Brazilian real against the U.S. dollar, resulting in negative impacts on the consolidation of operations in the USA; and (ii) a reduction in average prices in all of the Company's segments, except the Beef North America segment, the only that recorded revenue growth. For more information, please refer to the "Segment Results" item below.

Cost of Goods Sold

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change R\$	Change %
	2023	2022		
Cost of Goods Sold	324,167.5	315,373.5	8,794.0	2.8%
Cost of goods sold as a percentage of net revenue	89.1%	84.1%	-	5.0 p.p.

The Company's cost of goods sold increased by R\$8,794.0 million, or 2.8%, in the fiscal year ended December 31, 2023, versus 2022.

Cost of goods sold was mainly impacted by: (1) increase in operating costs, arising from higher raw material prices in some of the regions where the Company operates; (2) increase in operating costs related to higher production volumes; and (3) effect of exchange rate variation and its impacts on the consolidation of operations in the USA.

General and Administrative Expenses and Other Expenses

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change R\$	Change %
	2023	2022		
General and administrative expenses	11,547.1	11,829.5	(282.5)	-2.4%
General and administrative expenses as a percentage of net revenue	3.2%	3.2%	-	0.0 p.p.

The Company's general and administrative expenses reduced by R\$282.5 million, or 2.4%, in the fiscal year ended December 31, 2023, versus 2022. This reduction is in line with the reduction in net revenue.

Selling Expenses

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change R\$	Change %
	2023	2022		
Selling expenses	22,941.2	24,184.5	(1,243.3)	-5.1%
Selling expenses as a percentage of selling revenue	6.3%	6.5%	-	-0.1 p.p.

The Company's selling expenses decreased by R\$1,243.3 million, or -5.1%, in the fiscal year ended December 31, 2023, versus 2022. Selling expenses were impacted by: (1) reduced freight costs; and (2) reduced advertising and marketing costs.

Net Financial Expenses

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change R\$	Change %
	2023	2022		

Net financial expenses	(6,748.0)	(6,352.3)	(395.6)	6.2%
Result of foreign exchange assets and liabilities	294.6	2,206.6	(1,912.0)	-86.6%
Fair value adjustment of derivatives	411.4	(1,797.4)	2,208.8	-122.9%
Interest liabilities	(8,647.1)	(6,930.5)	(1,716.6)	24.8%
Interest income	1,627.5	1,387.7	239.8	17.3%
Taxes, contributions, fees, and others	(434.3)	(1,218.8)	784.5	-64.4%

Net financial expenses increased by R\$395.6 million, or 6.2%, in the fiscal year ended December 31, 2023, versus 2022, mainly due to:

- Exchange Rate Variation – revenue from exchange rate variation during the fiscal year ended December 31, 2023, was R\$294.6 million, compared to R\$2,206.6 million in 2022, mainly due to a lower exposure to foreign currency in 2023 versus 2022. Our loan structure has been revised, and intercompany loans have been converted into equity investments since 1Q22, which, in substance, consists of the reporting entity's net investment in foreign operations for which foreign exchange gains and losses are recognized as other comprehensive investments;
- Interest Liabilities – a 24.8% increase in interest expenses, mainly due to a 25.4% increase in interest on loans.

This increase was partially offset by:

- Adjustment of derivatives to fair value: risk management activities generated revenue from derivatives operations of R\$411.4 million during the fiscal year ended December 31, 2023, compared to an expense of R\$1,797.4 million in 2022. These amounts relate to derivative transactions used by the Company for hedging against the devaluation of the Brazilian real;
- Taxes, Contributions, Fees and Others: bank fees and other expenses reduced by 64.4%, as no significant expenses related to redemption premiums occurred in 2023 compared to these expenses in 2022, which were incurred by the redemptions of the JBS USA 5.750% Senior Notes due 2028, JBS USA 6.750% Senior Notes due 2029, and JBS USA Term Loan due 2026; and
- Interest Income – a 17.3% increase in interest income, mainly due to a 48.8% increase in interest gained on financial investments.

Current and Deferred Income Tax and Social Contribution

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change R\$	Change %
	2023	2022		
Profit (loss) before the provision for income tax and social contribution	(1,398.1)	18,283.9	(19,681.9)	-107.6%
Nominal rate	-34%	-34%	-	-
Expected income tax and social contribution expenses	475.3	(6,216.5)	6,691.9	-107.6%
Current income tax and social contribution	(338.5)	(2,587.1)	2,248.6	-86.9%
Deferred income tax and social contribution	1,007.4	504.5	502.9	99.7%
Total tax expenses	668.9	(2,082.6)	2,751.5	-132.1%
Effective rate	47.85%	(11.39)%	-	-

The nominal income tax rate in Brazil is 34%, but the Company's effective rate may vary from time to time mainly due to fluctuations in taxable income generated by each of its foreign subsidiaries, as well as differences in nominal rates and tax credits generated from taxes paid in each of these foreign subsidiaries, which may be used to offset income tax and social contribution on income due in Brazil.

Additionally, the permanent differences generated during the period may also impact the

Company's effective tax rate. These amounts generally refer to non-taxable interest in foreign subsidiaries, credits for taxes paid in foreign markets, amortization of goodwill in Brazil, and tax paid in foreign markets on dividends received by subsidiaries not wholly owned by us.

In 2023, we recognized a tax benefit against a tax expense recognized in 2022, with an effective rate net of tax benefit of 47.85% in 2023, compared to an effective rate net tax expense rate of 11.39% in 2022, mainly impacted by: (1) non-taxable tax benefits, which dropped our effective tax rate by 177.8% in 2023, compared to an increase of 12.6% in 2022; and (2) non-taxable interest on foreign subsidiaries, which reduced our effective tax rate by 54.0% in 2023, compared to an increase of 3.7% in 2022. These impacts were partially offset by: (1) unrecognized deferred income tax, which increased our effective tax rate by 143.6% in 2023, compared to an increase of 2.7% in 2022; and (2) profits taxed by foreign jurisdictions, which reduced our effective tax rate by 78.5% in 2023, compared to a decline of 7.5% in 2022.

Cash flow statement

(R\$ million, except %)	2023	2022	Change R\$	Change %
Net cash from interest generated (used) in operating activities	11,498.7	13,333.5	(1,834.9)	-13.8%
Cash used in investing activities	(7,024.3)	(13,124.8)	6,100.6	-46.5%
Cash provided by (used) in financing activities	5,010.9	(8,759.1)	13,770.0	-157.2%
FX variation on cash and cash equivalents	(545.0)	(1,506.6)	961.6	-63.8%
Net change in cash and cash equivalents	8,940.2	(10,057.0)	18,997.2	-188.9%
Opening cash and cash equivalents	13,182.2	23,239.2	(10,057.0)	-43.3%
Closing cash and cash equivalents	22,122.4	13,182.2	8,940.2	67.8%

Cash flow generated/consumed in operating activities may vary from time to time according to fluctuations in sales revenue, cost of sales, operating expenses, changes in operating activities, interest paid and received, and income tax paid.

The R\$1.8 billion reduction in net cash from interest generated (used) in operating activities was mainly due to:

- a lower cash flow generation referring to adjustments in net income, in the amount of R\$17.6 billion in 2023, compared to R\$34.3 billion in 2022.

This reduction was partially offset by:

- a reduction in income tax and social contributions paid, in the amount of R\$355.0 million in 2023, compared to R\$5.3 billion in 2022;
- greater cash generation from inventories, in the amount of R\$2.3 billion in 2023, compared to a cash consumption of R\$2.3 billion in 2022; and
- greater cash generation from accounts receivable, in the amount of R\$3.1 billion in 2023, compared to a cash consumption of R\$1.3 billion in 2022; and

Cash flow from investing activities

Cash flow supplied (used) by investing activities was mainly related to: (1) acquisition of subsidiaries minus net cash at the time of the acquisition; (2) acquisition of assets, plant and equipment; (3) acquisition of intangible assets; and (4) payments received from the sale of assets, plant and equipment.

In 2023, net cash used in investing activities totaled R\$7.0 billion, being R\$7.5 billion for the purchase of fixed assets, partially offset by R\$359.7 million in cash from the sale of fixed assets.

In 2022, net cash used in investing activities totaled R\$13.1 billion, being R\$11.2 billion for the purchase of fixed assets and R\$2.0 million for the purchase of subsidiaries.

Cash flow from financing activities

Cash flow used in financing activities primarily includes payments of principal on loans and financing, payments for cash settlements on derivatives, payments of leases, payments for the purchase of treasury shares and payments of dividends.

In 2023, net cash generated by financing activities totaled R\$5.0 billion, being R\$44.7 billion in funds raised through loans and financing, partially offset by R\$35.1 billion in cash used for payments of loans and financing and R\$2.2 billion in cash used to pay dividends.

In 2022, net cash used in financing activities totaled R\$8.8 billion, being R\$38.4 billion in cash used for payments of loans and financing, R\$3.6 billion in cash used to purchase treasury shares, and R\$4.4 billion in cash used to pay dividends, partially offset by R\$40.9 billion in funds raised through loans and financing.

Results by Segment

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change	
	2023	2022	R\$	%
Net revenue	363,816.5	374,851.6	(11,035.1)	-2.9%
Brazil Segment	55,531.8	58,948.9	(3,417.1)	-5.8%
Seara Segment	41,300.3	42,967.8	(1,667.5)	-3.9%
JBS Beef North America Segment	116,254.1	113,979.2	2,274.9	2.0%
JBS Australia Segment	30,974.3	32,630.1	(1,655.8)	-5.1%
JBS USA Pork Segment	38,494.6	42,086.6	(3,592.1)	-8.5%
Pilgrim's Pride Segment	86,609.2	90,064.8	(3,455.6)	-3.8%
Others Segment	4,473.9	4,340.8	133.1	3.1%
Eliminations	(9,821.6)	(10,166.6)	345.0	-3.4%
Adjusted EBITDA	17,146.1	34,568.5	(17,422.4)	-50.4%
Brazil Segment	2,330.7	2,407.0	(76.4)	-3.2%
Seara Segment	1,803.7	4,605.8	(2,802.1)	-60.8%
JBS Beef North America Segment	563.5	10,712.2	(10,148.6)	-94.7%
JBS Australia Segment	2,241.3	2,281.9	(40.6)	-1.8%
JBS USA Pork Segment	2,605.5	3,922.0	(1,316.5)	-33.6%
Pilgrim's Pride Segment	7,639.9	10,690.9	(3,051.0)	-28.5%
Others Segment	(25.6)	(40.1)	14.5	-36.1%
Eliminations	(12.9)	(11.2)	(1.7)	14.8%

The Company measures the profitability of its segments through Adjusted EBITDA, which consists of profit or loss before taxes, applying the same accounting policies described in the financial statements of December 31, 2024, with the exclusion of the following accounts: (1) expenses related to financial income and expenses, (2) expenses related to depreciation and amortization, (3) equity in earnings of subsidiaries, net of taxes, (4) expenses related to donations and social programs, (5) J&F compensation (net of PIS/COFINS), (6) investments in the JBS Fund for the Amazon, (7) impairment of assets, (8) investments in restructuring, (9) certain other operating expenses/income. The Company regularly reviews total operating costs on a segment-by-segment basis. For more details on how to calculate Adjusted EBITDA and all the adjustments described above, please visit item "2.5 Non-Accounting Measurements" of this document.

JBS Brazil Segment

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change	
	2023	2022	R\$	%
Net revenue	55,531.8	58,948.9	(3,417.1)	-5.8%
Adjusted EBITDA	2,330.7	2,407.0	(76.4)	-3.2%

Net Revenue: Net revenue was mainly impacted by a 15% reduction in sales prices, primarily due to lower fresh beef prices in the domestic and export markets, partially offset by a 14.8% increase in sales volumes, arising from a 16.6% increase in fresh beef in the period.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for the Brazil segment decreased by R\$76.4 million, or 3.2%, from R\$2,407.0 million in the fiscal year ended December 31, 2022, to R\$2,330.7 million in the fiscal year ended December 31, 2023, mainly due to lower net revenue in the period.

Seara Segment

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change	
	2023	2022	R\$	%
Net revenue	41,300.3	42,967.8	(1,667.5)	-3.9%
Adjusted EBITDA	1,803.7	4,605.8	(2,802.1)	-60.8%

Net Revenue: Net revenue was impacted by an 8.3% decline in sales prices, due to lower sales prices for exports, particularly for fresh chicken, which was partially offset by a 4.8% increase in sales volumes, both in the foreign and domestic markets.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for the Seara segment decreased by R\$2,802.1 million, or 60.8%, to R\$1,803.7 million in the fiscal year ended December 31, 2023, from R\$4,605.8 million in 2022, mainly due to an increase in certain operating costs, in particular a 16.7% rise in personnel costs from salary adjustments.

JBS Beef North America Segment

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change	
	2023	2022	R\$	%
Net revenue	116,254.1	113,979.2	2,274.9	2.0%
Adjusted EBITDA	563.5	10,712.2	(10,148.6)	-94.7%

Net Revenue: Net revenue was impacted by: (1) a 3.4% increase in average selling prices; and (2) a 2.1% increase in beef sales volumes in 2023 versus 2022. Net revenue in Brazilian reais was partially offset by a lower average exchange rate in 2023 versus 2022.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for the JBS Beef North America segment decreased by R\$10,148.6 million, or 94.7%, from R\$10,712.2 million in the fiscal year ended December 31, 2022, to R\$563.5 million in 2023, due to the increase in cost of goods sold, in which livestock costs increased by 22.0% due to the drop in cattle availability.

JBS Australia Segment

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change	
	2023	2022	R\$	%
Net revenue	30,974.3	32,630.1	(1,655.8)	-5.1%
Adjusted EBITDA	2,241.3	2,281.9	(40.6)	-1.8%

Net Revenue: Net revenue was impacted by an 11.2% decline in average selling prices, partially offset by a 10.6% increase in sales volumes in 2023 versus 2022. The impact caused by the exchange rate variation of the Australian dollar against the U.S. dollar is included in the drop in average selling prices. Net revenue in Brazilian reais was also impacted by a lower average exchange rate in 2023 versus 2022.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for the JBS Australia segment fell by R\$40.6 million, or 1.8%, to R\$2,241.3 million in the fiscal year ended December 31, 2023, from R\$2,281.9 million in 2022, due to a 12.7% reduction in livestock costs. The decrease in input costs also includes the impact caused by variations in the exchange rate of the Australian dollar against the U.S.

dollar.

JBS USA Pork Segment

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change	
	2023	2022	R\$	%
Net revenue	38,494.6	42,086.6	(3,592.1)	-8.5%
Adjusted EBITDA	2,605.5	3,922.0	(1,316.5)	-33.6%

Net Revenue: Net revenue was impacted by a 10.3% reduction in average selling prices, partially offset by a 5.5% increase in sales volumes in 2023 versus 2022. Net revenue in Brazilian reais was also impacted by a lower average exchange rate in 2023 versus 2022.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for the JBS USA Pork segment fell by R\$1,316.5 million, or 33.6%, to R\$2,605.5 million in the fiscal year ended December 31, 2023 from R\$3,922.0 million in 2022, mainly due to lower net revenue.

Pilgrim's Pride Segment

(R\$ million, except %)	Fiscal year ended December 31		Change	
	2023	2022	R\$	%
Net revenue	86,609.2	90,064.8	(3,455.6)	-3.8%
Adjusted EBITDA	7,639.9	10,690.9	(3,051.0)	-28.5%

Net Revenue: Net revenue was impacted by a 3.6% reduction in average selling prices, which was also impacted by exchange rate variations of the euro, pound, and Mexican peso against the U.S. dollar. This reduction in average prices was partially offset by the increase in sales volumes in 2023 versus 2022. Net revenue in Brazilian reais was also impacted by a lower average exchange rate in 2023 versus 2022.

Adjusted EBITDA: The Adjusted EBITDA for the Pilgrim's Pride segment fell by R\$3,051.0 million, or 28.5%, to R\$7,639.9 million in the fiscal year ended December 31, 2023 from R\$10,690.9 million in 2022, mainly due to (1) a lower net revenue; and (2) a 0.6% increase in input costs for the live operation (input costs are the costs related to raising chicken, such as feed, labor, contracted producer rates, etc.).

2.2. Comments from Executive Officers on:

a) The results of the issuer's operations:

(i) Description of any components that are important for revenue

Net Revenue.

- **Revenue from the sale of beef in Brazil (Brazil Segment).** Revenue from the sales of beef in the domestic and export markets for the following products made in Brazil: (i) chilled and frozen beef cuts, including traditional cuts, prime cuts and offal; (ii) branded value-added beef products, including cooked and pre-cooked frozen beef, cooked canned beef, cubed beef and ready-to-eat products, such as hamburgers and sausages. The beef operations in Brazil also sell hides and other animal by-products (including collagen, biodiesel, hygiene and cleaning products, metal packaging and wraps) and operate a transportation company, a waste management company and a trading company for products used as raw materials, in addition to the Mercado da Carne stores. Revenues are generated from the sale of products predominantly to restaurant chains, food processing companies, distributors, supermarket chains, wholesale supermarkets and other major food chains.
- **Revenue from the sale of Seara products (Seara Segment).** Revenue from the sales the following products in the domestic and exports markets prepared in Brazil: (i) chilled and frozen chicken meat, including whole chicken and chicken cuts; (ii) chilled and frozen pork, including carcass, bone-in cuts, boneless cuts, belly and offal; and (iii) branded value-added chicken and pork products, including nuggets, chicken strips, ham, bacon, sausages, cold cuts and ready-to-eat meals; and (iv) prepared products (including ready-to-eat meals, frozen pizza, lasagna, margarine and plant-based products). Revenues from the Seara segment also include a variety of pre-cooked products produced by the Company and third parties, sold in the retail market. Revenues are generated from the sale of products predominantly to restaurant chains, food processing companies, distributors, supermarket chains, wholesale supermarkets and other major food chains.
- **Revenue from the sale of beef in North America and plant-based products in Europe (JBS Beef North America Segment).** Revenue from the sales of beef in the domestic and export markets for the following products prepared in the USA and Canada: (i) chilled and frozen beef cuts, including traditional cuts, prime cuts and offal; (ii) branded value-added beef products, including cooked and pre-cooked frozen beef, cooked canned beef, cubed beef and ready-to-eat products, such as hamburgers and sausages. This segment also produces and sells by-products such as mixed meats, processed animal feed, fertilizers, goods for the automotive industry and the pet food industry, in addition to value-added meat products, such as pizza toppings. Finally, Sampco LLC imports processed meats and other foods such as canned fish, fruits and vegetables to the USA and Vivera produces and sells plant-based protein products in Europe.
- **Revenue from the sale of fresh and frozen beef, pork, lamb and fish, and value-added products in Australia and New Zealand (JBS Australia Segment).** Most of our revenues from beef operations in Australia are generated through the sale of products in the domestic and export markets, namely: fresh beef (including fresh and frozen cuts such as chuck, ribs and loins, lean meats, ground beef, offal and other products). We also sell branded value-added beef products (such as frozen cooked and pre-cooked beef, canned beef, beef cubes and ready-to-eat products such as burgers and sausages). The segment also has lamb, pork and fish processing facilities in Australia and New Zealand, including units from the acquisitions of Rivalea and Huon. JBS Australia also generates revenues through its prepared foods business line, through Primo, and through its cattle feedlot business.
- **Revenue from the sale of pork in the USA (JBS USA Pork Segment).** Revenue from the sale of pork products in domestic and export markets of products prepared in the United States. Revenue is mostly originated from the sale of fresh pork

products to retailers, including cuts such as loins, chops, shoulders and ribs. Other pork products, such as ham, belly and trimmings are sold predominantly to other processors who manufacture bacon, sausages, cold cuts and sausages. Revenue also originated from the sale of finished products. The segment also produces pork products through four hog farms and five animal feed units, from which JBS USA gets hogs for its pork processing operations.

- **Revenue from the sale of chicken in the USA and pork, chicken and meals prepared in Europe (Pilgrim's Pride Segment).** Revenue from sales in the domestic and export markets for the following products: (i) chilled and frozen chicken meat, including whole chicken and cuts produced in the USA, Mexico, Puerto Rico and the UK; (ii) chilled and frozen pork in the UK; (iii) branded value-added chicken products, including weighted portions of chilled and frozen chicken breast fillets, chicken fillets and strips, nuggets, chicken strips, and bone-in chicken cuts produced in the USA, Mexico, the UK, France and the Netherlands; (iv) branded value-added pork products, including bacon, sausages, ham, cooked and canned meat in the UK; and (v) ready-to-eat products (such as ready-to-eat meals, frozen pizza, lasagna) produced in the USA, Mexico, the UK, France and the Netherlands.
- **Other products (Others Segment).** (i) Revenue from sales in the domestic and export markets for our global leather goods produced in Argentina, Portugal, Uruguay, Italy, Mexico and Vietnam; (ii) revenue from sales of branded value-added charcuterie goods produced in Italy; and (iii) revenue from sales of our protein products by trading companies in the UK and Belgium.

(ii) factors that materially affected operating results

Main factors affecting the Company's operating results

The Company's management monitors several metrics and indicators that affect its business operations, such as:

- production volume;
- plant capacity utilization;
- sales volume;
- sale prices for beef, pork and chicken;
- client demands and preferences;
- future commodity prices for livestock and raw materials;
- difference between livestock prices and sales prices of finished products;
- prices and trends for services;
- availability of livestock and feed ingredients;
- production yield;
- seasonality;
- availability of labor;
- the economic performance of countries where the Company sells its products;
- competition and industry consolidation;
- taxes;
- value of the brands owned by the Company;
- exchange rate fluctuations; and
- trade barriers, currency controls, political risks and other risks related to exports and the operations.

Other factors that could cause impacts to the results of the Company's operations include outbreaks of animal disease, product contamination or recall, the Company's ability to implement its business plan (including the ability to provide financing when necessary and on reasonable terms) and the implementation of the Company's financing strategy and expense plan.

Impacts from the Russia-Ukraine conflict:

The Russia-Ukraine war began in February 2022. Its impacts and ongoing sanctions will not be limited to companies operating in Russia and Ukraine and may negatively impact other global markets, including those in which we operate. These impacts include and may continue to include and are not limited to: higher commodity prices for items such as food products, ingredients and energy products, higher inflation in certain countries and the disruption of trade and supply chains. The conflict has disrupted shipments of grain, vegetable oils, fertilizers and energy products.

The impact on agricultural markets falls into two main categories: (i) the effect on Ukrainian agricultural production, given the region is a key global grain producer; and (ii) the duration of the disruption to trade flows. Concerns regarding security and financing in the region have been constraining exports which, in turn, forces grain and oil demand to find alternative suppliers. The war's duration and volatility result in global markets becoming extremely sensitive to weather during the growing season in other grain producing regions, leading to a large risk premium in futures commodity prices. The ongoing volatility in global markets due to the war has negatively impacted our costs, in addition to increasing prices, inflation and pressure on the supply of feed ingredients and energy products in global markets. In the second quarter of 2023, Ukraine's export volumes continued to recover, but are still lower than pre-war volumes. Its supply constraints did not have a material impact on our costs during the second quarter. However, if the Black Sea Grain Initiative remains suspended, supply constraints could materially worsen.

Additionally, the U.S. government and other governments in the jurisdictions where we operate have imposed sanctions and export controls against Russia and Belarus, and their interests and have threatened additional sanctions and controls. Our business may be impacted by increased energy prices and availability during the winter months. These measures may negatively affect our business, supply chain or customers in the current moment and in the future.

Furthermore, as highlighted in Note 28 for financial instruments information in the financial statements as of December 31, 2024, the Company and its subsidiaries are exposed to several market, credit and liquidity risks. These exposures are controlled in a unified way by the Risk Management Department, following guidelines outlined in the Financial and Commodity Risk Management Policy defined by the Risk Management Committee and approved by the Board of Directors. The Risk Management Department is responsible for mapping the risk factors that may lead to negative financial results in many of the Company's business units, being also responsible for proposing strategies to mitigate these exposures. Proposals are submitted for evaluation by the Risk Management Committee and subsequently submitted to the Board of Directors, which supervises the implementation of new solutions, observing approval limitations and guidelines of the Financial and Commodities Risk Management Policy.

In addition, on October 7, 2023, Hamas attacked Israel which, in turn, declared war on Hamas in the Gaza Strip. The escalation of such hostilities, interventions made by other groups or nations, economic sanctions, disruption of maritime traffic in the Strait of Hormuz, or other significant trade routes, or other similar outcomes may negatively affect international trade and, consequently, our business, operating results, financial condition and cash flows. Although we do not have manufacturing operations in the affected areas, we are monitoring the development of the situation and its potential effects on our industry and operations. As of the date of this annual report, no significant impact has been measured.

Lastly, considering all the subsequent events that occurred until the date the financial statements were disclosed, no significant effects were identified that could affect the recoverability of assets, or change the measurement of expected losses in these statements.

Acquisitions

The Company's consolidated results for the fiscal year ended December 31, 2024, are comparable to the statements in 2023, as we did not make any relevant acquisitions in this period.

FX Variation

We are a global company and approximately 88% of our revenue was generated outside Brazil during the fiscal year ended December 31, 2024. Thus, the Company's operating results, and financial condition have been and will continue to be affected by the depreciation or appreciation of the Brazilian real in relation to foreign currencies. Any depreciation or appreciation of the Brazilian real in relation to foreign currencies may affect the Company's revenues, causing monetary increases or decreases, provided that other variables remain unchanged. Additionally, a substantial portion of the Company's loans and financing are pegged to foreign currencies. For this reason, the depreciation of the Brazilian real in relation to foreign currencies may significantly increase the Company's financial expenses and its current and non-current loans and financing in Brazilian reais. On the other hand, the appreciation of the Brazilian real in relation to foreign currencies may significantly decrease the Company's financial expenses, current and non-current loans and financing denominated in Brazilian reais.

Currency conversion affects the consolidated revenues and expenses generated by the Company's subsidiaries with functional currencies other than the Brazilian real, mainly for JBS USA. This revenue adjustment is such that its organic net revenue is presented in constant currency, thus isolating the effect from currency changes during the period. The effect caused by currency conversion is calculated by multiplying the revenue or expense line in the functional currency during the current period by the difference in the average exchange rates used to convert the revenue or expense line in the periods.

The average Brazilian real/U.S. dollar exchange rate was R\$5.39/US\$1.00 in the fiscal year ended December 31, 2024, corresponding to a 7.9% depreciation of the Brazilian real compared to the corresponding period in 2023. The average Brazilian real/U.S. dollar exchange rate was R\$4.99/US\$1.00 in the fiscal year ended December 31, 2023, corresponding to a 3.3% appreciation of the Brazilian real against the same period in 2022.

The final Brazilian real/U.S. dollar exchange rate was R\$6.19/US\$1.00 on December 31, 2024, corresponding to a 27.9% depreciation of the Brazilian real compared to the exchange rate on December 31, 2023.

b) relevant variations in revenues attributable to the introduction of new products and services, changes in volumes and prices, exchange rate and inflation

In the fiscal year ended December 31, 2024, the Company's consolidated operating net revenue increased by 14.6% over the same period in 2023, totaling R\$416,952.0 million.

Comments on changes in revenues are attributable to changes in prices, exchange rates, inflation, changes in volumes and the introduction of new products and services are made above in section 2.1(h) - relevant variations in revenues for each item of the financial statements.

Sensitivity analysis

Aiming to provide information on how the Company's exposure to exchange rate risks for the Brazilian against the U.S. dollar would behave on December 31, 2024, below are possible risk variables scenarios of 25% and 50% in relation to the closing prices used to measure financial assets and liabilities on the base date of these interim financial statements. To calculate how the probable scenarios could affect the results, the Company considers appropriate using the Value at Risk (VaR) methodology, with a 99% confidence interval and a one-day horizon. The results of this analysis are presented below, in R\$ thousand.

Exposição do R\$	Risco	Câmbio fechamento	Cenário (i) VaR 99% I.C. 1 dia			Cenário (ii) Variação do câmbio em 15%			Cenário (iii) Variação do câmbio em 30%		
			Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado		Câmbio	Efeito no resultado	
				Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Operacional	Apreciação	6,1923	6,0748	(90.936)	(285.345)	5,2635	(718.666)	(2.255.079)	4,3346	(1.437.340)	(4.510.182)
Financeira	Depreciação	6,1923	6,0748	8.052	152.241	5,2635	63.632	1.203.159	4,3346	127.265	2.406.330
Derivativos	Depreciação	6,1923	6,0748	45.446	126.862	5,2635	359.157	1.002.592	4,3346	718.317	2.005.194
				(37.438)	(6.242)		(295.877)	(49.328)		(591.758)	(98.658)

In Note 28 - Financial instruments and risk management to the 2024 Annual Financial Statements of the Interim Financial Statements for the fiscal years ended December 31, 2024, and 2023, the Company presented a sensitivity analysis for the risks related to its exchange rate exposure in other foreign currencies, in addition to a sensitivity analysis for its exposures to the main commodities.

c) relevant impacts of inflation, variation in the input and product prices, and exchange and interest rates on the issuer's operating result and financial result

Operational Result

The Company's operating performance may be affected by the cost of acquiring livestock and grains for feeding chickens and pork which, in turn, are impacted by supply and demand and, consequently, by the current inflation of the markets where the Company operates. The cost of raw material accounted for approximately 76.6% and 75.9% of production costs in 2024 and 2023, respectively.

Gross sales revenue is affected by inflation since, in general terms, the Company passes on a portion, or all, of cost increases to customers in the markets in which it operates through price increases. The Company cannot predict, however, if it will be able to pass on future cost increases to its customers. Sales in domestic markets where the Company has direct operations accounted for 74.9% and 75.6% of gross sales revenue in 2024 and 2023, respectively.

Gross sales revenue can also be affected by the exchange rate, given a significant portion of the Company's sales are destined to the foreign market. Exports accounted for 25.1% and 24.4% of gross operating sales revenue in 2024 and 2023, respectively.

Financial Result

Exchange rate variations have affected and may continue to affect the Company's financial results and debt in the future, given that a portion of its debt is denominated in foreign currency. On December 31, 2024, and 2023, foreign-currency debt totaled R\$8,037.2 million on December 31, 2023, and R\$1,503.2 million on December 31, 2023, representing 3.2% and 0.7% of total liability and equity, respectively.

The Company's market risk exposures are constantly monitored, particularly for risk factors related to exchange rate variations, interest rates and commodity prices can potentially affect the value of financial assets and liabilities, future cash flows and net investments in foreign operations. For these situations, the Company and its subsidiaries use hedging financial instruments, including derivatives, as approved by the Risk Management Committee.

In 2024, the Company's financial expenses with derivatives totaled R\$2,677.4 million, and financial income with exchange rate variations amounted to R\$712.4 million. In 2023, the Company recorded financial income with derivatives in the amount of R\$411.4 million, and financial income with exchange rate variations of R\$294.6 million.

On December 31, 2024, a portion of the Company's total debt was subject to fluctuations in interest rates, in particular the Euro Interbank Offered Rate (Euribor), the Brazilian interbank deposit rate (CDI), as published by CETIP, and the long-term interest rate (TJLP).

Inflation Rate

Most of the countries and regions in which we operate, including the USA, Brazil, Australia, Mexico and Europe, are currently experiencing high inflation. None of the locations in which we operate are experiencing hyperinflation. All segments were affected by inflation for operating costs, particularly labor, freight and transportation of certain materials. We also experienced high average selling prices, impacted by the current inflationary environment. We responded to inflationary challenges in 2024 by continuing negotiations with customers to recover the extraordinary costs faced by us. We also continue to focus on operational initiatives aimed at delivering labor efficiencies, better farming performance and improved yields.

Variation of main inputs and products

Our primary raw materials are livestock and feed ingredients for our chicken and hog operations. Raw materials accounted for most of our total cost of goods sold during the year ended December 31, 2024. Changes in livestock, pork and feed ingredient prices directly impact our operating costs and are based on factors that we cannot control, such as weather, supply volume, transportation costs, agricultural policies and others. We seek to protect the price paid for livestock purchases through financial instruments aimed at protecting the Company from price variations from the purchase and delivery dates. Our risk management department is responsible for mapping Grupo JBS' exposure to commodity prices and proposing strategies to our risk management committee to mitigate these exposures. Biological assets are very important raw materials that we use. To maintain the future supply of these materials, we use forward contracts to purchase with suppliers in advance. To complement these forward purchases, we use derivative instruments aimed at mitigating each specific exposure, mainly the futures contracts, from the impact caused by price fluctuations on inventories and sales contracts. We use the historical average amount spent on raw materials as an indicator of the operating value to be protected by firm purchase contracts. Cattle, pork and feed ingredient prices in domestic markets have fluctuated significantly in the past, and we believe this will continue to fluctuate in the coming years. Any increase in prices for cattle, pork and feed ingredients and, consequently, in production costs could negatively affect our gross margins and operational results if we are unable to pass these price increases on to our customers. On the other hand, reductions in cattle, pig and feed ingredients prices and, consequently, our production costs, could positively impact our gross margins and operating results.

Foreign Exchange

As a global company, our operational results and financial condition have been and will continue to be exposed to the fluctuations of exchange rates in foreign currency.

Depreciation or appreciation of foreign currency exchange rates may impact our revenues, costs and expenses, causing a monetary increase or decrease, as long as the other variables remain unchanged. Additionally, a portion of our loans and financings are denominated in foreign currencies. For this reason, changes to exchange rates could significantly increase or decrease our financial expenses and short and long-term loans and financing. Furthermore, a portion of our assets, liabilities, revenues, costs, and expenses are converted to U.S. dollars for reporting purposes.

Our risk management department uses derivative instruments as previously approved by our Board of Directors to hedge financial assets and liabilities and future cash flow from business activities and net investments in foreign operations. Our Board of Directors approved financial instruments to hedge our exposure to loans, investments, cash flows from interest payments, export estimates, acquisition of raw materials and other transactions, whenever they are quoted in currencies other than our own or the functional currency of our subsidiaries. Our main exchange rate risk exposure is related to the U.S. Dollar, Euro, British Pound, Mexican Peso and Australian Dollar.

Interest Rate

The Company has assets and, mainly, liabilities exposed to this risk in operations pegged to indexes such as CDI (Interbank Deposit Certificate), LIBOR (London Interbank Offer Rate), IPCA (National Consumer Price Index) and SOFR (Secured Overnight Financing Rate), among others. The Financial and Commodity Risk Management Policy does not contain mandatory guidelines on the proportion of exposures to fixed or floating rates, however, the Risk Control Department constantly monitors market conditions and may propose strategies on indexers to the Risk Management Committee aimed at reducing the Company's overall exposure. The Risk Management Committee manages and monitors the Company's switch to transition rates. The Committee assesses the extent to which contracts are pegged to LIBOR cash flows, if these contracts need to be amended due to the LIBOR reform and how to communicate about the reform with counterparties. Accordingly, the Committee provides periodic reports to the Company's Management on interest rate risk and other risks arising from the LIBOR reform.

2.3. Comments from Executive Officers about changes in accounting opinions/changes and emphasis contained in the auditor's report

a) *Changes in accounting practices that have resulted in significant effects on the information provided in sections 2.1 and 2.2*

There were no significant changes in the accounting practices adopted in the Company's financial statements for the fiscal years ended December 31, 2024, and 2023.

b) *Opinions on changes and emphasis contained in the auditor's report*

There were no opinions on changes or emphasis in the report issued by the Company's independent auditor regarding the Financial Statements for the fiscal year ended December 31, 2024, and 2023.

2.4. Relevant effects on the financial statements

a) *introduction or disposal of operating segments*

There were no introductions or disposals of operating segments during the years ended December 31, 2024, and December 31, 2023.

b) *constitution, acquisition or sale of a relevant ownership stake*

The acquisition of companies is part of the Company's business strategy, but it is currently focused on gaining efficiency, both operational and financial, for its operations. Since its founding, the Company has made several acquisitions that have brought additional revenue flow for its operations.

Relevant operational events:

The Company uses the acquisition cost allocation accounting methodology to record business mergers that are not under common control. The amounts transferred in a business merger is measured at fair value, which is calculated by adding the fair values of the transferred assets, the liabilities incurred on the acquisition date to the former controlling shareholders of the acquiree, and the equity issued in exchange for control of the acquiree. In general terms, all assets acquired, liabilities incurred, and contingent liabilities assumed are initially measured at fair value on the acquisition date. The Company recognizes non-controlling interest in the acquiree as acquisition on a vesting basis, either at fair value or the non-controlling interest's proportional share of the recorded net assets. Acquisition-related costs are recognized in the income statement when incurred.

The excess of (i) the amount transferred; (ii) the amount of any non-controlling interest in the acquiree (as applicable); and (iii) the fair value, on the acquisition date, of any prior equity interest in the acquiree over the fair value of the net assets acquired is recorded as goodwill. When the sum of these three items above equals to less than the fair value of the net assets acquired, the gain is recognized directly in the income statement in the period, as "bargain gain".

On June 8, 2021, JBS signed an agreement to acquire 100% of Rivalea Holdings Pty Ltd., and 100% of Oxdale Dairy Enterprise Pty Ltd. (jointly as "Rivalea"), a leading Australian pork producer and processor, for an enterprise value of AU\$175 million. The acquisition was completed on January 4, 2022.

On November 17, 2021, JBS Global Luxembourg S.à r.l., a subsidiary of JBS, signed an agreement to acquire control of Spanish company BioTech Foods, S.L, marking the Company's entrance into the cultivated protein market. The acquisition was completed on May 9, 2022.

On December 13, 2021, Rigamonti, a subsidiary of JBS, signed an agreement to acquire 100% of King's Group, a producer of Italian specialties, with an investment of €82 million. The acquisition was completed on February 7, 2022.

On December 2, 2022, JBS USA, an indirect subsidiary of the Company, signed an agreement to acquire TriOak Foods, which operates in multiple states in the USA for the processing of pork and sale of grains.

The assets acquired and liabilities assumed in these business mergers were initially measured at fair values, as set out below:

	Consolidado												
	USD		EUR		GBP		MXN		AUD		CAD		
	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31/12/2023 ⁽¹⁾		31.12.24	31.12.23	31.12.24	31.12.23	31.12.24
OPERACIONAL													
Caixa e equivalentes de caixa	10.152.796	7.604.779	311.727	329.956	99.680	97.319	1.314.427	557	203	2.989	3.409	37.681	34.096
Contas a receber de clientes	6.646.802	2.806.266	1.021.830	715.733	406.736	240.823	649.281	3.362	1.167	89.090	50.195	16.728	36.444
Pedidos de venda	593.786	4.437.512	351.004	356.147	311.473	1.053.024	—	—	—	—	420	—	26.727
Fornecedores	(1.842.430)	(846.168)	(484.662)	(362.919)	(100.758)	(76.715)	(1.294.723)	(15.697)	(1.549)	—	—	—	—
Pedidos de compra	(517.013)	(274.549)	(55.287)	(87.203)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Subtotal operacional	15.033.941	13.727.840	1.144.612	951.714	717.131	1.314.451	668.985	(11.778)	(179)	92.079	54.024	54.409	97.267
FINANCIERO													
Caixa margem	1.363	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Adiantamento a clientes	(29.001)	(539.165)	(9.672)	(61.100)	(1.184)	(2.474)	—	—	—	—	—	(729)	(16.695)
Empréstimos e financiamentos	(7.993.463)	(1.485.299)	(3.803)	(15.579)	—	—	—	—	—	(3.622)	(2.348)	—	—
Subtotal financeiro	(8.021.101)	(2.024.464)	(13.475)	(76.679)	(1.184)	(2.474)	—	—	—	(3.622)	(2.348)	(729)	(16.695)
Subtotal operacional financeiro	7.012.840	11.703.376	1.131.137	875.035	715.947	1.311.977	668.985	(11.778)	(179)	88.457	51.676	53.680	80.572
DERIVATIVOS													
Contratos futuros	11.393	(1.214.139)	(530.029)	(663.598)	(211.126)	(213.703)	—	—	—	(49.538)	—	(133.754)	(72.620)
Deliverable Forwards (DF's)	(4.112.207)	(1.926.954)	439.337	325.834	(165.861)	(69.565)	—	17.091	13.778	(183.366)	508.893	—	(34.075)
Non Deliverable Forwards	(2.583.167)	(6.326.317)	(121.115)	24.550	(38.776)	(470.206)	—	—	—	—	—	—	—
Total dos derivativos	(6.683.981)	(9.467.510)	(211.807)	(313.214)	(415.763)	(753.474)	—	17.091	13.778	(232.904)	508.893	(133.754)	(106.695)
EXPOSIÇÃO LÍQUIDA	328.859	2.235.866	919.330	561.821	300.184	558.503	668.985	5.313	13.599	(144.447)	560.569	(80.074)	(26.123)

⁽¹⁾ Não temos exposição porque mudamos a moeda funcional da subisidiária indireta PPC México.

c) unusual events or operations

On December 22, 2022, the Company released a Material Fact announcing the agreement to terminate Arbitration Proceeding CAM 186/2021, in which J&F Investimentos S.A. committed to pay R\$543,164,722.88 (five hundred and forty-three million, one hundred and sixty-four thousand, seven hundred and twenty-two reais and eighty-eight centavos) to the Company.

An Ad Hoc Independent Committee was established, comprised of five independent members of the Board of Directors, which analyzed the facts relating to the arbitration proceeding and negotiated the agreement for a period of 6 months, ultimately recommending its unanimous approval.

The transaction involved a mutual settlement regarding the compensation for the facts described in the Collaboration Agreements signed by the Company's controlling shareholders and former administrators with the Federal Public Prosecutor's Office, thus ending all claims made in the proceeding, including requests related to the incorporation of Bertin S.A. by the Company, the Blessed Holdings matter, as well as counterclaims made against the Company in a much higher amounts, being approved by the Arbitration Court.

It is worth mentioning that the Independent Ad Hoc Committee was duly advised by external independent lawyers in all phases of its activities, including the analysis and negotiation of the agreement. The agreement was also unanimously approved by the Board of Directors, on December 16, 2022.

2.5. Non-accounting measures

a) Inform the amounts of non-accounting measures

In 2024, the Company used Adjusted EBITDA as a non-accounting measurement method, just as in 2023.

In the fiscal year ended December 31, 2023, the Company's Adjusted EBITDA was recorded at R\$39,039.9 million. In the fiscal year ended December 31, 2023, this amount was R\$17,146.1 million.

Even so, the Company informs that it uses economic and financial indicators for analyzing and disclosing its results to the market. However, these indicators are not detailed in this section of the Reference Form, as Management does not understand they should be considered non-accounting measures.

b) reconcile the amounts disclosed with the amounts in the audited financial statements

Adjusted EBITDA

In R\$ Million	2024	2023
Net income for the period (including minority shareholdings)	10,704.0	(729.1)
Net Financial Result	8,963.1	6,748.0
Income and social contribution taxes - current and deferred	4,116.6	(668.9)
Depreciation and amortization	11,805.3	10,725.4
Equity in earnings of subsidiaries	(20.4)	(47.6)
Antitrust agreements	1,430.8	510.2
Donations and social programs	118.5	90.4
Asset impairments	0.0	135.2
Rio Grande do Sul floods	105.1	0.0
Fiscal payments and installments - special program	426.6	0.0
Extemporaneous litigation	356.5	0.0
Extemporaneous reversal of tax credits	342.7	0.0
Restructuring	512.6	261.0
Other operating income/expenses	178.6	121.5
(=) Adjusted EBITDA	39,039.9	17,146.1

The Adjusted EBITDA, which can be defined as earnings before net financial income (expenses), income tax, social contribution, depreciation and amortization, equity in earnings of subsidiaries, and other non-recurring results, is used as a performance measurement by the Company's Management.

The Company uses the Adjusted EBITDA as a non-accounting measure (pursuant to CVM Resolution 156, of June 23, 2022), adjusting for the equity in earnings of subsidiaries and other non-recurring results.

The equity in earnings of subsidiaries is allocated under a specific account of the income statement.

c) explain why such measurement is more appropriate for correctly understanding the issuer's financial condition and operational results

EBITDA is not an accounting measure according to the Brazilian GAAP and the IFRS, and should not be considered individually, or as an alternative to net income, as a measurement of operational performance, or as an alternative to operating cash flow to measure liquidity.

The Adjusted EBITDA does not have a standardized meaning and the Company's definition of Adjusted EBITDA may not be comparable to the definition used by other companies. The Company believes that the Adjusted EBITDA is an important tool to periodically compare its operating performance, as well as to support certain administrative decisions. However, it is worth mentioning that, since the Adjusted EBITDA does not consider certain intrinsic costs relating to the Company's business, which could, in turn, significantly affect its profits, including financial expenses, taxes, depreciation, capital expenditures and other corresponding charges, the Adjusted EBITDA has limitations that affect its use as an indicator of the Company's profitability.

In general terms, the Adjusted EBITDA is additional information to our financial statements and should not substitute the audited results, in addition to the fact that it may not be comparable with the same indicators disclosed by other companies.

2.6. Events subsequent to the financial statements

New issuances of Senior Notes (Bonds): On January 6, 2025, the Company, through its indirect subsidiaries JBS USA Holding Lux S.a.r.l, JBS USA Food Company and JBS USA Foods Group Holdings, Inc. (jointly, the "Issuers"), announced the pricing of its senior notes to be offered on the international market, in the amount of US\$1.75 billion (R\$10.83 billion). The notes were divided in two series: US\$1.0 billion (R\$6.19 billion), at an interest rate of 5.95% p.a. and maturity in 2035, and US\$750 million (R\$4.64 billion), at an interest rate of 6.375% p.a. and maturity in 2055. The offering was completed on January 21, 2025. Additionally, the issuers signed a registration rights agreement, committing to register an exchange offer with the United States Securities and Exchange Commission (SEC) and conclude it within 365 days. The proceeds raised will be used to pay short-term debt and for other corporate purposes.

Investment in Mantiqueira Alimentos Ltda.: On January 27, 2025, the Company signed an investment agreement with Mantiqueira Alimentos Ltda., acquiring 48.5% of its total share capital and 50% of its voting shares. Mantiqueira Alimentos Ltda. is the leading organic egg producer, from free-range hens and without the use of antibiotics or hormones, with over 3,000 employees and an annual production of approximately 4 billion eggs. The transaction marks the Company's entrance into the egg sector, in line with its diversification and expansion strategy within the global protein platform. On February 26, 2025, the acquisition was approved, without restrictions, by CADE (Administrative Council for Economic Defense). The conclusion of the transaction is subject to compliance with the precedent conditions applicable to operations of this nature.

Certificates of Agribusiness Receivables (CRAs): On January 28, 2025, the Company's indirect subsidiary Seara Alimentos Ltda., issued three series of Certificates of Agribusiness Receivables (CRAs) guaranteed by JBS S.A., with maturities scheduled for 2035, 2045 and 2055, in a total principal amount of R\$800 million, whose proceeds will be used to finance the purchase of grains. The offering was concluded on March 6, 2025.

Change in the structure of JBS S/A: On February 13, 2025, the Company announced that Gilberto Xandó, CEO of JBS Brazil, took on the role of CEO of Wild Fork North America, an indirect subsidiary of JBS Investments Luxemburgo. Wild Fork has over 700 products in its physical and online stores which, besides proteins, also offers side dishes, ready-to-eat meals, vegetables, breads, desserts, seasonings and sauces. The position of CEO for JBS Brazil will be held by Gilberto Tomazoni.

2.7– Profit allocation policy

	2024	2023
a. rules for retained profits	<p>The Company's Bylaws provide that net income for the fiscal year shall be allocated as follows: (a) 5% (five percent) as legal reserve, which must not exceed 20% (twenty percent) of its share capital; (b) a portion may be allocated as reserve for contingencies and its reversal; (c) from the remaining balance, a portion must be allocated for the payment of mandatory minimum dividends, no less than 25% (twenty-five percent); (d) the remaining net income, after legal deductions and minimum dividends, shall be allocated to an annual installment, not exceeding 90% (ninety percent) of the adjusted net income, as Statutory Investment Reserve intended at financing investment for operating assets, which must not exceed the share capital.</p>	<p>The Company's Bylaws provide that net income for the fiscal year shall be allocated as follows: (a) 5% (five percent) as legal reserve, which must not exceed 20% (twenty percent) of its share capital; (b) a portion may be allocated as reserve for contingencies and its reversal; (c) from the remaining balance, a portion must be allocated for the payment of mandatory minimum dividends, no less than 25% (twenty-five percent); (d) the remaining net income, after legal deductions and minimum dividends, shall be allocated to an annual installment, not exceeding 90% (ninety percent) of the adjusted net income, as Statutory Investment Reserve intended at financing investment for operating assets, which must not exceed the share capital.</p>

a.i. Amounts for profit retention	<p>Regarding the result for the fiscal year ended on 12/31/2024, of the total net profit for the year, corresponding to R\$ 9,615,923,273.32, the retentions were as follows: (a) R\$ 480,796,163.67 allocated to the legal reserve (5%); (b) R\$ 3,869,820,791.48 allocated to the tax incentive reserve (40.24%) and (c) R\$ 5,271,004,831.47 (corresponding to the remainder of R\$ 5,265,306,318.17, added to the amounts of R\$ 5,671,247.75, corresponding to the revaluation reserve, R\$ 27,265.55, related to prescribed and unclaimed dividends) were allocated to the statutory investment reserve (54.76%).</p> <p>The equivalent of the mandatory minimum dividend, of R\$ 1,316,326,579.55, which corresponds to 25% of the adjusted net profit after the allocation of amounts to the legal reserve and the tax incentive reserve, has already been paid based on profit reserves, according to interim dividends declared in 2024.</p>	Not applicable, since there was no net profit.
a.ii. Percentages in relation to total declared profits	5% allocated to the legal reserve; 40.24% allocated to the tax incentive reserve and 54.76% allocated to the statutory investment reserve.	Not applicable, since there was no net profit.

b. rules for dividend distribution	The Company's Bylaws provide that, from the net profit balance after allocations for legal and contingency reserves, shareholders are guaranteed the right to receive a mandatory minimum dividend of no less than 25% (twenty-five percent) of net profit in each fiscal year. In the fiscal year when the amount of minimum mandatory dividends surpasses the portion of the net income realized in the fiscal year, the Annual Shareholders' Meeting may, if proposed by the management bodies, allocate the surplus to the unrealized profit reserve, in compliance with Article 197 of Brazilian Corporations Law.	The Company's Bylaws provide that, from the net profit balance after allocations for legal and contingency reserves, shareholders are guaranteed the right to receive a mandatory minimum dividend of no less than 25% (twenty-five percent) of net profit in each fiscal year. In the fiscal year when the amount of minimum mandatory dividends surpasses the portion of the net income realized in the fiscal year, the Annual Shareholders' Meeting may, if proposed by the management bodies, allocate the surplus to the unrealized profit reserve, in compliance with Article 197 of Brazilian Corporations Law.
c. frequency of dividend distributions	On December 31, 2024, the Company's dividend distribution policy guaranteed shareholders the right to annual dividend distributions. The Board of Directors may declare the payment of dividends from the net income amount recorded in the half-yearly balance sheet, which shall be allocated to the mandatory dividend amount, if any; dividends may be distributed for periods of under 6 (six) months, or interest on equity may be paid as part of the mandatory dividend amount, if any, provided that the total dividend amount paid during the half-year period of the fiscal year does not exceed the capital reserves amount; and the payment of interim dividend or interest on equity on accumulated net income or from the profit reserves account for the previous annual or half-yearly balance sheet must be allocated to the mandatory dividend amount, if any.	On December 31, 2023, the Company's dividend distribution policy guaranteed shareholders the right to annual dividend distributions. The Board of Directors may declare the payment of dividends from the net income amount recorded in the half-yearly balance sheet, which shall be allocated to the mandatory dividend amount, if any; dividends may be distributed for periods of under 6 (six) months, or interest on equity may be paid as part of the mandatory dividend amount, if any, provided that the total dividend amount paid during the half-year period of the fiscal year does not exceed the capital reserves amount; and the payment of interim dividend or interest on equity on accumulated net income or from the profit reserves account for the previous annual or half-yearly balance sheet must be allocated to the mandatory dividend amount, if any.

d. restrictions on dividend distribution	<p>On December 31, 2024, the Company's Bylaws provided that 5% (five percent) of the net income be allocated annually as legal reserve, which could not exceed 20% (twenty percent) of the paid-in share capital or the limitations provided in paragraph 1 of article 193 of the Brazilian Corporation Law. Under the Company's Bylaws, it must pay shareholders 25% (twenty-five percent) of its adjusted annual net income as mandatory dividends. Net income may be capitalized, used to offset losses or retained losses, as provided in the Brazilian Corporation Law, and may not be made available for payment of dividends. The Company may not pay dividends to its shareholders during any fiscal year if its management declares, and the Annual Shareholders' Meeting approves that such payment is inadvisable given its financial situation.</p>	<p>On December 31, 2023, the Company's Bylaws provided that 5% (five percent) of the net income be allocated annually as legal reserve, which could not exceed 20% (twenty percent) of the paid-in share capital or the limitations provided in paragraph 1 of article 193 of the Brazilian Corporation Law. Under the Company's Bylaws, it must pay shareholders 25% (twenty-five percent) of its adjusted annual net income as mandatory dividends. Net income may be capitalized, used to offset losses or retained losses, as provided in the Brazilian Corporation Law, and may not be made available for payment of dividends. The Company may not pay dividends to its shareholders during any fiscal year if its management declares, and the Annual Shareholders' Meeting approves that such payment is inadvisable given its financial situation.</p>
e. profit allocation policy	<p>As of December 31, 2024, the Company did not have a specific policy dealing with the allocation of profits.</p>	<p>As of December 31, 2023, the Company did not have a specific policy dealing with the allocation of profits.</p>

2.8. Relevant items not provided in the financial statements

a) assets and liabilities held by the issuer, directly or indirectly, that do not appear on its balance sheet (off-balance sheet items) such as:

(i) receivables written-off for which the issuer has neither retained nor substantially transferred the risks and rewards of ownership for the transferred asset, indicating related liabilities

The Company's Executive Board states that no receivables have been written-off on which the Company maintained risks and liabilities that have not been disclosed in its balance sheets as of December 31, 2024 and 2023.

(ii) contracts for the future purchase and sale of products or services

The Company's Executive Board states that no contracts exist for future purchase and sale of products and services, capable of generating a relevant effect, that have not been disclosed in the Company's balance sheets as of December 31, 2024, and 2023.

(iii) contracts regarding unfinished construction

The Company's Executive Board states that no contracts exist regarding unfinished constructions that have not been disclosed in its balance sheets as of December 31, 2024, and 2023.

(iv) contracts for future receipts of financing

The Company's Executive Board states that no contracts exist regarding future receipts of financing that have not been disclosed in its balance sheets as of December 31, 2024, and 2023.

b) other relevant items not provided in the financial statements

The Company's Executive Board states that no other relevant items exist that have not been disclosed in its financial statements.

2.9. Comments on items that have not been provided

- a) *how such items have changed or may change the issuer's revenues, expenses, operating income, financial expenses or other items in the financial statements***

Not applicable, given the Company did not have assets or liabilities, directly or indirectly, that were not included in its financial statements for the fiscal year ended December 31, 2024.

- b) *nature and purpose of the transaction***

Not applicable, given the Company did not have assets or liabilities, directly or indirectly, that were not included in its financial statements for the fiscal year ended December 31, 2024.

- c) *nature and amount of the obligations assumed and rights generated in favor of the issuer resulting from the transaction***

Not applicable, given the Company did not have assets or liabilities, directly or indirectly, that were not included in its financial statements for the fiscal year ended December 31, 2024.

2.10. Business Plan

a) Investments, including:

(i) description of current and planned investments

As reported in 2019, the Company plans to invest R\$8 billion in Seara from 2020 to 2025, aiming to be prepared to meet the increased demand for protein in the country and abroad.

(ii) sources of investment financing

The sources to fund the Company's investments derive mainly from its own cash generated by its operating activities and loans and financing from commercial banks and the capital markets.

(iii) relevant current and planned divestments

There are no relevant divestments planned for plants, equipment, patents or other assets other than investments required for the maintenance of assets that already belong to the Company.

b) Provided it has already been disclosed, indicate the acquisition of plants, equipment, patents or other assets that should materially influence the issuer's production capacity

The Company does not have any current or planned acquisition of plants, equipment, patents or other relevant assets.

c) new products or services, indicating:

The Company constantly invests in the research and development of new products related to its existing business units, however, to date, no research has been disclosed to the market in general.

(i) Ongoing research

The Company constantly invests in research related to its existing business units, however, to date, no research has been disclosed to the market in general.

(ii) Total amounts spent by the issuer on research to develop new products or services

In 2024, the Company incurred expenses with internal research and development, in the amount of R\$6,926 (R\$4,449 on December 31, 2023) at the Parent Company and R\$28,585 (R\$36,114 on December 31, 2023) as a Consolidated amount.

(iii) Projects under development that have already been disclosed

The Company constantly invests in research related to its existing business units, however, to date, no research has been disclosed to the market in general.

(iv) Total amounts spent by the issuer on developing new products or services

In 2024, the Company incurred expenses with internal research and development, in the amount of R\$6,926 (R\$4,449 on December 31, 2023) at the Parent Company and R\$28,585 (R\$36,114 on December 31, 2023) as a Consolidated amount.

d) opportunities included in the issuer's business plan related to ESG matters

In 2024, the Company continued to promote ESG (environmental, social and governance) initiatives that provided opportunities in its business. Among them, we

highlight promotion of the circular economy, a strategic concept aimed at ensuring the reduction, reuse, recovery and recycling of materials and energy, creating an economic cycle driven by generating the least amount of waste and disposal. At JBS, this approach has resulted in new business opportunities for over 15 years and disruptive solutions that contribute to the sustainability of our activities. It is therefore part of our business model, and has influenced long-term decision-making, the promotion of a circular system for the reuse and recycling of waste. A clear example of how the circular economy is applied in our business is in the beef chain. Over the last two decades, we developed several initiatives to provide an appropriate and sustainable disposal, focusing on generating value from the waste of the animal protein production process, such as tallow, skin and bovine serum. These by-products are transformed into biodiesel, collagen and gelatin for the food and pharmaceutical industries, fertilizers and other high value-added products, contributing to the sustainable use of natural resources and benefiting the environment. This effort translates into large numbers, and we are the world's largest vertically integrated producers of biodiesel from beef tallow. We also export functional collagen to over 40 countries, which is used in the food industry and has a protein base that serves different segments, such as sausages and bread. We are a global industry specialized in processing cow leather and Kind Leather, a brand belonging to JBS Couros, offers solutions that transform our value chain, combining production efficiency with reduced environmental impact. We also use the organic waste generated in our factories to produce organic and organ mineral fertilizers.

Through Biolins, a co-generation unit, JBS also produces electricity and steam from biomass (sugarcane bagasse, eucalyptus chips and other types of biomasses). With the potential to process 600,000 tons/year of raw material, the unit has a generation capacity of 45 megawatt hours (MW/h), enough to supply a city with 300,000 inhabitants. Biolins supplies 100% of the electricity and steam to the Fribói, JBS Couros and JBS Novos Negócios plants in the Lins industrial park. The plant alone has the potential to generate 14% of the total electricity used by all JBS units in Brazil. Lastly, our No Carbon truck rental company, which offers 100% electric trucks, began operations in 2022 and currently has a fleet of 283 vehicles distributed nationwide, serving mainly the logistics operations of Seara and Fribói.

With an investment of R\$56 million in 2023, JBS implemented biodigester systems to produce biogas at nine Fribói facilities in Brazil, generating approximately 53 thousand m³/day of biogas, thus contributing to the reduction of the environmental impact of its production process. Currently, 14 plants in the USA and Canada have biodigester systems, producing 190,000 m³/d of biogas. This clean energy supplies boilers, generates electricity at the Company's facilities, or is converted into Renewable Natural Gas (RNG) and sold to gas companies. In the projects operating in the USA and Canada, where biogas is used on-site, these units reduce the need for energy supplied by the grid by up to 20%.

At JBS USA, nearly 100% of inedible by-products are used to produce tallow and blood and bone meal, which are sold to companies that manufacture cosmetics and pharmaceutical products, as well as for animal feed.

Other ESG opportunities included in JBS' business plan are reported in the [Sustainability Report](#) and the Company's [ESG HUB](#).

2.11. Other factors that significantly influenced operational performance

The Company's Executive Board states that no other relevant items exist that have not been disclosed in its financial statements or that have not been identified or commented in other items of this appendix.

**ANNEX II TO THE MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE
ANNUAL AND EXTRAORDINARY GENERAL SHAREHOLDERS' MEETING
OF JBS S.A.
TO BE HELD ON APRIL 29, 2025**

ALLOCATION OF NET PROFIT

Base Date: December 31, 2024
(as per Annex A to CVM Resolution 81, of March 29, 2022)

1. Report the net profit for the year:

The Company's net profit for the fiscal year ended December 31, 2024 was R\$9,615,923,273.32 (nine billion, six hundred and fifteen million, nine hundred and twenty-three thousand, two hundred and seventy-three reais and thirty-two centavos).

2. Inform the total amount and value per share of dividends, including anticipated dividends and interest on equity already declared:

The total amount distributed as dividends was R\$6,654,349,110.00 (six billion, six hundred and fifty-four million, three hundred and forty-nine thousand, one hundred and ten reais), as shown in the table below:

Description	Gross Amount per Share (R\$) ¹	Total Gross Amount
Interim dividends declared on August 13, 2024	R\$2.00000000	R\$4,436,232,740.00
Interim dividends declared on November 13, 2024	R\$1.00000000	R\$2,218,116,370.00
Total	R\$3.00000000	R\$6,654,349,110.00

(1) As per shareholder base of December 31, 2024

In addition to this amount, Management proposes the declaration of additional dividends by the Annual General Shareholders' Meeting to be held in 2025, to be paid based on the profit reserve balance of the fiscal year ended December 31, 2024, in the total amount of R\$4,436,232,740.00

Description	Gross Amount Per Share (R\$)	Total Gross Amount
Additional proposed dividends (to be approved)	R\$2.00000000	R\$4,436,232,740.00
Total	R\$2.00000000	R\$4,436,232,740.00

It should be noted that (i) the amount of the Minimum Mandatory Dividend corresponds to R\$1,316,326,579.55, and has already been fully paid based on the profit reserve, according to interim dividends declared on August 13, 2024 and November 13, 2024, as shown in the table above, and (ii) on March 25, 2025, the Board of Directors of JBS S.A. approved the proposal for the distribution of dividends from the profit reserve balance of the 2024 fiscal year, in the amount of R\$4.4 billion, corresponding to R\$2.00 per common share. The payment of dividends is subject to approval at the Annual General Shareholders' Meeting of JBS S.A., scheduled to be held on April 29, 2025.

The Company has not paid and will not pay interest on equity.

Thus, the total amount of dividends (already declared and to be declared) will be R\$11,090,581,850.00

3. Inform the percentage of net income distributed for the year:

The percentage of total net profit for the year (before retention and allocation to the Legal Reserve) already distributed is 69.20%.

4. Inform the overall amount and the amount per share of distributed dividends based on profit from previous years:

The company has not distributed any dividends based on profits from previous years.

5. Inform, excluding early dividends and interest on equity already declared:

a) The gross amount of dividends and interest on equity, in a segregated manner, per share of each type and class.

The proposed amount to be resolved and declared as additional dividends in the Ordinary Shareholders' Meeting scheduled for April 29, 2025 ("ASM") is R\$2.00 (two reais) per common share, totaling R\$4,436,232,740.00 (four billion, four hundred and thirty-six million, two hundred and thirty-two thousand, seven hundred and forty reais), distributed to the shareholder base at the close of trading on B3 on the date of the ASM.

b) The method and deadline for the payment of dividends and interest on equity.

The payment will be in national currency and the payment deadline will be defined at the ASM, pursuant to Article 205, paragraph 3, of the Brazilian Corporation Law.

c) Any restatement and interest on dividends and interest on equity.

None.

d) Date of declaration of payment of dividends and interest on own capital considered for identification of shareholders who will be entitled to receive them.

The date of the ASM that resolves on the allocation of net income for the 2024 fiscal year, to be held, on first call, on April 29, 2025, shall be considered as the declaration date for the dividends. The Company's shares will be traded ex-dividend as of April 30, 2025, including this date. Therefore, shareholders on the shareholder base at the end of trading on April 29, 2025, will be entitled to receive dividends.

6. If dividends or interest on equity have been declared on the basis of profits calculated in half-yearly balance sheets or in shorter periods:

a) Inform the amount of dividends or interest on equity already declared

As indicated in item 2 above, the amount of dividends already declared is R\$6,654,349,110.00 (six billion, six hundred and fifty-four million, three hundred and forty-nine thousand, one hundred and ten reais), as detailed below:

Description	Gross Amount Per Share (R\$)	Total Gross Amount
Interim dividends declared on August 13, 2024	R\$2.00000000	R\$4,436,232,740.00
Interim dividends declared on November 13, 2024	R\$1.00000000	R\$2,218,116,370.00
Total	R\$3.00000000	R\$6,654,349,110.00

b) Inform the date of the respective payments.

Below is an indication of the dates of (i) approval, at the Company's Board of Directors' meetings, of the distribution of

interim dividends and (ii) payment of such dividends:

Description	Payment Date
Interim dividends (approved on August 13, 2024)	October 7, 2024
Interim dividends (approved on November 13, 2024, 2024)	January 15, 2025

7. Provide a comparative table showing the following values per share of each type and class:

a) Net profit for the year and the three (3) previous years.

	2024	2023	2022	2021
Net income for the year (R\$)	R\$9,615,923,273.32	R\$(1,060,970,423.38)	R\$15,457,836,237.79	R\$20,486,560,965.76
Net income per share (R\$) ¹	R\$4.33518	R\$(0.47832)	R\$6.96890	R\$8.39350

b) Dividends and interest on own capital distributed in the previous three (3) financial years.

2024			
Description	Type of Share	Gross Amount per Share:	Total Gross Amount
Dividends	Common shares	R\$2.00000000	R\$4,436,232,740.00
Dividends	Common shares	R\$1.00000000	R\$2,218,116,370.00
Interest on Equity (gross)	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Interest on Equity (net)	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Total	Common shares	R\$3.0000000	R\$6,654,349,110.00

2023			
Description	Type of Share	Gross Amount per Share:	Total Gross Amount
Dividends	Common shares	R\$1.00000000	R\$2,218,116,370.00
Interest on Equity (gross)	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Interest on Equity (net)	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Total	Common shares	R\$ 1.00000000	R\$2,218,116,370.00

2022			
Description	Type of Share	Gross Amount per Share:	Total Gross Amount
Dividends	Common shares	R\$2.00000000	R\$4,436,232,740.00
Interest on Equity (gross)	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Interest on Equity (net)	Not applicable	Not applicable	Not applicable
Total	Common shares	R\$2.0000000	R\$4,436,232,740.00

8. If profits are allocated to the Legal Reserve:

a) Identify the amount set aside for the legal reserve.

R\$480,796,163.67 (four hundred and eighty million, seven hundred and ninety-six thousand, one hundred and sixty-three reais and sixty-seven centavos), equivalent to five percent (5%) of net profit for the fiscal year ended December 31, 2024.

b) Detail how the legal reserve is calculated.

Pursuant to Article 39, item "a", of the Bylaws, the legal reserve is constituted by the allocation of 5% of net profit for the year, after deducting any losses and the provision for Income Tax, as shown below (in R\$):

	2024
Net income for the year	R\$9,615,923,273.32
Legal reserve - (5%)	R\$480,796,163.67

The total amount set aside for the Legal Reserve may not exceed 20% of the Company's share capital, in accordance with the provisions of Article 39, item "a" of the Bylaws. In addition, in the year in which the balance of the Legal Reserve plus the amounts of the capital reserves provided in paragraph 1, Article 182, of the Brazilian Corporation Law exceeds thirty percent (30%) of the share capital, it will not be mandatory to allocation of part of the net income for the year to the Legal Reserve.

9. If the Company holds preferred shares with the right to fixed or minimum dividends:

a) Describe how fixed or minimum dividends are calculated.

Not applicable.

b) Inform whether the profit for the year is sufficient for the full payment of fixed or minimum dividends.

Not applicable.

c) Identify whether any unpaid installments are cumulative.

Not applicable.

d) Identify the total amount of fixed or minimum dividends to be paid to each class of preferred shares.

Not applicable.

e) Identify the fixed or minimum dividends to be paid per preferred share to each class.

Not applicable.

10. Regarding the mandatory dividend:

a) Describe the calculation method provided for in the bylaws.

Pursuant to Article 39, item "c", of the Company's Bylaws, after the legal and statutory deductions (including the constitution of the Legal Reserve), at least 25% of the profits that remain, adjusted by the constitution of contingency reserves and the respective reversal, if applicable, will be used to pay the mandatory dividend due to shareholders.

In the year in which the amount of the minimum mandatory dividend exceeds the realized portion of the net profit for the year, the general meeting may, by proposal of the management bodies, allocate the excess to the constitution of a reserve for unrealized profits, under the terms of Article 39, item "d", of the Company's Bylaws, in compliance with the provisions of Article 197 of the Brazilian Corporation Law.

b) Inform if it is being paid in full.

Mandatory dividends were paid in full. It is also important to point out that the Board of Directors proposed the distribution of approximately 69.20% of the total net income for the year, without considering the allocation to the legal reserve.

c) Inform if any amount has eventually been withheld.

Not applicable.

11. If the mandatory dividends have been withheld due to the Company's financial situation:

a) Inform the amount withheld.

Not applicable.

b) Describe in detail the Company's financial situation, including aspects related to liquidity analysis, working capital and positive cash flows.

Not applicable.

c) Justify the withholding of dividends.

Not applicable.

12. If there is an allocation of profit to the contingency reserve:

a) Identify the amount allocated to the legal reserve.

Not applicable.

b) Identify the loss considered probable and its cause.

Not applicable.

c) Explain why the loss was considered probable.

Not applicable.

d) Justify the creation of the reserve.

Not applicable.

13. If there is an allocation of profits to an unrealized profit reserve:

a) Inform the amount allocated to the unrealized profits reserve.

Not applicable.

b) Inform the nature of the unrealized profits that gave rise to the reserve.

Not applicable.

14. If the result is allocated to statutory reserves:

a) Describe the statutory clauses establishing the reserve.

Pursuant to Article 39 of the Company's Bylaws, after legal and statutory deductions (including the creation of the Legal Reserve), the remaining profits, adjusted by the creation of contingency reserves and their respective reversal, as applicable, will be allocated in the following order: **(i)** at least 25% to the payment of the mandatory dividends due to shareholders (which may be limited to the amount of net income for the fiscal year that has been realized, provided the difference is recorded as a reserve for unrealized profits), pursuant to Article 39, items "c" and "d", of the Company's Bylaws; and **(ii)** the remaining profits will be used to create a Statutory Investment Reserve, which will be used to finance investments in operating assets and/or to repurchase own shares (to be held in treasury or cancelled), pursuant to Article 39, item "e", of the Company's Bylaws. The annual amount allocated to the Statutory Reserve cannot exceed 90% of the adjusted net profit for the year and the total value of the Statutory Investment Reserve cannot exceed the Company's share capital.

b) Identify the amount allocated to the reserve.

It is proposed that the amount of R\$5,265,306,318.17 (five billion, two hundred and sixty-five million, three hundred and six thousand, three hundred and eighteen reais and seventeen centavos) be allocated to the Statutory Investment Reserve, observing that the amounts related to the realization of the revaluation reserve and the prescribed dividends not claimed by the shareholders, in the amounts of R\$5,671,247.75 (five million, six hundred and seventy-one thousand, two hundred and forty-seven reais and seventy-five centavos) and R\$27,265.55 (twenty-seven thousand, two hundred and sixty-five reais and fifty-five centavos), respectively, will also be allocated to the Statutory Investment Reserve, pursuant to Article 39, item "e", of the Company's Bylaws, as detailed in the item below, in such a way that the total amount allocated to the Statutory Investment Reserve will be R\$5,271,004,831.47 (five billion, two hundred and seventy-one

million, four thousand, eight hundred and thirty-one reais and forty-seven centavos).

c) Describe how the amount was calculated.

In line with Article 39, item "e", of the Company's Bylaws, it is proposed that the profits remaining after legal and statutory deductions be allocated to the formation of the Statutory Investment Reserve, as calculated below (in R\$):

Net income for the year	9,615,923,273.32
Legal reserve (5%)	(480,796,163.67)
Tax Incentive Reserve: Tax incentive credits	(3,869,820,791.48)
Adjusted basis for calculating the minimum mandatory dividend	5,265,306,318.17
Partial balance for allocation to statutory investment reserve	5,265,306,318.17
Realization of the revaluation reserve	5,671,247.75
Prescribed dividends	27,265.55
Final balance for allocation to statutory investment reserve	5,271,004,831.47

Note: the amount corresponding to the minimum mandatory dividend, of R\$1,316,326,579.55, has already been paid based on the profit reserve, according to the interim dividends declared on August 13, 2024, and November 13, 2024, and imputed to the minimum mandatory dividend. Management proposes the distribution of additional dividends at the 2025 Extraordinary General Shareholders' Meeting.

15. If retained earnings are provided for in the capital budget:

a) Inform the amount withheld.

Not applicable.

b) Provide a copy of the capital budget.

Not applicable.

16. If there is an allocation of profit to the tax incentive reserve:

a) Inform the amount allocated to the reserve.

The amount allocated to the tax incentive reserve, pursuant to Article 195-A of the Brazilian Corporation Law, was R\$3,869,820,791.48 (three billion, eight hundred and sixty-nine million, eight hundred and twenty thousand, seven

hundred and ninety-one reais and forty-eight centavos), related to the subsidies granted in the year 2024.

b) Explain the nature of the destination.

To benefit from its ICMS incentives, the Company must allocate part of its profit to the tax incentive reserve. These incentives are related to certain goods in the production chain, according to the regulations of each State.

**ANNEX III TO THE MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE ANNUAL AND
EXTRAORDINARY GENERAL MEETING OF JBS S.A. TO BE HELD ON APRIL
29, 2025**

**INFORMATION ON THE PROFESSIONAL EXPERIENCE AND INDEPENDENCE
OF CANDIDATES FOR THE POSITIONS OF MEMBERS OF THE BOARD OF
DIRECTORS AND THE SUPERVISORY BOARD**

(As per items 7.3 to 7.6 of Annex C of CVM Resolution 80 of March 29, 2022)

7.3. For each of the issuer's directors and members of the supervisory board, please indicate in tabular form:

BOARD OF DIRECTORS

a. name	Jeremiah Alphonsus O'Callaghan
b. date of birth	08/02/1953
c. occupation	Engineer
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	012.266.188-55
e. elected office held	Member of the Board of Directors
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	It is not an independent member.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	10/20/2017

<p>I. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.</p>	<p>Jeremiah O'Callaghan immigrated to Brazil from Ireland in 1979 and studied Engineering at University College Cork (UCC). He has over 40 years' experience in the meat industry, developing global commercial strategies for the Brazilian food sector. He first worked at Mouran (1983-1989), then at Bordon (1989-1995) and joined JBS at the beginning of 1996 to develop International Trade. He was appointed Investor Relations Director in 2008, shortly after the company went public. Since October 2017, Mr. O'Callaghan holds the position of Chairman of the Board of Directors of JBS and is a Director without specific designation of the Company.</p> <p>He is also Coordinator of the Governance, Remuneration and Nomination Committee, Coordinator of the Social and Environmental Responsibility Committee and Coordinator of the Company's People and Opportunities Committee.</p>
<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity 	<p>He/she has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he/she is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>

a. name	José Batista Sobrinho
b. date of birth	03/23/1933
c. occupation	Entrepreneur
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	052.970.871-04
e. elected office held	Member of the Board of Directors.
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	It is not an independent member.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	01/02/2007
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	Currently Vice-Chairman of the Board of Directors, he is the founder of the JBS Group, with over 70 years' experience in beef production.
m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years: i. criminal conviction	He/she has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or

<p>ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied</p> <p>iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity</p>	<p>Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he/she is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>
---	---

a. name	Wesley Mendonça Batista
b. date of birth	04/09/1970
c. occupation	Entrepreneur
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	364.873.921-20
e. elected office held	Effective member of the Board of Directors.
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	It is not an independent member.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	04/26/2024
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in	Mr. Wesley Batista has more than 35 years' experience in the protein sector and has extensive operational

<p>its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.</p>	<p>knowledge and experience in business management. He currently serves as vice-president of the J&F Institute, a non-profit organization created 14 years ago to transform businesses into companies committed to the education of their communities, and is a member of the Board of Directors of Pilgrim's Pride Corporation (PPC).</p> <p>He is also a member of the Finance and Risk Management Committee, a member of the Governance, Remuneration and Nomination Committee and a member of the Company's People and Opportunities Committee.</p>
<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity 	<p>He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he/she is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>

a. name	Joesley Mendonça Batista
b. date of birth	02/05/1972
c. occupation	Entrepreneur
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	376.842.211-91
e. elected office held	Effective member of the Board of Directors.

f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	It is not an independent member.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	04/26/2024.
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>Mr. Joesley Batista has more than 35 years' experience in the protein sector, expertise in protein production operations and experience in business management. He currently serves as President of the J&F Institute, a non-profit organization created 14 years ago to transform businesses into companies committed to the education of their communities, and is a member of the Board of Directors of Pilgrim's Pride Corporation (PPC).</p> <p>He is also a member of the Social and Environmental Responsibility Committee and a member of the company's Finance and Risk Management Committee.</p>
m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years: i. criminal conviction	He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or

<p>ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied</p> <p>iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity</p>	<p>Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he/she is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>
---	---

a. name	Alba Pettengill
b. date of birth	08/08/1955
c. profession	Psychologist
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	063.417.737-06
e. elected office held	Independent Member of the Board of Directors
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	She is an independent member of the Company's Board of Directors and declares that he fulfills the requirements for this position and that he/she does not fall into any situation that implies the loss of his independence as a director, under the terms of the Novo Mercado Regulations.

<p>k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office</p>	<p>04/30/2019</p>
<p>l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.</p>	<p>She joined the meatpacking industry in 1985 as Director of Frigorífico Guarani, where she was responsible for implementing the ISO9000 quality standards.</p> <p>She has been working in the refrigeration industry for over 30 (thirty) years and is a connoisseur of production processes. Alba was the founder and president of the Paraguayan Meat Chamber and received an award from the Paraguayan government for implementing renewable energies. Alba currently owns and manages land in Paraguay, and is dedicated to livestock farming and improving genetic production.</p> <p>She is also a member of the Board of Directors of the Rural Association of Paraguay and the Paraguayan Animal Health Commission.</p> <p>At the company, she is a member of the Social and Environmental Responsibility Committee, a member of the Related Parties Committee and a member of the People and Opportunities Committee.</p>
<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <p>i. criminal conviction</p> <p>ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied</p>	<p>She not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance, or any final and unappealable conviction, at the judicial or administrative level, which has suspended or disqualified him/her to</p>

iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity	practice any professional or commercial activity, and declares that she is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.
---	--

a. name	Gelson Luiz Merisio
b. date of birth	01/31/1966
c. profession	Business Administrator.
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	464.643.529-20
e. elected office held	Independent Member of the Board of Directors
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	He is an independent member of the Company's Board of Directors and declares that he fulfills the requirements for this position and that he does not fall into any situation that implies the loss of his independence as a director, under the terms of the Novo Mercado Regulations.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	08/13/2020
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies	Business Administrator from Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), he was president of the Commercial and Industrial

controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>Association of Xanxerê (ACIX), of the Federation of Commercial and Industrial Associations of Santa Catarina (FACISC), of the Deliberative Council of SEBRAE/SC and vice-president of the Confederation of Commercial Associations of Brazil (CACB). Representing Santa Catarina's business class, he was a state deputy in the Legislative Assembly of Santa Catarina from 2005 to 2018. In 2010, he became president of the Legislative Assembly by unanimous vote, a feat he repeated in two more administrations (2011/12 and 2015/16). He is also Coordinator of the Related Parties Committee and a member of the Statutory Audit Committee, the Finance and Risk Management Committee, the Social and Environmental Responsibility Committee and the Company's People and Opportunities Committee.</p>
<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity 	<p>He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>

a. name	Francisco Sérgio Turra
b. date of birth	09/16/1942
c. occupation	Social Communicator

d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	005.190.810-72
e. elected office held	Independent member of the Board of Directors.
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	He is an independent member of the Company's Board of Directors and declares that he fulfills the requirements for this position and that he does not fall into any situation that implies the loss of his independence as a director, under the terms of the Novo Mercado Regulations.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	10/28/2021
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>He has a degree in Social Communication from PUC/RS and a bachelor's degree in Law from the Universidade Federal de Passo Fundo/RS.</p> <p>He has experience in the agribusiness sector in the domestic market and in the financial market, having served as Vice-President and Operations Director of BRDE bank between 2007 and 2008 and as President of Banrisul from 1995 to 1996.</p>

	<p>He was also President of the National Supply Company (Conab), President of the Brazilian Animal Protein Association (ABPA) and Vice-President of the Latin American Poultry Association.</p> <p>He is also a member of the Social and Environmental Responsibility Committee and a member of the Company's Governance, Remuneration and Nomination Committee.</p>
<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity 	<p>He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>

a. name	Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo
b. date of birth	08/04/1964
c. occupation	Civil Engineer and Economist
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	223.794.793-72
e. elected office held	Independent Member of the Board of Directors
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025

h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	He is an independent member of the Company's Board of Directors and declares that he fulfills the requirements for this position and that he does not fall into any situation that implies the loss of his independence as a director, under the terms of the Novo Mercado Regulations.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	01/14/2022
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>Former Director of Economic Policy at the Central Bank of Brazil. Engineer and master's and doctorate in Economics with strong experience in the financial and political-economic markets.</p> <p>He was President of Cateno Gestão de Pagamentos (2021), Vice President of Services, Infrastructure and Operations at Banco do Brasil (2017-2018), Secretary of Economic Policy at the Ministry of Finance (2016), as well as having held prominent positions in the private sector.</p> <p>He was also a member of the Boards of Directors of UBS BB Serviços, Banco Votorantim, Cielo, BB Seguridade and Neoenergia. Currently, Mr. Vasconcelos is a member of the Board of Directors of Brasilprev Seguros e Previdência and of the Board of Trustees of the Getúlio Vargas Foundation.</p>

	He is also Coordinator of the Statutory Audit Committee, a member of the Finance and Risk Management Committee, a member of the Governance, Remuneration and Nomination Committee and a member of the Company's Related Parties Committee.
m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years: i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity	He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.

a. name	Kátia Regina de Abreu Gomes
b. date of birth	02/02/1962
c. occupation	Psychologist
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	613.303.451-34
e. elected office held	Independent Member of the Board of Directors
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.

i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	She is an independent member of the Company's Board of Directors and declares that she fulfills the requirements for this position and that she does not fall into any situation that implies the loss of her independence as a director, pursuant to the Novo Mercado Regulations and CVM Resolution 80.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	07/20/2023
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>Ms. Kátia Regina de Abreu Gomes was President of the Foreign Relations Committee of the Federal Senate between 2021 and 2022, Senator of the Republic between 2007 and 2021, Minister of Agriculture, Livestock and Supply between 2015 and 2016, Federal Deputy between 2003 and 2007, Deputy Federal Deputy between 2000 and 2002, President of the Confederation of Agriculture and Livestock of Brazil – CNA between 2009 and 2014, President of the Federation of Agriculture and Livestock of the State of Tocantins in 1996, President of the Rural Union of the Municipality of Gurupi/TO in 1994, in addition to having participated in several commissions and missions abroad and in Brazil.</p> <p>She is a member of the Social and Environmental Responsibility Committee and the Company's Governance, Remuneration and Nomination Committee.</p>

<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity 	<p>She not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance, or any final and unappealable conviction, at the judicial or administrative level, which has suspended or disqualified him/her to practice any professional or commercial activity, and declares that she is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>
--	--

a. name	Paulo Bernardo Silva
b. date of birth	03/10/1952
c. profession	Geographer
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	112.538.191-49
e. elected office held	Independent Member of the Board of Directors
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	He is an independent member of the Company's Board of Directors and declares that he fulfills the requirements for this position and that he is not in any situation that implies the loss of his independence as a director, under the

	terms of the Novo Mercado Regulations and CVM Resolution 80.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	07/20/2023
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>Mr. Paulo Bernardo Silva was Minister of Communications between 2011 and 2014, Minister of Planning, Budget and Management between 2005 and 2010, Federal Deputy for Paraná for three terms (1991-1995, 1995-1999 and 2003-2007). He was also a career employee of Banco do Brasil (1975-2015), Secretary of State for Finance - Mato Grosso do Sul (1999-2000) and Municipal Secretary for Finance and Planning - Londrina (2001-2002).</p> <p>He is a member of the Social and Environmental Responsibility Committee and a member of the Company's Governance, Remuneration and Nomination Committee.</p>
m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years: i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity	He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.

a. name	Cledorvino Belini
b. date of birth	05/03/1949

c. occupation	Business administrator
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	116.050.068-15
e. elected office held	Independent Member of the Board of Directors
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2026.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	He is an independent member of the Company's Board of Directors and declares that he fulfills the requirements for this position and that he is not in any situation that implies the loss of his independence as a director, under the terms of the Novo Mercado Regulations and CVM Resolution 80.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	07/20/2023
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>He has a degree in Business Administration from Universidade Mackenzie, a postgraduate degree in Finance from USP and an MBA from FDC/INSEAD.</p> <p>He spent 44 years at Fiat, presiding over the automaker in Brazil and Latin America for 11 years, between 2004 and 2015.</p> <p>He was also president of the National Association of Automotive Vehicle Manufacturers - Anfavea between 2010</p>

	<p>and 2013 and CEO of Companhia Energética de Minas Gerais S.A. - CEMIG between February/2019 and January/2020.</p> <p>Mr. Cledorvino Belini was an independent director of JBS between October/2017 and June 2020 and between November/2021 and April/2023.</p> <p>He is a member of the company's Finance and Risk Management Committee.</p>
<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity 	<p>He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>

AUDIT COMMITTEE

a. name	Adrian Lima da Hora
b. date of birth	02/02/1964
c. occupation	Business administrator
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	372.365.394-49
e. elected office held	Effective member of the Audit Board.
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025

h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2025.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	N/A
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	04/28/2017
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>He has a degree in Business Administration and Accounting from Universidade Católica de Pernambuco and an intensive MBA from Ahold Retail Academy, Cornell, Provar - USP and StarSe/Nova SBE. Strong experience in the animal protein industry, with a relevant background in retail and external auditing (EY). He has worked as CFO, CAO and controller in large multi-location organizations and as a member of the Board of Directors of companies in Italy and Monaco. He has knowledge of the debt issuance market and of proceedings before CADE. He was CFO of Seara (2015 to 2016) and CAO of Rodopa (2011 to 2015).</p> <p>He is currently an effective member of the Supervisory Board of JBS, Eldorado Brasil Celulose S.A. and Excelsior Alimentos S.A., of the Audit Committee of M Dias Branco and of the Board of Directors of International School, Serviços de Ensino, Treinamento, Editoração Franqueadora S.A.</p> <p>Excelsior Alimentos S.A. is indirectly controlled by JBS; and Eldorado Brasil</p>

	Celulose S.A. is directly controlled by J&F Investimentos S.A., JBS's parent company.
m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years: i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity	He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.
a. name	André Alcantara Ocampos
b. date of birth	04/14/1980
c. occupation	Accountant
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	273.340.808-90
e. elected office held	Alternate member of the Audit Board.
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2025.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	N/A

k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	04/30/2018
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>More than 20 years' experience in accounting and controlling in medium-sized and large companies. Served as Controller Manager at Flora S.A. (September/2011 to October/2012) and Accounting Coordinator at Syngenta (April/2001 to September/2011). He has been a member of the Supervisory Board of companies in the energy sector.</p> <p>He is currently Corporate Vice President of J&F Investimentos S.A.</p> <p>JBS is directly controlled by J&F Investimentos.</p>
m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:	<p>i. criminal conviction</p> <p>ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied</p> <p>iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity</p>
a. name	José Paulo da Silva Filho
b. date of birth	04/14/1963
c. occupation	Accountant
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	386.730.294-49
e. elected office held	Effective member of the Audit Board.

f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2025.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	N/A
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	04/30/2014
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>He has a degree in Accounting from the Catholic University of Pernambuco and a postgraduate degree in Business Management from the Getúlio Vargas Foundation. He has 17 years' experience as an independent auditor and more than 10 years as a director in the areas of administration and finance, where he served as Director of Administration and Control of JBS (2009 - 2011) of J&F Investimentos S.A. (2012 - 2014), the holding company of the JBS Group, and Fiscal Counselor of Vigor Alimentos S.A. (2014 - 2016).</p> <p>He is currently an effective member of the Supervisory Board of JBS, Eldorado Brasil Celulose S.A. and Companhia Paranaense de Energia - Copel.</p> <p>Eldorado Brasil Celulose S.A. is directly controlled by J&F Investimentos S.A., the parent company of JBS.</p>

m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:	He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.
a. name	Sandro Domingues Raffai
b. date of birth	01/02/1965
c. occupation	Accountant
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	064.677.908-71
e. elected office held	Alternate member of the Audit Board.
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2025.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	N/A
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	09/28/2007

<p>i. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.</p>	<p>He has an undergraduate degree in Accounting from the Faculdade Oswaldo Cruz and a graduate degree in Tax Management from the Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP. Since 2006 he has been assistant controller at the F.F. Accounting Office. Ltda.</p> <p>He is currently an alternate member of the Audit Committee of JBS and Eldorado Brasil Celulose S.A.</p> <p>Eldorado Brasil Celulose S.A. is directly controlled by J&F Investimentos S.A., the parent company of JBS.</p>
<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <p>i. criminal conviction</p> <p>ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied</p> <p>iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity</p>	<p>He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>
a. name	Orlando Octávio de Freitas Júnior
b. date of birth	09/16/1962
c. profession	Accountant
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	084.911.368-78
e. elected office held	Effective member of the Supervisory Board

f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025.
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2025.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	N/A.
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	04/24/2023
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	<p>Bachelor's degree in accounting from Universidade Mackenzie, registered with CRC-SP and IBRACON-Institute of independent auditors in Brazil. He has 35 years' experience as an auditing professional in external auditing firms such as Peat Marwick Mitchel, Trevisan Auditores and KPMG, 23 years of which as a partner and technical manager of audit work. He also has recognized experience in corporate accounting. Member of the executive committee of Trevisan and KPMG for 15 years.</p> <p>He is also an effective member of the Audit Board of Eldorado Brasil Celulose S.A.</p> <p>Eldorado Brasil Celulose S.A. is directly controlled by J&F Investimentos S.A., the parent company of JBS.</p>

<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity 	<p>He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>
a. name	Mauro Mitio Inagaki
b. date of birth	01/26/1966
c. profession	Accountant
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	084.929.978-00
e. elected office held	Alternate member of the Audit Board.
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2025.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	N/A
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	N/A
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and	He is an accountant with a postgraduate degree in tax planning and has recognized experience in corporate

<p>functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.</p>	<p>accounting. Over more than three decades, he has consolidated a deep knowledge of accounting, auditing and financial management, leading strategic projects for large companies. He is also a member of the Regional Accounting Council of the State of São Paulo (CRCSP). He is a member of the Statutory Audit Committee and a member of the Company's Related Parties Committee.</p>
<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. a final and unappealable judicial conviction or a final administrative decision that has suspended or disqualified them from practicing any professional or commercial activity 	<p>He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.</p>
a. name	Patricia da Silva Barros
b. date of birth	10/08/1973
c. occupation	Engineer
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	072.576.167-95
e. elected office held	Effective member of the Supervisory Board
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2025.

i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	Yes
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	04/24/2023
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	Production Engineer from UFRJ, with a specialization in Economic and Social Development from UFRJ's Institute of Economics. He holds a master's degree and a doctorate in Business Administration with a concentration in Finance from COPPEAD. At the BNDES, she held executive positions in the Credit Area, Credit Risk Area, Internal Audit and even as Superintendent of the Controllership Area. She served as a full member of the FAPES Supervisory Board from 2009-2013 and 2015-2017. He has been a member of the FAPES Audit Committee since May 2022.
m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years: i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Brazilian Central Bank or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. res judicata conviction in the judicial sphere or subject to final administrative decision, which has suspended or disqualified him for the practice of any professional or commercial activity	She has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that she is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.
a. name	Marcos Alberto Pereira Motta
b. date of birth	04/19/1971

c. profession	Engineer
d. CPF (Individual Taxpayer Registration) or passport number	008.528.317-73
e. elected office held	Alternate member of the Audit Board.
f. date of election	Subject to shareholder approval at the Annual General Meeting to be held on 04/29/2025
g. date of investiture	Until 05/29/2025
h. term of office	Until the Annual General Meeting that decides on the financial statements for the year ending December 31, 2025.
i. whether elected by the controlling shareholder or not	Yes, elected by the controller.
j. whether it is an independent member, under the terms of the specific regulations applicable to the matter	Yes
k. if the director or supervisory board member has served consecutive terms of office, the start date of the first such term of office	04/24/2023
l. main professional experience over the last 5 years, highlighting, if applicable, positions and functions held in (i) the issuer and companies in its economic group; and (ii) companies controlled by a shareholder of the issuer who holds a direct or indirect interest equal to or greater than 5% of the same class or type of security of the issuer.	A civil engineer with an emphasis in Transportation from UERJ, he holds a Master's degree in Transportation Systems from the Military Engineering Institute, a postgraduate degree in Economic Development from IE/UFRJ, an MBA in Finance from COPPEAD/UFRJ and an MBA in Business from IAG/PUC-RJ. He is currently a Ph. Candidate in the joint doctoral program between the Universities of Lisbon, Porto, Coimbra and MIT, and <i>research fellow</i> at MIT Portugal. He joined the BNDES in 2023 and worked in the Urban Development Department, the Infrastructure and Logistics Department and was manager of the Services Export Department,

	always working in the infrastructure area in all departments. He also worked as an advisor to the Board of Directors, focusing on issues related to infrastructure, capital markets and foreign trade. He is currently an advisor to the president of the BNDES, working to directly advise the president and coordinate strategic projects.
<p>m. description of any of the following events that have occurred during the last 5 years:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. criminal conviction ii. conviction in an administrative proceeding by the CVM, the Central Bank of Brazil or the Superintendence of Private Insurance, and the penalties applied iii. a final and unappealable judicial conviction or a final administrative decision that has suspended or disqualified them from practicing any professional or commercial activity 	He has not been subject, in the last 5 years, to any criminal conviction, or to conviction in administrative proceeding of CVM, Central Bank of Brazil or Superintendence of Private Insurance, or to any unappealable conviction, in judicial or administrative level, which has suspended or disqualified to practice any professional or commercial activity, and declares that he is not considered a politically exposed person, pursuant to CVM Resolution No. 50.

7.4 Provide the information mentioned in item 7.3 regarding the members of the statutory committees, as well as the audit, risk, financial and remuneration committees, even if these committees or structures are not statutory.

Board of Directors Members:

- Jeremiah Alphonsus O'Callaghan :

Coordinator of the People and Opportunities Committee - election and investiture on 11/10/2022 | term of office: indefinite;

Coordinator of the Social and Environmental Responsibility Committee - election and investiture on 05/13/2019 | term of office: indefinite;

Coordinator of the Governance, Remuneration and Nomination Committee - elected and investiture on 11/13/2017 | term of office: indefinite.

- Wesley Mendonca Baptist :

Member of the Finance and Risk Management Committee - election and investiture on 05/14/2024 | term of office: indefinite;

Member of the Governance, Remuneration and Nomination Committee - election and investiture on 05/14/2024 | term of office: indefinite; and

Member of the People and Opportunities Committee - election and investiture on 05/14/2024 | term of office: indefinite.

- Joesley Mendonca Batista :

Member of the Social and Environmental Responsibility Committee - election and investiture on 05/14/2024 | term of office: indefinite; and

Member of the Finance and Risk Management Committee - election and investiture on 05/14/2024 | term of office: indefinite.

- Alba Pettengill :

Member of the Social and Environmental Responsibility Committee - election and investiture on 05/12/2021 | term of office: indefinite;

Member of the Related Parties Committee - election and investiture on 01/14/2022 | term of office: indefinite; and

Member of the People and Opportunities Committee - elected and sworn in on 01/14/2022 | term of office: indefinite.

- Gelson Luiz Merisio :

Member of the Related Parties Committee - election and investiture on 05/12/2021 | term of office: indefinite;

Member of the Statutory Audit Committee - election and investiture on 11/11/2020 | term of office: 10 years;

Member of the Finance and Risk Management Committee - election on 05/10/2023 and investiture on 05/10/2023 | indefinite term;

Member of the Social and Environmental Responsibility Committee - election and investiture on 05/14/2024 | term of office: indefinite; and

Member of the People and Opportunities Committee - election and investiture on 05/14/2024 | term of office: indefinite.

- Kátia Regina de Abreu Gomes :

Member of the Social and Environmental Responsibility Committee - election and investiture on 08/14/2023 | term of office: indefinite; and

Member of the Governance, Remuneration and Nomination Committee - election and investiture on 05/14/2024 | term of office: indefinite.

- Francisco Sérgio Turra :

Member of the Social and Environmental Responsibility Committee - election and investiture on 10/28/2021 | term of office: indefinite; and

Member of the Governance, Remuneration and Nomination Committee - elected and investiture on 01/14/2022 | term of office: indefinite.

- Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo :

Coordinator of the Statutory Audit Committee - election and investiture on 01/14/2022 | term of office: 10 years;

Member of the Finance and Risk Management Committee - elected and sworn in on 01/14/2022 | term of office: indefinite;

Member of the Governance, Remuneration and Nomination Committee - election and investiture on 01/14/2022 | term of office: indefinite; and

Member of the Related Parties Committee - election and investiture on 05/10/2023| term of office: indefinite.

- Cledorvino Belini :

Member of the Finance and Risk Management Committee - election and investiture on 08/14/2023 | term of office: indefinite;

- Paulo Bernardo Silva :

Member of the Social and Environmental Responsibility Committee - election and investiture on 08/14/2023 | term of office: indefinite; and

Member of the Governance, Remuneration and Nomination Committee - election and investiture on 08/14/2023 | term of office: indefinite.

Supervisory Board:

- Mauro Mitio Inagaki:

Member of the Statutory Audit Committee - election and investiture on 03/01/2025 | term of office: 10 years; and

Member of the Related Parties Committee - election and investiture on 03/01/2025 | term of office: indefinite.

Further information about these candidates is available in section 7.3 above.

7.5. Inform the existence of a marital relationship, common-law marriage or kinship up to the second degree between: (a) administrators of the issuer; (b) (i) administrators of the issuer and (ii) administrators of direct or indirect subsidiaries of the issuer; (c) (i) administrators of the issuer or its direct or indirect subsidiaries and (ii) direct or indirect controllers of the issuer; (d) (i) administrators of the issuer and (ii) administrators of direct and indirect controlling companies of the issuer.

Messrs. Joesley Mendonça Batista and Wesley Mendonça Batista, the Company's indirect controlling shareholders, are sons of José Batista Sobrinho, Vice-Chairman of the Company's Board of Directors.

Mr. Wesley Mendonça Batista is the father of Wesley Mendonça Batista Filho, Director without specific designation of the Company, who is the grandson of José Batista Sobrinho.

Mr. José Batista Sobrinho, Vice-Chairman of the Company's Board of Directors, is the father of Messrs. Joesley Mendonça Batista and Wesley Mendonça Batista, indirect controllers of the Company and members of the Company's Board of Directors and grandfather of Mr. Wesley Mendonça Batista Filho, Director without specific designation of the Company.

7.6. Inform about the relationships of subordination, service provision or control maintained, in the last 3 fiscal years, between the issuer's directors and:

- a. companies controlled, directly or indirectly, by the issuer, with the exception of those in which the issuer holds, directly or indirectly, an interest equal to or greater than 99% (ninety-nine percent) of the share capital.**

Adrian Lima da Hora is effective member and Sandro Domingues Raffai is alternate member of the Supervisory Board of Excelsior Alimentos S.A., a company indirectly controlled by JBS.

Adrian Lima da Hora, José Paulo da Silva Filho and Orlando Octavio de Freitas Júnior are currently sitting members and Sandro Domingues Raffai is an alternate member of the Supervisory Board of Eldorado Brasil Celulose S.A., a company directly controlled by J&F Investimentos S.A., which in turn controls JBS.

b. direct or indirect controller of the issuer

André Alcântara Ocampos is currently Corporate Vice-President of J&F Investimentos S.A., the parent company of JBS.

c. if relevant, supplier, client, debtor or creditor of the issuer, its subsidiary or parent companies or subsidiaries of any of these people.

None.

**ANNEX IV TO THE MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE ANNUAL AND
EXTRAORDINARY GENERAL MEETING OF JBS S.A. TO BE HELD ON
APRIL 29, 2025**

COMPENSATION OF THE DIRECTORS

(As per section 8 of Annex C of CVM Resolution 80 of March 29, 2022)

8.1. Compensation policy or practice

- a) *objectives of the compensation policy or practice, informing if the compensation policy was formally approved, the body responsible for its approval, the date of approval and, if the issuer disclosed the policy, location on the World Wide Web where the document can be consulted.*

The Company's compensation policy for its directors, including members of the Board of Directors, members of the Fiscal Council and statutory and non-statutory officers, aims to attract and retain market professionals who have qualifications, skills and profile appropriate to JBS's practices and business.

Compensation is established based on market research and is directly linked to the alignment of the interests of the executives in question with the interests of JBS. The Company's compensation policy is approved by its Board of Directors, following the recommendation of the Governance, Compensation and Appointment Committee and the variable compensation policy (PPR) is based on the agreement with the union.

As part of the executive compensation monitoring structure, the JBS Governance, Compensation and Appointment Committee analyzes, according to needs and demands, the assessment metrics of management members.

The Company's current compensation guidelines were formally approved at the Meeting of the Board of Directors on November 11, 2020. JBS's Remuneration Policy is available for consultation on the Company's websites (<https://ri.jbs.com.br/>), the Securities and Exchange Commission (gov.br/cvm) and B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br).

- b) *practices and procedures adopted by the Board of Directors to define the individual compensation of the Board of Directors and the Board of Executive Officers, indicating:*

- (i) *the issuer's bodies and committees that participate in the decision-making process, identifying how they participate*

The Statutory Audit Committee and the Company's Governance, Compensation and Appointment Committee submit to the Board of Directors the management's global annual compensation proposal. After approval by the Board of Directors of the Company, the proposal is submitted to the General Meeting for approval. Once approved by the shareholders at the General Meeting, the annual overall compensation of the management is segregated by the Board of Directors among the members of the management (Board of Directors and Statutory Board of Executive Officers).

(ii) criteria and methodology used to establish individual compensation, indicating whether studies are used to verify market practices, and, if so, the comparison criteria and scope of these studies

With respect to fixed compensation, JBS relies on market research carried out by specialized consultancy to carry out salary research and comparison of the position occupied by each of the Officers to be remunerated, in accordance with market practices, including the annual replacement of inflation. For the year 2023, large economic groups in Brazil and outside Brazil were used as comparison criteria, based on the median market remuneration of functions of similar positions taking into account companies of the same size as the Company.

As for all JBS employees, management's performance indicators are: the achievement of operational and financial goals and individual performance.

(iii) how often and in what way does the Board of Directors assess the adequacy of the issuer's compensation policy.

The Global Human Resources Board reviews the policies and practices related to compensation every 2 years and, if necessary, recommends that any changes be submitted for analysis by the Governance, Compensation and Appointment Committee, an advisory body of the Board of Directors, which makes recommendations for analysis and approval by the Board of Directors on the recommendations of the Company's new guidelines, practices and compensation policy proposed by the Global HR Board and the Governance, Compensation and Appointment Committee.

c) composition of the compensation, indicating:

(i) description of the various elements that make up the remuneration, including, in relation to each of them:

- its objectives and alignment with the issuer's short-, medium- and long-term interests***

Board of Directors

The members of the Board of Directors receive fixed and variable compensation for the performance of their duties.

The fixed part consists of the monthly salary.

There are currently no direct or indirect benefits offered to members of the Board of Directors.

The members of the Board of Directors are entitled to variable compensation as a share in the Company's results ("PPR"), paid in cash pro rata temporis at the end of each term of office of the members of the Board of Directors, which is fully indexed to the evolution of the price of the shares issued by the Company at B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

The purpose of each element of the compensation of the members of the Board of Directors is to encourage the alignment of the interests of the managers with the Company's goals, in order to stimulate their commitment and also to attract and retain highly qualified professionals.

Audit Committee

All members of the Audit Committee receive monthly fixed compensation. The compensation of the members of the Audit Committee is determined at the respective general meeting that elects them and, pursuant to article 162 of the Brazilian Corporation Law, corresponds to at least 10% (ten percent) of the average amount of the compensation attributed to the Company's statutory officers, not including benefits and other variable installments. The alternate members of the Audit Committee receive remuneration for each meeting they attend.

Statutory Board of Executive Officers

The annual global compensation of the members of the Statutory Board of Executive Officers is established by the Board of Directors and is composed of a fixed and a variable part.

The fixed part consists of the monthly salary.

The compensation of the members of the Executive Board also includes health insurance.

The statutory officers are entitled to variable compensation as a PPR, which is divided into a cash installment in cash, and a installment paid in cash at the rate of 1/3 per year, for three years, which has a component indexed to the price of the shares issued by the Company at B3, as explained below.

The purpose of each element of the compensation of the directors is to encourage the alignment

of the interests of the directors with the Company's goals, in order to stimulate their commitment and also to attract and retain highly qualified professionals.

Committees

External members who participate in committees are entitled to a monthly fixed compensation. The members of the Board of Directors who participate in the committees receive additional fixed remuneration for attending meetings.

- their proportion in total compensation in the last 3 fiscal years*

Fiscal year ending December 31, 2024	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Committees
Fixed Compensation	100%	18%	100%	100%
Variable Compensation	0%	71%	0%	0%
Post-employment	0%	0%	0%	0%
Share-based	0%	11%	0%	0%
T O T A L	100%	100%	100%	100%

Fiscal year ending December 31, 2023	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Committees
Fixed Compensation	93%	19%	100%	100%
Variable Compensation	0%	76%	0%	0%
Post-employment	0%	0%	0%	0%
Share-based	7%	5%	0%	0%
T O T A L	100,00%	100,00%	100.00%	100.00%

Fiscal year ending December 31, 2022	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Committees
Fixed Compensation	100%	18%	100%	100%
Variable Compensation	0%	62%	0%	0%
Post-employment	0%	0%	0%	0%
Share-based	0%	20%	0%	0%
T O T A L	100.00%	100,00%	100.00%	100.00%

- its calculation and readjustment methodology*

Fixed Compensation

The monthly fixed compensation of the statutory and non-statutory executive board is adjusted, in all fiscal years, according to the percentages of collective agreements and, also, merit adjustments may occur in the performance of its activities. The adjustment of the fixed compensation of the members of the Board of Directors, when carried out, is made based on comparative market studies made by specialized consultancy.

Variable Compensation

The variable compensation of statutory officers is paid as profit sharing, with part paid in cash and part deferred, and the definition of each of the installments is determined in a discretionary manner, without previously defined percentages. The deferred portion of the profit sharing is indexed to the price of the shares issued by the Company at B3. The definition of the total amount of the variable compensation of the statutory board, which will be divided into short and long term, is determined based on discretionary/subjective criteria, but taking into account an evaluation of its members and certain financial indicators of the Company, as explained in the item below.

After defining the total amount of variable compensation for the members of the Board of Executive Officers, the amount equivalent to the number of shares to be used in the calculation basis of the deferred portion is determined, with payment in cash divided over three years, taking as reference the monthly salary of the eligible participant, a multiple salary and the average of the closing prices of the Company's common shares traded on B3 of the last 30 (thirty) trading sessions prior to the disclosure of the annual result.

The determination of the value of the variable compensation of the Board of Directors, fully indexed to the evolution of the price of the shares issued by the Company, is made based on discretionary/subjective criteria, taking into account the contribution of the managers in view of the Company's strategic objectives. The calculation of long-term variable compensation, which is paid in cash at the end of the term of office, is made at the end of each term, taking into account the average of the last 30 (thirty) trading sessions prior to the date of payment.

Health Insurance Plan

The health insurance plan of the statutory board, granted by the Company, does not have a specific calculation and adjustment methodology, and its adjustment is made based on the determination of the insurance company.

- *main performance indicators taken into account therein, including, if applicable, indicators related to ESG issues.*

With respect to fixed compensation, JBS is based on market research carried out by specialized consultancy.

The variable compensation of the Company's statutory officers is determined in a discretionary manner, aiming at the retention of its executives and taking into account, independently and without prior definition of percentages, financial and qualitative results, supported by an individual performance evaluation process, 360º model, by which they verify the behavioral performances and results in the activity, as well as quantitative indicators used to measure individual performance, such as, depending on the hierarchical levels and areas of activity: (i) free cash generation; (ii) operating cash generation; (iii) EBITDA; (iv) gross profit; (v) net revenue; and (vi) performance of the beneficiary's business unit. The Company studies measurable metrics related to the ESG issue to measure the performance of its leadership.

Considering that the determination is made based on quantitative factors, but also on qualitative factors that contribute to the Company's result and to the retention of talents, such qualitative factors can offset the effects of the Company's strictly financial results in determining compensation.

The variable portion of the compensation of the members of the Board of Directors is determined based on discretionary/subjective criteria, taking into account the contribution of the managers in view of the Company's strategic objectives.

(ii) reasons that justify the compensation composition

Fixed compensation is in line with market practices and is annually analyzed based on research carried out by specialized consultancies.

Variable compensation encourages the improvement of the Company's management and the retention of the best professionals in the market, bringing gains from the commitment to long-term results and short-term performance.

(iii) the existence of members not compensated by the issuer and the reason for such fact

There are members of the Board of Directors (who have already resigned their positions in 2023) and the Audit Committee who have resigned their respective remuneration, due to already holding positions in indirect public administration, and there is a member of the Statutory Board not remunerated by the Company, since he holds the position of manager of a subsidiary in the United States.

d) the existence of remuneration supported by subsidiaries, controlled companies and/or parent companies, direct or indirect.

The compensation paid to the managers is carried out directly by the Company, and there are no members of the Audit Committee, Board of Directors, Board of Executive Officers (except for one who holds the position of manager in a subsidiary as informed in item 8.1.c.iii above) or Committees who receive compensation for the exercise of their positions in the Company supported by subsidiaries, controlled or controlling companies, direct or indirect.

- e) *the existence of any compensation or benefit linked to the occurrence of certain corporate event, such as the sale of corporate control of the issuer.*

The Company does not have any type of compensation or benefit linked to the occurrence of a certain corporate event.

8.2. Total compensation per body

Total compensation forecast for the Current Fiscal Year (to be ended on 12/31/2025) - Annual Values				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	11	5	5	21
No. of remunerated members	11	4	4	19
Fixed annual compensation				
Salary or compensation for work	9,900,000,00	18,529,647,73	1,693,099,20	30,122,746,93
Direct and indirect benefits	0,00	278,153,32	0,00	278,153,32
Participation in committees	6,240,000,00	0,00	0,00	6,240,000,00
Others	0,00	0,00	0,00	0,00
Description of other fixed compensation				
Bonus	0,00	0,00	0,00	0,00
Profit sharing	0,00	191,476,206,04	0,00	191,476,206,04
Participation in meetings	0,00	0,00	0,00	0,00
Commissions	0,00	0,00	0,00	0,00
Others	0,00	0,00	0,00	0,00
Description of other variable compensation				
Post-employment	0,00	0,00	0,00	0,00
Termination of office	0,00	0,00	0,00	0,00
Share-based (including options)	3.740.000,00	36.471.658,29	0,00	40.211.658,29
Note	The number of members of the Company's Board of Directors and Statutory Executive Board were calculated in line with the provisions of Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.			
Total compensation	19,880,000,00	246.755.665,39	1.693.099,20	268.328.764,59

Total Compensation for the Financial Year ending 12/31/2024 - Annual Amounts				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	11	5	5	21
No. of remunerated members	10.33	4	4	18.33

Fixed annual compensation				
Salary or compensation for work	9,300,000.00	18,420,957.72	1,693,099.20	29,414,056.92
Direct and indirect benefits	0.00	241,872.45	0.00	241,872.45
Participation in committees	5,709,333.30	0.00	0.00	5,709,333.30
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	74,600,000.00	0.00	74,600,000.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation				
Post-employment	0.00	0.00	0.00	0.00
Termination of office	0.00	0.00	0.00	0.00
Share-based (including options)	0.00	12,000,000.00	0.00	12,000,000.00
Note	The number of members of the Company's Board of Directors and Statutory Executive Board were calculated in line with the provisions of Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.			
Total compensation	15,009,333.30	105,262,830.17	1,693,099.20	121,965,262.67

Total Compensation for the Financial Year ending 12/31/2023 - Annual Amounts				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	9.00	5.00	5.00	19.00
No. of remunerated members	8.57	4.40	4.00	16.97
Fixed annual compensation				
Salary or compensation for work	7,173,333.33	21,612,986.62	1,865,181.28	30,651,501.23
Direct and indirect benefits		211,662.93		211,662.93
Participation in committees	4,370,333.34	0.00		4,370,333.34
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation				

Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	90,000,000.0 0	0.00	90,000,000.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation				
Post-employment	0.00	0.00	0	0.00
Termination of office	0.00	0.00	0	0.00
Share-based (including options)	876,000.00	6,000,000.00	0	6,876,000.00
Note	The number of members of the Company's Board of Directors and Statutory Executive Board were calculated in line with the provisions of Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.			
Total compensation	12,419,666.67	117,824,649. 55	1,865,181.28	132,109,497.50

Total Compensation for the Financial Year ending 12/31/2022 - Annual Amounts				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	9.00	5.00	4.00	18.00
No. of remunerated members	9.00	5.00	4.00	18.00
<hr/>				
Salary or compensation for work	5,916,166.67	21,745,841.4 2	1,739,667.31	29,401,675.40
Direct and indirect benefits	0.00	192,586.11	0.00	192,586.11
Participation in committees	3,972,741.94	0.00	0.00	3,972,741.94
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other fixed compensation				
<hr/>				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	74,500,000.0 0	0.00	74,500,000.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation		0.00	0.00	0.00

Post-employment	0.00	0.00	0.00	0.00
Termination of office	0.00	0.00	0.00	0.00
Share-based (including options)	0.00	23,500,000.00	0	23,500,000.00
Note	The number of members of the Company's Board of Directors and Statutory Executive Board were calculated in line with the provisions of Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.			
Total compensation	9,888,908.61	119,938,427. 53	1,739,667.31	131,567,003.45

8.3. Variable compensation

Forecast for the fiscal year ending December 31, 2025				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	11	5	5	21
Number of remunerated members ⁽¹⁾	11	4	0	15
Bonus				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0	0	None	0
Maximum amount provided for in the compensation plan	0	0	None	0
Amount provided for in the compensation plan, if goals are met	0	0	None	0
Amount effectively recognized in the result of the last 3 fiscal years	0	0	None	0
Profit sharing				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0	0	None	0
Maximum amount provided for in the compensation plan	0	183,169.011,47	Não há	183,169.011,47
Amount provided for in the compensation plan, if goals are met.			None	
Amount effectively recognized in the result for the fiscal year	None	None	None	None

⁽¹⁾ Corresponds to the number of officers and directors, as applicable, to whom variable compensation can be attributed that is recognized in the Company's results during the fiscal year, as provided for in Circular Letter/Year-2025-CVM/SP.

Fiscal year ending December 31, 2024				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	11	5	5	21
Number of remunerated members ⁽¹⁾	10.33	4	0	14.33
Bonus				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0	0	None	0

Maximum amount provided for in the compensation plan	0	0	None	0
Amount provided for in the compensation plan, if goals are met	0	0	None	0
Amount effectively recognized in the result of the last 3 fiscal years	0	0	None	0
Profit sharing				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0	0	None	0
Maximum amount provided for in the compensation plan	0	227,236.273,40	Não há	228,249.673,40
Amount provided for in the compensation plan, if goals are met.	None	74,600,000.00	None	74,600,000.00
Amount effectively recognized in the result for the fiscal year	None	74,600,000.00	None	74,600,000.00

(1) Corresponds to the number of officers and directors, as applicable, to whom variable compensation may be attributed and recognized in the Company's results for the year, in accordance with Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.

Fiscal year ending December 31, 2023				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	9.00	5.00	5.00	19.00
Number of remunerated members ⁽¹⁾	8.57	4.40	0	12.97
Bonus				
Minimum amount provided for in the compensation plan	None	0	None	0
Maximum amount provided for in the compensation plan	None	0	None	0
Amount provided for in the compensation plan, if goals are met.	None	0	None	0
Amount effectively recognized in the result for the fiscal year	None	0	None	0
Profit sharing				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	223,867,000.00	0.00	224,743,150.00

Amount provided for in the compensation plan, if goals are met.	0.00	90,000,000.00	0.00	90,000,000,00
Amount effectively recognized in the result for the fiscal year	0.00	90,000,000.00	0.00	90,000,000.00

(1) Corresponds to the number of officers and directors, as applicable, to whom variable compensation may be attributed and recognized in the Company's results for the year, in accordance with Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.

Fiscal year ending December 31, 2022				
	Board of Directors	Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	0	5	0	5
Number of remunerated members ⁽¹⁾	0.00	5	0.00	5
Bonus				
Minimum amount provided for in the compensation plan	None	0	None	0
Maximum amount provided for in the compensation plan	None	0	None	0
Amount provided for in the compensation plan, if goals are met.	None	0	None	0
Amount effectively recognized in the result for the fiscal year	None	0	None	0
Profit sharing				
Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	213,865,082.51	0.00	213,865.082,51
Amount provided for in the compensation plan, if goals are met.	0.00	74,500,000.00	0.00	74,500,000.00
Amount effectively recognized in the result for the fiscal year	0.00	74,500,000.00	0.00	74,500,000.00

(1) Corresponds to the number of officers and directors, as applicable, to whom variable compensation may be attributed and recognized in the Company's results for the year, in accordance with Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.

8.4. Share-based compensation plan

a) general terms and conditions

The Company did not have a share-based compensation plan in force in the last fiscal year or in the current fiscal year. The Company's Stock Option Plan, approved at the Annual and Special Shareholders' Meeting held on April 30, 2014, was terminated by the Board of Directors on May 12, 2021. It should be noted that no new options have been granted under this plan since 2018.

However, as mentioned in item 8.1 above, the statutory board of directors and the company's top executives were granted long-term variable compensation as profit-sharing, referenced to the price of the company's shares and paid on a deferred basis at the rate of 1/3 per year for three years. The members of the Board of Directors were also granted long-term variable compensation, also as profit-sharing, based on the price of the Company's shares and paid at the end of their term of office. As it is remuneration paid in cash, but indexed to the issue price of the shares, it is considered in the accounts and for the purposes of item 8 of the Reference Form as share-based compensation, although classified by the Company as profit-sharing. Item 8.20 presents complementary tables to those presented in item 8, showing the Company's best view in classifying these amounts as profit sharing, and not as share-based compensation.

b) approval date and responsible body

Not applicable

c) maximum number of shares covered

Not applicable

d) maximum number of options to be granted

Not applicable

e) conditions for the acquisition of shares

Not applicable

f) criteria for setting the acquisition or exercise price

Not applicable

g) criteria for fixing the term of acquisition or exercise

Not applicable

h) Settlement form

Settlement is made in cash, as provided for in items 8.1 and 8.4(a) above, on the payroll together with the payment of the profit-sharing program.

i) restrictions on the transfer of shares

Not applicable

j) criteria and events that, when verified, will cause the suspension, alteration or termination of the plan.

In the event of termination, death, disability, retirement, the terms and conditions contained in the 2022 and 2023 Profit Sharing Program and, in the case of the directors, the JBS Collective Bargaining Agreement will be observed. Also, in the event of early maturity mentioned in the Collective Bargaining Agreement of JBS, the terms and conditions of payment mentioned in the respective long-term variable compensation plans will be applied.

k) effects of withdrawal of the director from the issuer's bodies over its rights under the share-based compensation plan

In the event of termination of the director on the Company's initiative as a result of just cause, the Long-Term Variable Compensation granted to him/her, according to the rules of reserve of right, will be automatically extinguished by operation of law, regardless of prior notice or compensation in any capacity

8.5. Share-based compensation (Stock options)

Justification for not completing the table:

No stock options were granted in the last three fiscal years and, since 2021, there has been no stock option plan in force.

8.6. Granting of stock options

No stock options were granted in the last three fiscal years and, since 2021, there has been no stock option plan in force.

8.7. Open options

There were no open options of the board of directors and statutory board at the end of the last fiscal year.

8.8. Options exercised and shares delivered

No stock options or stock delivery were exercised in the last three fiscal years and, since 2021, there has been no stock option plan in force.

8.9. Share-based compensation, to be delivered directly to beneficiaries

Not applicable, since the Company does not have and has not had, in the last three fiscal years, share-based compensation plans, in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries.

8.10. Granting of shares

Not applicable, since the Company does not have and has not had, in the last three fiscal years, share-based compensation plans, in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries.

8.11. Delivered shares

Justification for not completing the table:

Not applicable, since the Company does not have and has not had, in the last three fiscal years, share-based compensation plans, in the form of shares to be delivered directly to the beneficiaries.

8.12. Pricing of shares/options

As indicated in item 8.1 above, the Company's profit sharing plan has a component whose amount is linked to the quotation of the Company's shares. For this reason, accounting and for the purposes of this item 8 of the Reference Form, this portion must be recorded as being share-based interest. Item 8.20 presents tables complementary to those presented throughout item 8, showing the Company's best view in the classification of these values as profit sharing, and not as share-based compensation. The information below pertains to this portion of the variable compensation:

a) *pricing model*

The value for calculating the Long-Term Variable Compensation is given by the average of the last 30 previous trading days, weighted by the volume, of the shares of JBS at the closing of the disclosure of the annual result.

b) *data and assumptions used in the pricing model, including the weighted average price of stocks, vesting price, expected volatility, option's time to expiration, expected dividends and the free risk interest rate.*

The assumption used in the pricing model is the weighted average price of the shares: average of the price of the Company's shares on B3, weighted by the trading volume in the last 30 (thirty) trading sessions prior to the date of publication of the annual result.

c) *method used and the assumptions made to incorporate the expected effects of early exercise*

Not applicable

d) *how to determine the expected volatility*

Not applicable. The unit value of the long-term incentive is determined by the average of the last 30 (thirty) trading sessions prior to the date of publication of the result.

e) *if any other characteristic of the option was incorporated in measuring its fair market value*

Not applicable. Long-Term Variable Compensation is not in the form of stock options.

8.13. Holdings by body

Fiscal year ending December 31, 2024

Body	Ordinary Shares	Total
Board of Directors	188.617	0,01%
Board of Executive Officers	11.810.776	0,53%
Audit Committee	15.900	0,001%

Pursuant to Annex C of CVM Resolution No. 80, of March 29, 2022, as amended, to avoid duplication, the securities held by members of the Board of Directors who are also members of the Executive Board were disclosed only in the securities held by the members of the Board of Directors.

8.14. Pension plans

Not applicable, since the Company does not offer a pension plan to the members of the Board of Directors or the statutory officers on the date of this Reference Form.

8.15. Minimum, average and maximum compensation

Annual values	Statutory Board of Executive Officers			Board of Directors			Audit Committee		
	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022	12/31/2024	12/31/2023	12/31/2022
No. of members	c	5	5	11	9	9	5	5	4
No. of remunerated members	4	4,4	5	10,33	8,57	9	4	4	4
Amount of the highest individual compensation	63,282,432.81	54,638,232.37	53,328,574.27	2,251,999.99	2,049,800.00	1,380,000.00	423,274.80	467,177.14	434,916.82
Amount of lowest individual compensation	8,691,448.61	7,569,693.65	7,399,321.50	900,000.00	1,014,700.00	660,000.00	423,274.80	466,001.38	434,916.82
Average value of individual compensation	26,255.239.43	26,730,224.23	23,949,168.28	1,452,984.83	1,600,678.72	1,098,767.62	423,274.80	466,295.32	434,916.82

8.16. Compensation mechanisms

Not applicable, since the Company has no mechanisms for compensating or indemnifying directors in case of dismissal or retirement.

8.17. Percentage of related parties in the compensation

Financial year to be ended December 31, 2025			
Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee
Total compensation of the body (R\$)	27,27%	0%	-
Total compensation of members who are related to the controlling shareholders (R\$)	27,27%	0%	-
Percentage of related parties' compensation in relation to the total paid	27,27%	0%	-

Fiscal year ending December 31, 2024			
Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee
Total compensation of the body (R\$)	27,27%	0%	-
Total compensation of members who are related to the controlling shareholders (R\$)	27,27%	0%	-
Percentage of related parties' compensation in relation to the total paid	27,27%	0%	-

Fiscal year ending December 31, 2023			
Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee
Total compensation of the body (R\$)	11.11%	20%	-
Total compensation of members who are related to the controlling shareholders (R\$)	11.11%	20%	-
Percentage of related parties' compensation in relation to the total paid	11.11%	20%	-

Fiscal year ending December 31, 2022			
Body	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee

Total compensation of the body (R\$)	11.11%	20%	-
Total compensation of members who are related to the controlling shareholders (R\$)	11.11%	20%	-
Percentage of related parties' compensation in relation to the total paid	11.11%	20%	-

8.18. Compensation - Other functions

It has not been recognized in the Company's results in the last 3 fiscal years, and there is no forecast for the current fiscal year of any compensation other than that previously reported in item 8.2.

8.19. Compensation recognized in the controller/controlled company

Fiscal year ending December 31, 2025 - compensation received as a result of holding office in the issuer

Body	Board of Directors	Statutory board of executive officers	Audit Committee	Total
Direct and indirect controllers	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Issuer's subsidiaries	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Companies under common control	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00

Fiscal year ending December 31, 2025 - other compensation received due to the exercise of the role of manager in subsidiary of the Company

Body	Board of Directors	Statutory board of executive officers	Audit Committee	Total
Direct and indirect controllers	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00
Issuer's subsidiaries	R\$0,00	R\$21,139,02 7.95	R\$0,00	R\$21,139,02 7.95
Companies under common control	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00

Fiscal year ending December 31, 2024 - compensation received as a result of holding office in the issuer

Body	Board of Directors	Statutory board of executive officers	Audit Committee	Total
Direct and indirect controllers	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Issuer's subsidiaries	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Companies under common control	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00

Fiscal year ending December 31, 2024 - other compensation received due to the exercise of the role of manager in subsidiary of the Company

Body	Board of Directors	Statutory board of executive officers	Audit Committee	Total
Direct and indirect controllers	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00

Issuer's subsidiaries	R\$0,00	R\$43,020,47 1.02	R\$0,00	R\$43,020,47 1.02
Companies under common control	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00

Fiscal year ending December 31, 2023 - compensation received as a result of holding office in the issuer

Body	Board of Directors	Statutory board of executive officers	Audit Committee	Total
Direct and indirect controllers	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Issuer's subsidiaries	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Companies under common control	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00

Fiscal year ending December 31, 2023 - other compensation received due to the exercise of the role of manager in subsidiary of the Company

Body	Board of Directors	Statutory board of executive officers	Audit Committee	Total
Direct and indirect controllers	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Issuer's subsidiaries	R\$0.00	R\$5,526,661 .35	R\$0,00	R\$5,526,661 .35
Companies under common control	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00

Fiscal year ending December 31, 2022 - compensation received as a result of holding office in the issuer

Body	Board of Directors	Statutory board of executive officers	Audit Committee	Total
Direct and indirect controllers	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Issuer's subsidiaries	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Companies under common control	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00

Fiscal year ending December 31, 2022 - other compensation

Body	Board of Directors	Statutory board of executive officers	Audit Committee	Total
Direct and indirect controllers	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00

Issuer's subsidiaries	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00
Companies under common control	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00	R\$0.00

8.20. Other relevant information

Further clarification on the remuneration planned for the financial year 2025

In relation to the compensation expected for the fiscal year 2024, the annual compensation of the directors and members of the Fiscal Council and the Statutory Audit Committee of the Company for the fiscal year 2024 was approved at the ordinary general meeting of shareholders of the Company, on an accrual basis, the amount of up to R\$269,342,164.59. It is important to note, however, that such amount covers the remuneration of independent members of the Statutory Audit Committee who are not members of the Board of Directors and/or the Executive Board and/or the Fiscal Council of the Company – so that the difference between (i) the amount approved by the general meeting and (ii) the projection of remuneration for the fiscal year 2025 indicated in item 8.2 above refers precisely to the remuneration of such independent members of the Statutory Audit Committee.

Additional clarification on Audit Committee compensation and benefits

The compensation of the Audit Committee and the benefits paid to the directors, which are reported in the tables of item 8.2, are not considered, as provided for in the applicable accounting standards, in the compensation of the management informed in the Company's financial statements.

Further clarification on item 8.1 (c)

As explained in item 8.1 above, the profit sharing attributed to statutory officers and members of the board of directors has a component linked to the evolution of the price of shares issued by the Company and, for this reason, the amounts corresponding to this portion are, for the purposes of items 8.1, 8.2 and 8.3 of this Reference Form, considered share-based compensation.

Thus, we present below as complementary information the tables of item 8.1(c) adjusted according to the Company's best view, presenting the values of participation in the results linked to the quotation of the Company's shares computed as variable compensation, and not as share-based compensation:

Fiscal year ending December 31, 2024	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Committees
Fixed Compensation	100%	22%	100%	100%
Variable Compensation	0%	78%	0%	0%
Post-employment	0%	0%	0%	0%
Share-based	0%	0%	0%	0%
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Fiscal year ending December 31, 2023	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Committees
Fixed Compensation	94%	23%	100%	100%
Variable Compensation	6%	77%	0%	0%
Post-employment	0%	0%	0%	0%
Share-based	0%	0%	0%	0%
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Fiscal year ending December 31, 2022	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Committees
Fixed Compensation	100%	22%	100%	100%
Variable Compensation	0%	78%	0%	0%
Post-employment	0%	0%	0%	0%
Share-based	0%	0%	0%	0%
T O T A L	100.00%	100.00%	100.00%	100.00%

Further clarification on item 8.2

The difference between the total amount of the compensation presented in item 8.2 and the amount reported in the notes to the Company's financial statements is essentially due to the consolidation of the amounts related to the share-based compensation plan of the executives of the indirect subsidiary JBS USA, which was finalized in the year 2024 (according to the amounts presented in the share-based compensation line of note 9 to the financial statements). No director of the Company is a beneficiary of said program.

As explained in item 8.1 above, the profit sharing attributed to statutory officers and members of the board of directors has a component linked to the evolution of the price of shares issued by the Company and, for this reason, the amounts corresponding to this portion are, for the purposes of items 8.1, 8.2 and 8.3 of this Reference Form, considered share-based compensation.

However, in the financial statements, this compensation of JBS managers is shown in the profit-sharing line in note 9 to the financial statements.

In addition, the amounts reported in item 8.2 as share-based compensation, which correspond to the deferred portion of the profit sharing attributed to statutory officers, do not reflect what was actually paid in each fiscal year to such officers, since such compensation is paid in three annual installments to the Executive Board, and at the end of the term to the Board of Directors, as explained in item 8.1. The amounts actually paid for this purpose in the fiscal years ended on December 31, 2024, 2023 and 2022 were

R\$7,268,710.00 R\$11,837,956.00, R\$12,399,907.53, respectively. These amounts include, depending on the individual case of each director, one or more deferred profit-sharing payments from previous years.

The amount of compensation as stated in the Company's Financial Statement dated December 31, 2024, of R\$62,542 (in thousands), includes the compensation of all executives of the Company and not only of its Executive Officers.

Thus, we present below the tables of item 8.2 adjusted according to the declared compensation of the managers in each year, different from the compensation actually paid, evidenced in item 8.2, and considering, as the Company's best view, the values of profit sharing linked to the quotation of the Company's shares computed as profit sharing and not as share-based compensation (as presented in item 8.2):

Total compensation provided for the Fiscal Year on 12/31/2024 - Annual Values				
	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	11	5	5	21
No. of remunerated members	10.33	4	4	18.33
Clarification				
Fixed annual compensation				
Salary or compensation for work	9,300,000.00	18,420,957.72	1,693,099.20	29,414,056.92
Direct and indirect benefits	0.00	241,872.45	0.00	241,872.45
Participation in committees	5,709,333.30	0.00	0.00	5,709,333.30
Others	3,001,866.66	5,157,868.16	338,619.84	8,498,354.66
Description of other fixed compensation	INSS charges	INSS charges	INSS charges	
Variable compensation				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	86,600.00	0.00	86,600.00
Participation in meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	0.00	0.00	0.00
Description of other variable compensation				
Post-employment	0.00	0.00	0.00	0.00
Termination of office	0.00	0.00	0.00	0.00
Share-based (including options)	0.00	0.00	0.00	0.00
Note	The number of members of the Company's Board of Directors and Statutory Executive			

	Board were calculated in line with the provisions of Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.			
Total compensation	18,011,199.96	110,420,698.33	2,031,719.04	130,463,617.33

Total Compensation for the Fiscal Year on 12/31/2023 - Annual Values

	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	9	5	5	19
No. of remunerated members	8.57	4.4	4	16.97
Clarification				
Fixed annual compensation				
Salary or compensation for work	7,173,333.33	21,612,986.62	1,865,181.28	30,651,501.23
Direct and indirect benefits		211,662.93		211,662.93
Participation in committees	4,370,333.34	0		4,370,333.34
Others	2,308,733.33	6,051,636.25	373,036.26	8,733,405.84
Description of other fixed compensation	INSS charges	INSS charges	INSS charges	
Variable compensation				
Bonus	0	0	0	0
Profit sharing	876000	96,000,000.00	0	96,876,000.00
Participation in meetings	0	0	0	0
Commissions	0	0	0	0
Others	0	0	0	0
Description of other variable compensation				
Post-employment	0	0	0	0
Termination of office	0	0	0	0
Share-based (including options)	0.00	0.00	0	0.00
Note	The number of members of the Company's Board of Directors and Statutory Executive Board were calculated in line with the provisions of Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.			
Total compensation	14,728,400.00	123,876,285.80	2,238,217.54	140,842,903.34

Total Compensation for the Fiscal Year on 12/31/2022 - Annual Values

	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	9	5	4	18
No. of remunerated members	9	5	4	18
Clarification				
Fixed annual compensation				
Salary or compensation for work	5,916,166.67	21,745,841.42	1,739,667.31	29,401,675.40
Direct and indirect benefits	0	192,586.11	0	192,586.11
Participation in committees	3,972,741.94	0	0	3,972,741.94
Others	1,977,781.72	6,088,835.60	347,933.46	8,414,550.78
Description of other fixed compensation	INSS charges	INSS charges	INSS charges	
Variable compensation				
Bonus	0	0	0	0
Profit sharing	0	98,000,000.00	0	98,000,000.00
Participation in meetings	0	-	0	0
Commissions	0	-	0	0
Others	0	-	0	0
Description of other variable compensation		-		0
Post-employment	0	-	0	0
Termination of office	0	-	0	0
Share-based (including options)	0	0.00	0	0.00
Note	The number of members of the Company's Board of Directors and Statutory Executive Board were calculated in line with the provisions of Circular Letter/Annual-2025-CVM/SEP.			
Total compensation	11,866,690.33	126,027,263.13	2,087,600.77	139,981,554.23

Further clarification on item 8.3

The information provided in item 8.3 above does not take into account the portion of the Executive Board's profit sharing that is deferred and indexed to the evolution of the Company's share price. For the purposes of items 8.1, 8.2 and 8.3 of this Reference Form, this portion is included in the share-based compensation line in item 8.2 of this Reference Form.

The tables below show the amounts if the amounts linked to the share price are considered profit sharing, which reflects the company's best view of this component of compensation:

Fiscal year: 12/31/2024

	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	11	5	5	21
No. of remunerated members	10.33	4	4	18.33
Clarification				

REGARDING THE BONUS

Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount provided for in the compensation plan if the targets set were achieved	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized in the fiscal year	0.00	0.00	0.00	0.00

REGARDING PROFIT SHARING

Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	224,092,873.40	0.00	224,092,873.40
Amount provided for in the compensation plan if the targets set were achieved	0.00	86,600,000.00	0.00	86,600,000.00
Amount effectively recognized in the fiscal year	0.00	86,600,000.00	0.00	86,600,000.00

Fiscal year: 12/31/2023

	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	9.00	5.00	5.00	19.00
No. of remunerated members	8.57	4.40	0.00	12.97
Clarification				

REGARDING THE BONUS

Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
---	------	------	------	------

Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount provided for in the compensation plan if the targets set were achieved	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized in the fiscal year	0.00	0.00	0.00	0.00

REGARDING PROFIT SHARING

Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	876,150.00	223,867,000.00	0.00	224,743,150.00
Amount provided for in the compensation plan if the targets set were achieved	713,900.00	96,000,000.00	0	96,876,000.00
Amount effectively recognized in the fiscal year	713,900.00	96,000,000.00	0	96,876,000.00

Fiscal year: 12/31/2022

	Board of Directors	Statutory Board of Executive Officers	Audit Committee	Total
Total number of members	9.00	5.00	4.00	18.00
No. of remunerated members	9.00	5.00	0.00	14.00
Clarification				

REGARDING THE BONUS

Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount provided for in the compensation plan if the targets set were achieved	0.00	0.00	0.00	0.00
Amount effectively recognized in the fiscal year	0.00	0.00	0.00	0.00

REGARDING PROFIT SHARING

Minimum amount provided for in the compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
Maximum amount provided for in the compensation plan	0.00	213,865,082.51	0.00	213,865,082.51
Amount provided for in the compensation plan if the targets set were achieved	0.00	98,000,000.00	0.00	98,000,000.00
Amount effectively recognized in the fiscal year	0.00	98,000,000.00	0.00	98,000,000.00

**ANNEX V TO THE MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE ANNUAL AND
EXTRAORDINARY GENERAL MEETING OF JBS S.A. TO BE HELD ON
APRIL 29, 2025**

**PROTOCOL AND JUSTIFICATION OF THE MERGER OF CONDESA
NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. BY THE COMPANY**

(As per item 1 of Annex I of CVM Resolution 81 of March 29, 2022)

**INSTRUMENT FOR THE PROTOCOL AND JUSTIFICATION OF THE
MERGER OF CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. BY JBS
S.A.**

The directors of the companies listed below, as well as the respective companies listed below:

- (i) **JBS S.A.**, a publicly-held company, headquartered in the City of São Paulo, State of São Paulo, at Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Vila Jaguara, Zip Code 05118-100, enrolled with the National Register of Legal Entities under CNPJ/MF No. 02.916.265/0001-60 ("JBS"); and
- (ii) **CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.**, a limited liability company, headquartered in the city of São Paulo, state of São Paulo, at Avenida Marginal Direita do Tietê, 500, Bloco II, Subsolo, Sala 36, Vila Jaguara, CEP 05118-100, and registered with the CNPJ/MF under No.05.703.088/0001-21 and registered with the Trade Board of the State of São Paulo under NIRE 35.234.678.258 ("CONDESA" and, together with JBS, "Parties", and each individually, "Party");

RESOLVE to sign, for the reasons and for the purposes detailed below, pursuant to articles 224 and 225 of Law No. 6.404, of December 15, 1976, as amended ("Corporation Law"), this Instrument of Protocol and Justification of Merger ("Protocol"), with the purpose of the merger of CONDESA by JBS, under the following terms and conditions:

1. INTRODUCTION

1.1. Purpose. The purpose of this Protocol is to substantiate the justifications, terms and conditions for the merger of CONDESA by JBS, with the consequent extinction of CONDESA and the transfer of all its assets to JBS ("Merger").

1.2. Justification. After analyzing the current dynamics and the situation of CONDESA and JBS, according to which JBS will be, on the date of the Merger, the direct holder of 100% (one hundred percent) of the share capital of CONDESA, the managements of the Parties decided to propose the Merger in the belief that the effective integration of the Parties' activities will allow the capture of efficiency gains and synergies derived from the reduction of operational, logistical and administrative costs and risks, as well as result in the optimization of management and simplification of the group's corporate structure.

2. VALUATION CRITERIA; TREATMENT OF EQUITY VARIATIONS

2.1. Form. As a result of the Merger, JBS will absorb all of CONDESA's assets, succeeding it, universally, in all its assets, rights and obligations, without any solution for continuity.

2.2. Base Date of Appraisal Report. The base date of CONDESA's equity valuation report is March 13, 2025 ("Base Date").

2.3. Evaluation Criteria. The assets, rights and obligations that make up CONDESA's equity, which will be absorbed by JBS, were valued at their respective book values.

2.4. Appraisal Company and Appraisal Report. The directors of the Parties hired, *ad referendum* of the Acts of Approval (as defined below), FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S - EPP, company headquartered in the city of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul, at Rua Vasco da Gama, Number 720, Conj. 401, Bairro Rio Branco, Zip Code: 90.420-110, registered in the CNPJ/MF under No. 08.272.086/0001-13, and CREARS under No.º 149.214 ("Appraiser"), as the specialized company responsible for preparing the appraisal report on the net worth of CONDESA, for its book value, on the Base Date ("Appraisal Report"), which will be an integral and inseparable part of this Protocol for all due legal purposes in the form of Annex A.

2.4.1. Under the terms of article 227, paragraph 1 of the Brazilian Corporation Law, the appointment and hiring of the Appraiser will be submitted for ratification at the general meeting of JBS that resolves on the Merger.

2.4.2. Considering that, on the date of the Merger, JBS will be the direct holder of 100% (one hundred percent) of the share capital of CONDESA, article 264 of the Brazilian Corporate Law is not applicable to the Merger, so that it will not be necessary to prepare the report referred to in said provision, in view of the decision issued on February 15, 2018 by the Board of the Brazilian Securities Commission ("CVM") within the scope of SEI Process No. 19957.011351/2017-21 in this regard, and pursuant to Memorandum No. 3/2019- CVM/SDM/GDN-1, of April 09, 2019.

2.4.3. The Appraiser declares **(i)** that there is no conflict or communion of interests, current or potential, with the Parties and their partners, or even with regard to the Merger; and **(ii)** the partners or administrators of the Parties have not directed, limited, hindered or performed any acts that have or may have compromised access, use or knowledge of information, goods, documents or work methodologies relevant to the quality of its conclusions. The Appraiser was selected for the work described here considering her wide and notorious experience in the preparation of reports and appraisals of this nature.

2.4.4. JBS will bear all costs related to hiring the Appraiser to prepare the Appraisal Report.

2.5. Net Equity to be Paid-in and Change of Capital Stock. Pursuant to the Valuation Report and for the purposes of the Merger, the value of CONDESA's equity on the Base Date is zero.

2.5.1. The Merger will not result in a capital increase for JBS and, consequently, there will be no issuance of new shares, nor any share substitution relationship. The Merger will not result in an increase in JBS's capital, and consequently there will be no issuance of new shares or substitution of shares, since, on the Merger date, JBS will hold all of CONDESA's capital stock and, therefore, CONDESA's net worth is already fully reflected in JBS's net worth.

CONDESA's Equity Elements to be Transferred to JBS. As a result of the merger, all the assets and liabilities of the merged company should be transferred to the merger company. However, CONDESA does not register any asset, right or obligation to be transferred to JBS.

2.6. Asset variations. The equity variations occurring between the Base Date and the effective date of the Merger will be absorbed by JBS, including both the eventual positive and negative results originated from changes in this period, considering, in each case, the respective equity elements transferred.

3. CORPORATE APPROVALS AND CAPITAL STOCK

3.1. Acts of Approval. The completion of the Merger will depend on the following acts, which must be coordinated so as to take place on the same date at first call:

- (i) JBS Extraordinary General Meeting to resolve on (a) the execution of this Protocol, (b) the ratification of the appointment and hiring of the Appraiser, (c) the Appraisal Report, (d) the Merger, under the terms of this Protocol, and (e) authorization to the Board of JBS to perform all acts necessary for the effectiveness and implementation of the matters to be resolved by JBS shareholders at the said Extraordinary General Meeting (“AGE JBS”); and
- (ii) Meeting of CONDESA's Members to resolve on (a) the execution of this Protocol, (b) the Merger, under the terms of the Protocol, and (c) the authorization to CONDESA's management to practice all the acts necessary for the effectiveness and implementation of the matters to be resolved at the said Members' Meeting (“CONDESA Members' Meeting” and, jointly with the JBS AGE, “Acts of Approval”).

3.1.1. The Parties acknowledge that, since the Merger will not result in an increase in JBS's capital stock, its Articles of Incorporation shall not be amended for this specific purpose.

3.1.2. The Parties agree that the Merger shall only be consummated and take effect as from April 29, 2025.

4. OTHER COVENANTS

4.1. Pro Forma Financial Information. Considering that the Merger **(i)** does not represent a dilution greater than 5% (five percent), considering that it will not result in a capital increase of JBS since CONDESA is a wholly owned subsidiary of JBS and, consequently, there will be no issuance of new shares nor any exchange ratio, and **(ii)** does not constitute a relevant transaction, for the purposes of OCPC Technical Guidance No. 06, the obligations set forth in Chapter III of CVM Resolution No. 78/2022 do not apply to the Merger.

4.2. Right of Withdrawal. The Merger will not give rise to any right of withdrawal for the shareholders of JBS(*i.e.*, incorporating company), since the applicable legislation limits such right to the shareholders of CONDESA (*i.e.*, incorporated) and, on the date of the Merger, JBS will hold 100% (one hundred percent) of CONDESA's capital stock. Consequently, there is no dissenting partners, no right to withdraw, and no reimbursement amount as a result of the Merger.

5. FINAL PROVISIONS

5.1. Succession in Rights and Obligations. Pursuant to article 227 of the Brazilian Corporate Law, JBS will assume active and passive responsibility for the equity of CONDESA, which is transferred to it under the terms of this Protocol by virtue of the Merger, without interruption.

5.2. Implementation. It will be up to the Parties' management to perform all acts, registrations and entries necessary to implement the Merger after the Acts of Approval, including recognizing the existence of any asset or right transferred to JBS by means of the Merger.

5.3. Disclosure. The applicable documentation will be available to the shareholders of JBS, as of the date of the call for the Acts of Approval, **(i)** at its headquarters; **(ii)** on the Investor Relations *website* of JBS (<https://ri.jbs.com.br/>); and **(iii)** on the *websites* of the CVM and B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

5.4. Amendment. This Protocol may only be amended by means of a written instrument signed by the Parties.

5.5. Nullity and Ineffectiveness. The eventual declaration by any court of nullity or ineffectiveness of any of the agreements contained in this Protocol will not affect the validity and effectiveness of the others, which will be fully complied with, obliging the Parties to make their best efforts in order to validly adjust to obtain the same effects as the agreement that has been annulled or has become ineffective.

5.6. Waiver. The failure or delay of either Party to exercise any of its rights under this Protocol shall not be deemed a waiver or novation and shall not affect the subsequent exercise of such right. Any waiver will be effective only if specifically granted and in writing.

5.7. Irrevocability and Irretractability. This Protocol is irrevocable and irreversible, and the obligations assumed by the Parties herein also bind their successors in title.

5.8. Assignment. The assignment of any of the rights and obligations agreed in this Protocol is prohibited without the prior express written consent of the Parties.

5.9. Enforcement Instrument. This Protocol, signed in the presence of two (2) witnesses, serves as an extrajudicial enforcement instrument in the form of the civil procedural legislation, for all legal effects. The Parties hereby acknowledge that **(i)** this Protocol constitutes an extrajudicial enforcement instrument for all purposes and effects of Law No. 13105 of March 16, 2015, as amended; and **(ii)** it is subject to specific execution in the form of the legislation in force.

5.10. Applicable Law. This Protocol will be interpreted and governed by the laws of the Federative Republic of Brazil.

5.11. Jurisdiction. The Parties and their respective administrations elect the Central Court of the Judicial District of São Paulo, State of São Paulo, to settle any divergences arising from this Protocol.

And, in witness whereof, the officers of the Parties sign this Protocol in two (2) counterparts of equal content and form and for one sole purpose, together with the witnesses below.

São Paulo, April 29, 2025.

[Remaining page intentionally left blank]

[Signature page of the Instrument for the Protocol and Justification of the merger of CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. by JBS S.A.]

JBS S.A.

Name:
Title:

Name:
Title:

CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.

Name:
Title:

Name:
Title:

Witnesses:

Name:
CPF:

Name:
CPF:

ANNEX A
CONDESA Appraisal Report

**ANNEX VI TO THE MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE ANNUAL AND
EXTRAORDINARY GENERAL MEETING OF JBS S.A. TO BE HELD ON
APRIL 29, 2025**

APPRAISER INFORMATION

(As per Annex L of CVM Resolution 81 of March 29, 2022)

1. List the appraisers recommended by management

The Board of Directors of JBS recommends the following specialized company for the preparation of the Condesa Report: Factum – Avaliações e Consultoria S/S – EPP, headquartere at Rua Vasco da Gama, nº 720, conj. 401, Bairro Rio Branco, in the municipality of Porto Alegre, state of Rio Grande do Sul, Zip Code 90.420-110, registered with CRC-RS 149.214 and with CNPJ/MF (Corporate Taxpayer Registration) under number 08.272.086/0001-13 (“Factum”).

2. Describe the training of the recommended appraisers

The Appraiser was selected as the specialist company responsible for preparing the Condesa Report, taking into account its extensive and notorious experience in preparing reports and appraisals of this nature. For more information about the training of the Appraiser, see the information in Annex IX of this Board of Director's Proposal.

3. Provide a copy of the work proposals and remuneration of the recommended appraisers

See the work proposal in Annex IX of this Board of Director's Proposal.

4. Describe any relevant relationship existing in the last three (3) years between the recommended appraisers and parties related to the company, as defined by the accounting rules that deal with this subject

Year	Scope	Scope Detailing	Cost
2023	Appraisal	Preparation of appraisal reports for the companies BRAZSERVICE WET LEATHER S/A, ENERSEA COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. and MC SERVICE LTDA., merged by JBS as approved at the AGM held on 04/24/2023.	R\$ 8,000.00 (eight thousand reais)

**ANNEX VII TO THE MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE ANNUAL AND
EXTRAORDINARY GENERAL MEETING OF JBS S.A. TO BE HELD ON APRIL 29, 2025**



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

CONDESA NORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

**Appraisal Report of the Net Asset formed by certain assets and
liabilities calculated through the accounting books for the purpose
of the Merger.**

On March 13, 2025.

Table of Contents

Accounting appraisal report for the purpose of the merger

Annex I - Trial balance as at December 31, 2024.

Appraisal Report of the Net Asset formed by certain assets and liabilities calculated through the accounting books for the purpose of the Merger.

I - INTRODUCTION

FACTUM AVALIAÇÕES E CONSULTORIA S/S - EPP, a company headquartered at Rua Vasco da Gama, number 720, Conj. 401, Bairro Rio Branco, Zip Code: 90.420-110, in the city of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul, registered with CNPJ/ME (Corporate Taxpayer Registration) under No. 08.272. /0001-13, hereby represented by its member João Paulo Mynarski Silveira, Brazilian, Married, Civil Engineer, CPF 945.258.540-49 domiciled at Rua Vasco da Gama, Number 720, Conj. 401, Bairro Rio Branco, Zip Code: 90.420-110, in the city of Porto Alegre, State of Rio Grande do Sul and by João Batista Alves Wecki, Accountant, Brazilian, Divorced, enrolled with CRC/RS under No. 65.851/O-7, CPF (Individual Taxpayer Registration) No. 364.415.890/87, domiciled at rua Joaquim Cruz, 521 - Bairro Santo Antônio, Porto Alegre/RS - Zip Code: 90.660-300, was hired by **CONDESA NORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.**, a private company, headquartered at Avenida Marginal Direita do Tietê, nº 500, bloco II, subsolo, sala 36, Vila Jaguara, Zip Code 05118-100, and enrolled with CNPJ/ME under No. 05.703.088/0001-21 (hereinafter referred to simply as "**CONDESA ALIMENTOS**"), herein represented by its Director Joselman Antônio dos Santos, Brazilian, married under partial community property regime, accountant, holder of Identity Card RG no. 9724.948-SSP/MT and enrolled with CPF/MF under no. 487.810.291-87, with business address in the city of São Paulo, state of São Paulo, with business address in the same city, at Avenida Marginal Direita do Tietê, No. 500, bloco II, subsolo, sala 36, Vila Jaguara, CEP 05118-100., and by **JBS S/A**, a publicly-held company, headquartered at Avenida Marginal Direta do Tietê, No. 500, bloco I 3º. Andar, Vila Jaguará, Municipality of São Paulo, State of São Paulo - Zip Code 05.118-100, and enrolled with the National Register of Legal Entities under CNPJ/ME No. 02.916.265/0001-60 (hereinafter referred to as "**JBS**"), represented hereby by its Director Gilberto Tomazoni, Brazilian, Married, Engineer, bearer of Identity Card No. No. 760187 SSP/SC and CPF 341.840.159/72, resident and domiciled in the City of São Paulo, State of São Paulo, with business address in the same city, located at Avenida Marginal Direta do Tietê, No. 500, bloco I 3º. Andar, Vila Jaguará, Municipality of São Paulo in the State of São Paulo - CEP 05.118-100, to carry out (i) the accounting evaluation of the assets and liabilities related to the social activity of the company that is the manufacture of dairy products (the "Asset Collection"), which make up its shareholders' equity on March 13, 2025, to be spun-off and conferred to **JBS S/A** and (ii) the statement of the accounting shareholders' equity of **JBS S/A** on March 13, 2025, which will incorporate the assets and liabilities of "**CONDESA ALIMENTOS**", presents below the result of its work. It is worth clarifying that the merger process of the Assets described in item (i) above, are part of the unification of operations to be carried out, as described below.

II - PURPOSE OF THE EVALUATION

The purpose of this report is (i) the valuation, at book value, of the Assets, on March 13, 2025, for the purposes of the Merger of "**CONDESA ALIMENTOS**", with the total version of its assets to "**JBS**", for specific purposes of the merger, all in accordance with the provisions of Arts. 8, 226, 227, 229 and 252 of Law no. 6.404/76, as amended and in force, and in accordance with the specific criteria and forms established in this valuation report (the "Appraisal Report").

III - EVALUATION CRITERIA

The net value of the Net Assets was determined exclusively based on the accounting position presented in the "**CONDESA ALIMENTOS**" VERIFICATION BALANCE SHEET, drawn up on December 31, 2024 for this purpose, and which has remained unchanged since that date, (ANNEX I), prepared under the responsibility of the "**CONDESA ALIMENTOS**"management.

IV - METHODOLOGY OF THE WORK

Our work mainly comprised: (a) application of analytical review procedures, (b) inquiry and discussion with the managers responsible for the accounting, financial and operational areas, regarding the main and criteria adopted in the preparation of these financial statements; (c) inquiry and discussion with the managers, regarding the existence of possible contingencies of a tax, civil and labor nature that are not adequately disclosed in the financial statements; and (d) review of the information and subsequent events that have or may have relevant effects on the financial situation and operations of "**CONDESA ALIMENTOS**".

V - THE EQUITY COLLECTION TO BE CONFERRED

The Net Assets of "**CONDESA ALIMENTOS**" to be granted to "**JBS**" refers to 100.00% of equity, which on the date has a zero balance.

VI - BALANCE SHEET OF "**CONDESA ALIMENTOS**", BEFORE MERGER.

Trial Accounting Balance Sheet
Condesa Norte Indústria e Comércio Ltda
Cnpj: 05.703.088/0001-2
Base date: 12/31/2024

Asset	0.00	Liability	0.00
Current Assets	0.00	Current Liabilities	0.00
Non-Current Assets	0.00	Non-Current Liabilities	0.00
Permanent	0.00	Shareholders' equity	0.00

As of the merger, "**JBS**" will succeed "**"CONDESA ALIMENTOS"**", , in all its assets, liabilities, rights and obligations, without any interruption of continuity, and the shares held by "**JBS**" in the capital stock of "**CONDESA ALIMENTOS**" will be canceled due to the extinction of "**CONDESA ALIMENTOS**", resulting from its incorporation into "**JBS**".

VII - ASSETS, RIGHTS AND OBLIGATIONS

On the date of the event, no assets, rights and obligations contained in the Assets are recorded, and the financial statements with zero balances since December 31, 2024, duly accounted for in accordance with the accounting practices adopted in Brazil, applied in a uniform and consistent manner, having their proper and proper documentation, and the existence of any liens or claims of third parties is not verified

VIII - CONCLUSION

Based on the work carried out, we conclude that the net book value of the Net Assets, to be merged from "**CONDESA ALIMENTOS**" by "**JBS**" is zero book value, as shown in the balance sheet of December 31, 2024, contained in ANNEX I, which represents the assets and liabilities of the Company, and that "**JBS**" holds 100% of the capital stock of "**CONDESA ALIMENTOS**", and therefore, it already recognizes in its assets the investment in subsidiaries, corresponding to the value of the net equity of "**CONDESA ALIMENTOS**", and that the capital stock of "**JBS**" will not change with the event of the merger of "**CONDESA ALIMENTOS**".

IX - CLOSING

In compliance with legal requirements and procedures, we hereby inform you that:

In accordance with the professional standards established by the Federal Accounting Council, we are not aware of a direct or indirect conflict of interest, nor of any other circumstance that represents a conflict of interest in relation to the services that were provided by us and that are previously described; and

We are not aware of any action by the managers of "**CONDESA ALIMENTOS**" and "**JBS**" with the objective of directing, limiting, hindering or practicing any acts that have or may have compromised access, use or knowledge of information, assets, documents or work methodologies relevant to the quality of the respective conclusions.

This report contains 8 (eight) sequentially numbered sheets.

There being nothing further, we issue this report, and date and sign all copies digitally.

São Paulo, March 13, 2025.

Factum Avaliações e Consultoria S/S
Cnpj - 08.272.086/0001-13

João Batista Alves Wecki
CRCRS - 065851.0-7



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

ANNEX I - TRIAL DETERMINATION BALANCE SHEET - December 31, 2024



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

Company: CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Sheet: 1

CNPJ: 05.703.088/0001-21

Period: 01/01/2024 to 12/31/2024

Trial Balance Sheet

Accounting Account	Account Description	Previous Balance	Debit	Credit	Current Balance
1 ASSET		8,364,261.00D	8,668,290.00	17,032,551.00	0.00 D
1.1 CURRENT ASSETS		0.00 D	8,288,253.75	8,288,253.75	0.00 D
1.1.02 RECEIVABLE ACCOUNTS		0.00 D	8,288,253.75	8,288,253.75	0.00 D
1.1.02.02 CLIENTS		0.00 D	8,288,253.75	8,288,253.75	0.00 D
1.1.02.02.00001 JBS S/A		0.00 D	8,288,253.75	8,288,253.75	0.00 D
1.3 PERMANENT ASSETS		8,364,261.00D	380,036.25	8,744,297.25	0.00 D
1.3.01 REAL ESTATE		8,364,261.00D	380,036.25	8,744,297.25	0.00 D
1.3.01.01 REAL ESTATE		8,668,290.00D	0.00	8,668,290.00	0.00 D
1.3.01.01.00001 CARS AND VEHICLES		28,000.00D	0.00	28,000.00	0.00 D
1.3.01.01.00002 CONSTRUCTIONS AND BUILDINGS		5,975,000.00D	0.00	5,975,000.00	0.00 D
1.3.01.01.00005 MACHINERY AND EQUIPMENT		1,844,300.00D	0.00	1,844,300.00	0.00 D
1.3.01.01.00006 FURNITURE AND FIXTURES		990.00D	0.00	990.00	0.00 D
1.3.01.01.00007 LAND		820,000.00D	0.00	820,000.00	0.00 D
1.3.01.03 ACCUMULATED DEPRECIATION		304,029.000	380,036.25	76,007.25	0.00 D
1.3.01.03.00001 CARS AND VEHICLES		5,600.4C	7,000.05	1,400.01	0.00 D
1.3.01.03.00002 CONSTRUCTIONS AND BUILDINGS		119,499.96C	149,374.95	29,874.99	0.00 D
1.3.01.03.00005 MACHINERY AND EQUIPMENT		178,830.00C	223,537.50	44,707.50	0.00 D
1.3.01.03.00006 FURNITURE AND FIXTURES		99.000	123.75	24.75	0.00 D
2 LIABILITY		8,364,261.000	9,613,109.61	1,248,848.61	0.000
2.2 PASSIVO EXK3TVEL A LONGO PRAZO		7,701,833.07C	8,288,253.75	586,420.68	0.000
2.2.03 MUTUAL FUND		7,701,833.07C	8,288,253.75	586,420.68	0.000
2.2.03.01 CURRENT ACCOUNT BETWEEN COMPANIES		7,701,833.07C	8,288,253.75	586,420.68	0.000
2.2.03.01.00001 CURRENT ACCOUNT BETWEEN COMPANIES - JBS		7,701,833.07C	8,288,253.75	586,420.68	0.000
2.3 NET EQUITY		662,427.93C	662,427.93	0.00	0.000
2.3.01 SUBSCRIBED SHARE CAPITAL		8,500,000.00C	0.00	0.00	8,500,000.000
2.3.01.01 PAID-IN SHARE CAPITAL		8,500,000.00C	0.00	0.00	8,500,000.000
2.3.01.01.00002 SHARE CAPITAL		8,500,000.00C	0.00	0.00	8,500,000.000
2.3.02 ACCUMULATED EARNINGS AND LOSSES		7,837,572.07D	662,427.93	0.00	8,500,000.000
2.3.02.01 ACCUMULATED EARNINGS AND LOSSES		7,837,572.07D	662,427.93	0.00	8,500,000.000
2.3.02.01.00001 ACCUMULATED LOSSES		7,837,572.07D	662,427.93	0.00	8,500,000.00 D
2.8 ZEROING OUT ACCOUNT		0.00C	662,427.93	662,427.93	0.000
2.8.01 ZEROING OUT ACCOUNT		0.00C	662,427.93	662,427.93	0.000
2.8.01.01 ZEROING OUT ACCOUNT		0.00C	662,427.93	662,427.93	0.000
2.8.01.01.00001 ZEROING OUT ACCOUNT		0.00C	662,427.93	662,427.93	0.000
4 EXPENSES		0.00D	662,427.93	662,427.93	0.00 D
4.1 OPERATING EXPENSES		0.00 D	662,427.93	662,427.93	0.00 D
4.1.01 ADMINISTRATIVE EXPENSES		0.00 D	662,427.93	662,427.93	0.00 D
4.1.01.01 GENERAL AND ADMINISTRATIVE EXPENSES		0.00D	662,427.93	662,427.93	0.00 D
4.1.01.01.00010 ADM PROCEEDINGS		0.00D	586,420.68	586,420.68	0.00 D
4.1.01.01.00100 DEPRECIATION AND AMORTIZATION		0.00D	76,007.25	76,007.25	0.00 D

- - - -



FACTUM BRASIL

Consultoria | Avaliação | Patrimonial | Econômica

Company: CONDESA NORTE INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA

Sheet: 2

CNPJ: 05.703.088/0001-21

Period: 01/01/2024 to 12/31/2024

Trial Balance Sheet

Accounting Account	Account Description	Previous Balance	Debit	Credit	Current Balance
ASSET		8.3(34,261.00 D	8,668,290.00	17,032,551.00	0.00 D
LIABILITY		8,364,261.00 C	9,613,109.61	1,248,848.61	0.00 C
REVENUE		0.00 C	0.00	0.00	0.00 C
EXPENSES		0.00 D	662,427.93	662,427.93	0.00 D
COST		0.00 D	0.00	0.00	0.00 D
RESULT		0.00 D	0.00	0.00	0.00 D
RESULT					0.00

**ANNEX VIII TO THE MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE ANNUAL AND
EXTRAORDINARY GENERAL MEETING OF JBS S.A. TO BE HELD ON
APRIL 29, 2025**

INFORMATION ON CONDESA MERGER

(As per Annex I of CVM Resolution 81 of March 29, 2022)

1. Protocol and justification of the operation, pursuant to arts. 224 and 225 of Law n° 6.404, of 1976.

The Condesa Protocol integrates the present Proposal in the form of Annex V.

2. Other agreements, contracts and pre-contracts regulating the exercise of voting rights or the transfer of shares issued by the subsisting companies or resulting from the operation, filed at the company's headquarters or to which the company's controller is a party.

No agreement, contract or pre-contract was entered into in connection with the Condesa Merger regulating the exercise of voting rights or the transfer of shares issued by the Company.

The Company also has no shareholders' agreement filed at its headquarters.

3. Description of the operation, including:

- (a) Terms and conditions:

The operation consists of the incorporation by the Company of **CONDESA NORTE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA**, a limited liability company, headquartered at Avenida Marginal Direita do Tietê, n. 500, Bloco II, Subsolo, Sala 36, Vila Jaguara, in the City of São Paulo, State of São Paulo, CEP (Zip Code) 05118-100, and registered with the CNPJ/MF (Corporate Taxpayer Registration) under no.05.703.088/0001-21 and its articles of incorporation with the Trade Board of the State of São Paulo under NIRE 35.234.678.258, under the terms and conditions of the Condesa Protocol.

The Condesa Merger, if approved, will result in the full transfer to the Company of Condesa's net equity, as calculated in the Condesa Report. As a result, the Company will replace its investment in Condesa in the books with the net assets corresponding to such equity interest, and Condesa's legal personality will be extinguished.

Considering that the Company holds 100% (one hundred percent) of the share capital of Condesa, the Condesa Merger will not result in an increase in the Company's share capital, nor in the issuance of new shares by the Company – and, consequently, there will be no issuance of new shares by the Company, nor any share replacement relationship.

In addition, the Condesa Merger will not give rise to any right of withdrawal to the shareholders of the Company (acquiring company), since the applicable legislation limits such right to the partners of the Condesa (merged company) and the Company holds 100% (one hundred percent) of the capital stock of the Condesa. Consequently, there is

no need to talk about dissenting partners, the right of withdrawal or the reimbursement amount as a result of the Condesa Merger.

The Condesa Merger aims to allow the capture of efficiency gains with the optimization of management and the simplification of the corporate structure of the Company's group.

The other terms and conditions of the Condesa Merger are described in the Condesa Protocol, which integrates this Proposal in the form of Annex V.

(b) Obligations to indemnify:

- (i) the directors of any of the companies involved;

Not applicable, and there is no obligation to indemnify the directors of the Company or Condesa.

(ii) if the operation does not go ahead.

Not applicable, as there is no obligation to indemnify arising from failure to complete the operation.

(c) Comparative table of the rights, advantages and restrictions of the shares of the companies involved or resulting from the transaction, before and after the transaction.

As a result of the Condesa Merger, Condesa will be extinguished, so that Condesa's shares will cease to exist. The shares issued by the Company, in turn, will preserve the same rights and advantages described in the Company's Bylaws and Reference Form, observing that no new shares will be issued by the Company as a result of the Condesa Merger.

(d) Any need for approval by debenture holders or other creditors.

Not applicable.

(e) Assets and liabilities that will form each portion of the equity, in the event of a demerger.

Not applicable.

(f) Intention of the resulting companies to obtain registration as issuers of securities.

Not applicable.

4. Plans for conducting corporate business, notably with regard to specific corporate events that are intended to be promoted.

The Company will continue, after the Condesa Merger, to dedicate itself to the regular development of its activities, which will not undergo any change due to the Condesa Merger, maintaining the Company's registration as a publicly-held company.

5. Analysis of the following aspects of the operation:

- (a) Description of the main expected benefits, including: (i) synergies; (ii) tax benefits and (iii) strategic advantages.

As indicated in item 3(a) above, the Condesa Merger aims to allow the simplification of the corporate structure of the Company's group.

The Condesa Merger will be implemented at book value and, as a result, will not produce relevant tax effects.

(b) Costs.

The Company estimates that the costs of carrying out the Condesa Merger are approximately R\$8,000.00, including expenses with publications, records, auditors, appraisers, lawyers and other professionals hired to advise on the operation.

(c) Risk factors

The Condesa Merger does not represent additional risks to the Company, considering that **(i)** the Company holds 100% (one hundred percent) of the capital stock of the Condesa, and **(ii)** the Condesa will be extinguished and succeeded by the Company as a result of the Condesa Merger. Therefore, the information described in the Risk Factors section of the JBS Reference Form remains valid and current.

(d) If it is a related party transaction, any alternatives that could have been used to achieve the same objectives, indicating the reasons why these alternatives were discarded.

The Condesa Merger is the most efficient way to **(i)** capture efficiency gains and synergies derived from the reduction of operational, logistical and administrative costs, and **(ii)** implement the optimization of management and the simplification of the corporate structure of the Company's group. Other alternatives, such as the dissolution of Condesa, would entail additional implementation costs and greater operational complexity to achieve the same desired result.

(e) Replacement ratio.

Not applicable, since **(i)** the Company (acquiring company) holds 100% (one hundred percent) of the share capital of Condesa (merged company), **(ii)** all of Condesa's shares will be canceled with the execution of the Condesa Merger, and **(iii)** no shares in the Company will be issued as a result of the Condesa Merger – so that no replacement relationship will be adopted within the scope of the Condesa Merger.

(f) In operations involving parent companies, subsidiaries or companies under common control:

- (i) Share replacement ratio calculated in accordance with art. 264 of Law No. 6.404, of 1976.

Considering that JBS holds 100% (one hundred percent) of the share capital of Condesa, Article 264 of the Brazilian Corporate Law is not applicable to the Condesa Merger, in

line with the decision issued on February 15, 2018 by the Board of the Brazilian Securities and Exchange Commission (“CVM”) under SEI Process No. 19957.011351/2017-21, and pursuant to Memorandum No. 3/2019-CVM/SDM/GDN-1, of April 09, 2019.

(ii) Detailed description of the negotiation process of the replacement ratio and other terms and conditions of the transaction.

Not applicable, since **(i)** the Company (acquiring company) holds 100% (one hundred percent) of the share capital of Condesa (merged company), **(ii)** all of Condesa's shares will be canceled with the execution of the Condesa Merger, and **(iii)** no shares in the Company will be issued as a result of the Condesa Merger – so that no replacement relationship will be adopted within the scope of the Condesa Merger.

(iii) If the operation has been preceded, in the last twelve (12) months, by an acquisition of control or acquisition of participation in a control block:

(a) Comparative analysis of the replacement ratio and the price paid in the acquisition of control.

(b) Reasons for any valuation differences in the different operations.

Not applicable, since **(i)** the Company (acquiring company) holds 100% (one hundred percent) of the share capital of Condesa (merged company), **(ii)** all of Condesa's shares will be canceled with the execution of the Condesa Merger, and **(iii)** no shares in the Company will be issued as a result of the Condesa Merger – so that no replacement relationship will be adopted within the scope of the Condesa Merger.

(iv) Justification why the substitution relationship is commutative, with a description of the procedures and criteria adopted to ensure the commutativity of the transaction. If the substitution relationship is not commutative, details of the payment or equivalent measures adopted to ensure adequate compensation.

Not applicable, since there is no substitution relationship.

6. Copy of the minutes of all meetings of the board of directors, fiscal council, and special committees at which the transaction was discussed, including any dissenting votes.

Not applicable.

7. Copy of studies, presentations, reports, opinions, opinions or appraisal reports of the companies involved in the operation made available to the controlling shareholder at any stage of the operation.

The appraisal report of Condesa's equity, at its respective book value, is included in Annex VII of this Proposal, and has also been made available at the Company's headquarters and on the *websites* of the Company (<https://ri.jbs.com.br/>), the CVM (www.cvm.gov.br) and B3 (<http://www.b3.com.br>).

8. Identification of possible conflicts of interest between the financial institutions, companies and professionals that have prepared the documents mentioned in item 7 and the companies involved in the operation.

The Company's management hired an independent company to prepare the Condesa Report, and identified no conflicts of interest between the parties involved in the Condesa Merger and such company.

Factum declared **(i)** that there is no current or potential conflict or community of interests with the parties involved in the Condesa Merger and its partners, or even with regard to the Condesa Merger; and **(ii)** the members or directors of the parties involved in the Condesa Merger have not directed, limited, hindered or practiced any acts that have or could have compromised access, use or knowledge of information, goods, documents or work methodologies relevant to the quality of their conclusions.

9. Draft of the bylaws or amendments to the articles of the companies resulting from the transaction.

Not applicable, since the Company's Articles of Incorporation will not be changed as a result of the Condesa Merger.

10. Financial statements used for the purposes of the operation, in accordance with the specific standard.

Condesa's balance sheet used for the purposes of the Condesa Merger has a base date of March 13, 2025, and is part of the Condesa Report, which is included in Annex VIII of this Proposal.

11. *Pro forma* financial statements prepared for the purposes of the operation, under the terms of the specific norm.

Not applicable, considering that the Condesa Merger **(i)** does not represent a dilution greater than 5% (five percent), pursuant to article 16 of RCVM 78/22, since it will not result in a capital increase for the Company and, consequently, there will be no issuance of new shares or any exchange ratio, and **(ii)** does not constitute a relevant operation, for the purposes of OCPC Technical Guideline No. 06, pursuant to article 16, paragraph 3, of RCVM 78/22.

12. Document containing information about the companies directly involved **that are not publicly-held** companies, including: (a) risk factors, pursuant to items 4.1 to 4.3 of the reference form; and (b) description of the main changes in the risk factors occurred in the previous year and expectations regarding the reduction or increase in risk exposure as a result of the operation.

Considering that **(i)** the Company holds 100% of the capital stock of the Condesa, **(ii)** and **(iii)** the Condesa will be terminated and succeeded by the Company as a result of the Condesa Merger, the Company does not identify risk factors related to the Condesa and its activities other than the risk factors applicable to the Company, already described in the section of the Company's Reference Form related to its Risk Factors. In addition,

taking into account that Condesa is a wholly-owned subsidiary of the Company, the risk factors applicable to the Company will not be affected as a result of the Condesa Merger.

(c) a description of its activities, pursuant to items 1.2 to 1.5 of the reference form:

1.2. Description of the issuer's and its subsidiaries' main activities

Condesa's main activities are combined office and administrative support services.

1.3. Information about operating segments: a) Products and services commercialized; b) Revenue originating from the segment and its participation in the issuer's net revenue; c) Profit or loss resulting from the segment and its participation in the issuer's net income.

Not applicable.

1.4. Information about products and services related to the operating segments

1.5. Customers responsible for more than 10% of total net revenue

The main activities developed by Condesa have already been described in item 12(c) above. Furthermore, since Condesa is a wholly-owned subsidiary of the Company, all the information relating to it is already reflected in the Company's Reference Form.

(d) Description of the economic group, pursuant to item 6 of the reference form

The Company directly owns 100% of Condesa's share capital. Furthermore, since Condesa is a wholly-owned subsidiary of the Company, all the information relating to it is already reflected in the Company's Reference Form.

(e) Description of share capital, pursuant to item 12.1 of the reference form

Condesa's share capital, fully subscribed and paid up, is R\$ 8,500,000.00 (eight million, five hundred thousand reais), subdivided into 8,500,000 (eight million, five hundred thousand) shares with a par value of R\$ 1.00 (one real) each.

13. Description of the capital and control structure after the operation, under the terms of item 6 of the reference form.

Upon completion of the Condesa Merger, **(i)** Condesa will be extinguished, **(ii)** all Condesa's shares will be cancelled, as provided for in article 226, paragraph 1 of the Corporation Law, and **(iii)** no shares of the Company shall be issued in lieu of Condesa's shares. Thus, the Company's capital structure will remain unchanged, as informed in the section of the Company's Reference Form related to its control and its economic group.

14. Number, class, kind and type of securities of each company involved in the operation held by any other companies involved in the operation, or by persons linked to such companies, as defined by the rules that deal with public offerings for acquisition of shares.

Condesa's share capital is divided into 8,500,000 (eight million five hundred thousand) shares, all held by the Company. On the date of the Condesa Merger, 100% of Condesa's

shares will be held by the Company (which is a public company duly registered with the CVM).

15. Exposure of any of the companies involved in the transaction, or of persons related to them, as defined by the rules that deal with public offerings for acquisition of shares, in derivatives referenced in securities issued by the other companies involved in the transaction

Not applicable.

16. Report covering all trades carried out in the last 6 (six) months by the persons indicated below with securities issued by the companies involved in the operation:

(a) Companies involved in the operation:

(a)(i) and (ii) Private sale and purchase transactions:

None.

(a)(iii) and (iv) Purchase and sale operations in regulated markets:

None.

(b) Parties related to companies involved in the operation:

(i) Private Purchase Transactions:

None.

(ii) Private sales transactions:

None.

(iii) Purchase operations on regulated markets:

None.

(iv) Sales operations in regulated markets:

None.

17. Document through which the Special Independent Committee submitted its recommendations to the Board of Directors, in case the transaction has been negotiated under the terms of CVM Guidance Opinion No. 35, of 2008.

Not applicable, since **(i)** the Company (acquiring company) holds 100% (one hundred percent) of the share capital of Condesa (merged company), **(ii)** all of Condesa's shares will be canceled with the execution of the Condesa Merger, and **(iii)** no shares in the Company will be issued as a result of the Condesa Merger – so that no replacement relationship will be adopted within the scope of the Condesa Merger.

**ANNEX IX TO THE MANAGEMENT PROPOSAL FOR THE
ANNUAL AND EXTRAORDINARY GENERAL MEETING OF JBS
S.A. TO BE HELD ON APRIL 29, 2025**

COMMERCIAL PROPOSAL



Accounting Report for Merger

- CONDESA -

Porto Alegre, February 20th, 2025

To

JBS S.A.

Regards, Mr. Alex Trindade

São Paulo/SP

Dear Sir Alex,

In response to your request, we would like to send you our Commercial Proposal, which is explained below.

Factum Brasil believes it has the best conditions to meet your needs. Therefore, we remain at your disposal for any further clarifications.

Cordially,

Factum Brazil



Visit our website: www фактумбразил com br

1. SCOPE OF WORK

Preparation of a report for merger in accordance with Law 6404/76, as well as RFB legislation and accounting CPCs. This is the merger of CONDESA NORTE INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. into JBS S.A.

Documents required:

- Surviving company data;
- Merged companies data;
- Qualification of the Executive board who sign for the companies;
- Up-to-date registration;
- If you have other assets (vehicles, etc.), a list of the assets that will be merged;
- Base Date of Merger;
- Trial balance sheet on the date of merger of the Merged company;
- If other documents are required, we will ask for them during the service.

2. TECHNICAL TEAM

Factum Brasil's technical team that will work was dimensioned according to the established term and will be made up of engineers and accountants.

3. TERM

The term for carrying out the work is 25 (twenty-five) days from the date of acceptance, provided that all the documentation is available to our team.

This proposal is valid for 30 (thirty) days from this date.

4. PRICE AND PAYMENT TERMS

The price for executing the three services is **R\$8,000.00 (eight thousand reais)**, which can be paid upon delivery.

The price includes all costs and taxes.

5. CONFIDENTIALITY OF INFORMATION

Factum Brasil undertakes not to disclose or provide any data or information regarding the assets, reports, and assessments related to the contracted services to any person or entity other than the Contracting Party.

This proposal is for the exclusive use of the Contracting Party and may not be submitted to Factum Brasil's competitors.

6. ACCEPTANCE OF THE PROPOSAL

Acceptance of this proposal authorizes Factum Brasil to carry out the contracted service in accordance with the methodology presented, and the Applicant is in full agreement with the project to be developed. Both parties recognize this commercial proposal as a services agreement.

6.1. LEGAL OBLIGATIONS

Factum Brasil is solely responsible for the execution of the services in relation to the professionals involved in the project, and is liable for legal obligations (social laws, social security, and others).

7. FINAL CONSIDERATIONS

For all the above reasons, we expect your acceptance so that we can proceed with the next stages of the service.

Sincerely,

Agreed:

Factum Avaliações e Consultoria S/S.

JBS S.A.